



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

# QUAL O LUGAR DOS MORROS NA URBANIZAÇÃO DO RECIFE?

## O caso da ZEIS Ibura



Foto: Damiano Costa, 2024.  
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f1CN5KJIM>.

RHANNA ALBUQUERQUE MESQUITA DA SILVA  
ORIENTADORA: DANIELLE DE MELO ROCHA





UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RHANNA ALBUQUERQUE MESQUITA DA SILVA

**QUAL O LUGAR DOS MORROS NA URBANIZAÇÃO DO RECIFE?  
O CASO DA ZEIS IBURA.**

Recife - PE

2025



RHANNA ALBUQUERQUE MESQUITA DA SILVA

**QUAL O LUGAR DOS MORROS NA URBANIZAÇÃO DO RECIFE?  
O CASO DA ZEIS IBURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientadora:** Danielle de Melo Rocha.

Recife - PE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Rhanna Albuquerque Mesquita da .

Qual o lugar dos morros na urbanização do Recife? O caso da ZEIS Ibura /  
Rhanna Albuquerque Mesquita da Silva. - Recife, 2025.

185 p. : il., tab.

Orientador(a): Danielle de Melo Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -  
Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Políticas Públicas. 2. Morros. 3. Urbanização. 4. ZEIS. 5. Ibura . 6. Recife.  
I. Rocha, Danielle de Melo. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)



RHANNA ALBUQUERQUE MESQUITA DA SILVA

**QUAL O LUGAR DOS MORROS NA URBANIZAÇÃO DO RECIFE?  
O CASO DA ZEIS IBURA.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: 15 / 08 / 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Danielle de Melo Rocha (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cláudia Rocha Cavalcanti (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Angela de Souza (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido forças, sabedoria e perseverança ao longo de toda a graduação. Sem Ele, nada disso teria sido possível.

Aos meus pais, Verônica e Wellington, minha eterna gratidão pelo amor incondicional e apoio em todos os momentos. Obrigada por cada madrugada em que se preocuparam comigo, por me acolherem em todas as decisões e, sobretudo, por tudo o que abriram mão para que eu pudesse trilhar este caminho.

Ao meu irmão, William, agradeço pelo companheirismo e incentivo constante.

Aos colegas de faculdade e ao meu Grupo de Estudo (GE), sou profundamente grata pelas parcerias construídas, pelas noites viradas, pela companhia nas adversidades e pela leveza nos momentos mais desafiadores. Foi um privilégio caminhar ao lado de vocês.

Registro ainda, meu sincero agradecimento às experiências profissionais vividas durante os estágios ao longo do curso. Cada uma delas contribuiu significativamente para meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional, aprofundando meu entendimento sobre a Arquitetura e Urbanismo, além de fortalecer a paixão pela profissão.

Ao Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife, minha sincera gratidão por todas as trocas, pelo acolhimento e pelos valiosos aprendizados compartilhados entre professores, pesquisadores, pós-graduandos e graduandos.

À minha orientadora, professora Danielle Rocha, agradeço pela paciência, dedicação e apoio ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Suas orientações e confiança foram fundamentais em cada etapa do processo.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória, ainda que indiretamente.

Meus mais sinceros agradecimentos.



**“(…) Temos que agradecer, portanto, às camadas mais pobres. Há quase duzentos anos são os maiores guardiões do nosso patrimônio. Já é tempo de tentar retribuir-lhes o favor, dignificando os espaços em que vivem e trabalham, sem espoliá-los.” (Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1984, p.63).**

## RESUMO

O município do Recife é marcado por desigualdades socioespaciais decorrentes de um histórico segregacionista e higienista. As áreas centrais e planas foram conquistadas pela população de maior poder aquisitivo, enquanto os morros e áreas *non aedificandis* foram ocupadas pelos mais pobres. Os estudos e iniciativas públicas para a prevenção e monitoramento de riscos nos morros e encostas, buscaram reduzir suas consequências socioambientais e melhorar as condições de vida dos seus moradores. Nesse contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar o processo de urbanização dos assentamentos precários localizados nos morros da zona Sul do Recife, com foco na atuação de políticas públicas, tomando como estudo de caso a ZEIS Ibura. A pesquisa busca problematizar as intervenções pontuais e fragmentadas nos morros, refletindo sobre sua influência nas dinâmicas de transformações socioespaciais e na efetividade do processo de urbanização para o controle dos riscos socioambientais, propondo uma reflexão crítica do lugar nos morros no Recife. Adota também uma abordagem teórico metodológica baseada em pesquisas bibliográficas, documentais, iconográficas e fotográficas. A elaboração de cartografia temática é um dos instrumentos fundamentais de análise, pois expressa as transformações socioespaciais da ZEIS Ibura, resultantes dos processos de ocupação e de políticas públicas de urbanização implementadas por diversos programas municipais com foco nos morros do Recife, desde a década de 1990 aos dias atuais. Espera-se portanto, que esse trabalho possa contribuir para a compreensão histórica da urbanização em áreas de morros e encostas, identificando as transformações socioespaciais e políticas públicas implementadas ao longo dos anos. Ao final, pretende fornecer subsídios para o aprimoramento de intervenções futuras, abrindo margem a novos estudos urbanísticos sobre os morros do Recife.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Morros, Urbanização, ZEIS, Ibura, Recife.



## ABSTRACT

The city of Recife is marked by socio-spatial inequalities resulting from a segregational and hygienist historical background. Central and flat areas were occupied by wealthier populations, while hillsides and *non aedificandi* areas were settled by the poorest. Public studies and initiatives for risk prevention and monitoring in hills and slopes have aimed to mitigate socio-environmental consequences and improve the living conditions of local residents. In this context, the present undergraduate thesis aims to analyze the urbanization process of precarious settlements located in the southern hills of Recife, with a focus on the role of public policies, taking the ZEIS Ibura as a case study. The research seeks to problematize the punctual and fragmented interventions in these territories, reflecting on their influence on socio-spatial transformation dynamics and the effectiveness of urbanization processes in controlling socio-environmental risks, while proposing a critical reflection on the role of hills within the urban fabric of Recife. The study adopts a theoretical-methodological approach based on bibliographic, documental, iconographic, and photographic research. The development of thematic cartography is one of the main analytical tools, as it illustrates the socio-spatial transformations of ZEIS Ibura resulting from occupation processes and urban policies implemented by various municipal programs focused on Recife's hills since the 1990s. This work is expected to contribute to a historical understanding of urbanization in hillside areas, identifying socio-spatial changes and public policies implemented over the years. At the end, it aims to provide insights for improving future interventions and encouraging further urban studies on the hills of Recife.

Keywords: Public Policies, Hillsides, Urbanization, ZEIS, Ibura, Recife.

## LISTA DE FIGURAS

|             |                                                                                                              |    |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 –  | Localização.....                                                                                             | 21 |
| Figura 2 –  | Rua de mocambos.....                                                                                         | 34 |
| Figura 3 –  | Prejuízos da inundação da década de 1960, no Recife....                                                      | 35 |
| Figura 4 –  | Mudança de famílias para a Vila da COHAB, no Ibura,<br>marca ação para enfrentar o déficit habitacional..... | 36 |
| Figura 5 –  | Primeiras vilas da COHAB no bairro do Ibura.....                                                             | 37 |
| Figura 6 –  | Morros da Zona Sul.....                                                                                      | 38 |
| Figura 7 –  | Recife, seus morros e malha urbana .....                                                                     | 40 |
| Figura 8 –  | Distribuição geomorfológica e das ZEIS do Recife, sobre<br>as distintas unidades de paisagem.....            | 42 |
| Figura 9 –  | Geomorfologia do Recife.....                                                                                 | 44 |
| Figura 10 – | Diferença da morfologia entre os morros da Zona Norte e<br>Zona Sul do Recife.....                           | 45 |
| Figura 11 – | Planta do Recife de 1951.....                                                                                | 47 |
| Figura 12 – | Planta do Recife de 2015.....                                                                                | 47 |
| Figura 13 – | Planta do Recife de 2019.....                                                                                | 47 |
| Figura 14 – | Planta do Recife de 2022.....                                                                                | 47 |
| Figura 15 – | Crescimento anual da população.....                                                                          | 48 |
| Figura 16 – | População por bairro.....                                                                                    | 48 |
| Figura 17 – | Domicílios por bairro.....                                                                                   | 49 |
| Figura 18 – | Média de renda por bairro.....                                                                               | 49 |
| Figura 19 – | Morros do Recife, bairro da Cohab (Ibura de cima).....                                                       | 50 |
| Figura 20 – | Ponto de alagamento na Avenida Mascarenhas de<br>Moraes, 2023.....                                           | 51 |
| Figura 21 – | Ponto de alagamento na Avenida Dois Rios, Ibura de<br>Baixo, 2025.....                                       | 51 |
| Figura 22 – | Mapa de suscetibilidade a inundação.....                                                                     | 52 |
| Figura 23 – | Organização viária do Recife.....                                                                            | 54 |
| Figura 24 – | Mobilidade do Recife.....                                                                                    | 55 |
| Figura 25 – | Escada e drenagem - UR 04.....                                                                               | 56 |
| Figura 26 – | Situação do esgotamento sanitário.....                                                                       | 57 |

|             |                                                                                                                                           |     |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 27 – | Áreas verdes do Recife.....                                                                                                               | 59  |
| Figura 28 – | Flor de risco.....                                                                                                                        | 61  |
| Figura 29 – | Pontos de deslizamentos de barreiras.....                                                                                                 | 65  |
| Figura 30 – | Assentamentos precários do Recife em 1978.....                                                                                            | 69  |
| Figura 31 – | Assentamentos precários do Recife em 1988.....                                                                                            | 69  |
| Figura 32 – | Assentamentos precários do Recife em 1998.....                                                                                            | 69  |
| Figura 33 – | Comunidades de Interesse Social (CIS), 2014.....                                                                                          | 69  |
| Figura 34 – | ZEIS tipo 1 do Recife.....                                                                                                                | 72  |
| Figura 35 – | Macrozoneamento do Recife.....                                                                                                            | 74  |
| Figura 36 – | Zoneamento e Zonas especiais do Recife.....                                                                                               | 75  |
| Figura 37 – | Zoneamento e Zonas especiais da LPUOS do Recife.....                                                                                      | 79  |
| Figura 38 – | Anúncio das obras no Ibura e Jordão pela URB.....                                                                                         | 84  |
| Figura 39 – | Obras de encostas em áreas de morros do Recife durante a gestão atual.....                                                                | 89  |
| Figura 40 – | Anúncio de obras em áreas de morros.....                                                                                                  | 90  |
| Figura 41 – | Logo do Programa Guarda-Chuva.....                                                                                                        | 92  |
| Figura 42 – | Capa do Manual de Ocupação dos Morros, 2003.....                                                                                          | 97  |
| Figura 43 – | Capa da cartilha Guia de Ocupação dos Morros, 2003.....                                                                                   | 98  |
| Figura 44 – | Obras realizadas através do Programa Viva o Morro, em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras da Região Metropolitana.....         | 99  |
| Figura 45 – | Quadra do Buraco da Gata e nos arredores de Três Carneiros Alto, no Ibura.....                                                            | 100 |
| Figura 46 – | Intervenções do Programa Mais Vida nos Morros.....                                                                                        | 102 |
| Figura 47 – | Pontos de intervenções do Programa Mais Vida nos Morros.....                                                                              | 103 |
| Figura 48 – | Alto José do Pinho, 2023.....                                                                                                             | 105 |
| Figura 49 – | Intervenções do Programa Parceria.....                                                                                                    | 108 |
| Figura 50 – | Ibura, antes da intervenção com geomanta.....                                                                                             | 110 |
| Figura 51 – | Ibura, após intervenção com geomanta.....                                                                                                 | 110 |
| Figura 52 – | Ibura, local entre a ZEIS Ibura e a ladeira da Cohab, com implementação do Programa Mais Vida nos Morros através de pintura de casas..... | 112 |

|             |                                                                         |     |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 53 – | Localização da ZEIS Ibura.....                                          | 114 |
| Figura 54 – | Delimitação e localização dos morros da Zona Sul.....                   | 116 |
| Figura 55 – | Morros da Cohab, próximo a BR-101.....                                  | 117 |
| Figura 56 – | Morros do Ibura.....                                                    | 118 |
| Figura 57 – | Lonas plásticas na ZEIS Ibura, na margem da BR-101.....                 | 119 |
| Figura 58 – | População em áreas de risco, de acordo com o IBGE.....                  | 120 |
| Figura 59 – | Morros em situação de vulnerabilidade ambiental no bairro do Ibura..... | 121 |
| Figura 60 – | Pontos de deslizamentos na Zona Sul do Recife.....                      | 123 |
| Figura 61 – | ZEIS Ibura.....                                                         | 124 |
| Figura 62 – | Comunidades de Interesse Social (CIS) da Zona Sul do Recife.....        | 125 |
| Figura 63 – | ZEIS Ibura e sua divisão de vilas.....                                  | 127 |
| Figura 64 – | ZEIS Ibura - Jordão antes do desmembramento.....                        | 130 |
| Figura 65 – | ZEIS Ibura e Jordão antes e após desmembramento e ampliação.....        | 131 |
| Figura 66 – | Linha do tempo da ZEIS Ibura.....                                       | 133 |
| Figura 67 – | ZEIS Ibura.....                                                         | 134 |
| Figura 68 – | Assentamentos precários da ZEIS Ibura ao longo dos anos.....            | 136 |
| Figura 69 – | Expansão urbana da ZEIS Ibura, 1975.....                                | 138 |
| Figura 70 – | Expansão urbana da ZEIS Ibura, 1984.....                                | 138 |
| Figura 71 – | Expansão urbana da ZEIS Ibura, 2015.....                                | 139 |
| Figura 72 – | População por setor censitário.....                                     | 140 |
| Figura 73 – | Domicílios por setor censitário.....                                    | 140 |
| Figura 74 – | Cheios e vazios da ZEIS Ibura.....                                      | 143 |
| Figura 75 – | Escadaria e ladeira da ZEIS Ibura. Vista da Avenida Dois Rios.....      | 144 |
| Figura 76 – | Hierarquia das vias e condições de pavimentação.....                    | 145 |
| Figura 77 – | Conexões urbanas e eixos modais na ZEIS Ibura.....                      | 146 |
| Figura 78 – | Campo do Alto da Bela Vista, centro da ZEIS Ibura.....                  | 147 |
| Figura 79 – | Uso do solo na ZEIS Ibura na ZEIS Ibura.....                            | 148 |
| Figura 80 – | Gabarito, até 3 pavimentos, na ZEIS Ibura.....                          | 150 |



|             |                                                                                                                          |     |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 81 – | Situação de abastecimento d'água e esgotamento sanitário.....                                                            | 152 |
| Figura 82 – | Hipsometria do relevo do Recife.....                                                                                     | 154 |
| Figura 83 – | Hipsometria da ZEIS Ibura.....                                                                                           | 154 |
| Figura 84 – | Rua Demerval Lobão, Ibura, 2015.....                                                                                     | 157 |
| Figura 85 – | Rua Demerval Lobão, Ibura, 2022.....                                                                                     | 157 |
| Figura 86 – | Rua Rio da Prata, Ibura, 2019.....                                                                                       | 158 |
| Figura 87 – | Rua Rio da Prata, Ibura, 2022.....                                                                                       | 158 |
| Figura 88 – | Tipos de intervenção do Programa Parceria.....                                                                           | 160 |
| Figura 89 – | Obra de drenagem, contenção de encosta e corrimão, por meio do Programa Parceria na Rua Dermeval Lobão (ZEIS Ibura)..... | 160 |
| Figura 90 – | Obra de drenagem, escadaria e corrimão, por meio do Programa Parceria no Alto da Bela Vista (ZEIS Ibura).....            | 160 |
| Figura 91 – | Obra de drenagem, escadaria e corrimão, por meio do Programa Parceria no Alto da Bela Vista (ZEIS Ibura).....            | 160 |
| Figura 92 – | Pontos de intervenção do Programa Parceria.....                                                                          | 162 |
| Figura 93 – | Geomanta do bairro do Ibura e símbolo de orgulho.....                                                                    | 164 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|             |                                                                            |     |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 1 – | Número de ocorrências e vistorias no período de 2001 a 2006.....           | 94  |
| Gráfico 2 – | Balanço das intervenções realizadas pelo Programa Guarda Chuva.....        | 94  |
| Gráfico 3 – | Balanço das obras concluídas pelo Programa Parceria entre 2021 e 2024..... | 106 |

## LISTA DE TABELAS

|            |                                                                                         |     |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1 – | População do Nordeste em áreas de risco.....                                            | 62  |
| Tabela 2 – | Municípios da RMR com população e domicílios em áreas de risco.....                     | 63  |
| Tabela 3 – | Mapeamento de assentamentos precários do Recife.....                                    | 67  |
| Tabela 4 – | ZEIS do Recife.....                                                                     | 77  |
| Tabela 5 – | Linha do tempo de Programas e Projetos municipais relacionados a morros e encostas..... | 87  |
| Tabela 6 – | Ocupações espontâneas e planejadas.....                                                 | 96  |
| Tabela 7 – | Comparação populacional e de domicílios da ZEIS Ibura entre 1999 a 2022.....            | 142 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|               |                                                                   |
|---------------|-------------------------------------------------------------------|
| Art.          | Artigo                                                            |
| BNH           | Banco Nacional de Habitação                                       |
| CIS           | Comunidade de Interesse Social                                    |
| CODECIR       | Coordenação de Defesa Civil do Recife                             |
| COHAB         | Companhia de Habitação de Pernambuco                              |
| COMUL         | Comissões de Urbanização e Legalização                            |
| CONDEPE       | Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de                   |
| /FIDEM        | Pernambuco                                                        |
| EMBRAPA       | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                       |
| ESIG          | Informações Geográficas do Recife                                 |
| <i>et al.</i> | e outro                                                           |
| FJP           | Fundação João Pinheiro                                            |
| GIURB         | Gabinete de Inovação Urbana                                       |
| HA            | Hectares                                                          |
| IBGE          | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                   |
| IVS           | Índice de Vulnerabilidade Social                                  |
| LSCM          | Liga Social contra os Mocambos                                    |
| LUOS          | Lei de Uso e Ocupação do Solo                                     |
| MAC           | Macrozona de Ambiente Construído                                  |
| MANC          | Macrozona de Ambiente Natural e Cultural                          |
| MID           | Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional               |
| ODS           | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                          |
| ONGs          | organizações não governamentais                                   |
| ONU           | Organização das Nações Unidas                                     |
| PCR           | Prefeitura da Cidade do Recife                                    |
| PNH.          | Política Nacional de Habitação                                    |
| PREZEIS       | Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social |
| RMR           | Região Metropolitana do Recife                                    |
| RPA           | Regiões Político-Administrativas                                  |
| S.D.          | Sem data                                                          |

|              |                                                                                                     |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SEAM         | Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento                                                  |
| SEDEC        | Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife                                                      |
| SIGAP - RMR  | Sistema de Informações Geográficas dos Assentamentos<br>Precários da Região Metropolitana do Recife |
| UR           | Unidade Residencial                                                                                 |
| URB - Recife | Autarquia de Urbanização do Recife                                                                  |
| USF          | Unidade de Saúde da Família                                                                         |
| ZEIS         | Zona Especial de Interesse Social                                                                   |

# SUMÁRIO





## SUMÁRIO

|                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                         | <b>21</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - A TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO RECIFE: DAS<br/>PLANÍCIES AOS MORROS.....</b> | <b>32</b>  |
| 1.1 Dos mocambos à ocupação dos morros: uma história de luta pela moradia.                     | 33         |
| 1.2 Caracterização geomorfológica do Recife.....                                               | 41         |
| 1.3 Evolução da malha urbana.....                                                              | 45         |
| 1.4 O risco: produto do espaço urbano desigual.....                                            | 60         |
| 1.5 As várias delimitações: assentamentos precários, CIS e ZEIS.....                           | 66         |
| 1.6 Zoneamento: reflexo e condicionante do espaço urbano desigual.....                         | 73         |
| <b>CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MORROS DO RECIFE.....</b>                            | <b>82</b>  |
| 2.1 Políticas Públicas de urbanização nos morros.....                                          | 82         |
| 2.2 Programas de urbanização nos morros (1990 a 2025).....                                     | 90         |
| 2.2.1 Relatório de mapeamento de riscos (1993).....                                            | 90         |
| 2.2.2 Programa Guarda Chuva (2001).....                                                        | 91         |
| 2.2.3 Programa Viva o Morro (2003).....                                                        | 95         |
| 2.2.4 Programa Mais Vida nos Morros (2016 - atual).....                                        | 99         |
| 2.2.5 Programa Parceria (1994 - atual).....                                                    | 104        |
| <b>CAPÍTULO 3 - A ZEIS IBURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E<br/>POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>  | <b>114</b> |
| 3.1 O que é o Ibura e qual sua relação com o Recife?.....                                      | 116        |
| 3.2 Da ZEIS Ibura - Jordão para ZEIS Ibura.....                                                | 128        |
| 3.3 Expansão territorial.....                                                                  | 135        |
| 3.4 Caracterização físico-territorial.....                                                     | 142        |
| 3.5 Políticas Públicas na ZEIS Ibura.....                                                      | 155        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                               | <b>166</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                         | <b>172</b> |

# INTRODUÇÃO

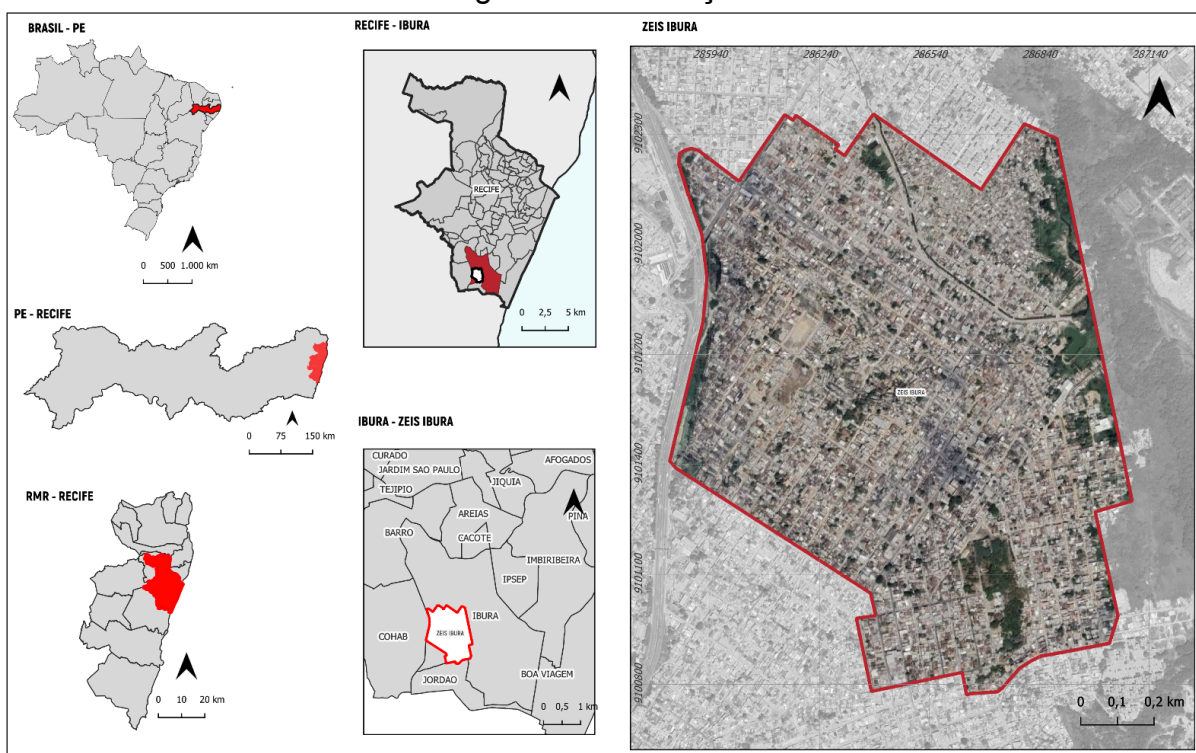


## INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 1) é palco de profundas disparidades sociais. Formada por 14 municípios e contabilizando uma população total de 3.783.639 residentes (IBGE, 2022), a RMR apresenta parte significativa de seu território formada por morros (Alheiros *et al*, 2003), onde as habitações em áreas de encostas estão vulneráveis a desastres ambientais decorrentes de uma autoconstrução sem planejamento adequado.

A produção do espaço urbano do município do Recife (Figura 1), capital do estado de Pernambuco e polo da RMR, ocorreu de modo a privilegiar as áreas mais centralizadas, urbanizadas e planas para ocupação da população com maior poder aquisitivo. Em contrapartida, as áreas *non aedificandis* e de morros foram relegadas à população mais pobre. Muitas dessas áreas se encontram dentro dos perímetros das Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS), que ocupam 12% do município do Recife e 22% de sua área construída (PLHIS Recife, 2018, p.20) e por Comunidades de Interesse Social (CIS) concentrando 20,3% da sua área total e 31,3% de sua área construída (Atlas de Infraestruturas em CIS do Recife, 2016, p.60).

Figura 1: Localização.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O Recife (Figura 1), concentra uma população de 1.488.920 habitantes (IBGE, 2022), sendo mais de 727 mil moradores residentes em áreas caracterizadas por precariedade de infraestrutura e/ou locais ambientalmente vulneráveis (Atlas de Infraestruturas em CIS do Recife, 2016). Essas desigualdades, foram frutos de um processo de expansão urbana que se desenvolveu acentuada por pressões políticas, jurídicas e disputas territoriais. O mapeamento desenvolvido pela Prefeitura do Recife em 2014, que deu origem ao Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social (CIS)<sup>1</sup> do Recife (2016), revelou que em 2014 aproximadamente 60% (Atlas, 2016, p.67) da população residente de CIS estavam situadas em áreas de colinas (Figura 8). Esses dados chamam atenção especialmente para as Regiões Político-Administrativas (RPA's) 3 e 6, respectivamente nas zonas norte e sul da cidade, abrangendo os bairros de Casa Amarela, Beberibe, Ibura, Cohab, Jordão, entre outros, onde os níveis de precariedade infraestrutural, habitacionais e sanitárias se apresentaram numa escala de alta a extrema. O mapeamento também chamou a atenção para a crescente expansão e adensamento observados nas comunidades do Ibura e Jordão, em comparação a cadastros anteriores, demonstrando assim, a importância de um “planejamento mais preventivo” para essas localidades.

Santana (2019) explica que um terço da cidade do Recife se encontra em áreas de topografias elevadas, ocupadas por pessoas de baixa renda desde a década de 1951, em virtude da produção urbana da cidade que ocorreu de modo a segregar a população e direcionar os mais pobres para áreas alagadiças, de morros e encostas. Essa segregação socioterritorial e a desigualdade no acesso à habitação, juntamente com outros fatores, desencadearam uma série de vulnerabilidades para essa população, tendo como uma delas a vulnerabilidade ambiental, sobretudo quando se trata de habitações em áreas de morros e encostas.

Dados divulgados pelo Censo do IBGE de 2010, demonstraram que a população residente em áreas de riscos se localizavam, quase que exclusivamente, nos morros das zonas norte e sul da cidade (Figura 58). Além de haver um aumento extremamente perceptível nos assentamentos precários dos Recife, localizadas em

---

<sup>1</sup> O termo “CIS” foi desenvolvido pelo para elaboração do Atlas em 2014 pela Autarquia de Sanemanto do Recife. Nóbrega e Galera (2023) explicam que as CIS surgem de forma espontânea e não são designadas pelo plano diretor, sendo, em síntese, áreas carentes de infraestrutura urbana, ocupadas em massa por população de baixa renda.

morros, de acordo com dados do SIGAP<sup>2</sup>. Diferentemente do processo de urbanização das áreas de morros da Zona Norte, marcado predominantemente pelo movimento migratório, pela autoconstrução e pela luta do Direito à Cidade, que guiaram a ocupação espontânea (Lima, 2005), na Zona Sul do Recife, o processo de ocupação das áreas de morros e encostas foi impulsionado pela criação das Unidades Residenciais (URs). Essas unidades foram construídas no bairro da Cohab, popularmente conhecido como Ibura de Cima, com o objetivo de promover habitação para a população de baixa renda. No entanto, as URs não foram suficientes para suprir o déficit habitacional (Santana, 2019), o que acabou direcionando parte da população para a autoconstrução em áreas *non aedificandis*.

Dessa forma, entender como se deram as expansões, o adensamento, as ocupações de áreas impróprias para habitação e a urbanização em áreas de morros na cidade, implica na apresentação dos desafios enfrentados e as perspectivas futuras, podendo assim, discutir estratégias, políticas públicas e o papel do Estado para o enfrentamento dos obstáculos do desenvolvimento urbano que assegurem socialmente e territorialmente os moradores dessas áreas pobres.

Com o avanço do processo de urbanização na cidade do Recife e o crescimento da demanda habitacional, diversos programas e projetos foram desenvolvidos ao longo dos anos com o objetivo de mitigar ou prevenir os impactos decorrentes de um planejamento urbano pontual e insuficiente em áreas de morros e encostas. Historicamente, a capital pernambucana tem se dedicado a ações voltadas para o tratamento dessas regiões, conduzidas pelas diferentes gestões municipais e estaduais nas últimas décadas. Em meados de 1980, com o cenário de redemocratização do país, o pioneirismo das políticas públicas urbanas incidiram mais nas áreas de morros (Lopes, 2022, p.18). As gestões de Jarbas Vasconcelos (1986 - 1989 / 1993 - 1996, com ênfase em seu segundo mandato) tiveram grande impacto no processo de urbanização e regularização dos morros do Recife. Com a atuação do engenheiro civil Jaime Gusmão, que comandou a Autarquia de Urbanização do Recife (URB-Recife) no mesmo período, e da professora Margareth Alheiros, foram realizados diversos estudos e ações voltadas à prevenção de deslizamentos e ao tratamento de áreas de morros e encostas. Iniciativas como o

---

<sup>2</sup> O Sistema de Informações Geográficas dos Assentamentos Precários da Região Metropolitana do Recife (SIGAP - RMR), foi desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife, entre 2004 e 2007, contando com uma base de dados resultante de levantamentos realizados nos assentamentos precários do Recife e sua Região Metropolitana em 1978, 1988, 1998 e 2011.

Mapeamento de Risco das Encostas (1993), o Programa Parceria nos Morros (1994) e o Programa de Morros (1995) foram criadas com o objetivo de urbanizar essas áreas e melhorar a qualidade de vida da população residente, reduzindo a incidência de desastres ambientais.

Na gestão do prefeito João Paulo (2001 - 2008), as ações voltadas ao tratamento das áreas de morros também foram intensificadas, com foco em medidas preventivas. Nas últimas décadas, observa-se a ampliação do arcabouço técnico e teórico sobre como construir e intervir nessas áreas, sobretudo a partir da criação do Programa Viva o Morro (2001), no qual pautava fortemente as intervenções de gestão ambiental nos morros da Região Metropolitana do Recife (RMR). Além disso, destacam-se programas mais recentes, como o Programa Mais Vida nos Morros (2016 - atual), classificado como uma política pública de inovação e resiliência urbana, que busca combater a desigualdade socioespacial por meio do protagonismo comunitário, da promoção do desenvolvimento sustentável e da construção de um espaço urbano mais inclusivo. Outro exemplo é o Programa Parceria (1994 - atual), voltado para a realização de obras de pequeno e médio porte, com foco na contenção de encostas, melhoria do acesso, drenagem e até mesmo aprimoramento das condições habitacionais. Embora exista um extenso histórico de programas e projetos voltados para a questão, sua efetividade é frequentemente questionada devido à recorrência de problemas associados a desastres ambientais enfrentados anualmente que são um reflexo de uma expansão e urbanização mal planejada e com intervenções pontuais nos morros.

A vulnerabilidade socioambiental constitui uma realidade permanente para os residentes desses espaços, sofrendo anualmente os impactos de deslizamentos e inundações exacerbados pelas mudanças climáticas, pela intervenção antrópica na natureza e pela ausência de um planejamento urbano eficaz e contínuo. Em 2022, o impacto das chuvas resultou em 140 mortes por deslizamentos de barreiras nos municípios da Região Metropolitana do Recife, tendo sua sede, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes como os mais afetados, principalmente em áreas próximas à barreiras e encostas, segundo informações do Sistema Integrado de Informações a Desastres (S2iD) do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MID, 2024).

Rocha *et al* (2024) reafirma que mais da metade da população do Recife vive em áreas marcadas pela precariedade infraestrutural e que embora algumas dessas



localidades estejam inseridas dentro do perímetro das ZEIS<sup>3</sup>, muitas ainda permanecem à margem da proteção legal garantida por essas zonas. Especificamente na Zona Sul do Recife, existem 37 CIS, porém apenas 15 estão dentro do perímetro das ZEIS, além de grande parte da população estar concentrada em áreas de morros e planícies alagáveis, como é o caso do Ibura e Jordão Alto. Essas desigualdades territoriais implicam diretamente em vulnerabilidade socioterritorial.

Diante do exposto, a pesquisa tem como **objeto de estudo**, uma Zona de Interesse Social (ZEIS) localizada em morros (Figura 1). Instituídas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1983, essas zonas são caracterizadas como assentamentos habitacionais de ocupação espontânea, cuja regularização e integração à estrutura urbana devem ser promovidas pelo Estado. Dentre as 70 ZEIS, do tipo 1 (zonas de assentamentos precários consolidados), institucionalizadas no Plano Diretor de 2021, 14 estão localizadas em morros (Figura 8), o que reitera a responsabilidade do poder público municipal em implementar políticas públicas de urbanização para melhorar as condições de habitabilidade em espaços que sofrem, sobretudo, com a vulnerabilidade socioambiental. Diferentemente das ZEIS situadas em áreas de planície, as ZEIS situadas nos morros não estão sujeitas à pressão dos interesses do mercado imobiliário, mas tem suas preocupações voltadas à sobrevivência. Existindo assim, poucos estudos que investigam o processo de urbanização dessas áreas e os seus processos de adensamento na zona sul da cidade.

No que diz respeito ao **recorte geográfico da pesquisa**, a ZEIS Ibura (Figura 1), selecionada como estudo de caso, está localizada majoritariamente no bairro do de mesmo nome e é caracterizada por colinas. A escolha da ZEIS Ibura como estudo de caso recaiu não apenas por sua relevância territorial no contexto urbano do Recife, mas também em razão do vínculo residencial da autora com o local, o que possibilitou uma leitura mais aprofundada da realidade socioespacial e facilitou o acesso a informações empíricas.

---

<sup>3</sup> “As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, consolidados, carentes de estrutura básica e passíveis de urbanização, regularização fundiária e construção de habitação de interesse social, como também às áreas destinadas à provisão de programas habitacionais de interesse social pelo poder público.” Disponível em: <https://licenciamento.recife.pe.gov.br/node/921#:~:text=As%20Zonas%20Especiais%20de%20Interesse,tamb%C3%A9m%20%C3%A0s%20%C3%A1reas%20destinadas%20%C3%A0>.



Anteriormente com um recorte geográfico mais amplo, a ZEIS Ibura era denominada como Ibura - Jordão, porém teve seu perímetro único dividido e ampliado na Lei municipal nº 18.770/2020 (Plano Diretor, 2021). A escolha da ZEIS Ibura como **estudo de caso**, justifica-se, sobretudo no contexto atual de transição climática, por suas características de ocupação e construções precárias em áreas de risco gerando altos níveis de vulnerabilidade ambiental e social (Lopes, 2022), além da mesma ocupar uma posição significativa na configuração territorial da cidade que se apresenta em constante crescimento.

Concentrando um dos maiores territórios, em questão de extensão, com cerca de 143,55 ha (ESIG, 2020), a ZEIS Ibura fica entre a ZEIS de Casa Amarela com 977,23 ha (ESIG, 2020) e a ZEIS Campo Grande com 107,44 ha (ESIG, 2020), em relação à dimensão territorial. Sancionada pela Lei Nº 15.168/1988, é possível verificar um aumento notório nos assentamentos precários, em especial nas CIS, aos longos dos anos. Nesse contexto, o trabalho traz como problemática as práticas urbanizadoras em zonas de morros protegidas por instrumentos urbanísticos, que se encontram expostas a vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas.

Em relação ao **recorte temporal** delimitado para a investigação, a análise da problemática será conduzida entre os anos de 1988 e 2025, estabelecendo assim uma comparação entre o ano de instituição oficial da ZEIS utilizada como estudo de caso e a atualidade. Essa abordagem permitirá uma compreensão abrangente da evolução territorial e de densidade da ZEIS ao longo do tempo e sua relação com a implementação de políticas públicas e como as mesmas foram importantes no processo de urbanização de áreas de morros.

Diante do exposto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como **objetivo geral** analisar o processo de urbanização dos assentamentos precários localizados nos morros da Zona Sul do Recife, com foco na atuação de políticas públicas, tomando como estudo de caso a ZEIS Ibura. Como **objetivos específicos**, para alcance do objetivo geral, são delimitados os seguintes:

- a) Problematizar a produção do espaço urbano do Recife, com foco nos assentamentos precários e ZEIS, em suas áreas de morros;
- b) Identificar as políticas públicas de urbanização de assentamentos precários e ZEIS em áreas de morros, visando compreender o papel do Estado na produção desses espaços;

- c) Analisar a produção do espaço na ZEIS Ibura, em uma perspectiva histórica, com foco nos processos de urbanização desta ZEIS.

Tais objetivos específicos buscam responder ao objetivo geral, seguindo diferentes abordagens metodológicas que se inter-relacionam e se articulam ao longo da pesquisa. Diante disso, as **justificativas** que motivam essa pesquisa encontram-se reunidos nas questões abaixo:

- 1) Importância de instrumentos urbanísticos: Entender as práticas urbanizadoras em zonas de morros protegidas por instrumentos urbanísticos, como as ZEIS, mas que se encontram expostas a vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas;
- 2) Análise crítica das Políticas Públicas: O trabalho oferece uma avaliação do papel do Estado na urbanização das áreas de morros, especialmente em uma cidade marcada por desigualdades socioespaciais como o Recife;
- 3) Relevância social: Aborda questões de infraestrutura, habitação e qualidade de vida que podem melhorar a vida dos pobres urbanos;
- 4) Debate sobre os desastres ambientais: Trás reflexões sobre a urbanização em áreas de risco, considerando aspectos ambientais e socioeconômicos no processo de desenvolvimento urbano.

O presente estudo fundamenta-se em uma abordagem teórico-metodológica que abrange a urbanização de áreas de morros do Recife, os instrumentos de planejamento e gestão participativas (ZEIS e PREZEIS) e sua relação com tais conquistas, as lutas e conquistas do Direito à Cidade e o impacto promovido pelo poder público nas ZEIS situadas em áreas de morros e encostas sobre a execução de políticas públicas que incidem nesses espaços.

Como referência conceitual adota-se Rocha *et al* (2022), trazendo os estudos da urbanização da RMR em que apresenta sua trajetória marcada por um histórico de ocupações irregulares, desde os mocambos do século XX até as favelas e bairros populares, resultado da exclusão social e da falta de planejamento urbano adequado. A ocupação irregular em áreas de risco tornou-se uma opção predominante para uma parcela significativa da população de baixa renda (Camboim e Gomes, 2016) devido ao déficit habitacional. Essas áreas, muitas vezes

localizadas em territórios vulneráveis, evidenciam desigualdades sociais no espaço urbano, reforçando a segregação entre classes.

No que se refere ao Direito à Cidade e a moradia, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), criadas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo em 1983, constituem um marco legal para regularização fundiária e urbanização participativa. O PREZEIS, instituído em 1987, destaca-se como uma conquista coletiva que reconhece o direito à moradia acima do direito à propriedade, antecipando os princípios da Constituição de 1988. Estudos como os de Corrêa (1995) e Santos *apud* SAQUET *et al* (2008), ressaltam que a produção do espaço é um reflexo da interação entre agentes sociais, econômicos e políticos, enquanto Lefebvre (1991) e Harvey (2014) vinculam o Direito à Cidade às lutas sociais e ao planejamento urbano inclusivo. Assim, o Direito à Cidade se apresenta como um conceito central na promoção de condições de pertencimento, segurança e dignidade para todos, exigindo um planejamento urbano que integre perspectivas econômicas, políticas e culturais no combate às desigualdades territoriais.

“(...) a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (...). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” (Harvey, 2014, p. 15).

(...) “é preciso buscar condições para fortalecer um espaço humano que garanta condições para o pleno desenvolvimento das habilidades e potencialidades de cada ser humano. Assim, é preciso criar alicerces humanos na produção desse espaço. Seja produzido um espaço humano que não divida em classes sociais.” (Camboim, J.; Gomes, E, 2016, p.86).

Nesse contexto é importante destacar a importância das políticas públicas para urbanização e produção de áreas em vulnerabilidade. Ao longo dos anos, com o processo de ocupação e expansão em áreas de morros, além do aumento das vulnerabilidades, sobretudo ambientais, intervenções para remediações ou obras de prevenção foram se tornando cada vez mais necessárias mediante a realidade de uma crescente ocorrência de riscos. Programas em vigor atualmente, como o Programa Parceria (1994) e o Mais Vida nos morros (2016), trouxeram mais visibilidade em relação ao combate à desigualdade e o planejamento urbano voltado à prevenção, inovação urbana e participação da comunidade na construção do espaço. À luz desses aspectos, uma análise crítica da atuação dessas políticas

públicas no processo de urbanização dessas áreas pobres é essencial para entender seu papel e suas contribuições para o meio urbano, sobretudo em áreas de morros e encostas. Além das ações do poder público, é fundamental reconhecer o papel da participação comunitária nos processos de urbanização de áreas vulneráveis, especialmente em territórios que enfrentam cotidianamente os efeitos da vulnerabilidade socioambiental, fortalecendo assim, o sentimento de pertencimento e intensificando a luta pelo Direito à Cidade.

A construção teórico-metodológica desenvolvida para embasar e alcançar os objetivos descritos anteriormente foram divididos de modo a acrescentar na discussão da produção do espaço urbano nos assentamentos precários e de morros do Recife, de modo a utilizar a cartografia como método de pesquisa. Para alcançar esse propósito, foram delimitados os seguintes **passos metodológicos**:

- a) Apresentar a trajetória da urbanização dos assentamentos precários e ZEIS do Recife, em sua relação com estrutura geomorfológica, por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, análises cartográficas e elaboração de cartografia (temática e síntese);
- b) Avaliar as políticas públicas implementadas ao longos dos anos nos morros do Recife, por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, análise e elaboração de cartografia (temática e síntese);
- c) Discorrer sobre o processo de urbanização da ZEIS Ibura, ao longo do tempo, por meio de pesquisas bibliográficas, documentais, análise e elaboração de cartografia (temática e síntese) e levantamento fotográfico<sup>4</sup> em campo.

A estruturação do presente trabalho, levando em consideração os objetivos expostos acima, se divide em: introdução, três capítulos e conclusão. A introdução concede um panorama geral do trabalho a ser desenvolvido, os capítulos intermediários analisam e demonstram os objetivos e as considerações finais resumem os resultados obtidos ao longo da pesquisa.

---

<sup>4</sup> As imagens utilizadas na capa, folha de epígrafe, início do capítulo 3 e contracapa são de autoria de Damião Costa (2024), disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=fICNI5K9KJM>, editada pela autora (2025). Já as imagens da capa do sumário, introdução, conclusão, referências bibliográficas, bem como dos inícios dos capítulos 1 e 2, são de autoria própria, capturadas pela autora entre os anos de 2024 e 2025.

O **Capítulo 1** aborda a fundamentação teórica, explorando a trajetória da urbanização de assentamentos precários do Recife e sua transformação socioespacial, com ênfase nas áreas de morros. Inicialmente, são discutidos o histórico e o processo de urbanização dos assentamentos precários do Recife, detalhando a configuração geomorfológica e a infraestrutura presente.

O **Capítulo 2** realiza uma análise das políticas públicas no processo de urbanização de morros do Recife, descrevendo alguns desses programas e buscando examinar de que forma o Estado interfere ou impulsiona a produção dos espaços urbanos nos morros da cidade, ilustrando a evolução e impacto dessas intervenções sobre o contexto urbano.

O **Capítulo 3** apresenta o histórico do objeto empírico utilizado como estudo de caso, com foco no desmembramento da ZEIS Ibura e suas implicações. Inicialmente, são analisados os motivos e impactos dessa divisão, conforme estabelecido pela Lei nº 15.168, que anteriormente a identificava como ZEIS Ibura - Jordão. Além disso, o capítulo traz um diagnóstico detalhado do processo de urbanização nesse recorte territorial, examinando os fatores que contribuíram para a produção do espaço urbano, bem como as principais intervenções realizadas ao longo dos anos. Por fim, se discute a caracterização e transformação socioespacial da ZEIS, bem como algumas políticas públicas implementadas, analisando seus impactos na urbanização e no desenvolvimento da área e a importância da participação popular.

As **Considerações Finais** destacam a importância das políticas públicas integradas e permanentes na superação das vulnerabilidades urbanas. Questiona-se a predominância de intervenções pontuais e fragmentadas sobre planejamentos mais amplos e articulados em diferentes escalas. Além de destacar a relevância do engajamento comunitário no processo de construção urbana, sobretudo em áreas periféricas e de morros, onde a participação popular é elemento fundamental de resistência, identidade e pertencimento, buscando assim, sintetizar o lugar dos morros no processo de urbanização do Recife.

Por fim, espera-se que este trabalho possa inspirar as políticas públicas e a elaboração de novas pesquisas que contribuam para a inserção efetiva dos morros no planejamento urbano do Recife, a partir de uma perspectiva integrada com as áreas planas da cidade, mas considerando suas especificidades e necessidades e valorizando seus atributos socioambientais e histórico-culturais.



# 1 CAPÍTULO

## A TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO RECIFE: DAS PLANÍCIES AOS MORROS

"O espaço urbano da cidade do Recife tem como uma de suas principais características a ocupação popular sobre morros..."  
(John Kennedy Santana, 2019).

## **CAPÍTULO 1 - A TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO RECIFE: DAS PLANÍCIES AOS MORROS**

No final do século XIX e início do século XX, as habitações dos mais pobres eram os cortiços, forma de morar em que o aluguel era realizado de modo ilegal, além de serem considerados como um propagadores de doenças e marginalização, segundo a perspectiva higienista da época. Os cortiços foram erradicados no começo do século XX, no Rio de Janeiro, contribuindo para o que mais tarde seria caracterizado como déficit habitacional (Cardoso, 2007, p.220).

As favelas no Brasil fazem parte da história urbana, cultural e política, de modo que é impossível entender as formas de morar sem que haja uma discussão crítica sobre tal assunto. O aparecimento de assentamentos precários e informais no Brasil, termo adotado pela Política Nacional de Habitação (PNH), decorre, dentre outros fatores, da desigualdade no acesso à habitação enfrentado pelos mais pobres<sup>5</sup>. Os assentamentos precários são categorizados como assentamentos urbanos em que as condições de habitabilidade são inadequadas para ocupação, apresentando problemas de saneamento básico, ambiental, mobilidade, segregação socioespacial e riscos a desastres ambientais, podendo ser classificadas como cortiços, loteamentos irregulares, favelas e conjuntos habitacionais (Secretaria Nacional de Habitação, 2010).

“Os assentamentos precários e informais no Brasil constituíram as principais soluções habitacionais para a população não integrada em situação de pobreza e de subcidadania, por meio da autoconstrução da moradia em terras mais baratas, áreas da fragilidade e risco socioambiental centrais ou periféricas (...)” (Moraes, 2019, p. 124).

A busca pela moradia, relegou à população as áreas alagadiças, de encostas e de terrenos acidentados, de modo que a habitação vinha antes mesmo do terreno ou do seu arredor, impulsionando assim a consolidação desses espaços em favelas<sup>6</sup> (IBGE, 2024). As favelas do Brasil estão diretamente associadas a um planejamento

<sup>5</sup> Caracterizadas pela Política Nacional de Habitação, como ocupação ilegal de áreas públicas ou privadas em que a condição de habitação foi, normalmente, gerada pela autoconstrução desenvolvendo assim problemas de infraestrutura e inadequações habitacionais (PNH apud Secretaria Nacional de Habitação, 2010).

<sup>6</sup> “As Favelas e Comunidades Urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender (...) às suas necessidades de moradia e usos associados.” (IBGE, 2024). Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg\\_2022\\_670\\_fcu.pdf](https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg_2022_670_fcu.pdf).



urbano patrimonialista e das consequências desencadeadas pela industrialização, além disso, as favelas são um reflexo da sociedade desigual a qual estamos inseridos. No período posterior à ditadura militar a importância do planejamento urbano foi mais evidente, fortalecendo políticas públicas de urbanização de assentamentos precários e favelas. Porém, apesar dos avanços, é importante salientar que a trajetória de urbanização de assentamentos precários no Brasil foi marcada pela visão higienista do Estado, gerando problemas decorrentes da segregação socioespacial que são corriqueiramente enfrentados no dia a dia. Portanto, compreender essa trajetória em suas especificidades, reflexo da formação histórico-cultural e dos condicionantes físicos de cada cidade, poderá contribuir para esclarecer o problema de pesquisa e abordar questões relevantes.

### **1.1 Dos mocambos à ocupação dos morros: uma história de luta pela moradia**

O Recife, advindo de uma população, em sua maioria, de pescadores e registrando um dos maiores índices de desigualdades, possui uma composição territorial em que 67,43% de seu território é formado por morros, conforme dados da Prefeitura do Recife, (s.d.). A capital pernambucana, além de ter sua história marcada pelo patrimonialismo, também se construiu em cima de uma política higienista em que as habitações pobres eram expulsas das áreas centrais da cidade para sanar os interesses do mercado imobiliário. No início do século XX, as habitações populares, sem condições de habitabilidade adequadas, eram chamadas de **mocambos** (Figura 2). Como remediação para falta de moradia, a parcela mais pobre da população se submeteu à autoconstrução de habitações precárias, de modo que em 1939 o número de mocambos chegava a 45.581 mil, cerca de 67% das habitações da cidade (Souza, 2022, p.33). Essas habitações se situavam, em sua maioria, no caminho do processo de expansão do centro e eram classificados como desorganizados, insalubres e devido a falta de infraestrutura básica, as autoridades e população conflitante enfatizavam apenas uma percepção negativa dos mocambos. Dessa forma, delimitados como perigo social, de saúde pública e sob a justificativa de uma necessária reforma higienista, o Serviço Social Contra os Mocambos, órgão do governo do Estado de Pernambuco, proibiu a construção de novos e traçou estratégia para eliminar os existentes.



Figura 2: Rua de mocambos (s.d.).

Fonte: Alexandre Berzin / Museu da Cidade do Recife.

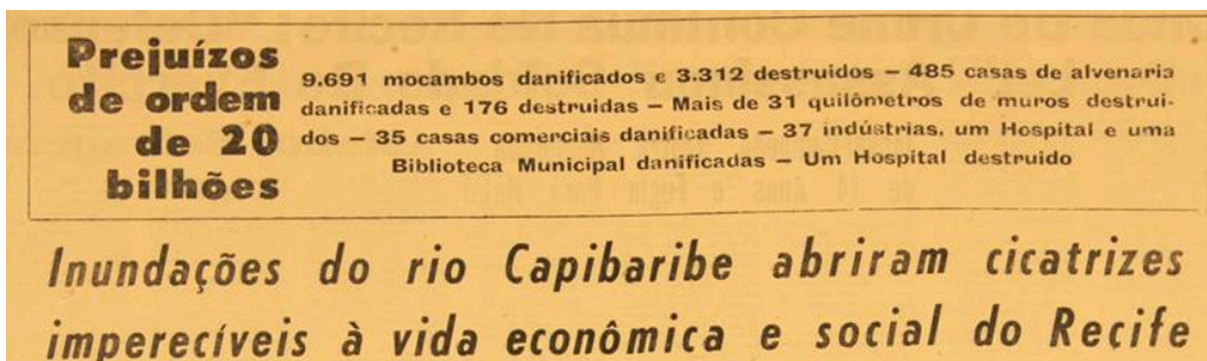
Assim, em 1939, no mandato do Governador Agamenon Magalhães, foi criada a Liga Social contra o Mocambos (LSCM), com uma prerrogativa da crise sanitária e crescimento desenfreados que as mesmas estavam gerando, substituindo o Serviço Social Contra os Mocambos. Segundo Souza (2022), a LSCM tinha o intuito de remover os mocambos e incentivar a construção de habitações populares que fossem de fácil acesso para a população, além de enfrentar o problema da crise sanitária. Porém, apesar do trabalho em conjunto com Secretários de Governo, programas de financiamento e construtoras de casas populares, foram construídas apenas 5.707 mil casas do Recife, que não supriram a demanda gerada pelos 12.454 mil mocambos demolidos, o que representava cerca de 70% de famílias desalojadas, sem resposta governamental. Esse evento acabou gerando uma série de lutas organizadas pela moradia e ocupação de áreas centrais do Recife, além de reafirmar a necessidade de instrumentos que garantam a proteção da população dos territórios mais pobres. A saúde e qualidade de vida dos cidadãos que ocupavam esses espaços e a necessidade de acesso a habitação da população mais pobre, era na verdade um discurso do Estado patrimonialista, em apoio aos proprietários fundiários e promotores imobiliários, para justificar a erradicação dos

mocambos e a “limpeza da cidade”, com intuito de destinar os terrenos valorizados aos empreendimentos do mercado formal.

Com a política de erradicação dos Mocambos, o déficit habitacional chegou a quase cinco mil habitações (Alheiros, 2003, p.29), culminando assim para ocupação dos morros da Zona Norte (Casa Amarela, Beberibe e Água Fria) na década de 1940. Lima (2005) explica que o processo de ocupação dos morros de Casa Amarela se deu desencadeado pelo fluxo migratório, recebendo a população do interior e de outros estados que foram ocupando espaços sem um planejamento urbano prévio. Os loteamentos clandestinos, os assentamentos populares e as moradias autoconstruídas se tornaram alternativa de acesso à habitação (Lima, 2005, p.90). Além dos argumentos de cunho higienistas que erradicaram os Mocambos, direcionando os moradores dessas áreas para morros e suas encostas da Zona Norte da cidade, sendo este um movimento migratório essencial no entendimento da consolidação da moradia. Além disso, as ocupações da zona norte, em especial o bairro de Casa Amarela, se intensificaram diante a ocupação guiada pela autoconstrução financiada por parte do poder público.

Com as chuvas que inundaram o Recife em 1966, o caos do déficit habitacional foi agravado (Figura 3). Considerada como uma das maiores cheias do Recife, ocasionou mortes, perdas materiais e centenas de desabrigados (Tavares, 2007). Agravando assim, o problema da crescente urbanização e falta de moradias para a população mais pobre.

Figura 3: Prejuízos da inundação da década de 1960, no Recife. Ano 1966\Edi  o 0704.

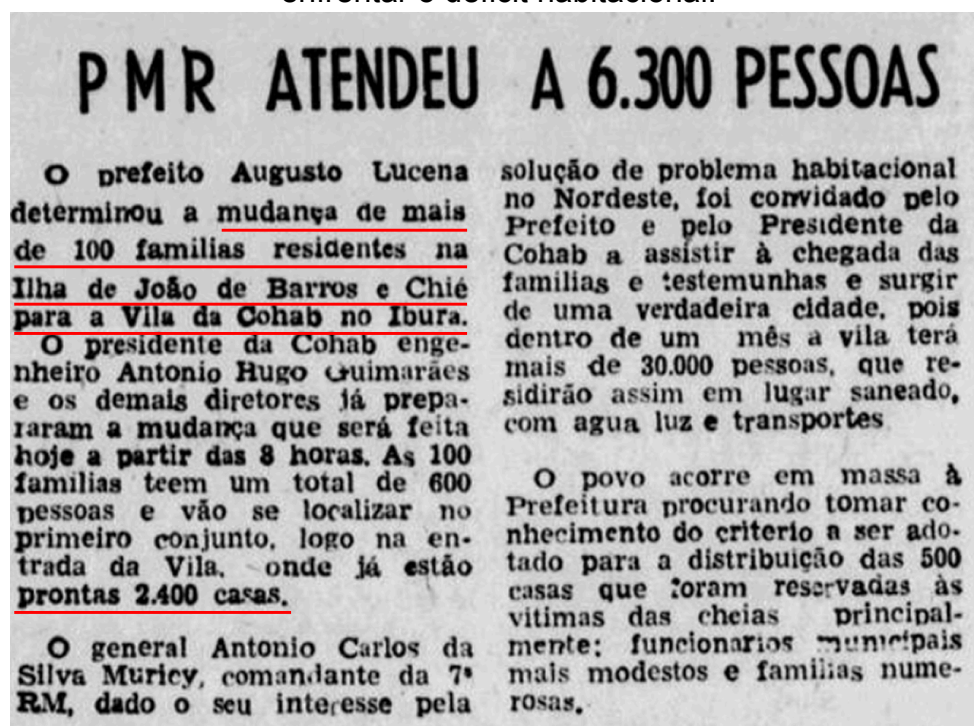


Fonte: Diário da Manhã<sup>7</sup> (PE), 04 de julho de 1966.

<sup>7</sup> As matérias do jornal Diário da Manhã e Diário de Pernambuco, utilizadas ao longo desta pesquisa, estão publicadas no site da Hemeroteca Digital Brasileira (portal com um vasto acervo de per dicos brasileiros). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

Como tentativa de sanar parte do déficit habitacional existente e acentuado pela cheia, o governo estadual implantou o Programa para Construção de Vilas Populares (Santana, 2019 e Diário de Pernambuco, 2015), por meio da Companhia de Habitação de Pernambuco (COHAB<sup>8</sup>), no Ibura (Figura 5). Tal investimento público, financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que atuou de 1964 a 1986, culminou em uma produção habitacional que direcionava a população mais pobre para áreas periféricas e distante do centro da cidade (Figura 4), além de uma progressiva ocupação posterior de áreas remanescentes e *non aedificandis* pelos pobres urbanos, devido a necessidade por moradia que não foi sanada após a implantação das Vilas<sup>9</sup> (Lima, 2005).

Figura 4: Mudança de famílias para a Vila da COHAB, no Ibura, marca ação para enfrentar o déficit habitacional.



Fonte: Diário de Pernambuco (PE), 05 de junho de 1966. Edição 00130, editado pela autora (2025).

<sup>8</sup> As construções da COHAB deram origem ao bairro da Cohab, popularmente conhecido como Ibura de Cima.

<sup>9</sup> As Unidades Residenciais (URs) no Ibura, enumeradas de 01 a 11 (UR-1, UR-2, UR-3, UR-4, UR-5, UR-6, UR-10 e UR-11), foram a forma de planejamento habitacional organizado pela COHAB.



Figura 5: Primeiras vilas pela COHAB no bairro do Ibura, (sem localização específica, mas nas proximidades dos URs 01, 02 e 03 (S.D.).

Fonte: Museu da Cidade do Recife.



Apesar dos investimentos realizados pela COHAB, com a criação das Unidades Residenciais (URs) (Figura 5), o déficit habitacional superava amplamente o número de habitações construídas. Segundo Santana (2019), a possibilidade de suprir a demanda habitacional seria inviável, diante disso as ocupações que viessem a surgir ao longo dos anos eram previsíveis e, de certa forma, “projetadas como uma solução habitacional” (Figura 6). É nesse contexto nacional que o Estado brasileiro começa a “fechar os olhos” para as ocupações espontâneas como as ocupações dos morros da Zona Norte do Recife.

Lima (2005) explica que a população pobre deteve a necessidade de arcar com o custo da construção, além de produzir sua própria moradia e delimitar o formato do território, desassistidas de políticas públicas que protegessem e amparasse a população. É então que a autoconstrução começa a direcionar a urbanização e o processo de construção das áreas pobres na cidade, mesmo que com baixa qualidade habitacional. Essa ocupação de terras urbanas se intensificou pelo processo de luta pela habitação e resistência da permanência na cidade, na qual a capital pernambucana sempre foi pioneira. É nesse contexto que o *agir individual*, termo utilizado por Lima (2005), marca o processo de ocupação e construção de espaços precários e de morros do Recife.



Figura 6: Morros da zona sul. Vista da UR-06 para as outras URs do Ibura.

Fonte: Autoral, 2024.





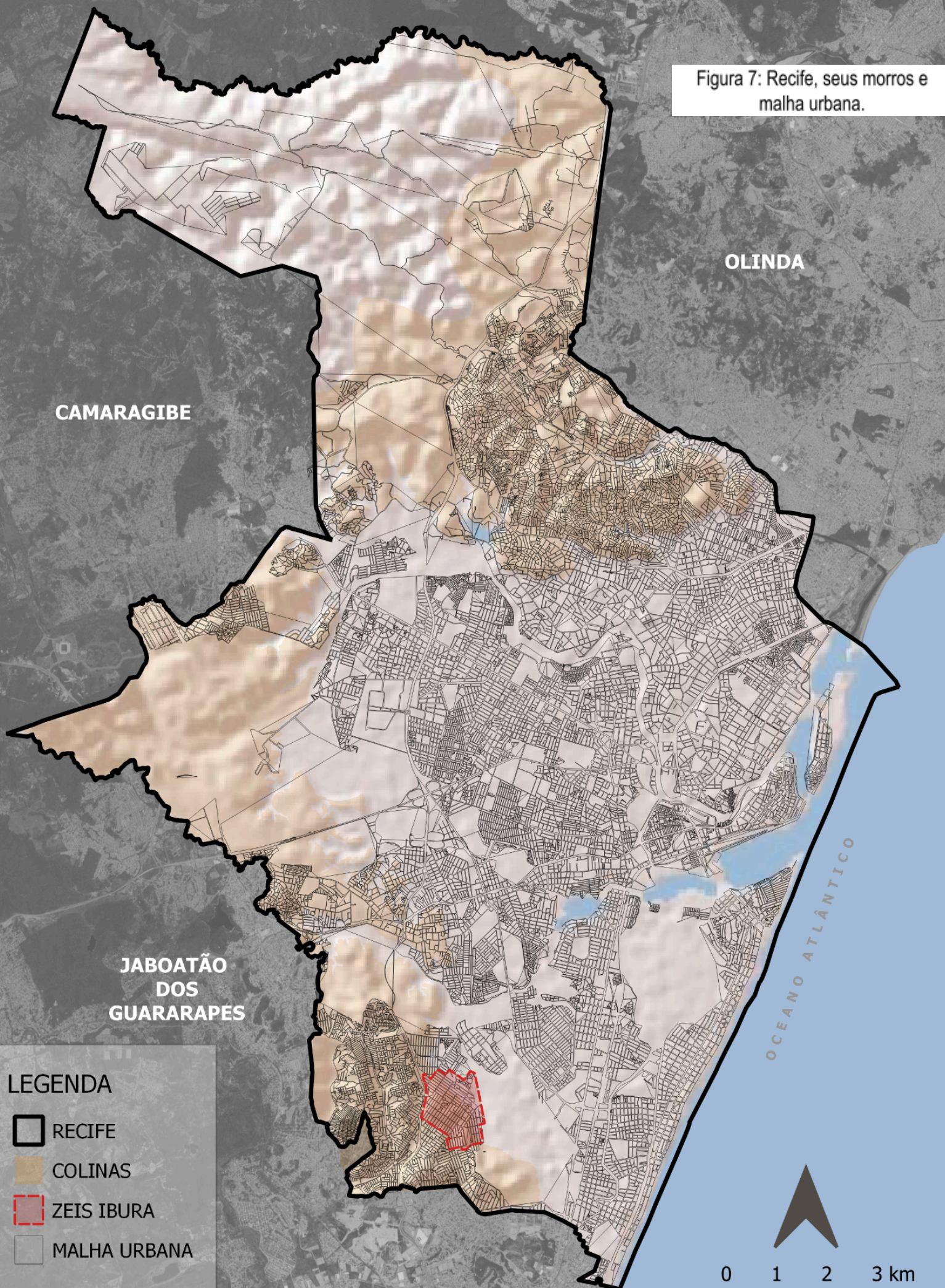
Dentre esse processo da autoconstrução, a organização dos assentamentos em áreas de morros pode ser constituída de dois modos: espontâneo e/ou financiado. A autoconstrução financiada é referente a necessidade de aumento em áreas urbanizadas devido a expansão ou adensamento populacional, sendo financiada por parte do Estado e normalmente disseminada como política pública de urbanização participativa. Enquanto a autoconstrução espontânea se desenvolve no viés de iniciativas coletivas ou individuais da população, que buscam terras para habitar por questões socioeconômicas, êxodo rural, expulsão das centralidades, desastres ambientais, além da insuficiência de políticas públicas mais efetivas do enfrentamento do déficit habitacional.

Alheiros *et al* (2003) explica que as características das ocupações espontâneas se relacionam com a falta de um planejamento adequado e uma autoconstrução desenfreada, resultando em uma rede viária sem hierarquização, no lançamento de lixo em locais indevidos, remoção parcial ou completa da vegetação natural, no baixo padrão construtivo de habitações, problemas de drenagem urbana e saneamento básico e corte em barreiras para construções. Em relação às autoconstruções planejadas, elas podem advir de demandas do setor público e/ou privado, apresentando as características de ocupação projetada, definida por meio de lotes e vias, espaços destinados a equipamentos públicos e de lazer, com os cuidados para a construção em áreas de morros, embora sem dar o necessário tratamento das encostas próximas à ocupação. Mantém, porém, o mesmo baixo padrão construtivo de moradias também vistos nas ocupações espontâneas. Além disso, existem casos em que esses modos de ocupação se mesclam, como é o caso dos URs, já citado anteriormente. Um exemplo dessa densificação gerada por um planejamento inicial, mas sem continuidade, é o caso do Conjunto Habitacional do Curado IV, na Zona Oeste do Recife. Construído na década de 1980 pela Cohab e com apoio do BNH (Junior, 2021), não foi capaz de suprir a demanda do déficit habitacional, ocasionando a ocupação espontânea das encostas.

Lima (2005) aponta ainda que, independentemente do modo que a autoconstrução é realizada, seja por parte do poder público ou pela iniciativa da própria população, as construções em morros estão sujeitas a riscos, em virtude de suas características de vulnerabilidade socioambiental. Fenômeno evidente no caso do Recife devido sua configuração da malha urbana (Figura 7).



Figura 7: Recife, seus morros e malha urbana.



BASE MAP: ESRI  
Shaded Relief

Fonte: Adaptado pela autora (2024), com base de dados do Plano Diretor do Recife (2021).



## 1.2 Caracterização geomorfológica do Recife

Recife, polo da região metropolitana, é a terceira cidade mais populosa do nordeste, com cerca de 1.488.920 habitantes, segundo Censo de 2022 do IBGE (Prefeitura do Recife, 2022). O território da capital pernambucana é caracterizado por planícies, morros e colinas (Figura 8), marcadas por um histórico de alagamentos e deslizamentos de terras decorrentes de um processo de urbanização acelerada ao longo dos anos. A ocupação de suas áreas pela população pobre foi inicialmente espalhada sobre os mangues, conquistadas através dos aterros (Lima, 2005).

“O território do Recife é singular. Morros suaves ao norte, sul e oeste estruturam um anfiteatro que resguarda uma planície cortada por rios e banhada pelo mar, constituindo o ambiente sobre o qual se ergueu a Cidade. Este suporte físico-geográfico, recoberto de remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, foi aos poucos sendo ocupado, transformado e, em alguns locais e momentos preservado – definindo-se assim uma identidade paisagística que caracteriza o entrelaçamento entre a arquitetura e o sítio natural sobre o qual se ergueu.” (Prefeitura do Recife, s.d.)

O Atlas de Infraestrutura Públicas em Comunidades de Interesse Social (CIS) do Recife (2016, p.36)<sup>10</sup>, classifica a cidade em diferentes unidades de paisagem, categorizadas da seguinte forma: litorânea, estuarina, planície, colinas e tabuleiros (Figura 8). Dentre essas, a unidade das colinas apresenta a maior extensão territorial em hectares. Embora essa classificação seja mais simplificada em comparação com outros órgãos que estudam a geomorfologia do Recife, sua aplicação facilita a compreensão da dinâmica territorial da cidade. A categorização adotada pelo Atlas contribui para uma representação mais clara e objetiva da paisagem, auxiliando no planejamento urbano e na implementação de políticas públicas voltadas à infraestrutura e à ocupação do solo.

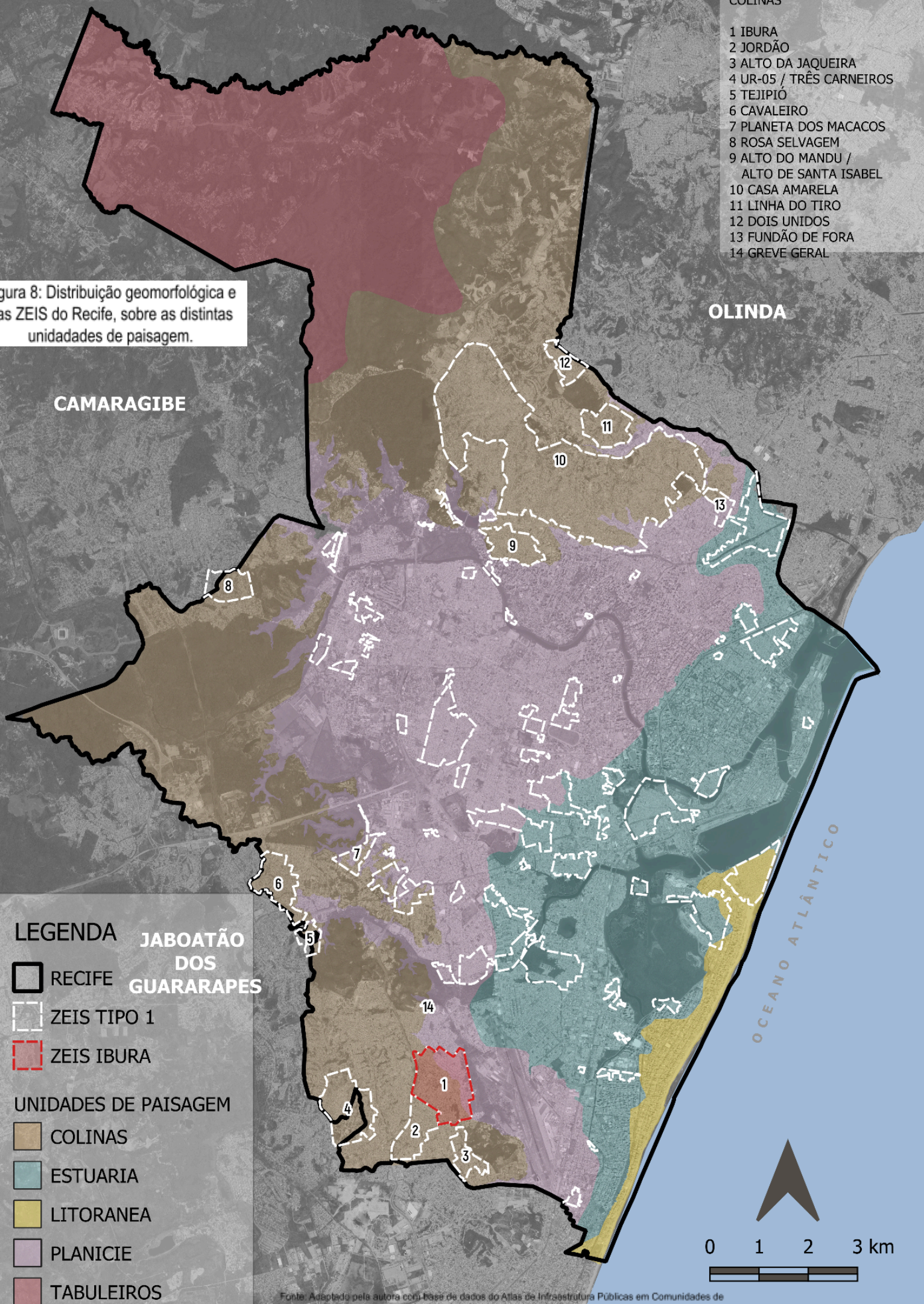
<sup>10</sup> Desenvolvido pela Autarquia de Saneamento do Recife em 2014 e publicado em 2016, o Atlas reúne série de informações sobre as Comunidades de Interesse Social (CIS) do Recife. Termo desenvolvido pelo Atlas para designar áreas carentes em infraestrutura urbana, não designadas pelo Plano Diretor e que surgem de forma espontânea, ocupadas por população de baixa renda.



ZEIS LOCALIZADAS EM COLINAS

- 1 IBURA
- 2 JORDÃO
- 3 ALTO DA JAQUEIRA
- 4 UR-05 / TRÊS CARNEIROS
- 5 TEJIPIÓ
- 6 CAVALEIRO
- 7 PLANETA DOS MACACOS
- 8 ROSA SELVAGEM
- 9 ALTO DO MANDU /  
ALTO DE SANTA ISABEL
- 10 CASA AMARELA
- 11 LINHA DO TIRO
- 12 DOIS UNIDOS
- 13 FUNDÃO DE FORA
- 14 GREVE GERAL

Figura 8: Distribuição geomorfológica e das ZEIS do Recife, sobre as distintas unidades de paisagem.





Além da classificação apresentada pelo Atlas de Infraestrutura Pública em Comunidades de Interesse Social (CIS) do Recife (2016), existem outras representações da geomorfologia da cidade, ciência que estuda a superfície terrestre e suas formas de relevo. O Serviço Geológico do Brasil, vinculado ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, segmenta o Recife em 11 unidades geomorfológicas (Figura 9), proporcionando uma análise mais detalhada do relevo da região. Essas unidades são:

- Colinas
- Morros Baixos
- Planícies de Inundação (Várzeas)
- Planícies Fluviomarinhas (Brejos)
- Planícies Fluviomarinhas (Mangues)
- Planícies Marinhas (Praias)
- Recifes
- Tabuleiros
- Tabuleiros Dissecados
- Terraços Marinhos (Restingas)

Nesse contexto, observa-se que o município do Recife apresenta uma expressiva presença de tabuleiros, unidades de relevo caracterizadas por topografia acidentada, especialmente nas áreas mais elevadas da cidade. Por outro lado, as regiões localizadas próximas à costa e aos cursos d'água são predominantemente constituídas por planícies fluviais, marinhas e várzeas, que possuem relevo plano e baixo, tornando-se áreas mais suscetíveis a alagamentos e enchentes, sobretudo durante o período chuvoso.

A sobreposição da malha urbana às unidades geomorfológicas revela uma dinâmica de crescimento marcada pela ocupação desordenada do território. É possível notar uma ocupação significativa nas áreas de morros, tanto na zona norte quanto na zona sul da cidade, evidenciando o padrão histórico de expansão (Figura 9).



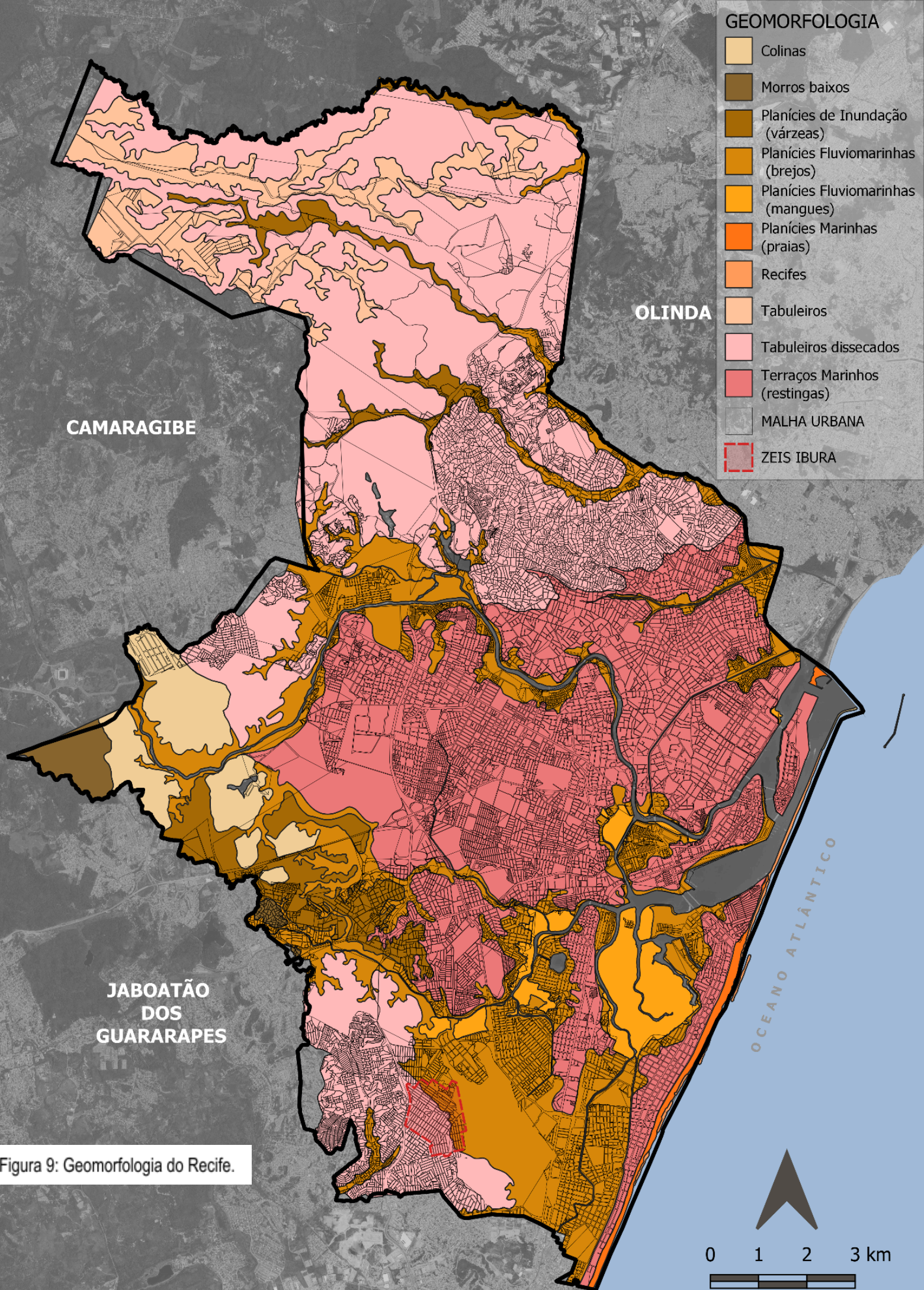
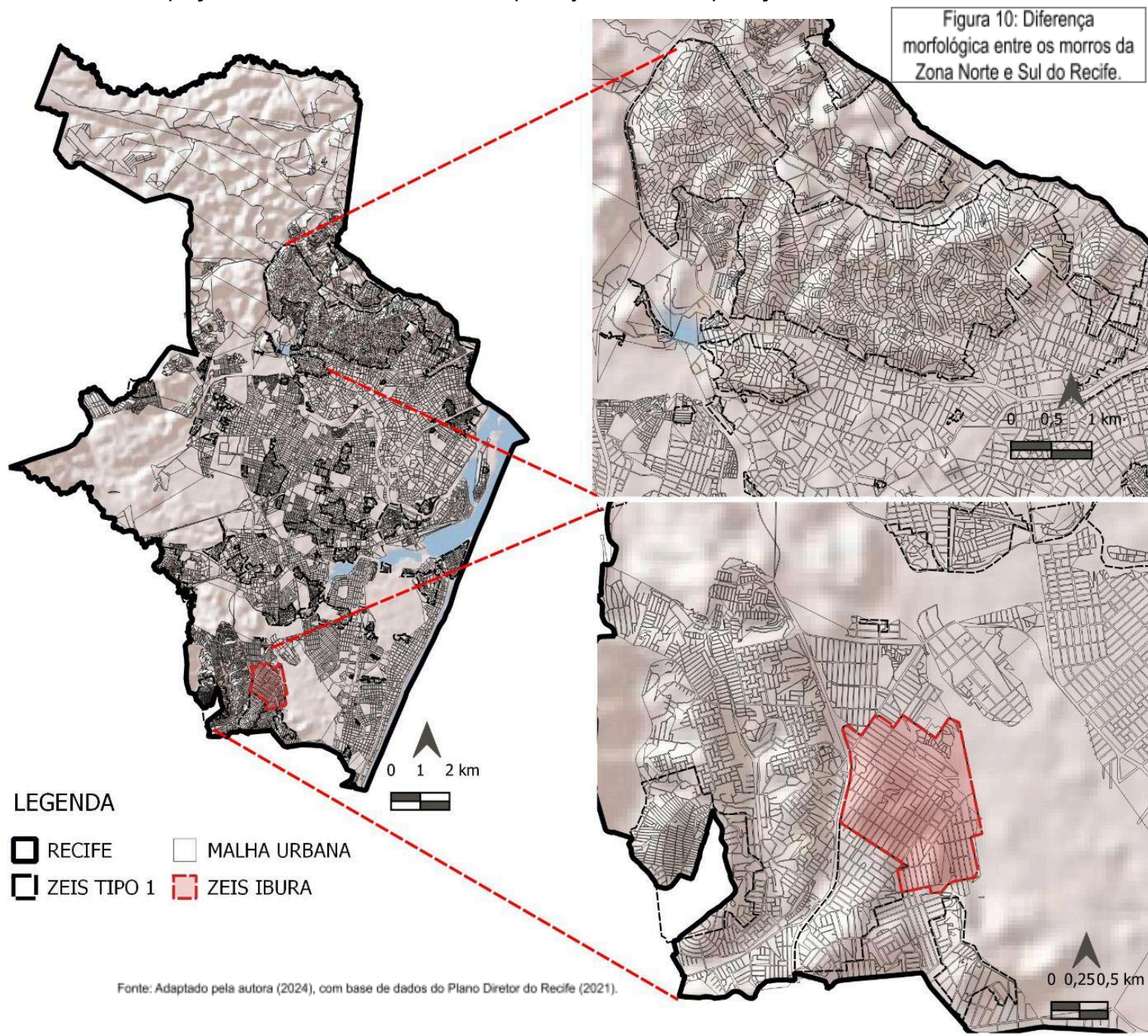


Figura 9: Geomorfologia do Recife.



### 1.3 Evolução da malha urbana

A crescente urbanização da cidade, que desencadeou a ocupação em áreas vulneráveis, não é um problema atual, mas que foi crescendo ao longo dos anos. Um aspecto importante sobre a morfologia dos morros do Recife é a diferença entre as áreas localizadas na zona norte e na zona sul da cidade. Na zona norte (Figura 10), observa-se uma ocupação com traçado mais orgânico, marcada pela presença significativa de escadarias, que se adaptam ao relevo de forma mais espontânea. Já na zona sul, o parcelamento do solo é mais regular, com quadras mais definidas e predominância de ladeiras acentuadas em vez de escadarias. Essa distinção indica uma possível atuação mais efetiva do poder público na zona sul, sugerindo que sua ocupação ocorreu de maneira mais planejada em comparação à zona norte.



Nos mapas apresentados nas Figuras 11 a 14<sup>11</sup>, é possível observar a evolução da malha urbana da cidade do Recife ao longo das décadas, com destaque para o aumento expressivo das áreas ocupadas nos morros em 2015, em comparação ao cenário de 1951. Além disso, verifica-se um avanço considerável da urbanização em áreas planas e alagáveis da cidade. No entanto, chama atenção o fato de que a expansão territorial em regiões consideradas de menor renda apresenta uma proporção significativamente maior. Ao comparar os mapas mais recentes, correspondentes aos anos de 2019 e 2022, nota-se que a configuração geral da malha urbana sofreu poucas alterações.

Ainda assim, destaca-se uma leve expansão das ocupações nos morros localizados na zona norte da cidade. Embora as mudanças mais evidentes ocorram no período entre 1951 e 2022, é possível levantar a hipótese de que o crescimento da malha urbana do Recife, especialmente nas áreas de morros, não se limita apenas à ampliação territorial, mas também se manifesta no processo de verticalização.

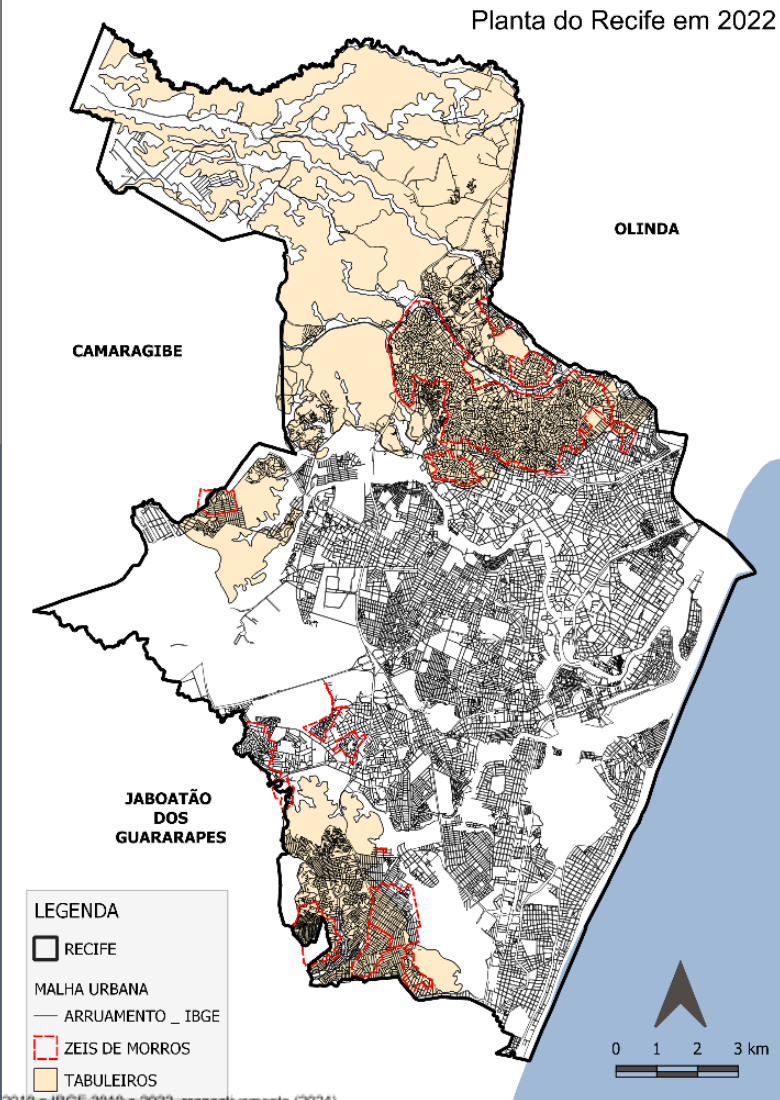
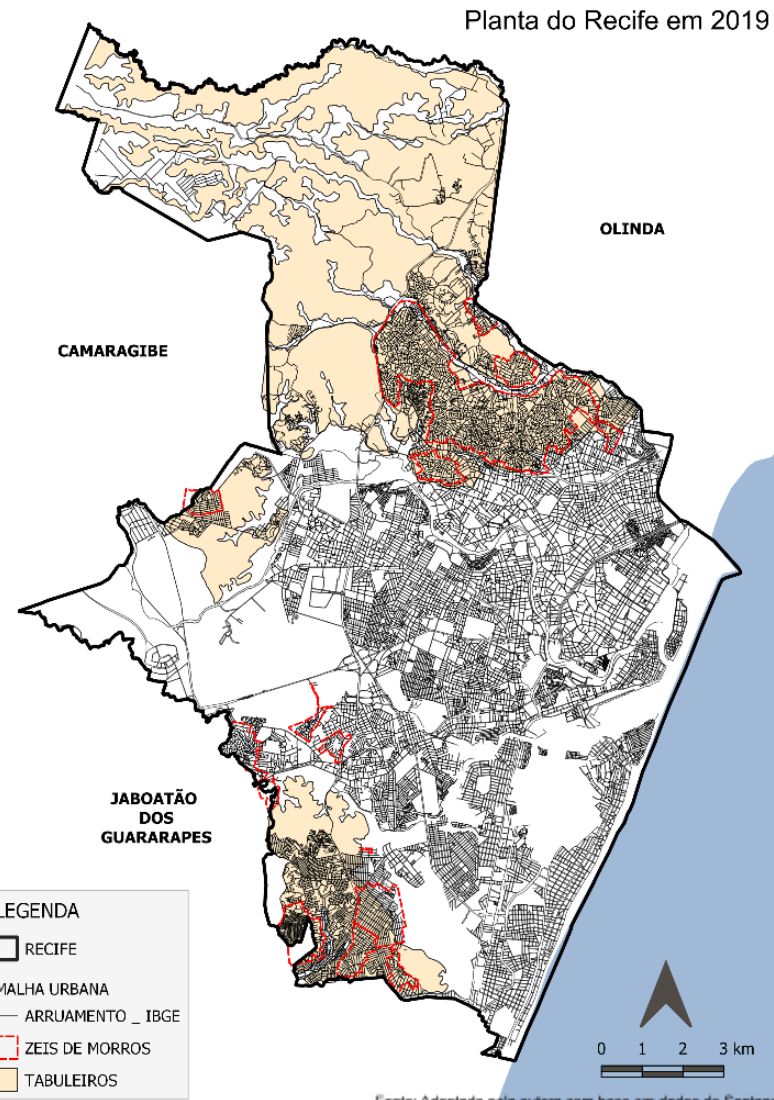
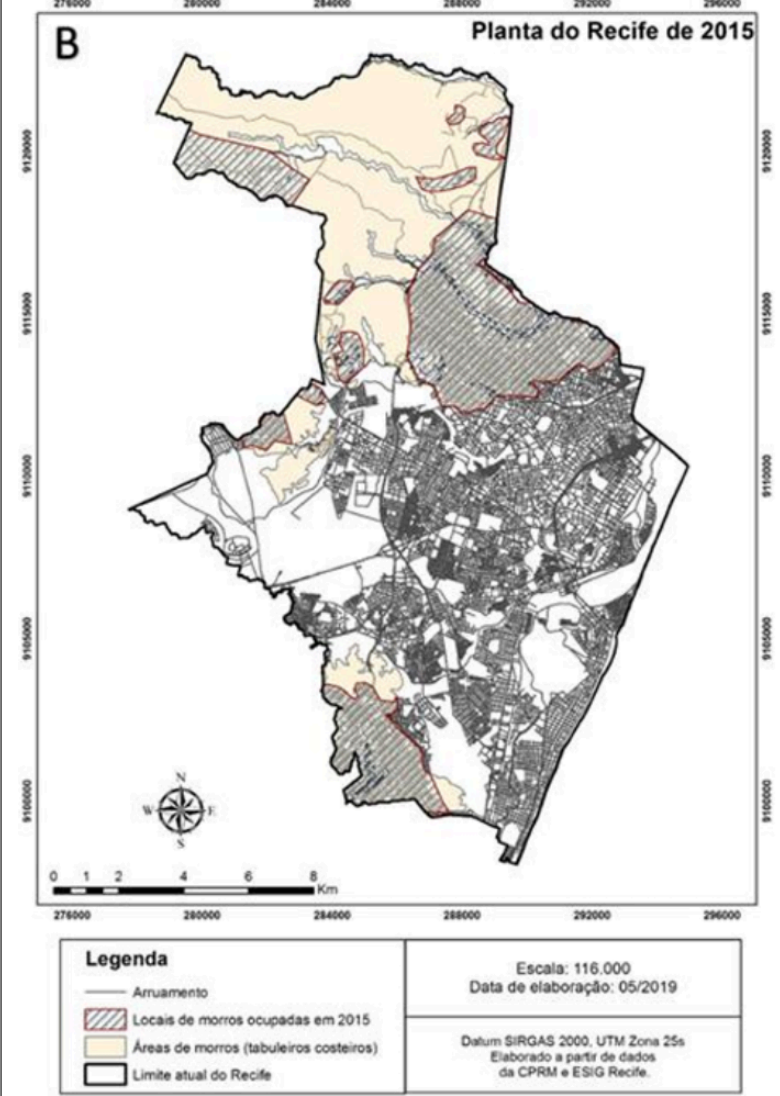
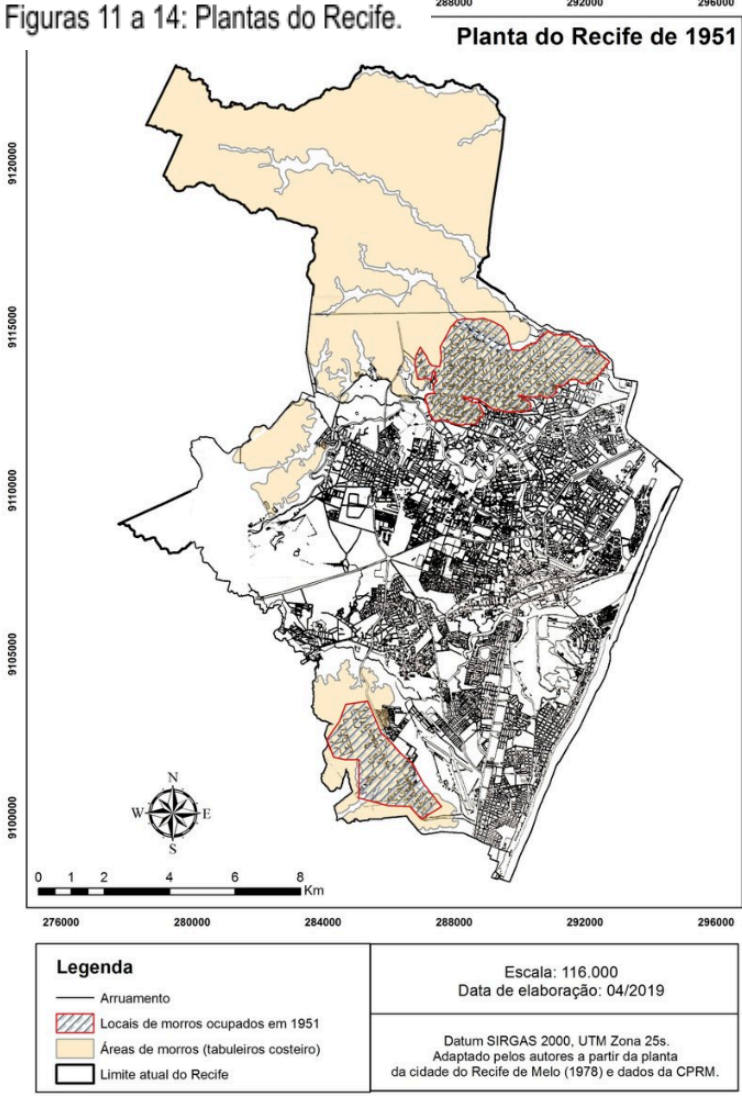
Este fenômeno pode ser compreendido como uma resposta à densidade populacional elevada e à limitação de espaço urbano disponível, onde a construção em altura surge como uma alternativa para atender à crescente demanda habitacional e urbana.

---

<sup>11</sup> As Figuras 11 e 12 (mapas de 1951 e 2015) foram elaborados por Santana (2019), enquanto as Figuras 13 e 14 (mapas de 2019 e 2022) foram elaborados pela autora (2024), com base em dados do IBGE (2019), disponíveis em: [https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=recortes\\_para\\_fins\\_estatisticos/malha\\_de\\_setores\\_censitarios/censo\\_2010/base\\_de\\_faces\\_de\\_logradouros-versao\\_2019](https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitarios/censo_2010/base_de_faces_de_logradouros-versao_2019), e do Censo do IBGE (2022), disponível em: [https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=recortes\\_para\\_fins\\_estatisticos/malha\\_de\\_setores\\_censitarios/censo\\_2022/base\\_de\\_faces\\_de\\_logradouros-versao\\_2022\\_censo\\_demografico/shp](https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=recortes_para_fins_estatisticos/malha_de_setores_censitarios/censo_2022/base_de_faces_de_logradouros-versao_2022_censo_demografico/shp), respectivamente.

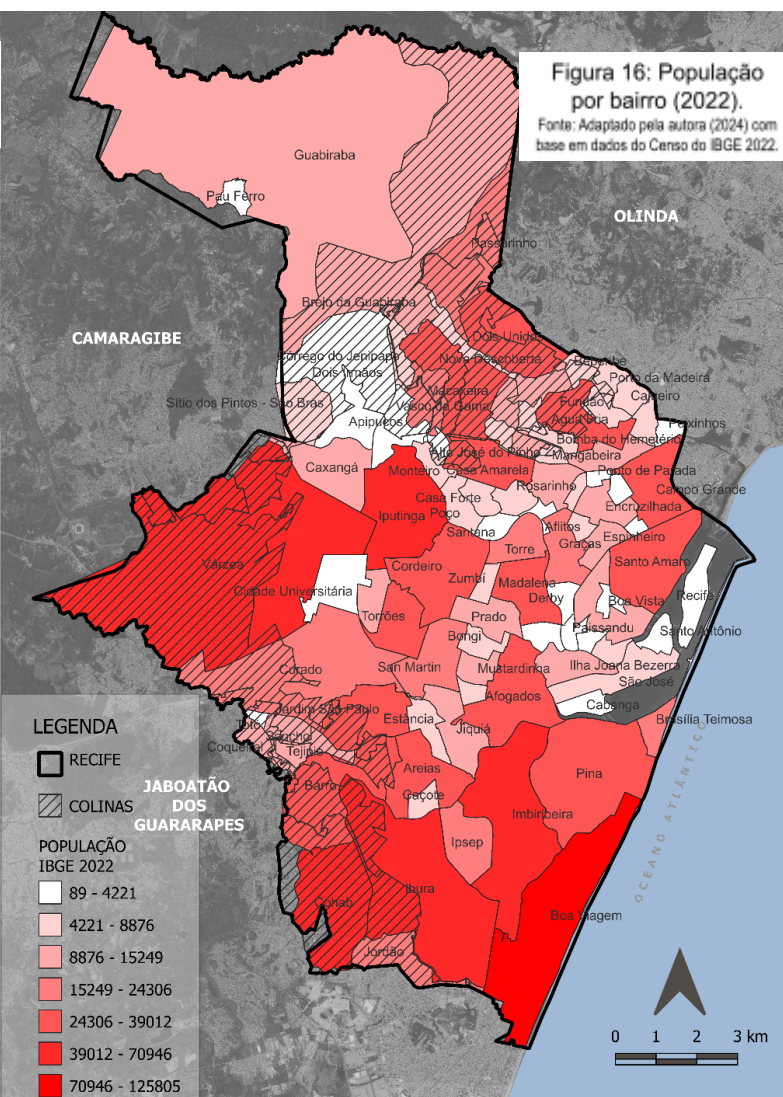
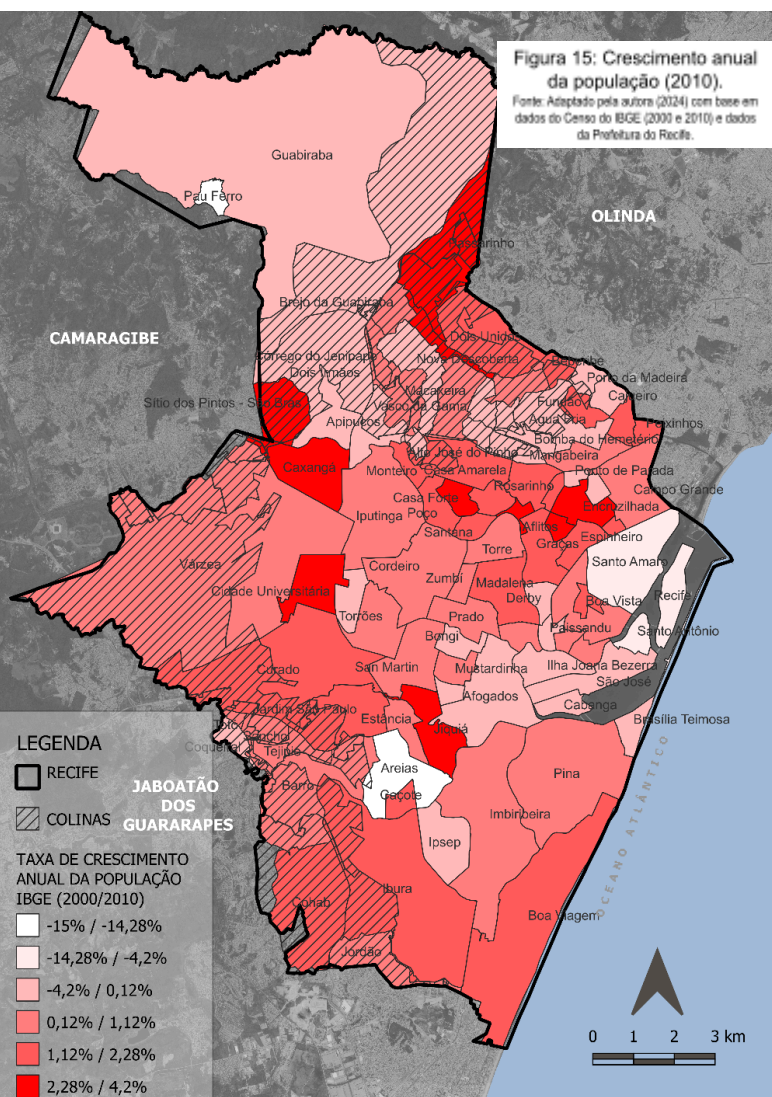


Figuras 11 a 14: Plantas do Recife.

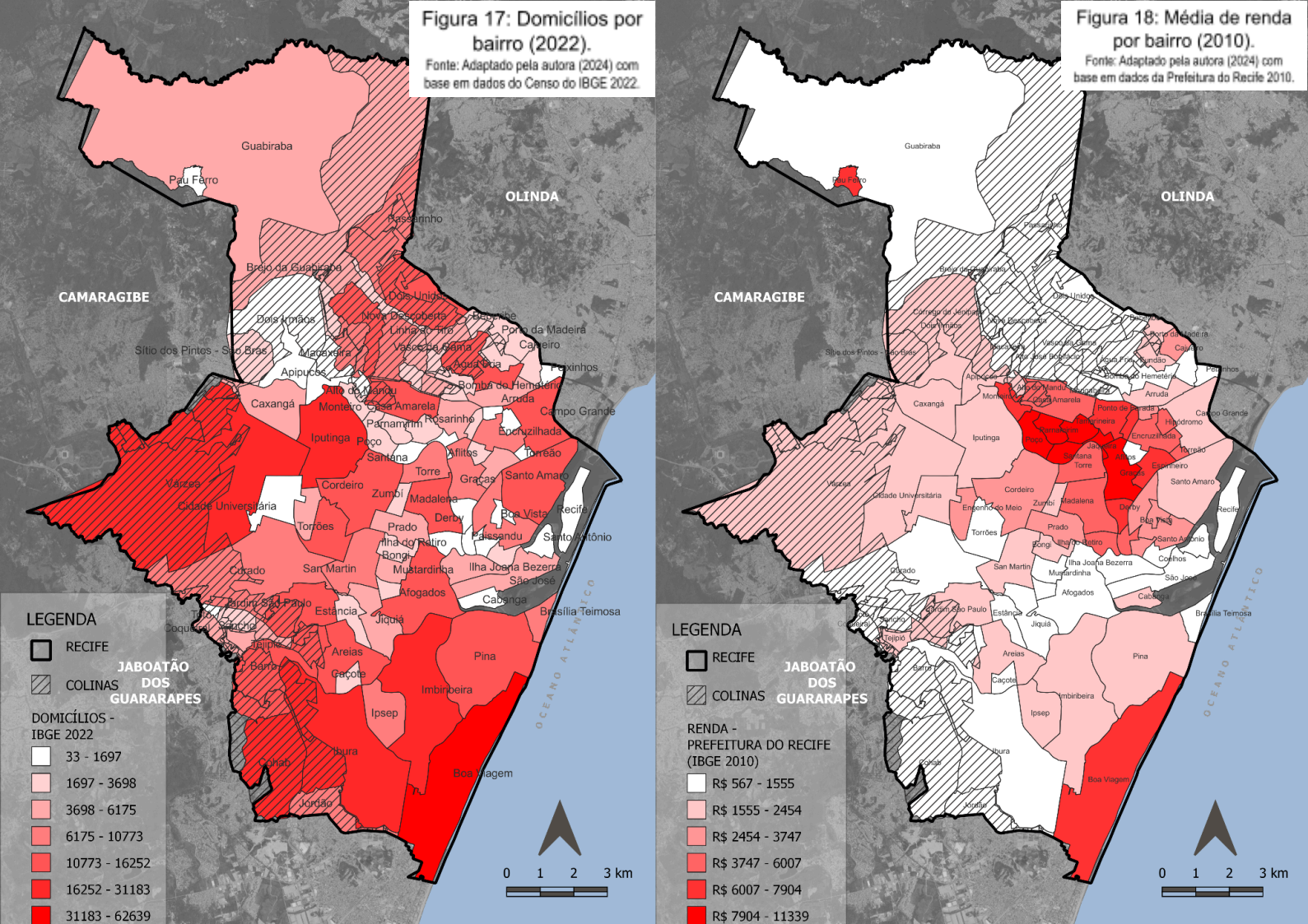




Nesse contexto, o que sobrou para a população habitar foram áreas *non aedificandis*, ou seja, regiões impróprias para construção, geralmente sem o mínimo de infraestrutura necessária. Essa situação reflete o desequilíbrio entre o número de habitantes e a quantidade de habitações disponíveis para moradia (Figuras 15 a 17), agravando assim, o déficit habitacional na cidade. Conforme demonstrado nas figuras abaixo, as áreas mais densamente povoadas do Recife coincidem com aquelas que possuem a maior quantidade de domicílios. No entanto, é evidente a discrepância entre a população residente (Figura 16) e a oferta de moradias (Figura 17), destacando o déficit habitacional em que a cidade está inserida, particularmente em regiões de menor renda (Figura 18). Além disso, a segregação social é claramente perceptível nas representações cartográficas de renda média por bairros da capital pernambucana (Figura 18). Nota-se que as áreas centrais, planas e dotadas de maior infraestrutura concentram os maiores rendimentos, enquanto os bairros periféricos, sobretudo aqueles localizados em morros, apresentam rendas significativamente mais baixas. Essas mesmas áreas de menor renda são também as que abrigam a maior parte da população, evidenciando um padrão de desigualdade urbana e social profundamente enraizado.







Nessa perspectiva, os bairros localizados em áreas de morros (Figura 19) apresentam um crescimento populacional desproporcional em relação à quantidade de domicílios e ao aumento da renda da população. Essa dinâmica evidencia desafios significativos no processo de urbanização, que, em vez de promover melhorias socioeconômicas, muitas vezes resultam na expansão desordenada e na precarização das condições de vida (Figura 19).

O déficit habitacional nessas regiões é agravado pela falta de investimentos em infraestrutura, saneamento e serviços básicos, refletindo diretamente no acesso limitado a moradias dignas. Além disso, o baixo crescimento da renda indica a permanência de dificuldades socioeconômicas, que impactam o acesso da população a oportunidades de emprego e educação.





Figura 19: Morros do Recife, bairro da Cohab (Ibura de cima).

Fonte: Autoral, 2024.



Os assentamentos precários e as ZEIS do Recife apresentam características distintas em virtude de onde estão localizadas na cidade, principalmente nas infraestruturas e serviços entre morros e planícies. Essa diferenciação impacta diretamente na infraestrutura, no acesso a serviços urbanos e na vulnerabilidade socioambiental das comunidades. Os assentamentos situados em áreas centrais e planas enfrentam um déficit distinto daqueles localizados nos morros e encostas. Em regiões centrais, a pressão imobiliária limita as possibilidades de expansão. Por outro lado, as comunidades situadas em áreas de morros apresentam uma realidade marcada pela ocupação irregular em terrenos de alta declividade, o que aumenta a exposição a risco.

A questão hidrográfica do Recife, por exemplo, mediante ao fato da cidade ter sido construída a partir de aterros e os sucessivos processos da canalização do sistema hídrico, geram uma série de problemas em relação a drenagem que, alinhado aos altos índices pluviométricos resultam problemas crônicos de drenagem, favorecendo os alagamentos frequentes nas áreas mais planas da cidade (Figuras 20 e 21). Sob essa ótica, as áreas de morros não são as mais impactadas por inundações (Figura 22), uma vez que suas altas cotas altimétricas favorecem o escoamento da água da chuva, porém sofrem assiduamente com os deslizamentos de barreiras.



Figura 20: Ponto de alagamento na Avenida  
Mascarenhas de Moraes, 2023.  
Fonte: Autoral.

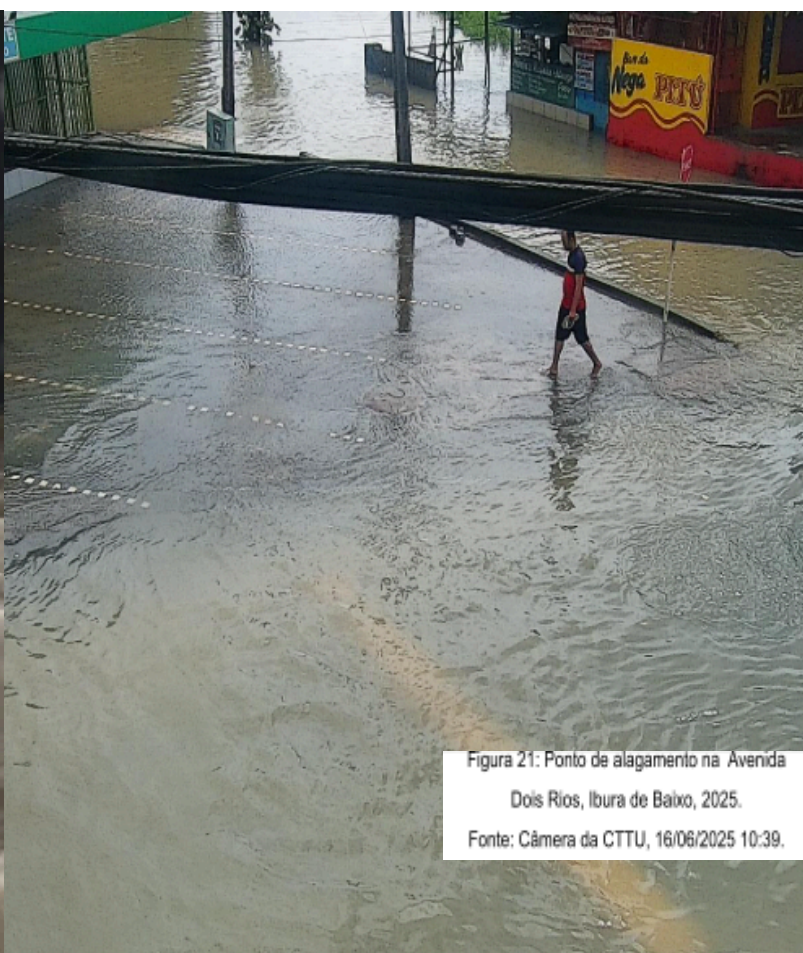
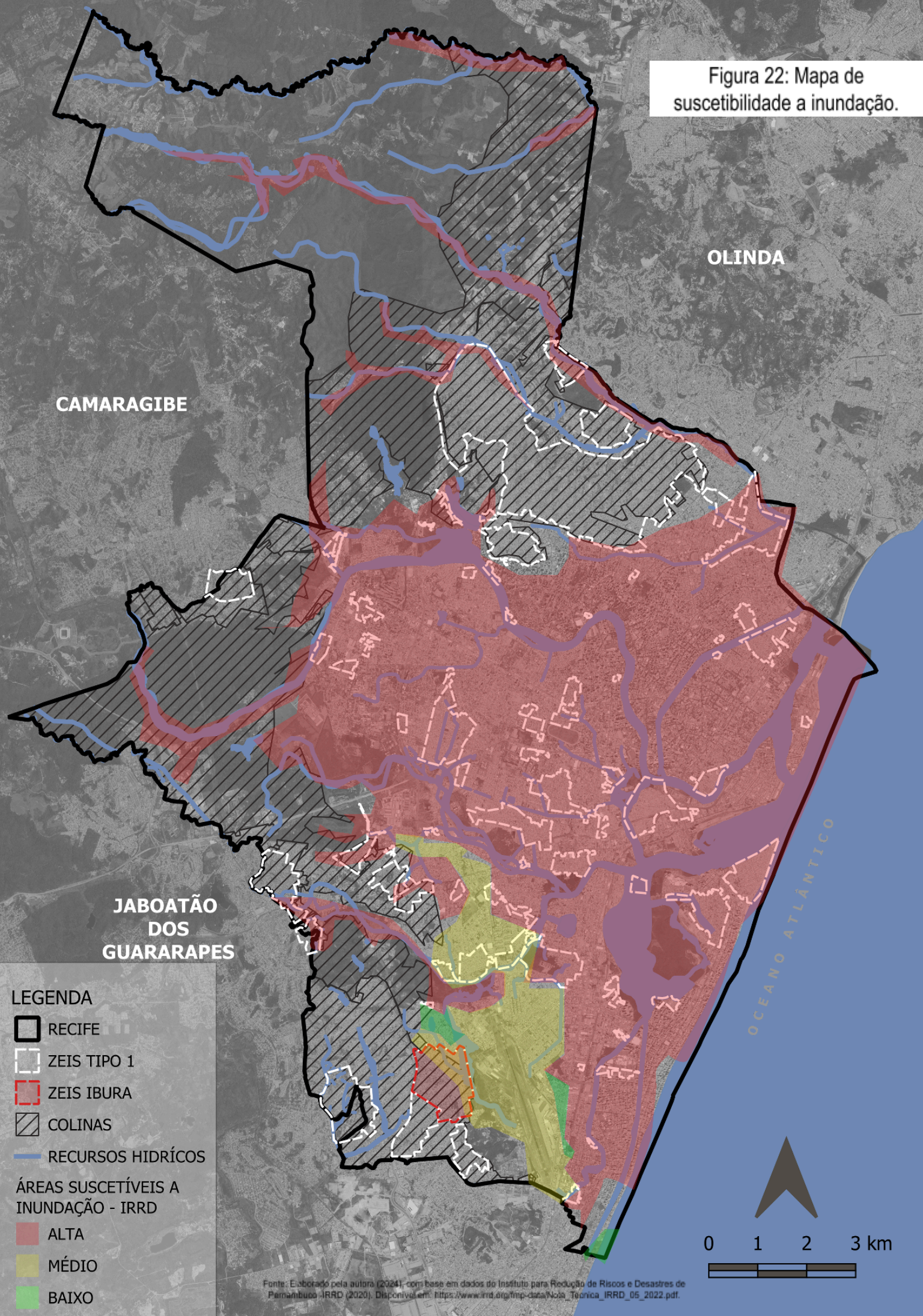


Figura 21: Ponto de alagamento na Avenida  
Dois Rios, Iburá de Baixo, 2025.  
Fonte: Câmera da CTTU, 16/06/2025 10:39.



Figura 22: Mapa de suscetibilidade a inundação.





Em relação a mobilidade urbana, a capital pernambucana apresenta desafios históricos que persistem há várias décadas. Um dos principais fatores que agravam esses problemas é a forte segregação social presente na cidade. As áreas periféricas, especialmente aquelas mais distantes do centro, enfrentam uma carência significativa de opções de transporte em diversos modais. Essa situação é agravada por longos períodos de congestionamento, consequência de um planejamento viário urbano inadequado e insuficiente para atender às demandas crescentes da população. As dificuldades de mobilidade são ainda mais acentuadas nas regiões de morros, onde a escassez de infraestrutura viária adequada compromete a qualidade do deslocamento diário dos moradores. Além disso, grande parte da população residente é majoritariamente dependente do transporte público como meios de locomoção diária. Porém, essas áreas sofrem com a falta de opções de modais de transporte mais eficientes e atraentes, limitando assim ainda mais a acessibilidade e a integração dessas comunidades ao restante da cidade.

Nas Figuras 23 e 24, é possível observar que as principais vias estão concentradas no centro da cidade e apesar de parecer uma malha bem servida existe uma relação “dormitório-deslocamento-trabalho” em áreas de morros que impactam diretamente na qualidade de vida dos moradores. As longas jornadas para deslocamento ao trabalho, alinhado com a uma malha urbana que privilegia os automóveis, dificulta a locomoção da população mais pobre. Além disso, as áreas mais afastadas do centro, especialmente as regiões periféricas, apresentam uma significativa carência de infraestrutura cicloviária, sobretudo em áreas de morros, em que a malha cicloviária é praticamente inexistente (Figura 24).

Outro aspecto relevante é a situação da rede ferroviária do Recife. Apesar de ser amplamente utilizada pela população, esse modal enfrenta uma série de desafios, como o aumento contínuo das tarifas, a qualidade insuficiente dos serviços e as frequentes interrupções causadas por problemas técnicos. Conforme ilustrado nas Figura 24, a malha ferroviária não abrange todo o território municipal, o que resulta em tempos de deslocamento mais longos, especialmente para os moradores das comunidades localizadas nos morros da zona norte e sul da cidade.



Figura 23: Organização viária do Recife.

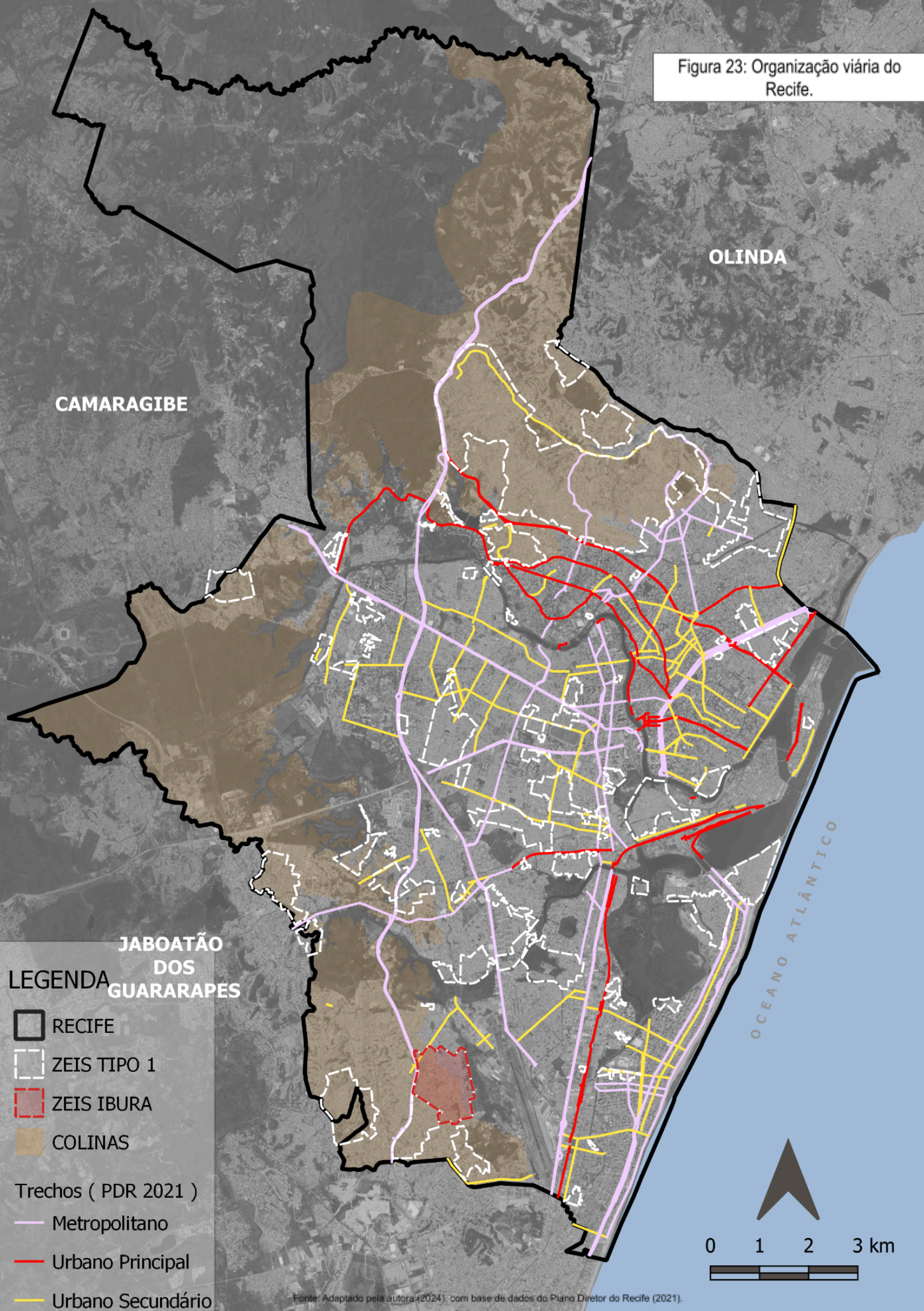
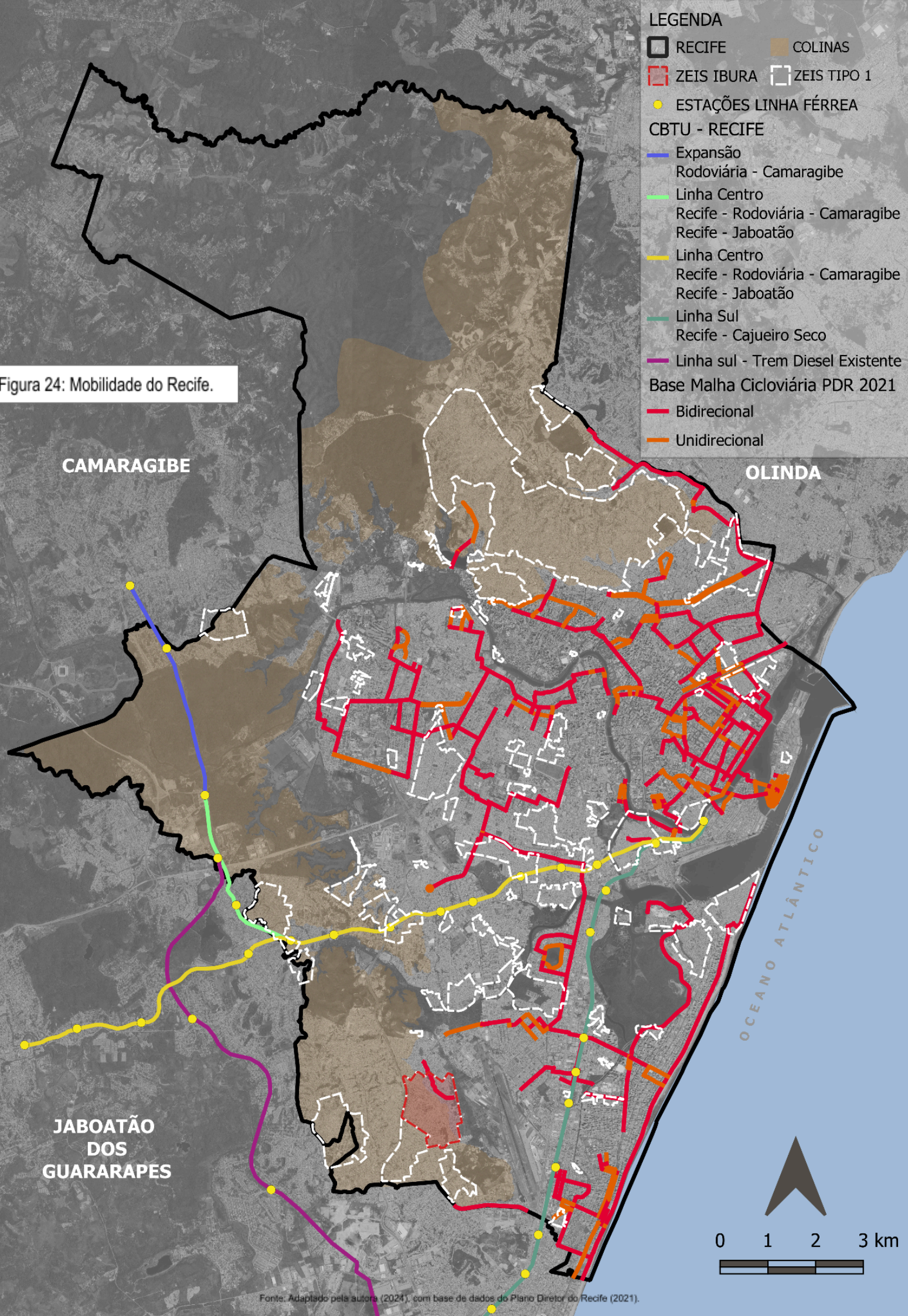




Figura 24: Mobilidade do Recife.





Nos morros, a situação da mobilidade é ainda mais preocupante, as linhas do metrô e trem passam distantes dessas áreas, os condicionantes naturais reforçam a segregação de áreas de morros com o restante da cidade, sobretudo no Ibura, pois está localizado o mais longe das áreas centrais do Recife (Figura 24). As ruas estreitas e as escadarias (Figura 25), maior forma de locomoção nos morros da cidade, desenham o espaço e refletem que a rede de mobilidade urbana no Recife apresenta maior nível de segregação nos morros da zona norte e sul da cidade.

Além disso, a infraestrutura dos sistemas de drenagem e esgotamento sanitário apresenta, em sua maioria, apresentam mais precariedade nas áreas de morros em comparação às regiões planas (Figura 26). Esse cenário é resultado de diversos fatores, entre os quais se destacam a dificuldade de acesso, decorrente das altas cotas topográficas, e a negligência do poder público na implementação e manutenção desses serviços essenciais.

De acordo com o Atlas de Comunidades de Interesse Social (CIS) do Recife (2016), as CIS situadas em áreas de morros, tanto na Zona Norte quanto na Zona Sul, apresentam níveis de precariedade que variam de altos a extremos, quando comparadas às CIS localizadas em regiões planas (Figura 26). Esses dados evidenciam a desigualdade na distribuição da infraestrutura urbana, impactando diretamente a qualidade de vida e as condições de habitabilidade da população residente nessas áreas.

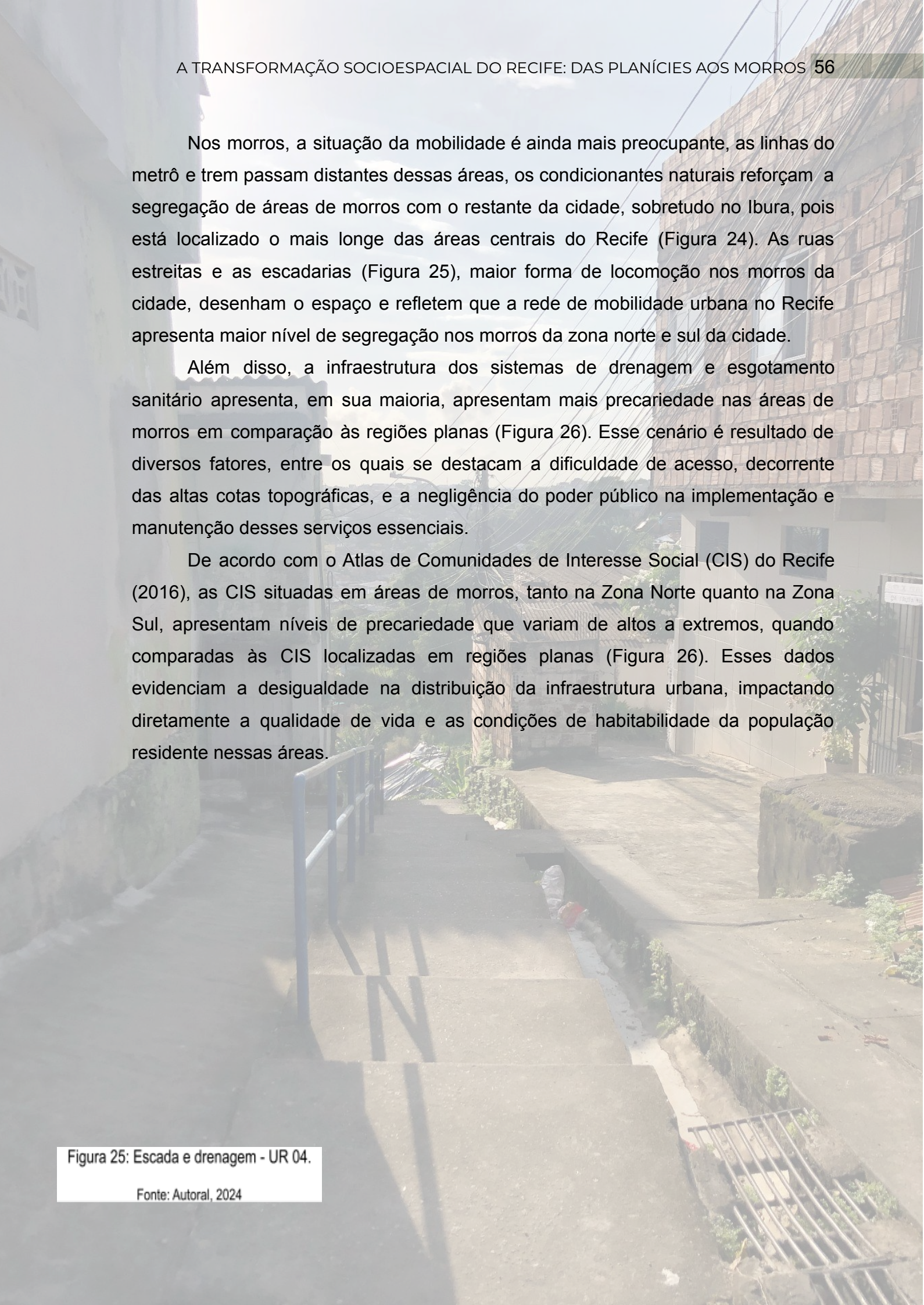
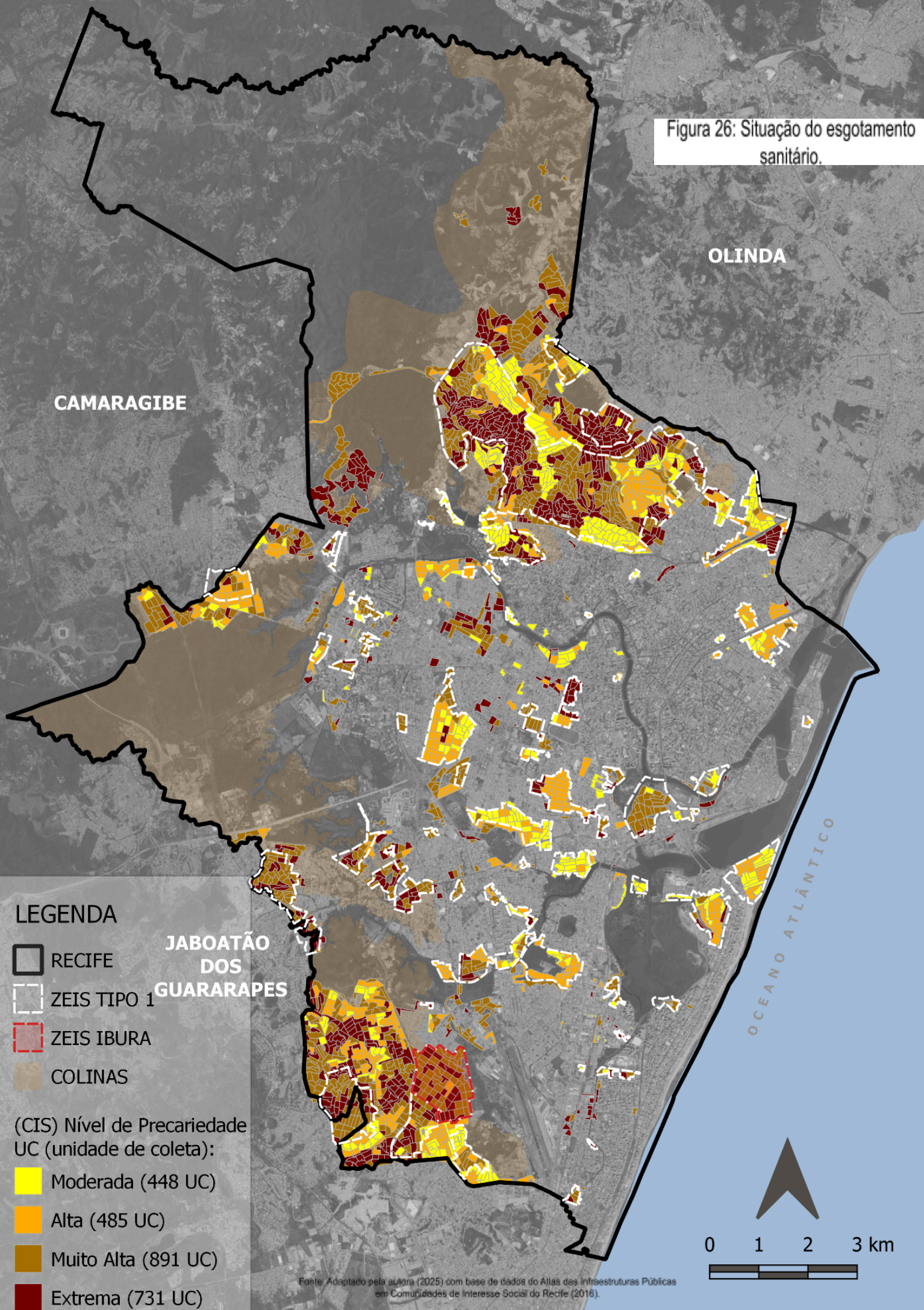


Figura 25: Escada e drenagem - UR 04.

Fonte: Autoral, 2024



Figura 26: Situação do esgotamento sanitário.

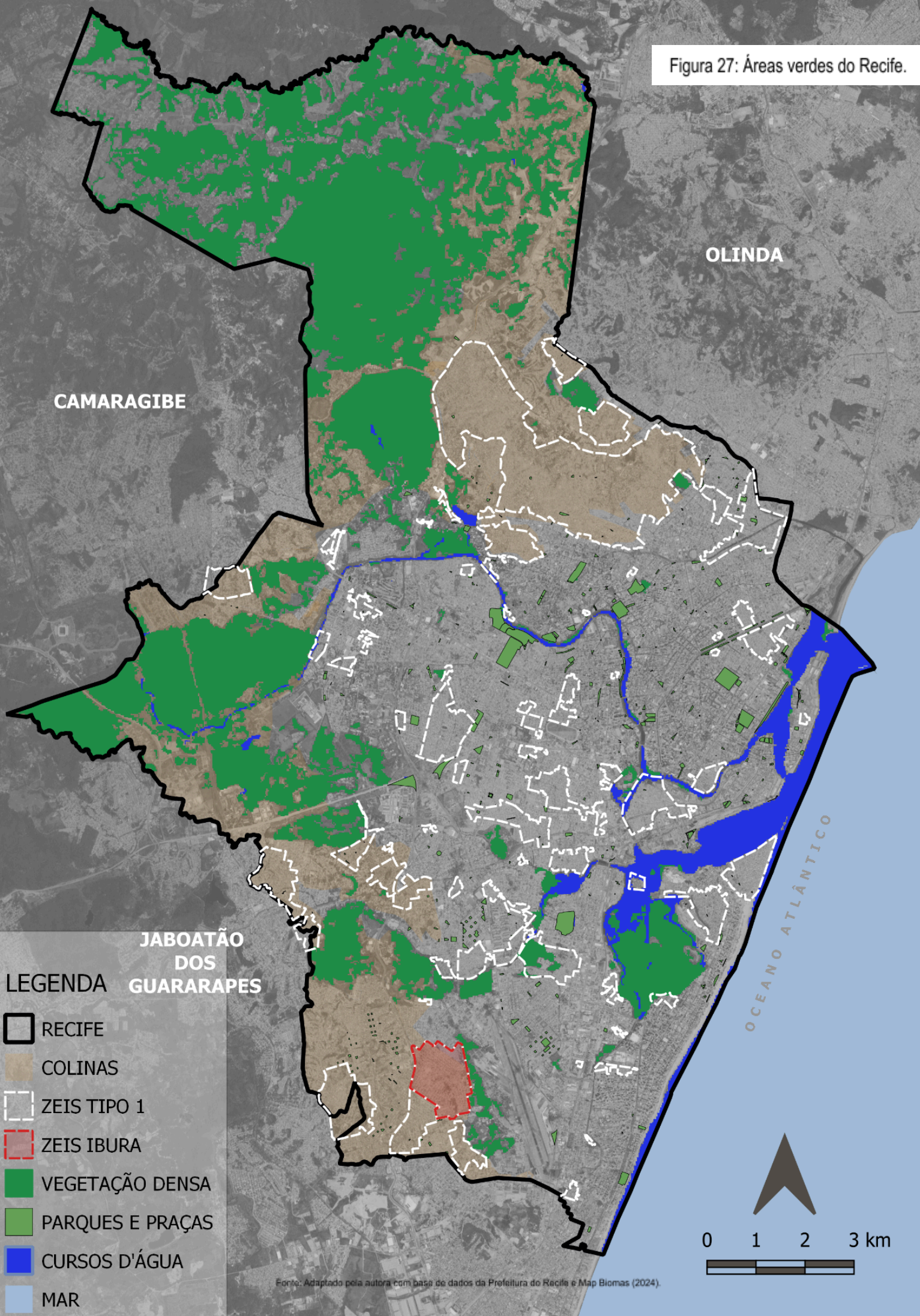


Outro aspecto importante na diferenciação de serviços e infraestruturas em áreas de morros e planícies, são as defasagens de espaços públicos e de lazer como praças e parques em áreas de morros (Figura 27). O processo de urbanização ao longo dos anos resultou na redução significativa da cobertura vegetal, à medida que as áreas verdes foram progressivamente ocupadas por empreendimentos imobiliários e pela própria população devido à autoconstrução. Embora o Recife tenha uma quantidade razoável de praças e parques, há uma evidente discrepância entre a dimensão de espaços verdes e a extensão das áreas urbanizadas, destacando os desafios relacionados e ao equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental.

A ZEIS Ibura, por exemplo, apresenta um déficit significativo de áreas verdes e espaços de lazer, especialmente quando comparada a regiões mais centrais do Recife (Figura 27). Essa carência impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores, limitando as opções de convivência, recreação e práticas esportivas dentro da própria comunidade. A ausência desses espaços obriga a população, especialmente crianças e jovens, a se deslocar para outras regiões da cidade em busca de áreas de lazer adequadas, tornando o acesso ao lazer um privilégio restrito a uma parcela da sociedade.



Figura 27: Áreas verdes do Recife.



#### 1.4 O risco: produto do espaço urbano desigual

Diante do apresentado anteriormente, compreende que a urbanização das unidades geomorfológicas do Recife, sobretudo em áreas morros, é caracterizada pelo crescimento espacial e populacional das cidades. O crescimento populacional e urbano desordenado resultou em sérios problemas relacionados à mobilidade, infraestrutura, déficit habitacional, além da insuficiência de ofertas de serviços que não alcançam toda a população. As ocupações urbanas em áreas com infraestrutura precária, refletem uma realidade de grande parte da população pobre, impulsionada pela necessidade e sobrevivência.

Com o crescimento das cidades, o déficit habitacional<sup>12</sup> se tornou uma característica marcante na vida dos brasileiros, totalizando 6 milhões de moradias em 2022, conforme dados da Fundação João Pinheiro (FJP) (Campos, 2024). Dessa forma, a produção de habitação desenfreada em áreas *non aedificandis* gerou a degradação ao meio ambiente. Desastres ambientais, como enchentes, deslizamentos de barreiras, entre outros, são frutos das intervenções do homem associadas à falta de intervenção do Estado que geram riscos alinhados ao perigo e à vulnerabilidade a qual esses espaços se encontram.

Alheiros *et al* (2003), exemplifica através da Flor de risco (Figura 28) adaptada de Hays (1991) tais conceitos, sendo o risco classificado como a relação tênue entre o perigo (probabilidade de acontecer intempéries), a suscetibilidade (nível de fragilidade), nível de exposição (duração e intensidade) e a vulnerabilidade. Esses pontos delimitam uma iniquidade ambiental de modo que o risco e a vulnerabilidade tem ligação direta com a desigualdade socioespacial.

---

<sup>12</sup> Segundo a Fundação Joaquim Pinheiro (FJP) (s.d.), o déficit habitacional é a falta de acesso à habitação em função de deficiências na propagação de moradas e nas condições das existentes.



Imagem 28: Flor de risco.



Fonte: Hays (1991) in Alheiros *et al* (2003).

No ponto de vista da vulnerabilidade, o Atlas da Vulnerabilidade Social IPEA (2015), destinado como ferramenta de consulta sobre a vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas e brasileiras, alega três índices para uma faixa de vulnerabilidade entre muito baixa a muito alta. Sendo considerados os valores de Capital Humano, Renda e Trabalho e Infraestrutura Urbana para sua medição. De acordo com o Atlas, cerca de 47,7% dos municípios da região Nordeste apresentaram o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) alto, enquanto os outros 32,4% apresentaram o IVS na faixa de muito alto.

De acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a região Nordeste ocupava a segunda posição no número de pessoas em área de risco, com mais de dois milhões de residentes nesses territórios. Ficando atrás apenas da região Sudeste, que apresenta aproximadamente o dobro desse número. Entre os estados do Nordeste, Pernambuco se destaca como um dos três com a maior população em situação de risco, cujo domicílios encontram-se nos municípios monitorados (Tabela 1).

Tabela 1: População do Nordeste em áreas de risco.

| POPULAÇÃO EM ÁREA DE RISCO <sup>13</sup> - NORDESTE (2010) |                 |                                    |                                             |
|------------------------------------------------------------|-----------------|------------------------------------|---------------------------------------------|
| ESTADOS                                                    | POPULAÇÃO TOTAL | POPULAÇÃO (MUNICÍPIOS MONITORADOS) | POPULAÇÃO EM RISCO (MUNICÍPIOS MONITORADOS) |
| BAHIA                                                      | 14.016.906      | 5.138.492                          | 1.375.788                                   |
| PERNAMBUCO                                                 | 8.796.448       | 5.874.875                          | 829.058                                     |
| CEARÁ                                                      | 8.452.381       | 4.887.101                          | 185.749                                     |
| MARANHÃO                                                   | 6.574.789       | 3.484.166                          | 165.291                                     |
| ALAGOAS                                                    | 3.120.494       | 1.475.853                          | 146.637                                     |
| RIO GRANDE DO NORTE                                        | 3.168.027       | 1.458.097                          | 141.105                                     |
| PIAUI                                                      | 3.118.360       | 1.399.526                          | 66.211                                      |
| PARAÍBA                                                    | 3.766.528       | 1.625.353                          | 36.395                                      |
| SERGIPE                                                    | 2.068.017       | 618.372                            | 6.394                                       |
| TOTAL                                                      | 53.081.95053    | 25.962.835                         | 2.952.628                                   |

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Mais de uma década depois, a situação continua na mesma proporção. Apesar de mais políticas públicas e lutas organizadas, Pernambuco continua sendo palco da vulnerabilidade socioambiental. O estudo divulgado pela Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento (SEAM), ligada à Casa Civil da Presidência da República, em parceria com o IBGE, demonstrou que em 2022, os municípios brasileiros em área de risco ambiental aumentaram em relação ao ano de 2012 (León, 2024). Pernambuco passou a ocupar a quinta posição no ranking dos estados com maior número de pessoas em áreas de riscos a desastres. Em relação aos municípios analisados da Região Metropolitana do Recife pelo Censo de 2010, a sede da RMR apresentou o maior número de domicílios e população em risco, sobretudo daqueles localizados em morros e encostas, seguido pelo município de Jaboatão dos Guararapes (Tabela 2).

<sup>13</sup> De acordo com o IBGE, a área de risco é: “uma área passível a ser atingida por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais”. (IBGE, 2018, p.12)



Tabela 2: Municípios da RMR com população e domicílios em área de risco.

| <b>MUNICÍPIOS DO RECIFE ANALISADOS EM ÁREA DE RISCO - (2010)</b> |                                  |                                   |                                   |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| <b>MUNICÍPIOS</b>                                                | <b>NÚMERO DE DOMICÍLIOS 2010</b> | <b>POPULAÇÃO EM ÁREA DE RISCO</b> | <b>DOMICÍLIO EM ÁREA DE RISCO</b> |
| Recife                                                           | 1.537.704                        | 206.761                           | 60.019                            |
| Jaboatão dos Guararapes                                          | 644.620                          | 188.026                           | 57.710                            |
| Igarassu                                                         | 102.021                          | 69.801                            | 20.552                            |
| Olinda                                                           | 377.779                          | 58.605                            | 16.914                            |
| Paulista                                                         | 300.466                          | 41.733                            | 12.641                            |
| Camaraçipe                                                       | 144.466                          | 29.026                            | 8.458                             |
| Abreu e Lima                                                     | 94.429                           | 11.880                            | 3.520                             |
| Moreno                                                           | 56.696                           | 9.373                             | 2.807                             |
| São Lourenço da Mata                                             | 102.895                          | 8.380                             | 2.449                             |
| Ipojuca                                                          | 80.637                           | 6.215                             | 1.683                             |
| Cabo de Santo Agostinho                                          | 185.025                          | 1.585                             | 496                               |
| Ilha de Itamaracá                                                | 21.884                           | 1.487                             | 450                               |
| Goiana                                                           | 75.644                           | 1.404                             | 387                               |
| <b>TOTAL</b>                                                     | <b>3.724.266</b>                 | <b>634.276</b>                    | <b>188.086</b>                    |

Fonte: Censo do IBGE, 2010.

Dentre os municípios monitorados em Pernambuco, Recife possuía 60.019 domicílios em área de risco abrangendo 206.761 pessoas nessas condições, enquanto Jaboatão dos Guararapes possuía 57.710 domicílios em área de risco e 188.026 pessoas nessa situação. Esses municípios são os que mais sofrem nos períodos chuvosos do Recife, muitas vezes não só com perdas materiais, mas também apresentam enorme risco à vida.

Em 2022, o Governo do Estado de Pernambuco divulgou dados referentes às mortes que ocorreram no início do mesmo ano após grande período de chuva, locais dentro dessas áreas de risco, como os bairros da Cohab (Ibura de Cima), Ibura, Guabiraba e Zumbi do Pacheco, foram os locais, em Recife, que apresentaram mais vítimas fatais (Sete, 2022).

Os deslizamentos são eventos recorrentes recorrente na Região Metropolitana do Recife (Figura 29<sup>14</sup>), evidenciando uma realidade marcada por pobreza de serviços básicos de saúde e infraestrutura. A ausência ou fragilidade de políticas públicas, somada à vulnerabilidade socioeconômica da população, que em grande parte dispõe de poucos recursos, contribui significativamente para a intensificação das situações de risco.

A falta de um planejamento ambiental em conjunto com a excessiva ação do homem na natureza e as mudanças climáticas a qual estamos submetidos, aumentam as chances e impulsionam os eventos de desastres ambientais, principalmente em relação a enchentes e deslizamentos de terras.

Dados fornecidos pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife (SEDEC) evidenciam a frequência de deslizamentos de barreiras na cidade de Recife, indicando a procedência e os impactos negativos recorrentes do evento pluviométrico extremo acontecido neste período entre os anos de 2018 e 2023. Na Figura 29, é possível observar a distribuição espacial dos deslizamentos de barreiras ao longo dos anos, destacando a predominância desses eventos nos morros das zonas norte e sul do Recife. As áreas mais afetadas incluem os bairros de Casa Amarela, Cohab (Ibura de Cima) e Ibura, que apresentam uma alta concentração de ocorrências.

Também é possível observar que na zona sul os deslizamentos acontecem com mais frequência nas bordas ou fora das delimitações das ZEIS. Tomando como hipótese que, áreas com limitações urbanísticas em que o Estado atua, mesmo que minimamente, apresentam menos desastres ambientais do que áreas em que o Estado não tem uma responsabilidade mais efetiva para melhorar as condições de habitabilidade e de resiliência aos riscos socioambientais desses espaços.

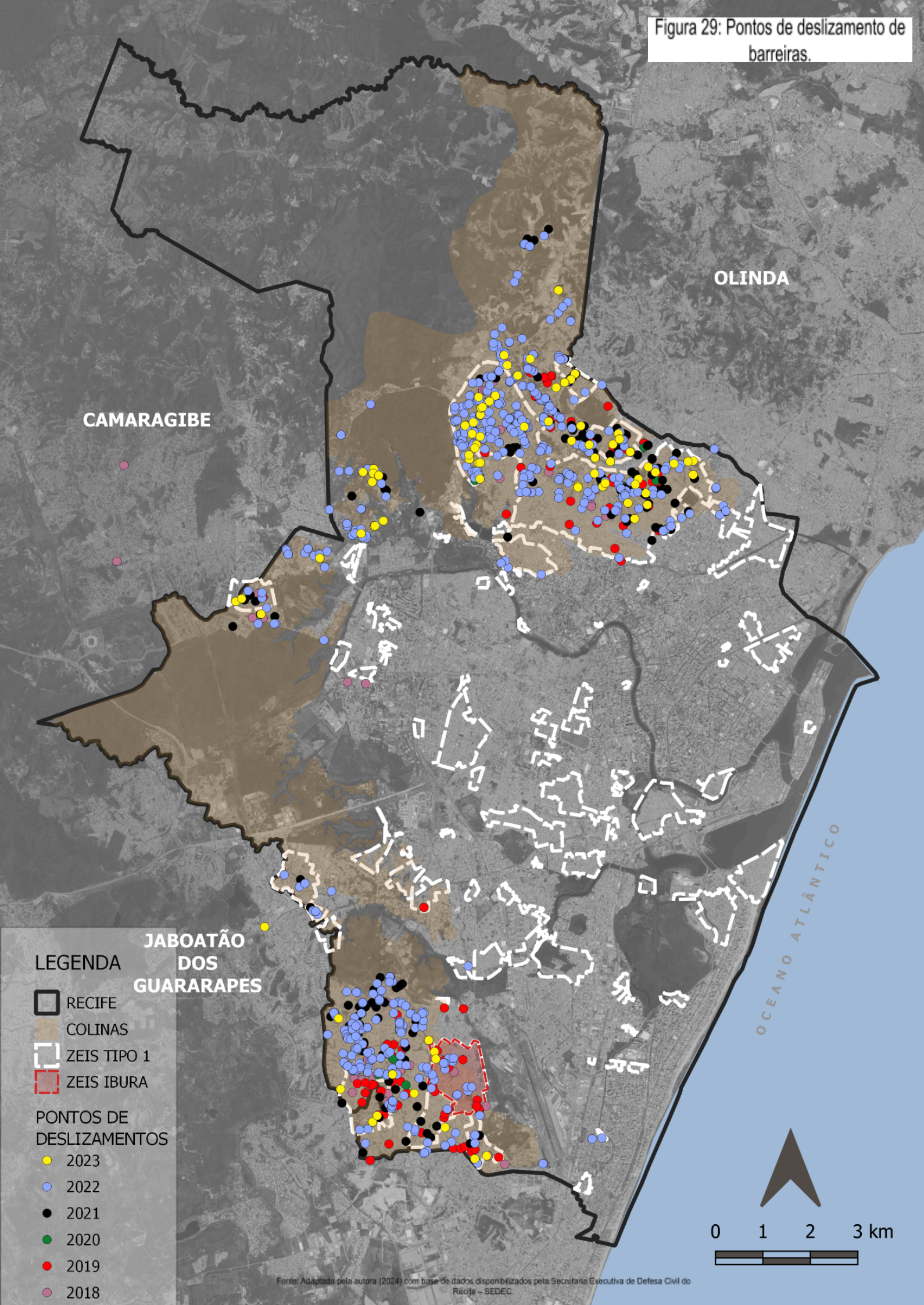
A ZEIS Ibura aparece com menor incidência de deslizamentos em relação ao Ibura de cima (Figura 29), entretanto é possível notar picos da incidência desses acontecimentos nos anos de 2019 e 2022, ano com mais vítimas fatais devido aos desastres.

---

<sup>14</sup> O mapa foi elaborado com base em dados fornecidos pela Defesa Civil do Recife (2024) e desenvolvido por meio de um software de georreferenciamento. Dessa forma, as informações apresentadas podem conter uma margem de erro em relação à localização exata, estando corretamente indicadas na rua correspondente, mas podendo apresentar divergências quanto à numeração específica. Além disso, algumas intervenções podem não estar representadas no mapa devido à ausência de determinadas vias na base cartográfica utilizada.



Figura 29: Pontos de deslizamento de barreiras.



### 1.5 As várias delimitações: assentamentos precários, CIS e ZEIS

A trajetória de urbanização do Recife, e de sua região metropolitana, revela a sistemática expulsão da população pobre das áreas centrais, relegando-as às áreas periféricas desprovidas de infraestrutura adequada, como já citado anteriormente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em 2022, que o Recife era a capital nordestina com maior desigualdade econômica do país, com o índice de Gini<sup>15</sup> a 0,612, enfatizando a disparidade social que é reflexo da formação da cidade. Bastos (s.d.), explica que com a era da industrialização e o movimento migratório, a cidade foi crescendo de modo que a urbanização não conseguiu acompanhar, gerando assim uma “evidente concentração de pobreza”. Essa iniquidade social, portanto, não é algo recente, Recife tem um vasto leque de cadastros das assentamentos precários da cidade desde o início do século XX, que demonstram a representatividade dos assentamentos precários ao longo da história da cidade (Figuras 30 a 33).

O Atlas de Infraestrutura Públicas em CIS do Recife (2016), divulgou dados de mapeamentos realizados entre 1978 e 2014 (Tabela 3), onde é possível notar o aumento gradativo da população residente nesses espaços. Também é destacado um aumento expressivo tanto na quantidade de assentamentos quanto na área ocupada, número de moradias e população residente. Em 1978-1980, foram identificados 73 assentamentos, ocupando 17,71 hectares, enquanto em 2014 esse número subiu para 545 assentamentos ocupando 45,13 hectares. A quantidade de moradias passou de 103.700 para 286.756 e a população de 518.600 para 817.538 pessoas. Além disso, observa-se também um crescimento proporcional em relação à população sobre o Recife, com os assentamentos representando 43,1% da população da cidade em 1980 e alcançando 53,2% em 2014, evidenciando assim, o avanço da informalidade urbana e a consolidação dos assentamentos precários como parte significativa da ocupação do Recife (Tabela 3).

---

<sup>15</sup> O Índice de Gini é utilizado mundialmente para medir a desigualdade e o grau de concentração de renda de um território. É utilizada uma escala entre 0 e 1, sendo mais próximo de 1 mais desigual e mais próximo de 0 como menos desigual.



Tabela 3: Mapeamento de assentamentos precários do Recife.

| DADOS DE CADASTROS E MAPEAMENTOS DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS DO RECIFE |                                           |                                     |                          |                                                      |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------------|
| ITENS                                                                 | CADASTROS DE ASSENTAMENTOS DE BAIXA RENDA | CADASTRO DE ASSENTAMENTOS POPULARES | CADASTRO DE ÁREAS POBRES | MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES DE INTERESSE SOCIAL (CIS) |
|                                                                       | 1978 - 1980                               | 1988 - 1991                         | 1998 -2000               | 2014                                                 |
| QUANTIDADE                                                            | 73                                        | 489                                 | 420                      | 545                                                  |
| ÁREA OCUPADA (ha)                                                     | 17,71                                     | 33,10                               | 34,16                    | 45,13                                                |
| % ÁREA OCUPADA SOBRE O RECIFE                                         | 8,1                                       | 15,1                                | 15,6                     | 20,4                                                 |
| MORADIAS                                                              | 103.700                                   | 166.170                             | 191.450                  | 286.756                                              |
| % MORADIAS SOBRE O RECIFE                                             | 42                                        | 54,3                                | 50,9                     | 60,9                                                 |
| POPULAÇÃO                                                             | 518.600                                   | 630.850                             | 727.510                  | 817.538                                              |
| % POPULAÇÃO SOBRE O RECIFE                                            | 43,1                                      | 48,6                                | 51,1                     | 53,2                                                 |

Fonte: Atlas de Infraestrutura Públicas em CIS do Recife, 2016, p. 20, 22 e 24.

Nas Figuras 30 a 33, a partir da comparação de dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Geográficas das Assentamentos Precários da Região Metropolitana do Recife (SIGAP- RMR)<sup>16</sup> e do Mapeamento de CIS do Recife, é notório a expansão territorial dos assentamentos precários na cidade, sobretudo nos morros. Apesar de na década de 1970 (Figura 30) a Zona Norte do Recife já apresentar uma vasta ocupação, houve um aumento significativo no final da década de 1990 (Figura 32), chamando atenção para a expansão dos assentamentos precários na Zona Sul do Recife.

Comparando com os dados mais recentes de mapeamento de assentamentos precários, de 2014 (Figura 33), observa-se uma ampla ocupação de Comunidades de Interesse Social (CIS) em áreas de morros, que chegam a predominar nesses territórios. Esse retrato evidencia como essas regiões estão inseridas em um contexto marcado pela precariedade. As CIS são um termo criado pela prefeitura e

<sup>16</sup> O SIGAP-RMR foi desenvolvido pelo Observatório PE, Núcleo Recife da Rede do INCT Observatório das Metrópoles, entre os anos de 2004 e 2007 e conta com uma base de dados, resultante de levantamentos realizados nos assentamentos precários nos anos de 1978, 1988 e 1998.

que atualmente vem se comparando ao mesmo patamar de um assentamento precários, pois as mesmas reconhecem vários agrupamentos e níveis diferenciados de precariedade.

Diante desse cenário, é possível compreender que grande parte da produção informal de moradias no Recife ocorreu nos morros. A ocupação dessas áreas foi impulsionada pela falta de acesso à moradia formal, levando famílias de baixa renda a se instalarem em regiões de alta declividade, frequentemente sem planejamento urbano adequado, saneamento básico ou infraestrutura necessária para garantir condições seguras de habitabilidade.



Figura 30: Assentamentos precários do Recife em 1978.

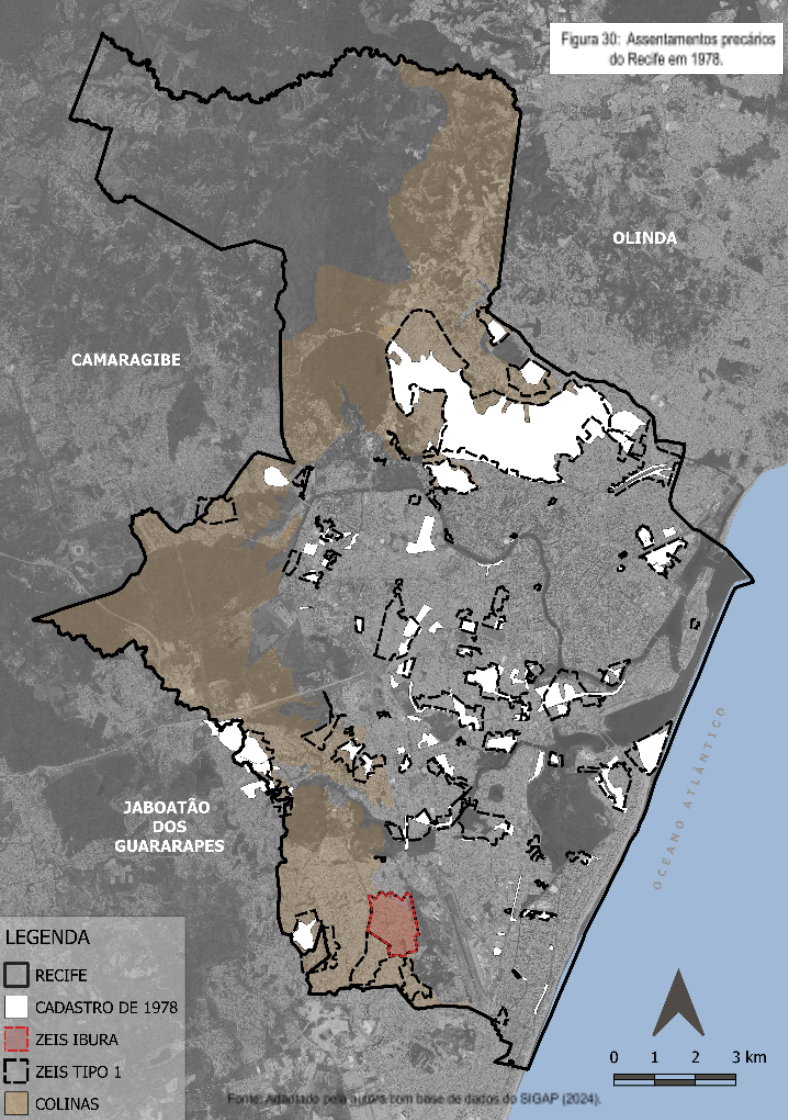


Figura 31: Assentamentos precários do Recife 1988.

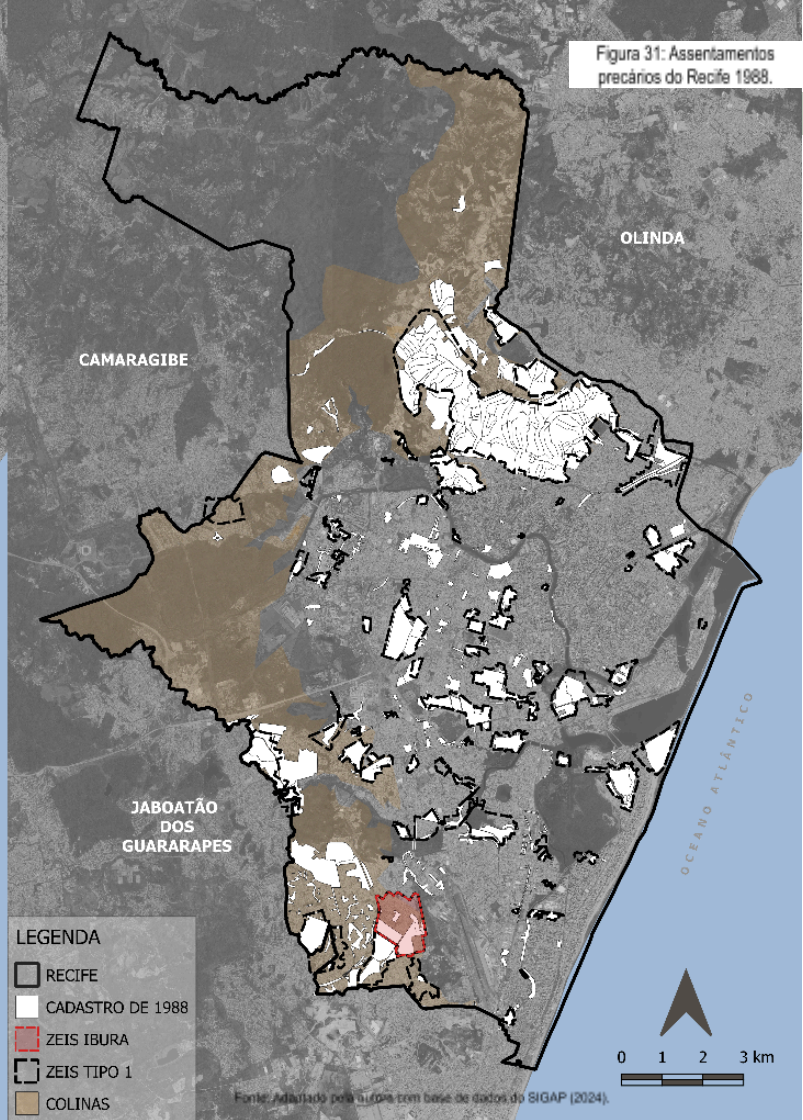


Figura 32: Assentamentos precários do Recife 1998.

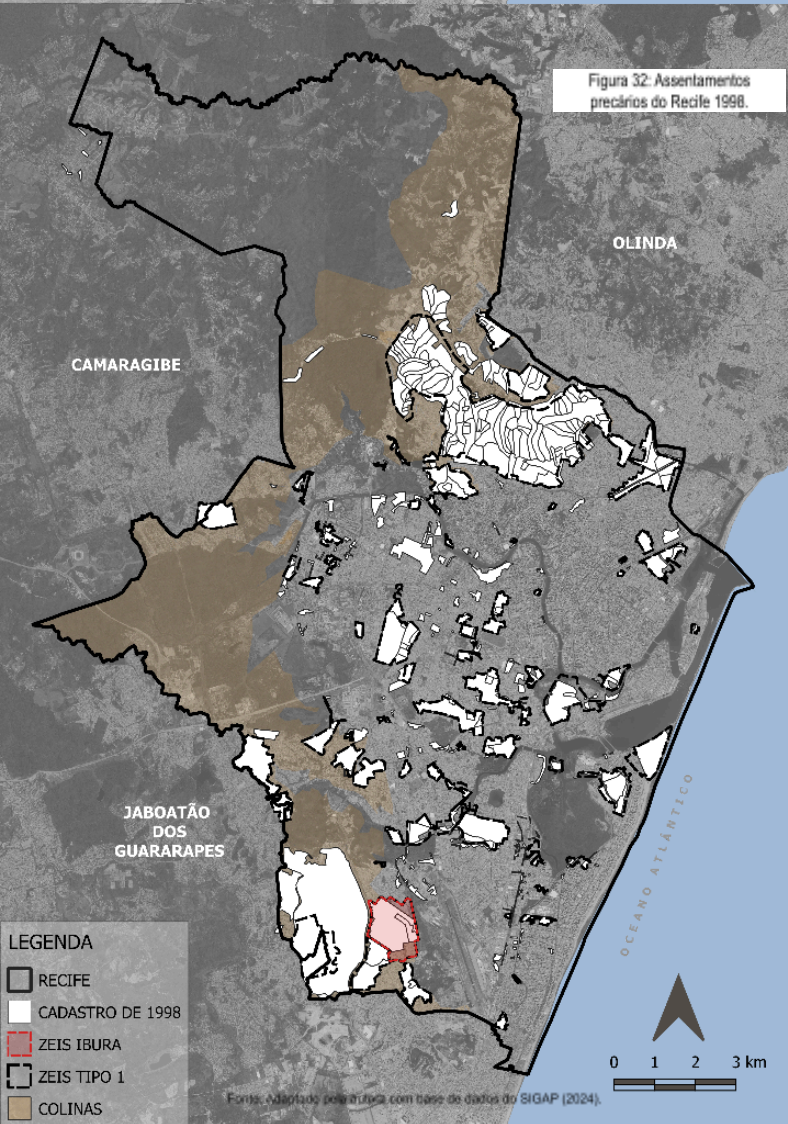
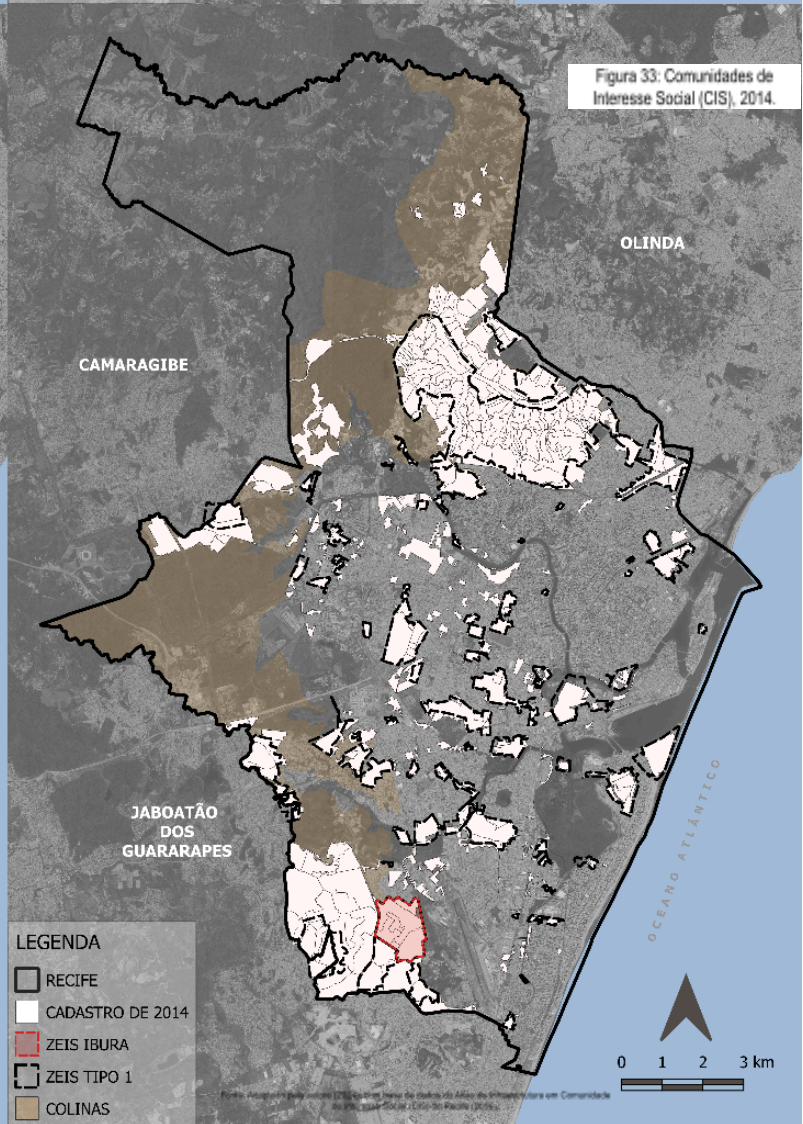


Figura 33: Comunidades de Interesse Social (CIS), 2014.





Os assentamentos precários e CIS representam a necessidade de proteção e permanência dos moradores dessas regiões. Nesse contexto, pode-se citar as ZEIS, uma política pública promulgada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), Lei nº 1411/1983, que institucionalizou 27 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em 1983. A legislação urbanística que criou as ZEIS é considerada uma iniciativa pioneira, pois representa uma importante conquista dos movimentos sociais pelo acesso ao Direito à Cidade (Rocha *et al.*, 2022).

Com as ZEIS alcançando o mesmo status das outras zonas, o Recife avançou para uma posição de vanguarda em termos de legalização urbanística e fundiária, conforme observado por Rocha *et al* (2022). Esse avanço ocorreu cinco anos antes da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu como competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a promoção de programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (Artigo 23, parágrafo IX). De acordo com Albuquerque (s.d., p. 8), essa foi a primeira vez que o governo reconheceu formalmente a existência das favelas, respondendo às demandas por melhorias e Direito à Cidade apresentadas pelos movimentos populares.

As Zona de Interesse Social (ZEIS) têm um papel fundamental, pois garantem o acesso à moradia da população residente, evitando que as mesmas sofram com especulação imobiliária e expulsão de suas terras. Além de reconhecer a responsabilidade que o poder público deve ter em relação a ofertas de serviços básicos, de infraestrutura e de direito à moradia (Rocha e Lima, 2024). Ao longo dos anos a quantidade de ZEIS foi aumentando para suprir as necessidades, reivindicações e zelar pela proteção dos moradores. Além disso, muitos dos territórios das ZEIS se encontram em áreas de baixa renda na cidade, em mangues, áreas alagadas ou de encostas.

Pode-se resumir que a trajetória de urbanização de favelas do Recife foi marcada pela segregação socioespacial, advinda de uma herança colonial, patrimonial e pelos assentamentos precários, muitos dos quais reconhecidos como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e Comunidades de Interesse Social (CIS). Além das ações por parte da população que se recorre a autoconstrução como solução ao déficit habitacional e às ações do Estado que inserem um mínimo de infraestrutura nesses espaços, pontos explicados por Corrêa (1995) que traduzem a evolução das favelas em uma progressiva urbanização.

Atualmente, o Recife possui 70 ZEIS do tipo 1 (zonas de assentamentos precários consolidados) e 21 ZEIS tipo 2 (terrenos vazios destinados a programas de interesse social). Das ZEIS tipo 1, 12 (doze) estão situadas em morros, concentradas majoritariamente nas unidades de paisagem “colinas” da zona norte (Casa Amarela, Dois Unidos, Linha do Tiro, Alto do Mandu/Alto de Santa Isabel, Fundão de Fora e Rosa Selvagem) e da zona sul (Ibura, Jordão, UR-05 Três Carneiros, Alto da Jaqueira, Greve Geral, Coqueiral, Planeta dos Macacos e Tejiptó) da cidade (Figura 34). Embora as áreas de morros não enfrentam pressões do mercado imobiliário formal ou preocupações de expulsão por esse motivo, elas estão extremamente vulneráveis a riscos socioambientais que comprometem o acesso ao Direito à Cidade, sobretudo ameaçam o direito à vida, evidenciando a necessidade urgente de intervenções que assegurem condições dignas de habitação e infraestrutura para essas populações. No Plano Diretor de 2021, 21 zonas tiveram seus perímetros ampliados (Figura 34) sendo em grande parte localizadas em áreas de disputa territorial, além de serem áreas ocupadas pela população pobre devido ao déficit habitacional, inflamado pela ausência de políticas públicas e lutas pela regularização fundiária.

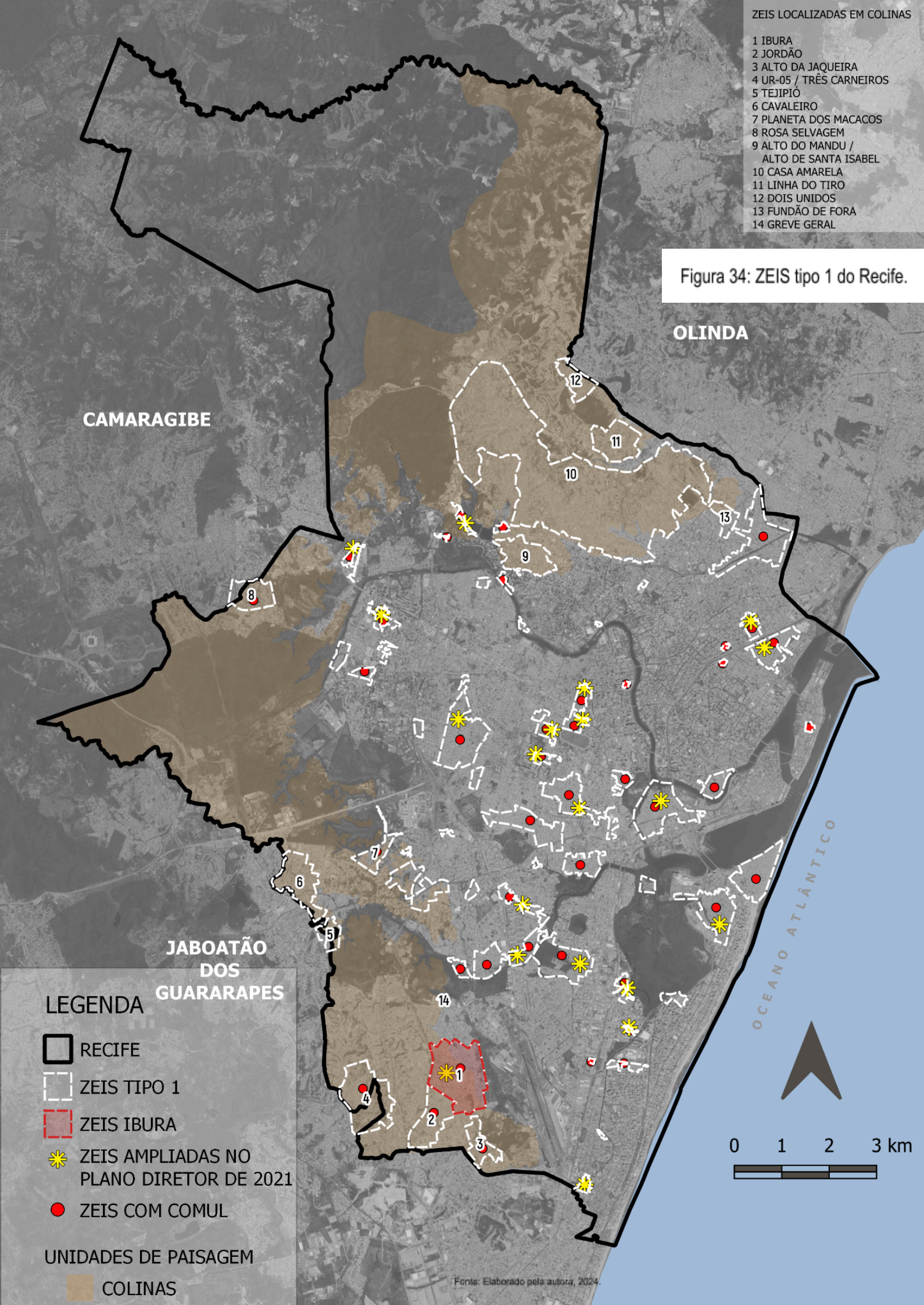
Realizando uma comparação com a geomorfologia do Recife, definidos pelas suas unidades de paisagem expostas pelo Atlas com os limites das ZEIS (Figura 8), é possível notar que as mesmas se concentram, em sua maioria, localizadas entre as unidades de paisagem estuarina e planícies. Esses territórios são caracterizados por serem locais em que a população se encontra em maior situação de vulnerabilidade socioambiental e de constantes conflitos com o mercado imobiliário pela luta de terras e permanência em suas residências.

Outro aspecto relevante a ser mencionado é que, dentre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ampliadas (Figura 34), apenas duas estão localizadas em áreas de morros: a ZEIS Ibura e a ZEIS Jordão. Essas zonas, que anteriormente constituíam uma única unidade, tiveram seus perímetros não apenas expandidos, mas também desmembrados, considerando as especificidades territoriais e população e líderes comunitários.



- ZEIS LOCALIZADAS EM COLINAS
- 1 IBURA
  - 2 JORDÃO
  - 3 ALTO DA JAQUEIRA
  - 4 UR-05 / TRÊS CARNEIROS
  - 5 TEJIPIÓ
  - 6 CAVALEIRO
  - 7 PLANETA DOS MACACOS
  - 8 ROSA SELVAGEM
  - 9 ALTO DO MANDU / ALTO DE SANTA ISABEL
  - 10 CASA AMARELA
  - 11 LINHA DO TIRO
  - 12 DOIS UNIDOS
  - 13 FUNDÃO DE FORA
  - 14 GREVE GERAL

Figura 34: ZEIS tipo 1 do Recife.



LEGENDA

- RECIFE
- ZEIS TIPO 1
- ZEIS IBURA
- ZEIS AMPLIADAS NO PLANO DIRETOR DE 2021
- ZEIS COM COMUL

- UNIDADES DE PAISAGEM
- COLINAS

## **1.6 Zoneamento: reflexo e condicionante do espaço urbano desigual**

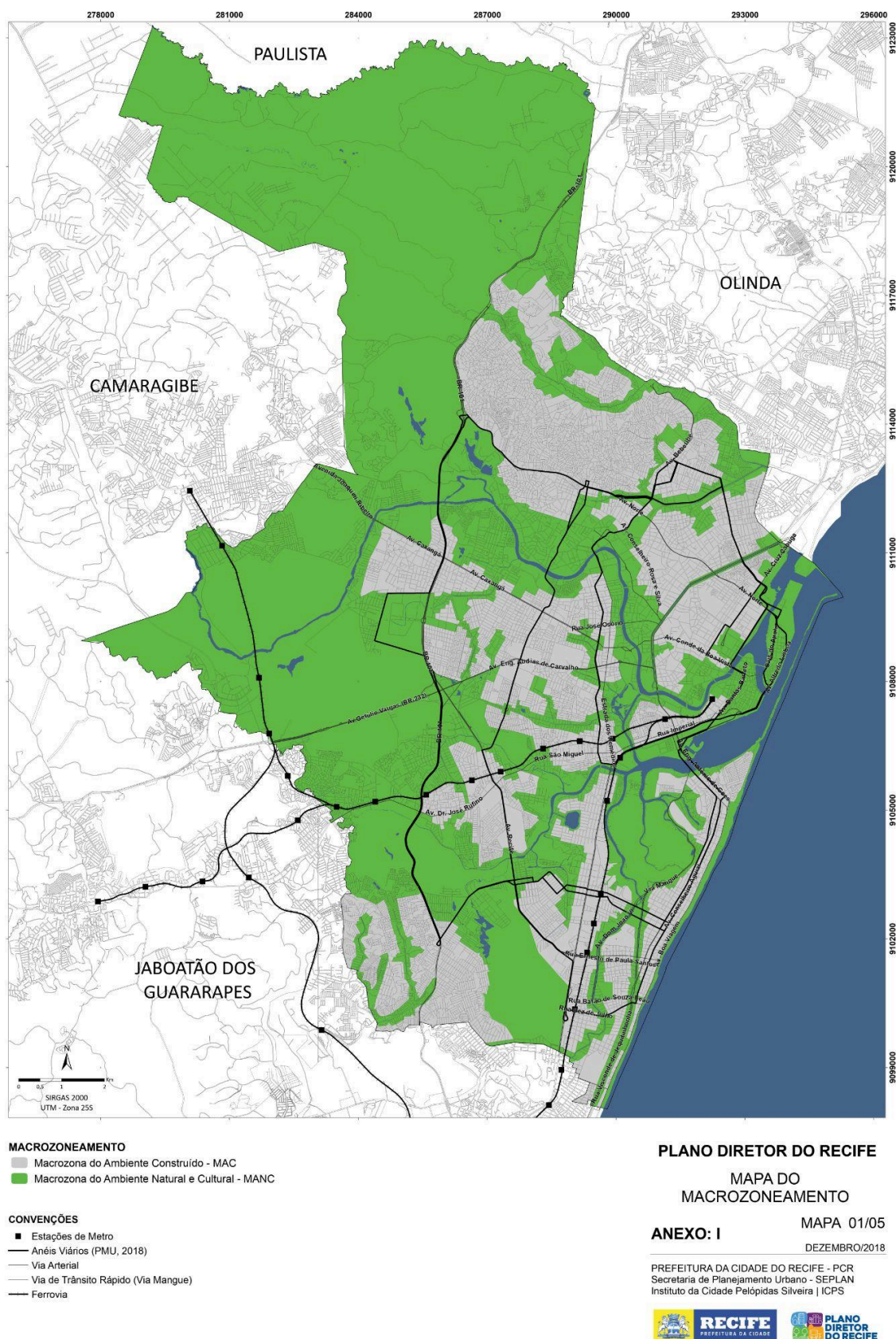
Após a análise espacial da questão morfológica e da estrutura da malha urbana, fica evidente que a legislação reflete o processo de geomorfologia e da estrutura tipológica da cidade. O ordenamento territorial atual do Recife, estabelecido pelo Plano Diretor, atualizado em 2021, visa “a compartimentação territorial do Recife a partir das estratégias desenvolvidas para a cidade e da melhor utilização a ser dada às diferentes áreas do território (...)” (Lei Complementar nº 2/2021, Art. 21), de modo que cidade está dividida em duas macrozonas e essas refletem a questão geomorfológica e de evolução da malha urbana (Figura 35): Macrozona de Ambiente Natural e Cultural (MANC) e Macrozona de Ambiente Construído (MAC).

A MANC considera os espaços de preservação em que existem maciços vegetais, águas, patrimônio histórico e cultural e áreas de fragilidade ambiental, já a MAC está relacionada a áreas predominantemente urbanas, em que os conjuntos edificados ou com capacidade para edificação prevalecem.

Dentro das macrozonas existem outras zonas (Figura 36) que são, praticamente, o detalhamento do pico de ocupação e o detalhamento histórico cultural em que a cidade se desenvolveu. O centro histórico continua agregando um espaço maior e as ZEIS continuam a passar por pressão em áreas que estão mais valorizadas.



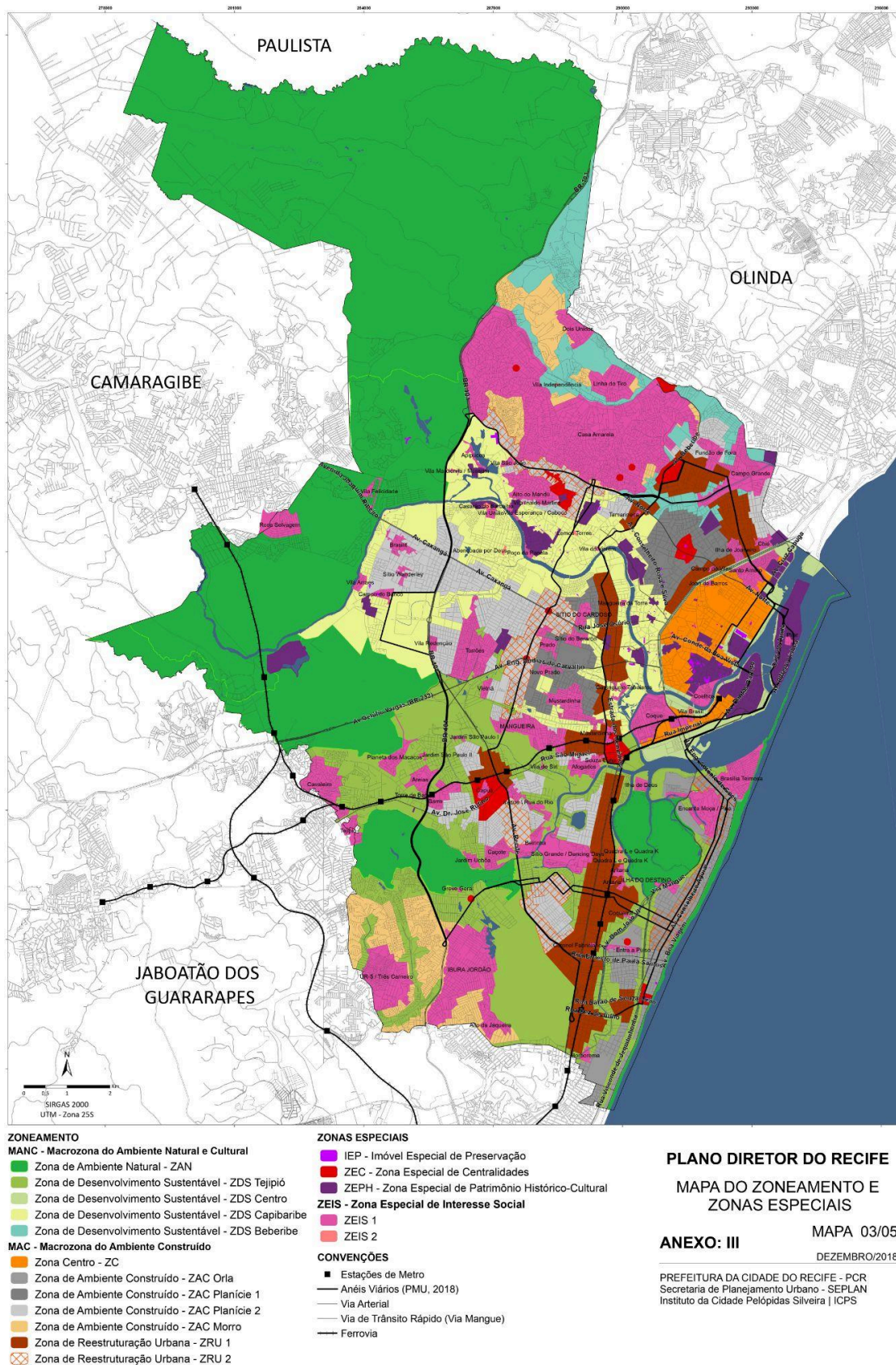
Figura 35: Macrozoneamento do Recife.



Fonte: Extraído do Plano Diretor do Recife. Publicação no Diário Oficial de 24 de abril de 2021, p. 14. Também disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/plano-de-ordenamento-territorial>.



Figura 36: Zoneamento e Zonas especiais do Recife.



Fonte: Extraído do Plano Diretor do Recife. Publicação no Diário Oficial de 24 de abril de 2021, p. 15. Também disponível em: <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/plano-de-ordenamento-territorial>.



A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife (LEI Nº 16.176/96), que compõe uma série de regras urbanísticas da cidade, desde 1996, vem passando por revisão no primeiro semestre de 2025. Através de oficinas e séries de reuniões sobre o assunto, a “Minuta de Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Recife” (Recife, 2025), tem como um dos pontos abordados a subdivisão das ZEIS tipo I em: planícies e morros (Figura 37).

“I - ZEIS 1 Planície - corresponde às ZEIS situadas em áreas predominantemente planas da cidade cujas intervenções do ponto de vista ambiental devem priorizar o combate a situações de incidência de alagamentos;  
II - ZEIS 1 Morros - corresponde às ZEIS situadas em áreas de morros cujas intervenções do ponto de vista ambiental devem priorizar o combate a situações de incidência de deslizamentos de encostas.” (Caderno de proposta da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, 2025, p. 10).”

Essa subdivisão é um reflexo da necessidade de planejar urbanizar os territórios urbanos com base nas realidades específicas em que esses se inserem. Essa distinção busca reconhecer as particularidades físicas, sociais e históricas de cada localidade, considerando os desafios enfrentados cotidianamente por seus moradores. Ao segmentar os territórios segundo suas características, torna-se possível propor intervenções mais adequadas, eficientes e sensíveis às demandas locais, promovendo, assim, uma urbanização mais justa e inclusiva.

Além da subdivisão das ZEIS em áreas de morros e planícies, também foi proposta a criação de 14 novas ZEIS do Tipo I, bem como a ampliação de outras duas já existentes (Tabela 4). Essas medidas representam um avanço significativo no reconhecimento e na regularização de territórios ocupados por populações de baixa renda, reforçando o compromisso com a inclusão socioespacial e o Direito à Cidade.

Tabela 4: ZEIS do Recife.

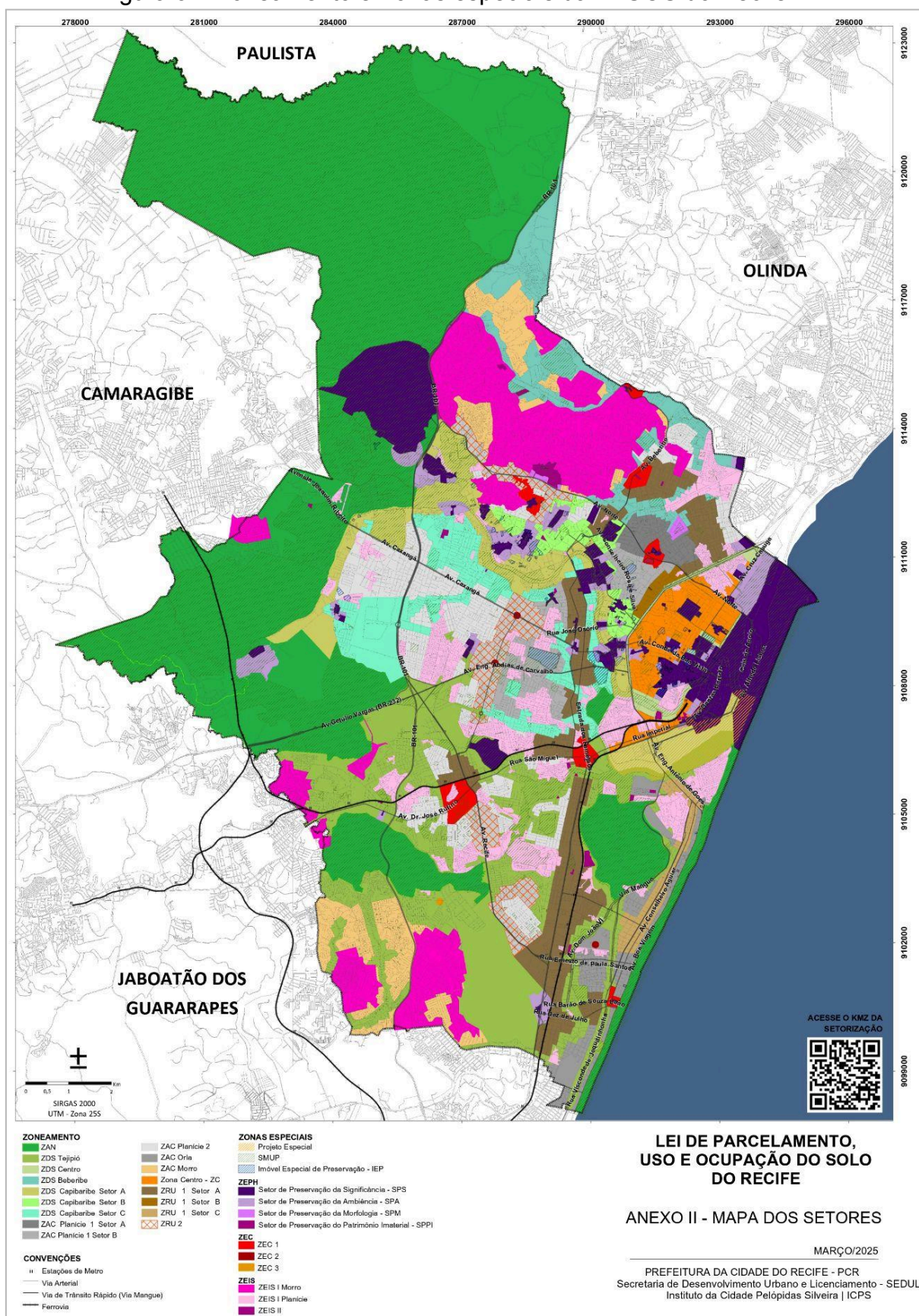
| ZEIS TIPO I - PDR<br>(70) |                        |                                   | ZEIS TIPO II - PDR<br>(21)                                        | NOVAS ZEIS TIPO I<br>INCLUÍDAS NA<br>LPUOS RECIFE 2025<br>(14) |
|---------------------------|------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Afogados                  | Coronel<br>Fabriciano  | Prado                             | Abençoada por<br>Deus                                             | Sítio Forte/Coreia                                             |
| Alto da<br>Jaqueira       | Dois Unidos            | Rosa<br>Selvagem                  | Lemos Torres                                                      | Feira Velha do Cordeiro                                        |
| Alto do<br>Mandu          | Encanta Moça /<br>Pina | Rua do Rio /<br>Iraque            | Quadra K e L                                                      | Chamego                                                        |
| Apipucos                  | Entra a Pulso          | Santo Amaro                       | Souza Luna                                                        | Chamego                                                        |
| Areias                    | Fundão de Fora         | Sítio do<br>Berardo               | Torre de Babel                                                    | Clotilde de Oliveira                                           |
| Aritana                   | Greve Geral            | Sítio do<br>Cardoso               | Vila Brasil                                                       | Santa Luzia                                                    |
| Barro                     | Ibura                  | Sítio Grande<br>/ Dancing<br>Days | Vila Independência                                                | Vila Brasil                                                    |
| Beirinha                  | Jordão                 | Sítio<br>Wanderley                | Casarão do<br>Barbalho                                            | Rosarinho                                                      |
| Borborema                 | Ilha de Deus           | Tamarineira                       | Conjunto<br>Habitacional<br>Travessa do<br>Gusmão                 | Vilas Boas                                                     |
| Brasília<br>Teimosa       | Ilha de Joaneiro       | Tejipió;                          | Conjunto<br>Habitacional Sérgio<br>Loreto                         | Sete Mocambos                                                  |
| Brasilit                  | Ilha do Destino;       | Torrões                           | Conjunto<br>Habitacional<br>Condomínio Dom<br>Helder Câmara       | Sítio dos Pintos                                               |
| Caçote                    | Jardim São<br>Paulo I  | Ur-5 / Três<br>Carneiros          | Conjunto<br>Habitacional<br>Imbiribeira I                         | Córrego da Fortuna                                             |
| Campo do<br>Banco         | Jardim São<br>Paulo II | Vietnã                            | Conjunto<br>Habitacional<br>Imbiribeira II -<br>Nicolau Copérnico | Santa Marta                                                    |
| Campo do<br>Vila;         | Jardim Uchôa           | Vila Arraes                       | Conjunto<br>Habitacional                                          | Beira Rio                                                      |



| ZEIS TIPO I - PDR<br>(70) |                     |                          | ZEIS TIPO II - PDR<br>(21)                          | NOVAS ZEIS TIPO I<br>INCLUÍDAS NA<br>LPUOS RECIFE 2025<br>(14) |
|---------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
|                           |                     |                          | Imbiribeira II - Cinco de Maio                      |                                                                |
| Campo Grande              | João de Barros      | Vila do Siri             | Conjunto Habitacional Imbiribeira I - São Francisco | Vila Esperança (ampliação)                                     |
| Capuá                     | Linha do Tiro       | Vila do Vintém;          | Conjunto Habitacional Clube do Automóvel            | Aritana (ampliação)                                            |
| Caranguejo Tabaiães       | Mangueira           | Vila Esperança / Cabocó  | Conjunto Habitacional Várzea II                     |                                                                |
| Casa Amarela              | Mangueira da Torre  | Vila Felicidade          | Conjunto Habitacional Santo Antônio                 |                                                                |
| Cavaleiro                 | Mustardinha         | Vila Inaldo Martins      | Conjunto Habitacional Via Mangue I                  |                                                                |
| Chié                      | Novo Prado          | Vila Marcionila / Mussum | Conjunto Habitacional Via Mangue II                 |                                                                |
| Coelhos                   | Pilar               | Vila Redenção            | Conjunto Habitacional Via Mangue III                |                                                                |
| Coque                     | Planeta dos Macacos | Vila São João            |                                                     |                                                                |
| Coqueiral                 | Poço da Panela      | Vila União               |                                                     |                                                                |

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2025) com base de dados da LEI Nº 16.176/96 e Minuta de Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Recife (2025).

Figura 37: Zoneamento e Zonas especiais da LPUOS do Recife.



Fonte: Minuta de Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Recife, 2025, p. 54.



A criação de novas ZEIS e a subdivisão em morros e planícies representa um avanço significativo na forma como o planejamento urbano reconhece e responde às especificidades territoriais. Essa distinção evidencia a importância de elaborar políticas públicas que considerem as características geográficas, históricas e sociais de cada espaço, de modo a garantir intervenções mais eficazes e justas.

Diante desse contexto, a implantação de políticas públicas voltadas para a urbanização dessas áreas se mostra essencial. A gestão dos assentamentos precários, sobretudo em áreas de morros e encostas, visam eliminar os riscos ambientais e melhorar a condição de vida da população que habita nesses espaços. Ao longo de sua história e trajetória de urbanização de assentamentos precários, o Recife se tornou palco de iniciativas importantes voltadas ao estudo, prevenção, tratamento e monitoramento de morros e encostas, tendo como finalidade eliminar/mitigar os riscos ambientais e melhorar a condição de vida da população que habita nesses espaços. Essas ações tiveram abordagens diferentes ao longo dos anos, iniciando com mapeamento, produção de arcabouço teórico e prático sobre o assunto, intervenções de recuperação e/ou prevenção, dependendo das prioridades e estratégias abordadas pelas gestões municipais em vigor.

## 2 PÍTUL

# CAPÍTULO

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MORROS DO RECIFE

Morador de mocambo recebe orientação sobre enfermagem

1. **Presidente** - **Dr. Carlos**  
 2. **Vice-Presidente** - **Dr. Carlos**  
 3. **Secretário** - **Dr. Carlos**  
 4. **Tesoureiro** - **Dr. Carlos**  
 5. **Membros** - **Dr. Carlos**  
 6. **Assessor** - **Dr. Carlos**  
 7. **Relatório** - **Dr. Carlos**  
 8. **Conclusão** - **Dr. Carlos**  
 9. **Assinatura** - **Dr. Carlos**  
 10. **Local** - **Dr. Carlos**  
 11. **Data** - **Dr. Carlos**  
 12. **Assinatura** - **Dr. Carlos**  
 13. **Local** - **Dr. Carlos**  
 14. **Data** - **Dr. Carlos**  
 15. **Assinatura** - **Dr. Carlos**  
 16. **Local** - **Dr. Carlos**  
 17. **Data** - **Dr. Carlos**  
 18. **Assinatura** - **Dr. Carlos**  
 19. **Local** - **Dr. Carlos**  
 20. **Data** - **Dr. Carlos**

Morador de mocimbo recebe  
orientação sobre enfermagem

**Armando Caputo**, presidente da Associação de Produtores e Exportadores de Café do Estado de São Paulo (Aprocafé-SP), afirma que o Brasil não pode se dar ao luxo de perder mais uma safra por causa da seca.

"Nós não podemos eliminar desastres, mas podemos mitigar riscos. Nós podemos reduzir os danos e salvar mais vidas."  
(Ban Ki-moon, 2012)



## **CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MORROS DO RECIFE**

### **2.1 Políticas Públicas de urbanização nos morros**

Neste capítulo, serão apresentados alguns exemplos de políticas públicas com atuação prioritária em áreas de morros, acompanhadas de um breve histórico dos programas e projetos implementados no âmbito municipal, voltados à mitigação, redução e/ou prevenção de riscos localizados em áreas de morros e encostas.

O Estado desempenha um papel fundamental na produção do espaço urbano, especialmente na formação e consolidação de áreas de baixa renda. Sua atuação, ou a ausência dela, influencia diretamente os processos de urbanização, impactando, sobretudo, territórios marcados por maior precariedade socioespacial, como os morros. A ocupação desordenada dessas áreas geram consequências severas, como a multiplicação de riscos ambientais e a intensificação das vulnerabilidades estruturais. Além disso, a chegada tardia e/ou insuficiência dos serviços de infraestrutura pública agrava ainda mais as condições de habitabilidade. Diante desse cenário, torna-se essencial a implementação de programas e projetos voltados para a mitigação de riscos a longo prazo e a contenção dos impactos negativos acumulados ao longo dos anos, visando promover um desenvolvimento urbano mais equilibrado e seguro.

“Nas três últimas décadas do século XX, sob a pressão das comunidades já assentadas nas colinas, lentamente, ocorreram alguns investimentos públicos em infraestruturas básicas (pavimentação de vias e escadarias, construções pontuais de muros de arrimo, abastecimento de água entre outras), sem que fosse possível reverter o quadro de destruição da rede natural de drenagem e a consequente multiplicação dos pontos de risco em algumas dessas comunidades.” (Atlas de infraestrutura públicas em CIS do Recife. 2016, p.44).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o município é responsável por “promover [...] adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (art. 30, VIII), além de que, de acordo com o Estatuto da Cidade - Lei 10.257/01, o município deve “garantir o direito a cidades sustentáveis [...]” (art. 2, II) e “[...] evitar e corrigir as

distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente” (art. 2, IV). Ao longo de sua história e trajetória de urbanização de assentamentos precários, o Recife se tornou palco de iniciativas consistentes voltadas ao estudo, prevenção (Figura 38), tratamento e monitoramento de morros e encostas, tendo como finalidade eliminar os riscos ambientais e melhorar a condição de vida da população que habita nesses espaços. Essas ações tiveram abordagens diferentes ao longo dos anos, sendo realizados mapeamentos, produção de arcabouço teórico e prático sobre o assunto, entre outros.

As primeiras ZEIS localizadas em áreas de morros foram reconhecidas na Zona Norte do Recife, por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1983. O intervalo compreendido entre a década de 1980 e o ano de 1996 é considerado o período áureo das ZEIS, momento em que sua institucionalização e implementação ganharam maior destaque nas políticas urbanas do município (Rocha *et al*, 2022). Na metade da década de 1980, durante a administração de Jarbas Vasconcelos, os morros da Zona Sul, abrangendo os bairros do Ibura e Jordão, já demonstravam uma necessidade urgente de obras de contenção de encostas. Em 1988, ainda na gestão de Jarbas foi instituída a Lei 15.168/88 criando a ZEIS Ibura - Jordão, a primeira de morros na Zona Sul da cidade evidenciando assim, a elevada ocupação e a vulnerabilidade urbana desses territórios.

Nesse contexto de criação de ZEIS de morros e da urgência em promover melhorias nessas localidades, intervenções como pavimentação, construção de muros de arrimo, sistemas de drenagem, canais e canaletas já estavam em processo de licitação para implementação antes da década de 1990 (Figura 38).



Figura 38: Anúncio das obras no Ibura e Jordão pela URB.

# **URB antecipa licitação para apressar obras nos morros**

A necessidade de execução urgente de obras de contenção nos morros da Zona Sul (Ibura e Jordão) levou a URB/Recife a antecipar para o dia 1 do próximo mês a licitação entre as firmas interessadas, inicialmente marcada para o dia 10, conforme editais de tomada de preços publicados no domingo último e os trabalhos de pavimentação, drenagem, muros de arrimo, construção de canais e canaletas, dentre outras, serão iniciados na semana vindoura.

A intervenção da empresa municipal URB se fará nas áreas que apresentam situação mais crítica, como ruas que não permitem o acesso de veículos, privando os moradores de serviços como entrega de gás, coleta de lixo, atendimento por ambulância, além do iminente desabamento de encostas e ruas de difícil trânsito, mesmo para pedestres.

## **REIVINDICAÇÕES**

As obras, incluídas no Programa de Prioridades Sociais, do Ministério do Desenvolvimento Urbano - PSS, são as solicitadas pela população das localidades a serem beneficiadas, quando o prefeito Jarbas Vasconcelos inaugurou o programa "A Prefeitura nos Bairros", em março último, levando ao Ibura o Governo municipal com todas as secretarias e as comunidades apresentaram os pleitos reunidos antecipadamente em plenárias dos conselhos e associações de moradores.

Os benefícios alcançarão 13 localidades, montando os custos a Cz\$ 20 milhões financiados pelo BNH. O projeto de contenção dos morros da Zona Sul será realizado paralelamente ao programa da Zona Norte, onde serão atendidas 29 localidades, cujos contratos de obras foram assinados na semana recém-finda.

Juntos, os dois planos somam 24 áreas de populações de baixa renda, que enfrentam o perigo de constante deslizamento de barreiras, e o atendimento decorre de promessas do governante da capital durante a campanha eleitoral.

O PPS do Ibura atenderá as UR-1, 2, 4, 5 e 10, Asa Branca, Lagoa Encantada, Vila dos Milagres, Zumbi Pacheco, Vila das Crianças, Monte Verde, Jordão, Dois Carneiros e Dois Rios, que receberão canais, canaletas, escadarias, pavimentação de ruas, muros de arrimo, aterro e calhas de drenagem.

Fonte: Diário de Pernambuco<sup>17</sup>. Ano 1986\Edição 00268, editado pela autora (2025).

A administração de Jarbas Vasconcelos, distribuída em dois mandatos (1986-1988 e 1993-1996), representou um marco significativo nas iniciativas de intervenção urbana voltadas às áreas ocupadas por população de baixa renda (Rocha, 1996), em que a participação popular era um compromisso, além da promoção da urbanização em áreas de morros no Recife, destacando-se pelo pioneirismo e impacto dessas ações no contexto do desenvolvimento urbano da cidade. Tais iniciativas se tornaram mais potentes com a atuação do engenheiro civil e professor Jaime Gusmão que dirigia a Autarquia de Urbanização do Recife

<sup>17</sup> As matérias do jornal Diário de Pernambuco, utilizadas ao longo desta pesquisa, estão publicadas no site da Hemeroteca Digital Brasileira (portal com um vasto acervo de periódicos brasileiros). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

(URB-Recife<sup>18</sup>) em seu primeiro mandato. Durante esse período e mais especificamente no segundo mandato, início da década de 1990, foram realizados diversos estudos técnicos voltados para prevenção de desastres ambientais, em especial deslizamentos de barreiras. Além de intervenções que visavam melhorar as condições de vida nas áreas urbanas mais pobres, através de obras infraestruturais, acessibilidade, drenagem, entre outras.

A gestão do prefeito João Paulo (2001-2008), que marcou o início de uma década em que a Prefeitura do Recife foi liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), também foi um período significativo de transformações urbanas. Políticas Públicas foram implementadas nesse período com a finalidade de explorar medidas preventivas e reduzir riscos a desastres. Além disso, ainda durante mandato de João Paulo, foram lançadas duas políticas públicas de grande relevância para o tratamento e estudo das áreas de morros e encostas da cidade do Recife, que também quebraram paradigmas estabelecidos até então. O Programa Guarda Chuva e o Programa Mais Morro desempenharam papéis cruciais no início dos anos 2000, sendo fundamentais para a abordagem das questões relacionadas à ocupação e segurança em áreas de risco. Esses programas não apenas influenciaram a gestão urbana da época, mas também estabeleceram um legado de práticas e aprendizados que continuam a servir como base para o desenvolvimento de novas políticas públicas voltadas à urbanização dessas áreas.

Os relatos apresentados, sobre gestões distintas, destacam a relevância do papel do Estado na produção do espaço urbano e na formulação de políticas públicas e projetos voltados para áreas marcadas por vulnerabilidades socioambientais. Além disso, evidenciam a necessidade de um planejamento contínuo e adequado para essas regiões, que permita enfrentar de forma eficiente os desafios relacionados às ocupações de morros e encostas. Ao longo das décadas, diferentes gestões contribuíram para consolidar uma história urbana permeada por políticas de urbanização voltadas a áreas de maior vulnerabilidade. Apesar dos questionamentos de sua efetividade, quanto ao seu caráter estruturador e dos pontos negativos e obstáculos enfrentados, é inegável a importância dessas iniciativas para a consolidação das populações residentes em áreas de morros e

---

<sup>18</sup> Fundada em 1973, a URB - Recife tornou-se uma das principais ferramentas da administração municipal e hoje está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento. Fonte: Prefeitura do Recife, disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/autarquia-de-urbanizacao-do-recife-urb>.



encostas, reforçando o papel central das políticas públicas na transformação e inclusão de áreas pobres.

Diante desse contexto, foi elaborada uma tabela (Tabela 5), a qual reúne os principais programas e projetos implementados no município do Recife voltados para as áreas de morros, com ênfase nas ações de âmbito municipal. Essa sistematização permite observar, de forma comparativa, os investimentos realizados ao longo das diferentes gestões, considerando também os marcos normativos e contextos políticos de cada período.

A análise dos dados evidencia que, mesmo antes da década de 1990, já existiam iniciativas voltadas à mitigação de riscos e à urbanização dessas áreas. Um marco relevante ocorreu no final da década de 1960, quando enchentes de grande proporção atingiram o Recife, resultando no deslocamento de parte significativa da população. Em resposta, o Governo Federal, por meio da Companhia de Habitação (COHAB), iniciou a construção das Unidades Residenciais (URs), algumas delas situadas na zona sul da cidade. No início da década de 1970, com financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH), foram realizadas obras voltadas à ampliação do sistema de abastecimento de água, destacando-se o Projeto Morros da Zona Norte do Recife (Diário de Pernambuco 1973, p.6). Esse período coincidiu com a vigência do regime militar e sucessivas administrações municipais, contexto no qual já se observavam ações voltadas às áreas de morro.

A partir dos anos 2000, observa-se uma ampliação dos programas, com a incorporação de novas diretrizes, como resiliência urbana, sustentabilidade, promoção do empoderamento comunitário e incentivo de espaços públicos para crianças nos bairros, por meio de revitalização e construção de praças. Essas temáticas passaram a ser amplamente discutidas e progressivamente integradas às políticas públicas, refletindo uma evolução nas estratégias de intervenção urbana e no aprimoramento das condições de vida da população residente nessas áreas.

Tabela 5: Linha do tempo de Programas e Projetos municipais relacionados a morros e encostas.

| DÉCADA         |             | GESTÕES MUNICIPAIS                          | MARCOS NORMATIVOS                                                                                                                                                | PROGRAMAS E PROJETOS (FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|----------------|-------------|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DÉCADA DE 1980 | 1979-1983   | GUSTAVO KRAUSE<br>JORGE CAVALCANTE<br>(PDS) | PROMORAR (Programa de Erradicação de Subhabitação) - 1979<br>CRIAÇÃO DAS AES (DEC. 11.670/80)                                                                    | <b>PROGRAMA UM POR TODOS:</b> Construção de infraestruturas urbanas. Utilização de mão de obra comunitária, instalação dos "barracões" ("Núcleos de Planejamento Comunitário").                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                | 1983-1985   | JOAQUIM CAVALCANTE<br>(PDS)                 | INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ZEIS (LUOS 14.511/83)<br>1985 - FIM DO PERÍODO MILITAR                                                                                   | <b>AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS PELA URB-RECIFE.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                | 1986-1988   | JARBAS VASCONCELOS<br>(PMDB)                | CRIAÇÃO DO PREZEIS (LEI 14.947/87)<br><b>PROMULGAÇÃO DA ZEIS IBURA-JORDÃO - 1988</b><br>URB-RECIFE CHEFEADA POR JAIME GUSMÃO<br>PLANO DIRETOR DO RECIFE - 1991   | <b>PROJETO MORROS</b> - Construção de infraestruturas urbanas, integração da participação comunitária;<br><b>AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS PELA URB-RECIFE.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| DÉCADA DE 1990 | 1989-1999   | JOAQUIM CAVALCANTE<br>(PFL)                 | FUNDO E REVISÃO DO PREZEIS (LUOS 16.176/96)                                                                                                                      | <b>PARCERIA NOS MORROS</b> - 1994: Busca de alternativas construtivas de baixo custo para reduzir os riscos de deslizamentos, tendo como eixo a parceria entre a comunidade;<br><b>AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS PELA URB-RECIFE.</b>                                                                                                                                                                                                                                  |
|                | 1990 - 1992 | GILBERTO MARQUES<br>(PFL)                   |                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                | 1993-1996   | JARBAS VASCONCELOS<br>(PMDB)                |                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|                | 1997-2000   | ROBERTO MAGALHAES<br>(PFL)                  |                                                                                                                                                                  | <b>AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS PELA URB-RECIFE.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| DÉCADA DE 2000 | 2001-2008   | JOÃO PAULO<br>(PT)                          | ESTATUTO DA CIDADE - 2001<br>Política nacional de Habitação (PNH) - 2004<br>PLANO DIRETOR -2008                                                                  | <b>PROGRAMA GUARDA CHUVA</b> : Ações preventivas com finalidade de minimizar os riscos e ocorrências de desastres ambientais;<br><b>PROGRAMA VIVA O MORRO</b> : Programa de intervenções e gestão ambiental das áreas de morro e invasões da RMR.;;<br><b>PROMETROPOLE e PAC UAP:</b> Construção de Unidades de Esgotamento na Bacia do Beberibe.                                                                                                                      |
| DÉCADA DE 2010 | 2009-2012   | JOÃO DA COSTA<br>(PT)                       |                                                                                                                                                                  | <b>CONTINUAÇÕES DAS AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS PELA URB-RECIFE.</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|                | 2013-2020   | GERALDO JÚLIO<br>(PSB)                      | PLANO DIRETOR - 2020<br>AMPLIAÇÃO DE ZEIS DE MORROS<br>ECRIAÇÃO DA ZEIS PILAR - 2019                                                                             | <b>AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS PELA URB-RECIFE.</b><br><b>PROGRAMA MAIS VIDA NOS MORROS</b> : Inovação e resiliência urbana com protagonismo comunitário;                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| DÉCADA DE 2020 | 2021-ATUAL  | JOÃO CAMPOS<br>(PSB)                        | PLANO DIRETOR DO RECIFE - LEI nº 2 / 2021<br><b>DESMEMBRAMENTO DA ZEIS IBURA-JORDÃO - 2021</b><br>CRIAÇÃO DE NOVAS ZEIS TIPO 2 - 2023<br>PROJETO DE LPUOS - 2025 | <b>PROGRAMA MAIS VIDA NOS MORROS</b> : Inovação e resiliência urbana com protagonismo comunitário;<br><b>PROGRAMA PARCERIA NOS MORROS</b> : Construção de obras de pequeno e médio porte para contenção de encostas acesso e drenagem, e mesmo melhorias habitacionais;<br><b>PROMORAR RECIFE:</b> Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental;<br><b>AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS PELA URB PAC 3 SELEÇÕES</b> - Obras futuras de redução de risco. |

Fonte: Elaborado pela autora (2025), baseado em dados de Lopes (2024) e em Rocha *et al* (2022).



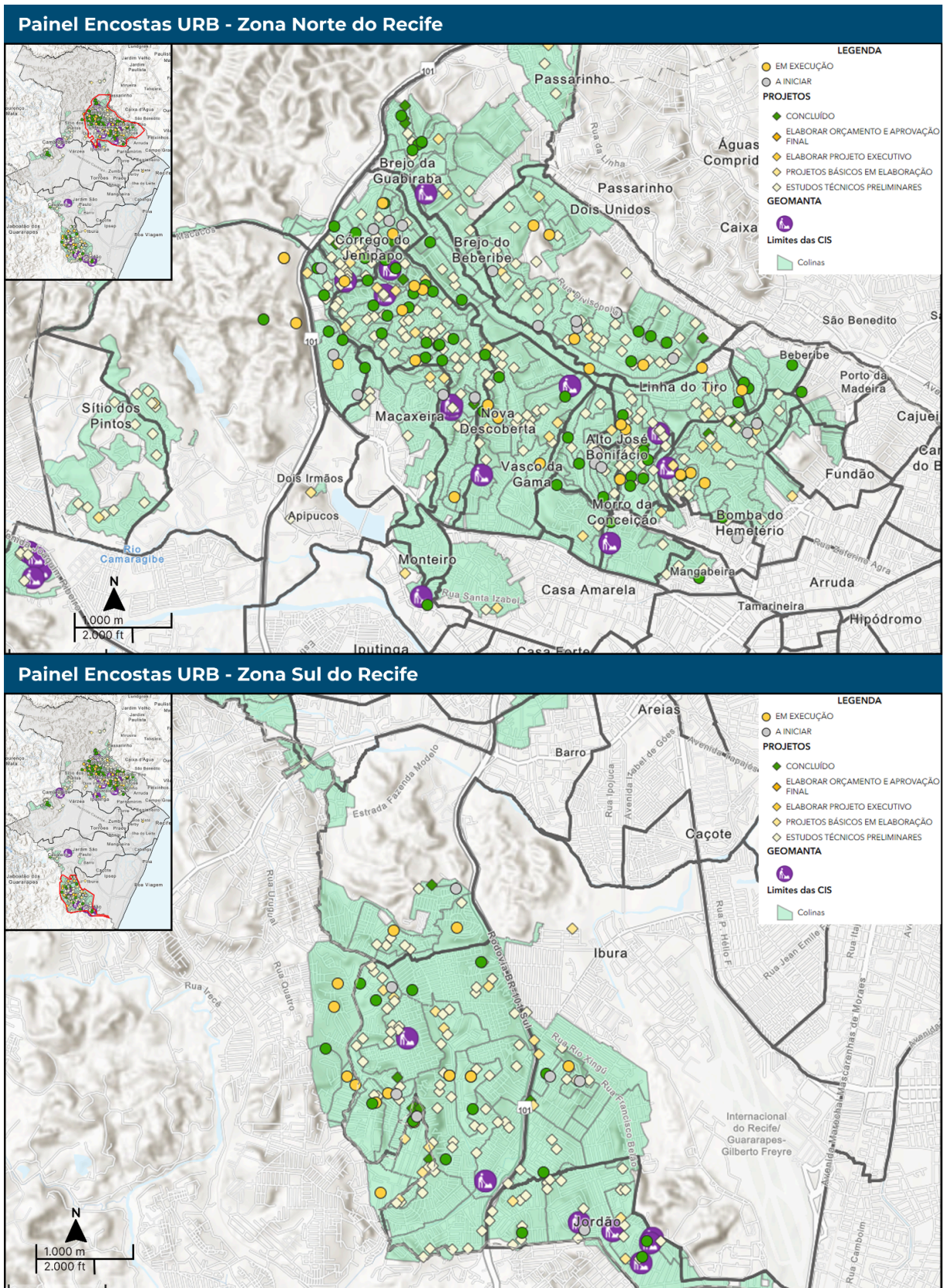
Conforme mencionado no capítulo anterior, um dos marcos importantes para as intervenções municipais em áreas de morros e encostas é o processo de atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Essa revisão, em discussão no primeiro semestre de 2025, incluiu, entre seus avanços, a distinção entre as ZEIS localizadas em áreas de morros e aquelas situadas em áreas planas. Essa diferenciação representa um passo significativo, uma vez que possibilita a formulação de políticas públicas mais sensíveis às especificidades territoriais, permitindo que futuras intervenções sejam elaboradas com maior ênfase nas demandas particulares de cada contexto urbano. Desde o início do ano de 2021, a Prefeitura do Recife vem executando um conjunto significativo de intervenções voltadas à contenção e estabilização de encostas. Ao todo, cerca de 139 obras foram realizadas, beneficiando mais de 20 mil moradores e totalizando um investimento de R\$ 237 milhões. Além dessas, aproximadamente outras 20 intervenções encontram-se em andamento, abrangendo tanto as zonas Norte e Sul do município (Prefeitura do Recife, 2025). Essas intervenções refletem a urgência imposta pelos recorrentes desastres ambientais e a necessidade de adoção de medidas preventivas e corretivas, por meio de projetos e programas, para contribuir na redução de riscos e propagação de um ambiente mais seguro.

O Núcleo de Geoprocessamento do Recife, por meio da URB-Recife, disponibiliza um painel interativo<sup>19</sup> das obras em encostas concluídas, em execução ou a iniciar, durante a atual gestão municipal (Figura 39). A análise do painel evidencia que a Zona Norte concentra um número superior de obras concluídas em comparação à Zona Sul. No entanto, ambas as regiões apresentam um quantitativo expressivo de obras em execução, considerando suas respectivas extensões territoriais. Além disso, o Painel de Encostas URB permite o acompanhamento das etapas de cada projeto, demonstrando a existência de diversos estudos técnicos preliminares em ambas as zonas da cidade, embora a quantidade de projetos finalizados ainda seja reduzida. Esse panorama revela que há um esforço de intervenção em áreas de morros e encostas, refletindo avanços significativos tanto na promoção da segurança das populações residentes nesses territórios quanto no processo de urbanização dessas áreas.

---

<sup>19</sup> Cabe ressaltar que o Painel Encostas URB, pode apresentar imprecisões quanto à atualização em tempo real das obras cadastradas. Isso se deve à ausência de informações claras sobre a periodicidade da atualização dos dados. Fonte: <https://esigportal2.recife.pe.gov.br/portal/apps/dashboards/bc6bfce9c0ab4b54b56f863151b052a1>.

Figura 39: Obras de encostas em áreas de morros do Recife durante a gestão atual.



Fonte: Editado pela Autora (2025), com base de dados do Núcleo de Geoprocessamento da cidade do Recife.



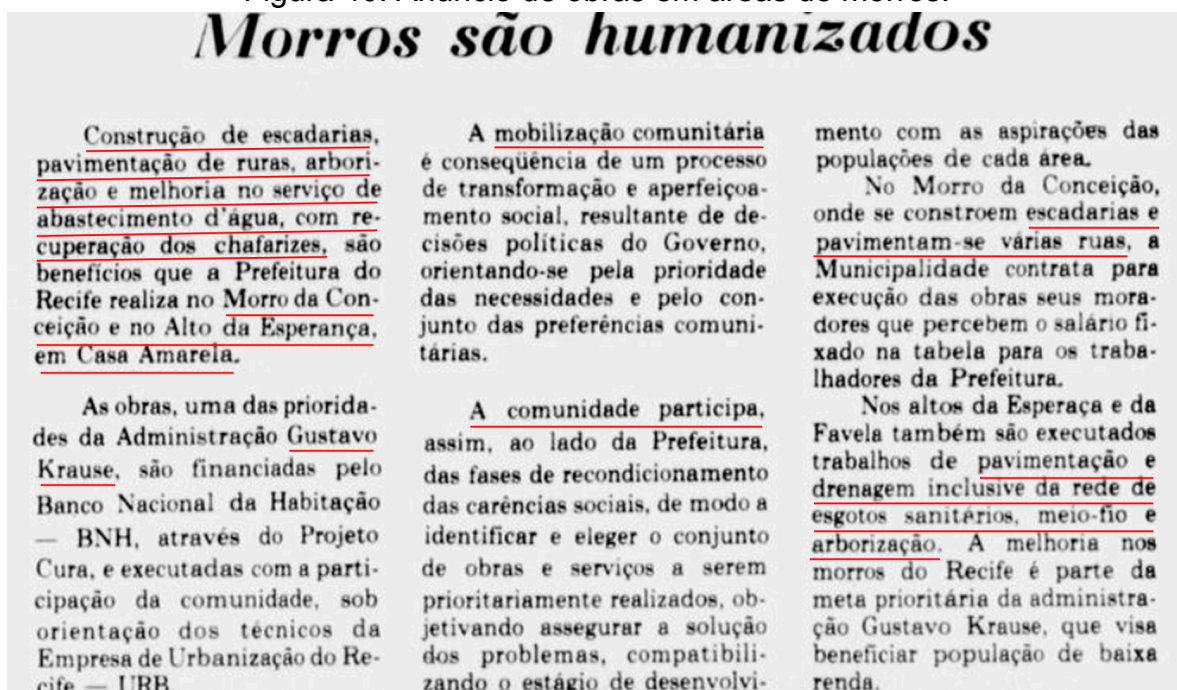
Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o impacto das políticas públicas voltadas à urbanização de áreas de morros do Recife, foram delimitadas, neste trabalho, Programas mais significativos implantados por gestões municipais, com base na linha do tempo (Tabela 5). A análise busca apontar as estratégias adotadas e sua contribuição no processo de urbanização de áreas situadas em morros e colinas e da qualidade de vida dos moradores residentes.

## 2.2 Programas de urbanização nos morros (1990 a 2025)

### 2.2.1 Relatório de mapeamento de riscos (1993)

No início da década de 1980, durante a gestão de Gustavo Krause, houve uma priorização de investimentos em obras de drenagem urbana, infraestrutura e acessibilidade (Figura 40). Essas intervenções foram viabilizadas por meio de financiamentos do Banco Nacional da Habitação (BNH) e contaram com a orientação técnica da Empresa de Urbanização do Recife (URB), visando melhorar as condições urbanas e mitigar os problemas resultantes da ocupação desordenada em diversas áreas da cidade. No entanto, essas obras também já contavam com a participação da comunidade, que em conjunto com a Prefeitura traçam a melhor estratégia para solucionar os problemas (Diário de Pernambuco, 1980).

Figura 40: Anúncio de obras em áreas de morros.



Fonte: Diário de Pernambuco. Ano 1980\Edição 00002, editado pela autora (2025).



Ao longo dos anos, foram sendo desenvolvidos uma série de estudos que orientavam estratégias de habitação e intervenções em áreas de morro, tais estudos viriam a criar base para desenvolvimentos de Programas e Projetos, como foi o caso do Programa Guarda-Chuva. Dentre esses estudos, destaca-se o Relatório de Mapeamento de Risco das Encostas do Recife, elaborado em 1993 pelos professores Jaime Gusmão e Margareth Alheiros da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Esse relatório forneceu uma análise detalhada dos riscos geotécnicos na cidade, servindo como base para futuras iniciativas de mitigação de desastres. No ano seguinte, em 1994, o Programa Parceria (Tópico 2.2.5) trouxe exemplos práticos de intervenções em áreas de risco. Esse programa demonstrou a viabilidade de reduzir os riscos por meio de soluções de baixo custo, contando com a participação ativa da comunidade como elemento fundamental para o sucesso das ações. Dessa forma, o Programa Guarda-Chuva (2001) surge como uma continuidade dessas iniciativas, consolidando práticas de intervenção sustentável e integrada em áreas vulneráveis.

### **2.2.2 Programa Guarda Chuva (2001)**

O Programa Guarda-Chuva (Figura 41) criado em 2001, durante a gestão municipal do então prefeito João Paulo. O programa priorizou as ações preventivas com finalidade de minimizar os riscos e ocorrências de desastres ambientais. Sua implementação ocorreu no mesmo ano da reestruturação da Coordenação de Defesa Civil do Recife (CODECIR), que resultou na Secretaria-Executiva de Defesa Civil (SEDEC/Recife), reforçando a importância de estratégias integradas para a redução de riscos. O programa foi estruturado a partir de seis eixos norteadores, conforme apontado pela agência CONDEPE / FIDEM (Alheiros, 2003), buscando fortalecer a resiliência das comunidades e promover maior segurança para a população residente em áreas de risco, sendo eles:

1. Controle Urbano preventivo para ocupação Controle Urbano preventivo para ocupação em área de riscos nos morros e alagados;
2. Defesa Civil Permanente (ação descentralizada e gestão de proximidade);
3. Ações Integradas de Pequeno Porte;
4. Urbanização e desenvolvimento de Política Habitacional;

5. Ações educativas e culturais para prevenção de riscos e acidentes;
6. Participação Popular

Figura 41: Logo do Programa Guarda-Chuva.



Fonte: Lopes, 2022.

As ações do Guarda-Chuva tinham como prioridade as áreas alagadiças e de encostas, apresentando uma abordagem multidisciplinar, que envolvia engenheiros, técnicos, profissionais de saúde, agentes comunitários e outros especialistas. Esses profissionais atuavam na fiscalização e no monitoramento contínuo das áreas de risco, garantindo que, em situações de intempéries, os moradores pudessem ser realocados para locais mais seguros. Segundo entrevista do então prefeito João Paulo (2004): “Temos em mãos um mapeamento de todas as casas em áreas de risco. Quando o solo encharca e surgem riscos de desabamento, evacuamos rapidamente os locais em perigo” (Cidades Vivas, 2004). Além das ações emergenciais de evacuação, o Programa incluía medidas preventivas, como a instalação de lonas em áreas críticas para mitigar os riscos de deslizamentos. Adicionalmente, foram realizadas intervenções voltadas à melhoria habitacional das edificações mais vulneráveis, bem como a oferta de auxílio para as famílias que não podiam retornar às suas residências, garantindo suporte social e habitacional em momentos de crise.

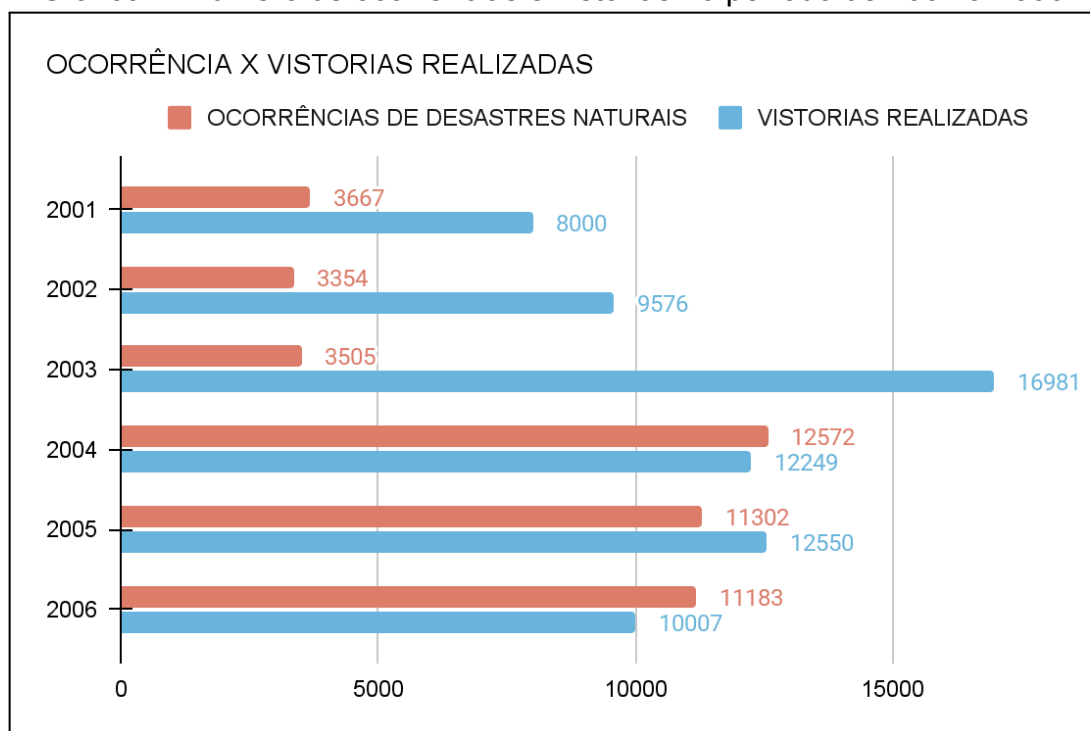
Em seu primeiro ano de funcionamento, foram registrados 3.667 chamados para atendimento de moradores em áreas de risco (CONDEPE/FIDEM, s.d.). Esse número triplicou em 2005 (Gráfico 1), chegando a 11.302 ocorrências, refletindo o aumento da demanda por intervenções nessas regiões vulneráveis. O Programa foi fundamental para o fortalecimento das ações de defesa civil, além de estimular a necessidade de um planejamento preventivo e integrado, envolvendo diversos

atores e órgãos. O Gráfico 1 (CODECIR, 2011), mostra as ocorrência de desastres naturais entre os anos de 2001 a 2006 e as vistorias realizadas para atendimento a moradores em áreas de riscos.

O monitoramento foi um dos pilares fundamentais do Programa Guarda-Chuva, sendo a principal estratégia para a prevenção e mitigação de riscos em áreas vulneráveis. A atuação contínua permitiu a identificação de situações de emergência e a adoção de medidas preventivas para reduzir os impactos de desastres geotécnicos. Além das ações de monitoramento, o programa também realizou intervenções estruturais. Conforme ilustrado no Gráfico 2 (Nascimento, 2023, p.36), as intervenções foram mais significativas no ano de 2001 em comparação a 2002. Entre as principais medidas adotadas pelo programa, destacam-se: realocação de famílias em áreas de risco iminente; demolição de imóveis localizados em zonas classificadas como risco extremo e execução de obras em parceria com a comunidade. Essas ações demonstram a relevância do Programa Guarda-Chuva na promoção da segurança habitacional e na redução da vulnerabilidade das populações que residem em encostas.

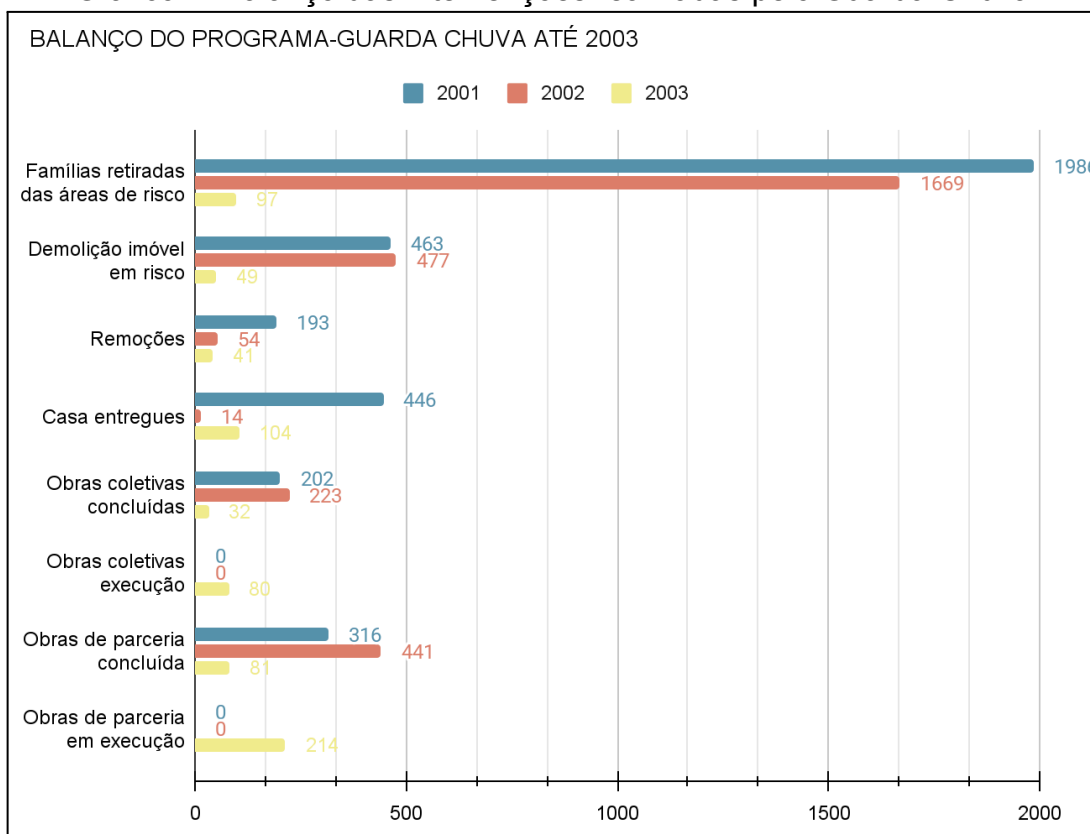


Gráfico 1: Número de ocorrências e vistorias no período de 2001 a 2006.



Fonte: Adaptado pela autora (2025), com base na CODECIR, 2011.

Gráfico 2: Balanço das intervenções realizadas pelo Guarda-Chuva.



Fonte: Adaptado pela autora (2025), com base em Nascimento (2023, p. 36).

A importância do Programa Guarda-Chuva desempenhou um papel fundamental na execução de obras voltadas à prevenção de desastres, bem como na melhoria da mobilidade em áreas de morros. Além disso, a atuação de equipes multidisciplinares contribuiu para o desenvolvimento de uma compreensão estratégica acerca da necessidade das intervenções nesses territórios.

### **2.2.3 Programa Viva o Morro (2003)**

O Programa de intervenções e gestão ambiental das áreas de morros e invasões da RMR (Programa Viva o Morro), considerado como uma referência regional de urbanização em áreas de morros e encostas, foi criado através de leis orçamentárias, durante o governo de Jarbas Vasconcelos e mandato de João Paulo, que delimitavam a necessidade de intervir em morros e encostas, além da urgência na elaboração de planos para construção e reparo de danos em áreas de risco, maior segurança e melhor qualidade de vida para os residentes dessa região.

Os riscos socioambientais manifestaram-se em escala metropolitana, impulsionados principalmente pela crescente demanda por terrenos em áreas de morros, intensificada tanto pelo déficit habitacional quanto pelos desastres naturais que atingiram o Recife. Nesse contexto, observou-se o aumento das ocupações informais em encostas, caracterizadas por processos de autoconstrução realizados, em grande parte, sem planejamento urbano adequado ou critérios técnicos que garantissem segurança e estabilidade às edificações.

“No período de 1996 a 2002, verificou-se um aumento de 251,6 mil pessoas morando em áreas de morros, o que provocou aumento da densidade e a expansão desse território. É o caso de Caetés em Abreu e Lima, Águas Compridas e Passarinho em Olinda, Dois Unidos, Guabiraba e Ibura no Recife, Tabatinga em Camaragibe, o entorno do parque Capibaribe em São Lourenço da Mata, Cavaleiro / Curado / Zumbi em Jaboatão dos Guararapes, Charnequinha no Cabo de Santo Agostinho...” (Alheiros, 2003, p.33).

Um ponto importante discutido pelo Programa Viva o Morro é a relação direta entre o tipo de ocupação do solo e a vulnerabilidade socioambiental. A forma como o espaço urbano é ocupado influencia conseqüentemente a sustentabilidade e o nível

de exposição a qual os moradores dessas áreas estão condicionados. Dessa forma, compreender os padrões de ocupação torna-se essencial para a formulação de políticas públicas eficazes voltadas à mitigação de desastres e ao desenvolvimento urbano sustentável. O Programa caracteriza o tipo de ocupação em duas formas: a espontânea, resultado da busca individual por moradia, sem apoio do governo ou grupos sociais e as ocupações planejadas em que a busca pelo problema relacionado à moradia é visto como um desafio coletivo (Tabela 6).

Tabela 6: Ocupações Espontâneas e Planejadas.

| <b>CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS x PLANEJADAS</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>CARACTERÍSTICAS</b>                                        | <b>OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>OCUPAÇÕES PLANEJADAS</b>                                                                                                                                                                                             |
| Espaço                                                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Ocupação desordenada</li> <li>-Rede de tráfego não hierarquizado</li> <li>-Sem áreas comuns e de lazer</li> <li>-Alta densidade</li> <li>-Baixa qualidade na construção</li> <li>-Remoção da vegetação</li> <li>-Corte nas encostas para criar acessos</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Ocupação ordenada</li> <li>-Espaços de lazer e equipamentos públicos</li> <li>-Alta densidade</li> <li>-Baixa qualidade na construção</li> <li>-Remoção de vegetação</li> </ul> |
| Saneamento                                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Sistema de coleta de lixo ausente ou precário</li> <li>-Descarte de lixo inadequado</li> <li>-Fossa no topo da encosta</li> <li>-Obstrução de linhas de drenagem</li> <li>-Ausência de canaletas para drenagem</li> </ul>                                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Sistema de drenagem e coleta de lixo adaptadas para morros e encostas, porém insuficientes ou precárias</li> </ul>                                                              |
| Exemplo                                                       |  <p>Ocupação Espontânea<br/>Recife - Vasco da Gama, Córrego do Boleiro</p>                                                                                                                                             |  <p>Ocupação Planejada em Patamares<br/>(Reassentamento)<br/>Recife - Vasco da Gama, Buriti</p>                                    |

Fonte: Adaptada pela autora, com base em dados da Agência Condepe/Fidem (2003) e em Diniz (2010).



Além disso, O Viva o Morro foi responsável pela elaboração de materiais didáticos para formulação de diagnósticos ambientais, urbanísticos e sociais, como o Manual de Ocupação nos Morros (2003) desenvolvido em conjunto com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE FIDEM). O documento, com intuito de “promover a estruturação urbana”, traz uma série de linhas de atuação que embasam os estudos sobre como intervir em áreas de colinas, utilizando o planejamento urbano como premissa, além de ter uma abordagem fundamentada em: compreender, prevenir e combater riscos (Diniz, 2010). Nesse contexto, o Manual (Figura 42) aponta alguns fatores de risco específicos para áreas de morros e encostas, que não só potencializam risco a vida, mas também aumentam a suscetibilidade de problemas relacionados à saúde, sendo eles: ação humana nos relevos, descarte ou acúmulo de lixo em lugar inadequado, falta de drenagem e/ou esgotamento sanitário, deslizamentos de terras, entre outros. Além de abordar o padrão e modelos de ocupação dos morros, riscos geológicos, conceitos, entre outros.

Figura 42: Capa do Manual de Ocupação dos Morros, 2003.



Fonte: Alheiros *et al*, 2003.

O Programa Viva o Morro também se destacou pela produção de materiais educativos voltados à promoção de uma ocupação mais segura em áreas de encostas. Entre esses materiais, destaca-se o Guia de Ocupação nos Morros (2003), uma cartilha que orienta moradores sobre práticas seguras de construção e

convivência em áreas de morros, contribuindo para a redução de riscos e a promoção de uma ocupação urbana mais sustentável (Figura 43). A cartilha apresenta um conjunto de diretrizes e ilustrações que orientam moradores e gestores públicos, de forma simples e gráfica, sobre boas práticas de convivência e intervenção nesses territórios. O guia enfatiza a ideia de que “morar no morro pode ser seguro e agradável” (p. 24), desde que sejam respeitadas as condições ambientais e adotado um planejamento urbano preventivo eficaz. Entre os principais conteúdos abordados, destacam-se:

- Identificação dos diferentes tipos de risco associados à ocupação das encostas;
- Medidas para a melhoria das condições habitacionais, incluindo a correta destinação do lixo, instalação de sistemas de esgoto sanitário e manejo adequado da água da chuva;
- Estratégias sustentáveis para minimizar impactos ambientais e reduzir vulnerabilidades.

Figura 43: Capa da cartilha Guia de Ocupação dos Morros, 2003.



Fonte: CONDEPE/FIDEM (2003).

O arcabouço técnico desenvolvido pelo Programa Viva o Morro foi um dos maiores benefícios em questões de estudo para o Recife e para intervenções em áreas de morros como um todo. Através desses estudos realizados por toda equipe técnica e pelos professores Jaime Gusmão e Margareth Alheiros, foi possível realizar obras (Figura 44) mediante a ações coletivas para tratar as ocupações irregulares em área de morros.

Figura 44: Obras realizadas através do Programa Viva o Morro, em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras da Região Metropolitana.



Fonte: Agência Condepe/Fidem (s.d.), sobre a experiência do Programa Viva o Morro na Região Metropolitana do Recife.

#### **2.2.4 Programa Mais Vida nos Morros (2016 - atual)**

O Programa Mais Vida nos Morros, criado em 2016, é uma política pública de destaque de inovação e resiliência urbana da Subsecretaria Executiva de Inovação Urbana, vinculada a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos da Prefeitura do Recife, que atua na urbanização e combate a desigualdade nas Comunidades de Interesse Social (CIS) do Recife. O Programa que iniciou no Alto do Maracanã, na ZEIS Dois Unidos, no Córrego do Fernandinho, no bairro Córrego do Jenipapo, na Zona Norte do Recife e se expandiu para a Zona Sul em 2019, foi escolhido como um Programa a ser replicado em nível nacional pela inovação em políticas públicas que poderá inspirar outros municípios a buscar soluções criativas para enfrentar os desafios das cidades, de acordo com as premissas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU (Prefeitura do Recife, 2019).





Figura 45: Quadra do Buraco da Gata e nos arredores de Três Carneiros Alto, no Ibura.  
Fonte: Instagram Inovação Urbana, 2023.

Com intuito de transformar os microvazios urbanos, redesenhar infraestrutura das comunidades, reduzir o impacto do lixo, integrar políticas públicas existentes e os diferentes órgãos e secretarias do município, promover sustentabilidade, educação urbana e estimular a participação e o engajamento dos moradores da em prol da transformação urbana, o Programa desenvolve obras relacionadas aos espaços de convivência, arte urbana, pintura de casas, escadarias, entre outros (Figuras 45, 46 e 47). Com auxílio e participação de voluntários em mutirões e artistas gráficos, são realizadas pinturas em casas, vias e escadarias, visando vitalizar a comunidade por meio da participação social.

Apesar do embelezamento e melhoria urbana acarretadas pelas obras de pinturas e embelezamento urbano, questionamentos são levantados sobre as prioridades de tais intervenções, levando em consideração que as áreas de morros e encostas no Recife ainda sofrem anualmente com riscos socioambientais que provocam perdas materiais e humanas.

“Nas gestões do PSB, o carro-chefe foram ações de pintura e embelezamento do programa Mais Vida nos Morros. “Pintar o morro é massa, mas vamos cuidar antes? Beleza é ótimo, mas é algo secundário. Primeiro temos que pensar em obras que contemplem a contenção das águas, o saneamento, tragam conforto e segurança às pessoas. Não adianta construir um muro de arrimo e ele cair, construir uma escadaria e os moradores sofrerem acidentes nela. Segurança tem que vir antes” (Alcântara, 2022, apud Santos, 2022).

O Programa Mais Vida nos Morros recebeu, em 2019, reconhecimento nacional e internacional por suas ações voltadas à primeira infância. Foi premiado pelo Núcleo Ciência pela Infância, ganhando o prêmio do Encontro Alumni, além de ter sido considerado referência em inovação em políticas públicas Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU – Habitat), pela fundação holandesa Bernard van Leer e pela Child in The City (Prefeitura do Recife, 2020, p. 42). A adequação de locais públicos para crianças é uma das premissas do Mais Vida juntamente com as ações com foco no urbanismo sustentável, participação comunitária e educação ambiental (Figura 46).

O Programa já alcançou diversas comunidades e vem sendo exemplo de política participativa que fortalece o senso de cidadania e melhora a qualidade de vida da população residente. Na Figura 47<sup>20</sup>, são destacados os pontos da cidade que receberam intervenções do Programa Mais Vida nos Morros em 2024, com ênfase nos morros da Zona Norte, que concentram a maior parte das ações realizadas.

---

<sup>20</sup> Figura elaborada com base em dados disponibilizada pelo Gabinete de Inovação Urbana, através de software de georreferenciamento. Dessa forma, as informações podem conter pequenas imprecisões em relação à localização exata dos pontos.



Rua Marilac, Coqueiral, 2023 - Transformação urbana



Fonte: Prefeitura do Recife, 2024.

Corrêgo do Jenipapo, 2020 - Intervenção voltada a primeira infância



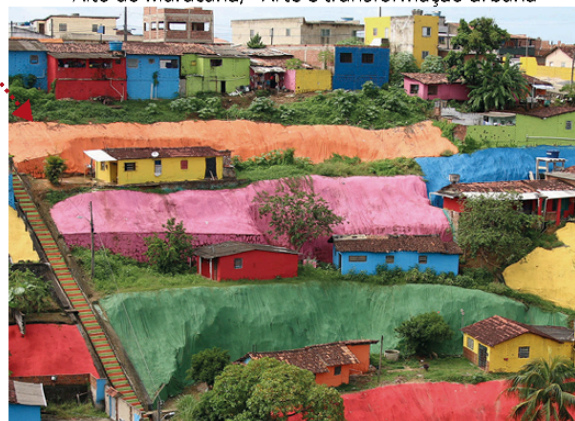
Fonte: Andrea Rego Barros, Prefeitura do Recife, 2020.

Beberibe, 2018 - Arte Urbana



Fonte: Assessoria de Comunicação da AkzoNobel / Divulgação, 2018.

Alto do Maracanã, - Arte e transformação urbana



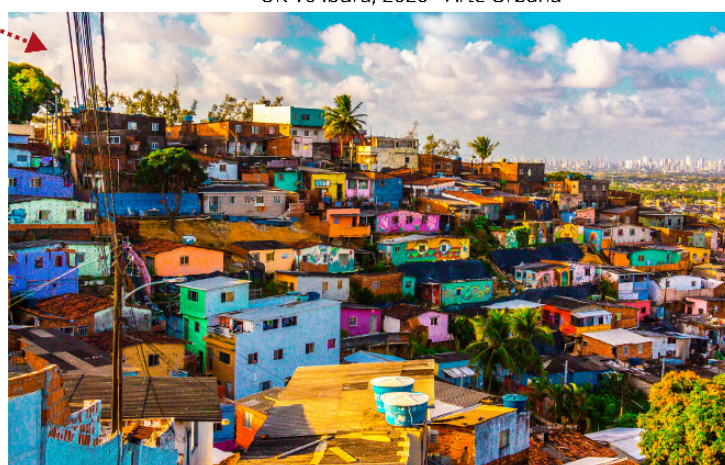
Fonte: Marcos Pastich, Prefeitura do Recife, 2020.

Residencial Mariazinha Ibura, 2020 - Pintura de casas



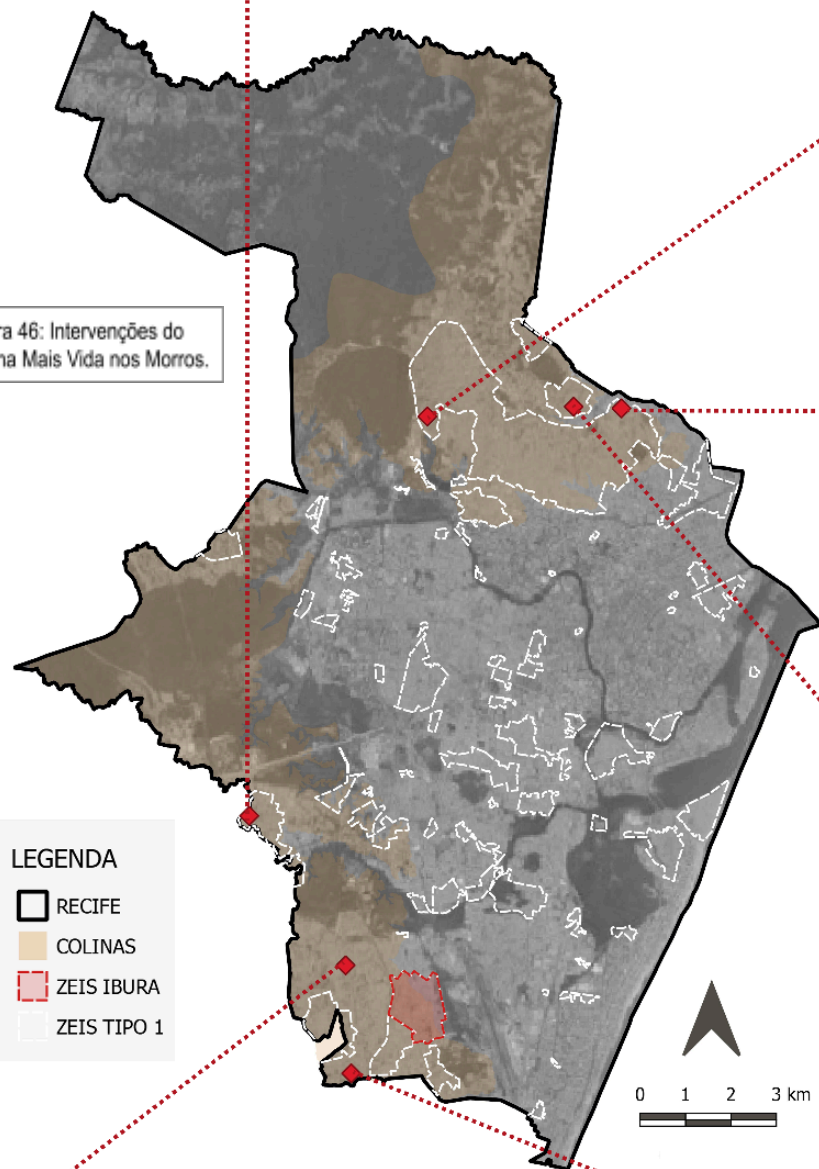
Fonte: Prefeitura do Recife, 2024.

UR 10 Ibura, 2020 - Arte Urbana



Fonte: Mais Vida nos Morros, 2020.

Figura 46: Intervenções do Programa Mais Vida nos Morros.



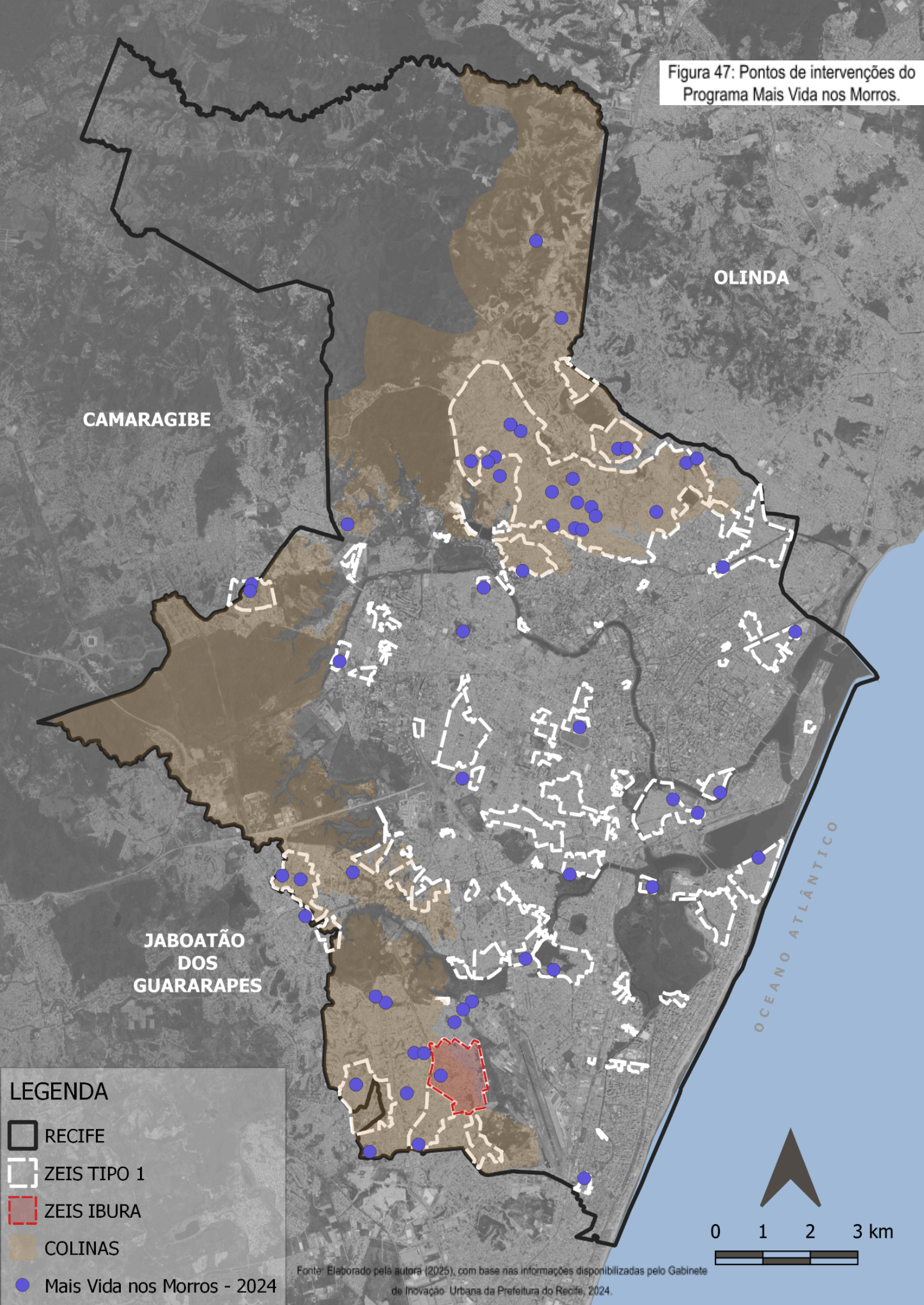
#### LEGENDA

- RECIFE
- COLINAS
- ZEIS IBURA
- ZEIS TIPO 1





Figura 47: Pontos de intervenções do Programa Mais Vida nos Morros.



Diante do exposto, o Programa Mais Vida nos Morros apresenta-se como uma iniciativa de suma importância ao promover a reinvenção urbana por meio da arte e do urbanismo tático, contribuindo para a valorização dos espaços e o fortalecimento do sentimento de pertencimento nas comunidades. Além disso, o programa promove a escuta ativa da população, contribuindo assim para uma gestão mais democrática e participativa da cidade. Reforçando a importância de políticas públicas integradas com aspectos sociais, culturais, infraestruturais, técnicos, urbanísticos e afetivos do espaço.

### **2.2.5 Programa Parceria (1994 - atual)**

Criado em 1994 pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), o Programa Parceria configura-se como uma política pública inicialmente sob responsabilidade da Autarquia de Urbanização do Recife (URB-Recife), atualmente vinculada à Secretaria Executiva de Defesa Civil (SEDEC). Seu funcionamento baseia-se na cooperação entre o poder público e a comunidade: o governo municipal fornece o material, elabora os projetos e realiza a supervisão técnica, enquanto os moradores contribuem com a mão de obra para a execução das intervenções.

“O princípio básico do projeto era a participação e cooperação dos vários atores envolvidos na solução dos problemas de risco existente nos morros. O processo pretendia ser educativo e preventivo e buscava canalizar esforços individuais para um objetivo coletivo. Assim, os resultados deixariam de ser apropriados individualmente, servindo como meio para estimular a organização das comunidades envolvidas.” (Prefeitura do Recife, 1994, apud Leal, 2003, p.201).

O Programa Parceria funciona por meio de uma dinâmica participativa. Inicialmente, a própria comunidade solicita a vistoria à Defesa Civil, que realiza uma avaliação técnica do local. A partir dessa vistoria, é elaborado um projeto técnico com orçamento e detalhamento da execução. Em seguida, os materiais necessários são fornecidos pela Prefeitura à família ou à comunidade beneficiada, que se responsabiliza pela realização da obra. Em reconhecimento à sua abordagem inovadora e colaborativa, o Programa Parceria foi contemplado, em 2022, com o Pergaminho de Honra do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). A premiação destaca contribuições notáveis na promoção



de moradias dignas e no desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis. (Prefeitura do Recife, 2022).

A participação popular é colocada como ponto crucial da política pública em questão, pois a maior parte da mão de obra que realiza as obras são os próprios moradores e seus familiares. Desde 1994, o Programa tem realizado boa parte das intervenções em morros e encostas. O Plano de Contingência de 2024 (Prefeitura do Recife, 2024), disponibilizado pela Prefeitura do Recife no mesmo ano, mostra que, em novembro de 2021, o Programa respondeu por 334 obras das 609 executadas pela PCR neste ano. Em 2023, a quantidade de obras ultrapassou a meta em 270 intervenções, totalizando 1.270 mil obras concluídas e cerca de 2.776 mil famílias beneficiadas.

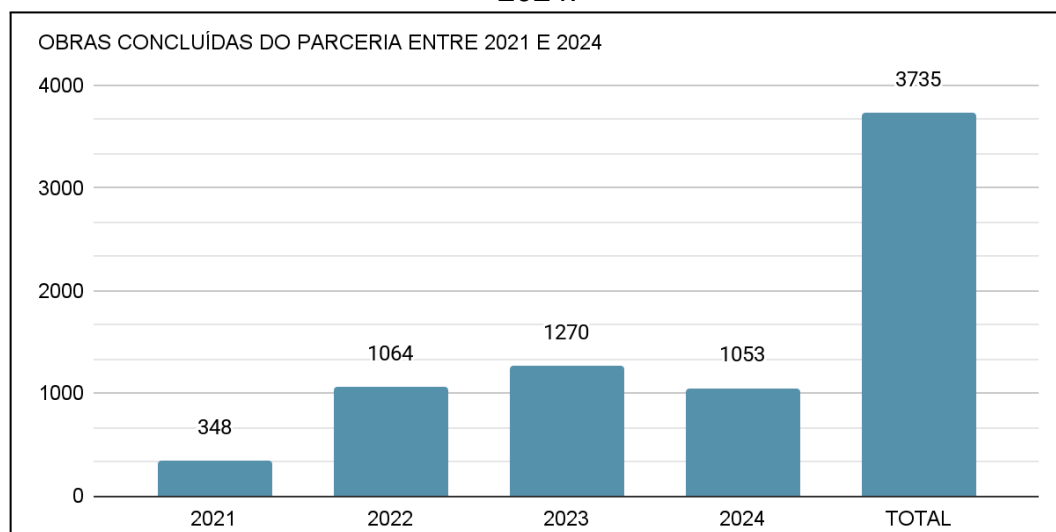
Ainda de acordo com o Plano de Contingência de 2024, entre os anos de 2021 e 2023, o Programa beneficiou mais de 6.000 famílias por meio de suas intervenções estruturais e ações de mitigação de riscos (Prefeitura do Recife, 2024). Nesse intervalo, foram concluídas aproximadamente 3.000 obras, contemplando melhorias na infraestrutura, estabilização de encostas (Figura 48) e implementação de medidas de segurança para a população residentes em áreas de maior vulnerabilidade socioambiental (Gráfico 3). Já em 2024, dados da Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife (SEDEC), disponibilizados em novembro do mesmo ano, indicam a conclusão de 1.053 obras distribuídas por diversas localidades do município.



Figura 48: Alto José do Pinho, 2023.  
Fonte: Edson Holanda / PCR, 2023.



Gráfico 3: Balanço das obras concluídas pelo Programa Parceria, entre 2021 e 2024.



Fonte: Adaptado pela autora (2025), com base no Plano de Contingência 2024 (2024) e SEDEC (2024).

Diferentemente dos projetos autogestionados, como os mutirões<sup>21</sup>, o Parceria foca em obras de pequeno e médio porte em contenção de encostas, escadarias, corrimãos, pavimentação, entre outros (Figura 48). Apesar da funcionalidade da política pública em fornecer os materiais e o acompanhamento técnico, além de gerar redução de custos e inclusão da população em processos participativos, o sobretrabalho tem sido questionado por alguns autores, como Santos (2014) que reconhece a autoconstrução como uma alternativa viável para a produção do espaço urbano, mas ressalta que essa prática está frequentemente associada à superexploração do trabalho dos próprios residentes. Da mesma forma, Lopes (2022) questiona a exigência de que a população assuma a responsabilidade direta pela construção de seus próprios espaços, apontando para as limitações e desigualdades que esse modelo pode reforçar:

“Entretanto, a mesma política pública que significa mais segurança para as famílias parceiras, é a que impõe a essa população de baixa renda o ônus de custear, com recursos já escassos, obras de médio porte ou mesmo de delegar a estas pessoas a responsabilidade de ativamente construir infraestruturas com pouco conhecimento técnico.” (Lopes, 2022, p.169).

<sup>21</sup> Os mutirões habitacionais promovidos pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) eram voltados prioritariamente à população com renda de até três salários mínimos. A implantação das unidades habitacionais era realizada por meio de mutirões, com a participação ativa dos futuros moradores, como forma de reduzir os custos de construção e viabilizar o acesso à moradia digna. (Lima, 2005, p.148).

Definida por Lima (2005), como autoconstrução financiada, este modelo de urbanização presente no Recife desde a década de 1990 cresce gradativamente. Apesar das críticas e questionamentos sobre a lógica da autoconstrução, o Programa Parceria tem se mostrado eficaz na cidade, consolidando-se como uma política pública relevante. Sua efetividade foi reconhecida internacionalmente em 2022, quando foi premiado pela ONU-Habitat com o Pergaminho de Honra, tornando-se a primeira iniciativa do Nordeste e a quinta do Brasil a receber tal distinção em três décadas, especialmente pelo seu impacto nas áreas de habitação e inclusão social (Dias, 2023).

É inegável a importância da política pública na mitigação dos riscos, e o Parceria é atualmente um dos mais responsáveis pela execução de obras de contenção de encostas em todo o Recife. A partir dos dados da Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife (SEDEC), disponibilizados em novembro de 2024, foi elaborado um mapa com pontos de intervenções do Programa entre os anos de 2022 e 2024, contendo obras de escadarias, melhorias habitacionais, contenção encostas, drenagem, corrimão, entre outros. Na Figura 49,<sup>22</sup> é possível observar que o Programa Parceria, apesar de não ser exclusivamente para intervenção nos morros, estes são o maior alvo de sua atuação, sobretudo nos morros da zona norte e na ZEIS Casa Amarela.

Entre 2021 e 2024 foram investidos, aproximadamente, R\$302.529,00 apenas no bairro do Ibura na segunda fase em obras de aplicação de geomantas (contenção de encostas), atingindo uma área de 3.853,00m<sup>2</sup> de intervenção (SEDEC, 2024)<sup>23</sup>. Dentre os anos analisados, nota-se que 2021 e 2022 foram os anos com mais locais de intervenção tanto na zona norte como na zona sul da cidade.

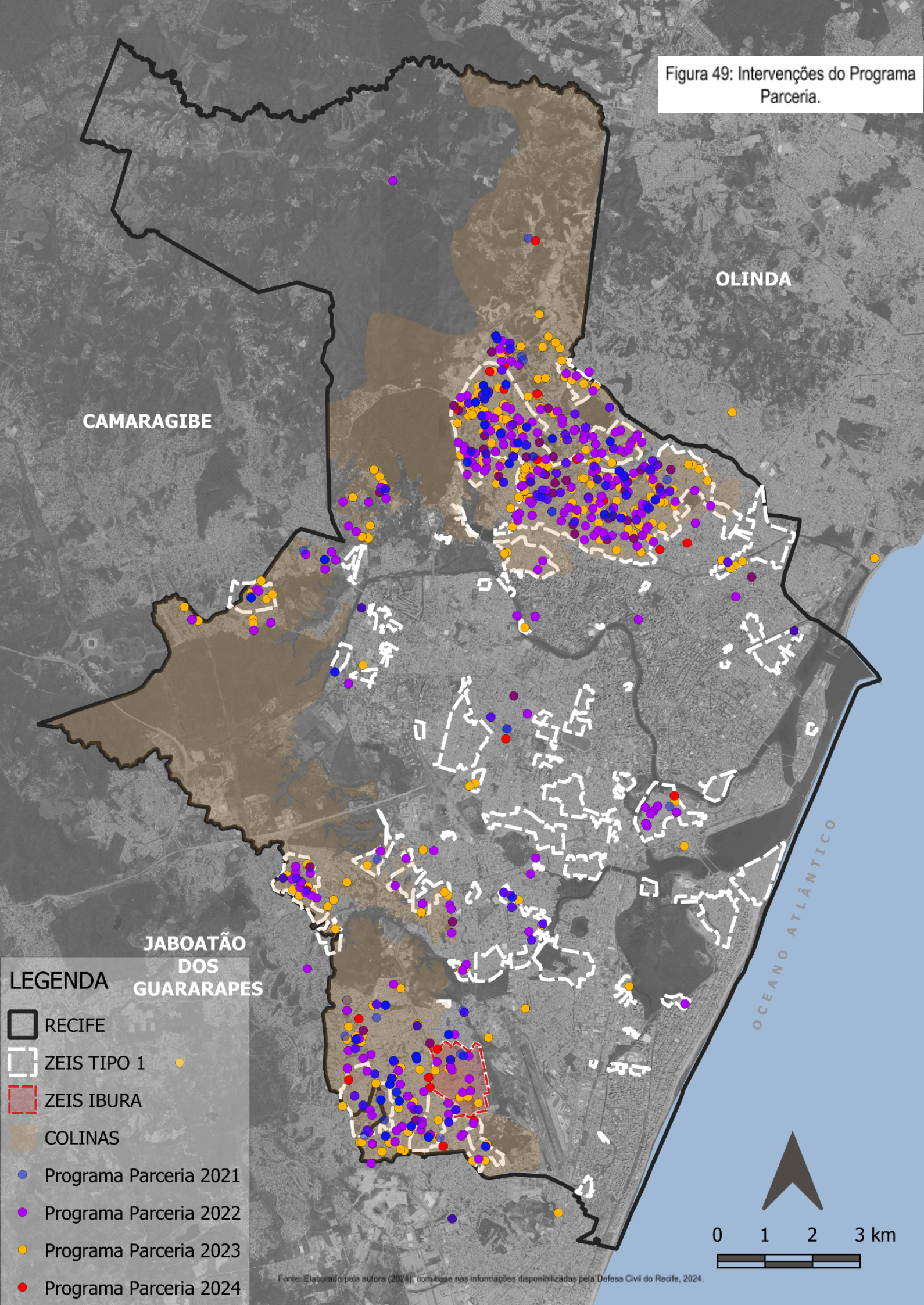
---

<sup>22</sup> O mapa foi elaborado com base em dados fornecidos pela Defesa Civil do Recife (2024) e desenvolvido por meio de um software de georreferenciamento. Dessa forma, as informações apresentadas podem conter uma margem de erro em relação à localização exata, estando corretamente indicadas na rua correspondente, mas podendo apresentar divergências quanto à numeração específica. Além disso, algumas intervenções podem não estar representadas no mapa devido à ausência de determinadas vias na base cartográfica utilizada.

<sup>23</sup> Dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Civil do Recife, via e-mail, em 2024. As informações referem-se a tabelas com o histórico das intervenções realizadas pelo Programa Parceria ao longo dos anos.



Figura 49: Intervenções do Programa  
Parceria.





Além disso, as políticas públicas se integram, trazendo não só obras infraestruturais e dando maior segurança à população, mas também auxiliando na qualidade de vida e resiliência urbana. No bairro do Ibura (Figuras 50 e 51), por exemplo, está inserida a maior geomanta do Recife, com 10,2 mil metros quadrados, realizada em 2023. Um ano depois de sua construção, o Mais Vida nos Morros, por meio do Gabinete de Inovação Urbana (GIURB) realizou obras de pintura, enfatizando o amor pelo bairro e estimulando a sensação de pertencimento da população, além de áreas de convivência, iluminação, mobiliário urbano, recreação infantil, entre outros que levaram a ladeira da Cohab, localidade onde a geomanta está inserida, um ponto turístico e de orgulho para os moradores do Ibura.

Um ponto importante para tais intervenções foi a escuta popular e participação na realização das intervenções. O envolvimento da comunidade é essencial na efetivação de intervenções urbanísticas, garantindo que as ações implementadas estejam alinhadas com as necessidades da comunidade. O envolvimento dos moradores permite a adequação das propostas ao contexto local, fortalece o senso de pertencimento e contribui para a continuidade das melhorias, uma vez que a população tende a preservar e zelar pelo espaço quando se sente parte do processo de construção da cidade. Ademais, a participação ativa reduz conflitos e fomenta o surgimento de movimentos populares que reforçam a resistência e a luta pelo direito à cidade.

“Uma intervenção sensata do Estado nos territórios periféricos deve ser planejada com a participação da comunidade, por meio da escuta e do diálogo com seus moradores e organizações locais.” (Ministério das Cidades, 2024, p.11).

Nas figuras 50 e 51, é possível observar os efeitos positivos de uma intervenção urbanística desenvolvida pelo Parceria em conjunto com o Mais Vida. A área em questão está localizada nas proximidades da ladeira da Cohab, no bairro do Ibura, onde uma barreira, historicamente associada a riscos, gerava constantes preocupações para a população local. Com a aplicação de geomanta, a intervenção buscou garantir maior estabilidade e segurança à encosta. Posteriormente, o espaço passou por ações de requalificação urbana, incluindo pintura artística e urbanismo tático, com forte participação popular. Como resultado, o local foi transformado em um ponto de referência comunitária e de valorização territorial, convertendo-se em um símbolo de identidade e orgulho para os moradores da região.



Figura 50: Ibura, antes da intervenção com geomanta, 2000.

Fonte: Digitalizado pela autora, foto: Aurelina Moura - URB.



Figura 51: Ibura, após intervenção com geomanta.

Fonte: Autoral, 2024.





Um elemento comum entre os programas apresentados é a forte incidência da participação popular no planejamento e na execução das intervenções. A integração da comunidade no processo de transformação urbana contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento, estimulando a valorização e a preservação do espaço construído, tanto para benefício próprio quanto para a coletividade. O Programa Mais Vida nos Morros é um exemplo significativo dessa abordagem participativa. Sua atuação é baseada no envolvimento direto da população por meio de mutirões, oficinas e diálogos comunitários, permitindo a identificação das principais necessidades e aspirações dos moradores (Figura 52). Essa metodologia visa não apenas a criação de um ambiente seguro e com infraestrutura adequada, mas também a construção de um espaço que reflita a identidade e os valores da comunidade local.

A participação popular na urbanização de áreas de morro se manifesta não apenas por meio de programas governamentais, mas também através da atuação de movimentos sociais. Esses movimentos desempenham um papel fundamental ao reforçar a importância da comunidade na construção da cidade, além de pressionarem o poder público pela implementação de melhorias nas condições de habitabilidade. Além disso, são símbolos de resistência e luta por direitos, fortalecendo o engajamento dos moradores na transformação de seus territórios.

No bairro do Ibura, essa mobilização comunitária contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento, o que gera orgulho entre os moradores. Esse sentimento é evidenciado em diferentes manifestações culturais e sociais, como publicações em redes sociais que exaltam a identidade local. Um exemplo disso é a postagem da página Ibura Conectado, que compartilhou a seguinte mensagem:

“Ser iburense é: Ser orgulhoso de onde mora; Saber lutar pelos nossos direitos; Enfrentar o perigo todos os dias; Ajudar nossos irmãos e irmãs; Ser grandiosos por natureza; Enfrentar mais de 2 horas de ônibus e não padecer; Agradecer; Ser o melhor bairro do Brasil” (Página do Instagram: Ibura\_Conectado, 2025).

O vínculo afetivo dos moradores com seu território desempenha um papel essencial nas reivindicações por melhorias urbanas, impulsionando a mobilização social em prol de intervenções que promovam a qualidade de vida e a segurança



das áreas habitadas. A atuação da população exerce uma influência significativa no processo de urbanização, especialmente em regiões historicamente marcadas por um modelo urbano desigual. No Ibura, a participação popular é expressiva, com a juventude desempenhando um papel central na ocupação dos espaços públicos e na luta por direitos, refletindo o orgulho ao território a que pertencem.



Figura 52: Ibura, local entre a ZEIS Ibura e a ladeira da Cohab, com implementação do Programa Mais Vida nos Morros através de pintura de casas.

Fonte: Autoral, 2024.



# 3

## CAPÍTULO

# A ZEIS IBURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

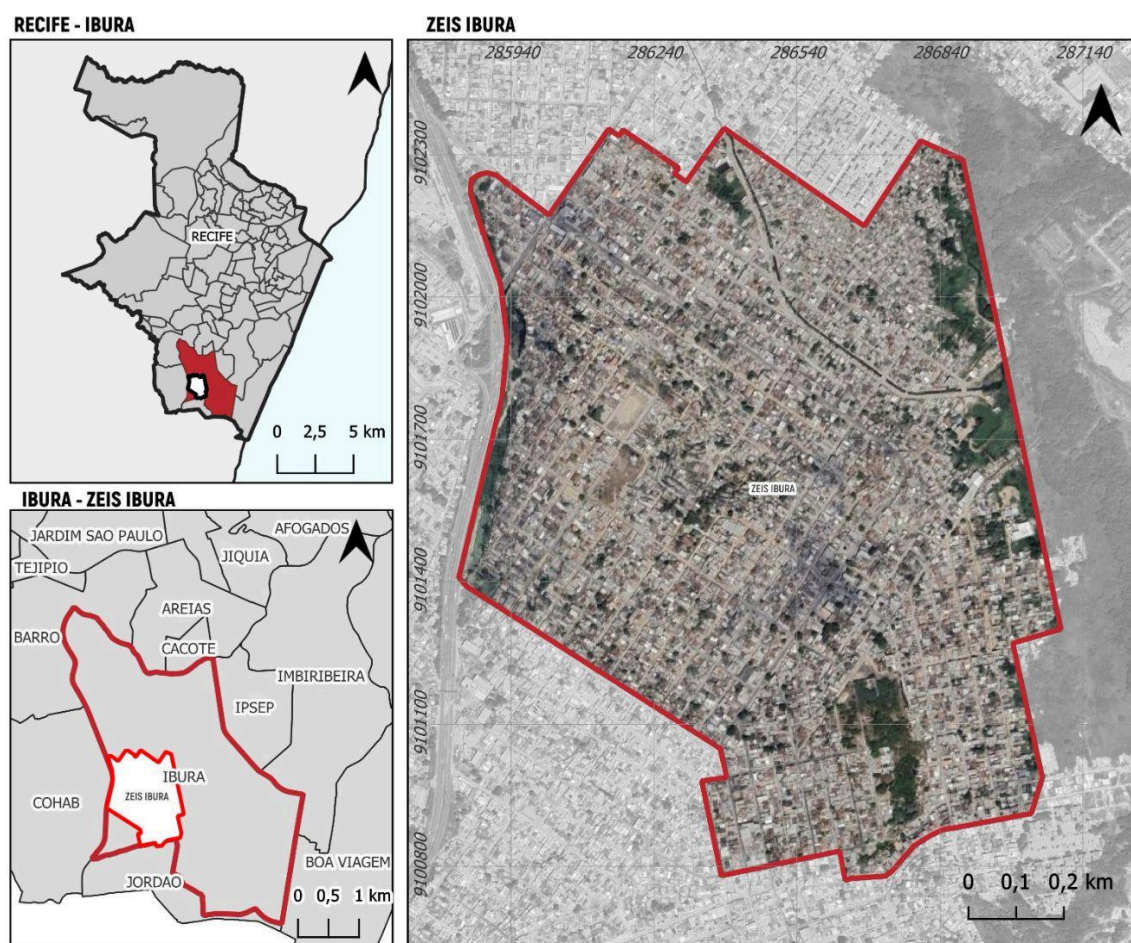
"O Ibura é arte, é poesia. Para mim, é um bairro super perfeito. Morar aqui é símbolo de resistência..."  
(Evely Vitória dos Santos, 2023. Participante do Ibura Empoderado, projeto da UNICEF).



### CAPÍTULO 3 - A ZEIS IBURA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo de caso do presente trabalho, ZEIS Ibura, localiza-se na zona sul do Recife (Figura 53). Como citado anteriormente, os morros da zona sul da cidade foram buscados como local de moradia em decorrência do devido ao déficit habitacional e como implantação de políticas públicas habitacionais (vilas da Cohab), levando à população a utilizar-se da autoconstrução, em alguns espaços, sem o suporte de um planejamento urbano mais preventivo e adequado.

Figura 53: Localização da ZEIS Ibura.



Fonte: Elaborada pela autora (2025).



As construções das moradias do bairro, através do mercado de habitações populares financiadas pelo Estado, culminaram em uma expansão desorganizada de autoconstruções em suas áreas de morros e encostas. Com a finalidade emergencial de sanar parte do déficit habitacional gerado pela cheia da década de 1960, muitas construções foram entregues inacabadas e com a implantação de infraestruturas precárias (saneamento e iluminação), além da insuficiência de serviços de saúde, educação, transporte e segurança pública (Nascimento *et al*, 2017).

É válido salientar que a ZEIS em questão está localizada em um bairro de grande dimensão. O aglomerado urbano dos morros da Zona Sul da cidade, localizados na zona sudoeste da cidade do Recife, na Região Político Administrativa (RPA) 6, é composto pelos bairros da Cohab (popularmente conhecido como Ibura de Cima), Ibura e Jordão (Ver delimitação dos bairros na Figura 62).

As vilas e comunidades que compõem o Ibura, (bairros do Ibura e Cohab) (Figura 54)<sup>24</sup>, não apresentam uma homogeneidade em sua formação. Segundo Scott e Quadros (2008), o processo de ocupação do bairro pode ser dividido em, pelo menos, três etapas distintas: a primeira, composta majoritariamente por ocupações oriundas de programas de políticas públicas voltadas à redução do déficit habitacional provocado pelas cheias da década de 1960, como é o caso das Vilas da Cohab (URs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10 e 11); a segunda, caracterizada pela concessão e venda de terrenos; e a terceira, marcada pela autoconstrução realizada pelos próprios moradores nos espaços residuais entre as comunidades (Scott e Quadros, 2008, p. 18).

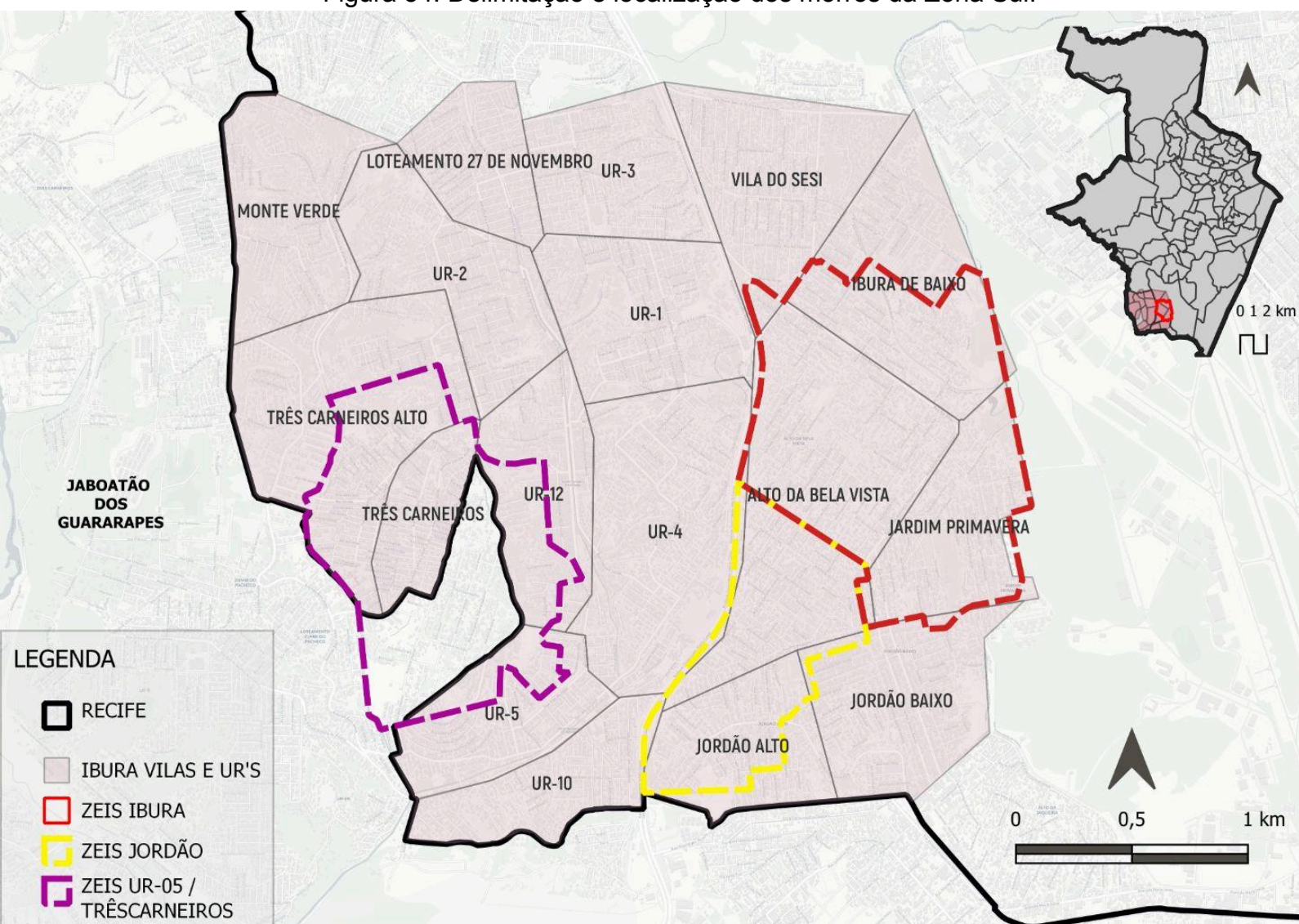
Os bairros comportam juntos aproximadamente 110 mil habitantes (Censo do IBGE, 2022), sendo formado por 21 vilas (Diário de Pernambuco, 2015) (Figura 54), entre elas, as Unidades Residenciais (URs)<sup>25</sup>, Lagoa Encantada, Zumbi do Pacheco, Monte Verde, Jordão Alto, parte do Jordão Baixo, dentre outras comunidades.

---

<sup>24</sup> A figura foi elaborada com base em mapas de navegação por GPS e nos limites disponíveis no site da Prefeitura do Recife. Ressalta-se, contudo, que podem haver imprecisões, uma vez que não há delimitações oficiais e exatas para as Vilas e Unidades Residenciais (URs).

<sup>25</sup> As Unidades Residenciais (URs) foram construídas pela Companhia de Habitação do Estado de Pernambuco (COHAB) por meio da concessão e venda de terrenos, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional agravado pelas enchentes que atingiram o Recife na década de 1960, deixando diversas famílias desabrigadas.

Figura 54: Delimitação e localização dos morros da Zona Sul.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

Além da ZEIS Ibura, localizam-se também nesse território as ZEIS Jordão, Alto da Jaqueira, Greve Geral e UR-05/Três Carneiros, esta última se encontra na divisa entre os municípios do Recife e de Jaboatão dos Guararapes (Figura 54).

### 3.1 O que é o Ibura e qual sua relação com o Recife?

O bairro do Ibura aparece em grande parte dos morros, local marcado por suas ladeiras, tem nome de origem Tupi com o significado de "fonte de água", em decorrência das inúmeras fontes existentes na localidade (Tavares, 2007). O bairro foi sede do Engenho Ibura no século XIX (Barbosa, 2019) e é morfologicamente



constituído por colinas, planícies e terrenos acidentados, se destacando por apresentar como característica os frequentes deslizamentos, resultantes da ausência de planejamento urbano adequado e da ocupação em áreas de risco. Esses fenômenos são desencadeados, em grande parte, pela busca por moradia pela população de baixa renda e pelas migrações de famílias mais pobres vindas do interior do estado para áreas mais distantes dos centros urbanos.

Embora, do ponto de vista geográfico e administrativo, o território popularmente conhecido como Ibura esteja oficialmente dividido em dois bairros, Cohab (Figura 55) e Ibura (Figura 56), tendo seus limites separados pela BR-101 (Ver delimitação dos bairros na Figura 62), observa-se que o bairro da Cohab (também conhecido como Ibura de Cima) concentra grande parte das Unidades Residenciais (URs), enquanto o bairro do Ibura abrange localidades como Jordão Alto, Jordão Baixo e Alto da Bela Vista. Apesar dessa divisão, é comum que os moradores estabeleçam uma forte conexão com todo o território, percebendo-o e vivenciando-o como uma unidade coesa, o que reforça o senso de pertencimento coletivo ao local, indo além dos limites físicos estabelecidos.

“Em geral, as outras limitações geográficas da área são bastante arbitrárias, pois nem sempre se percebe uma diferença muito significativa entre comunidades do próprio bairro.” (Scott e Quadros, 2008, p.16)

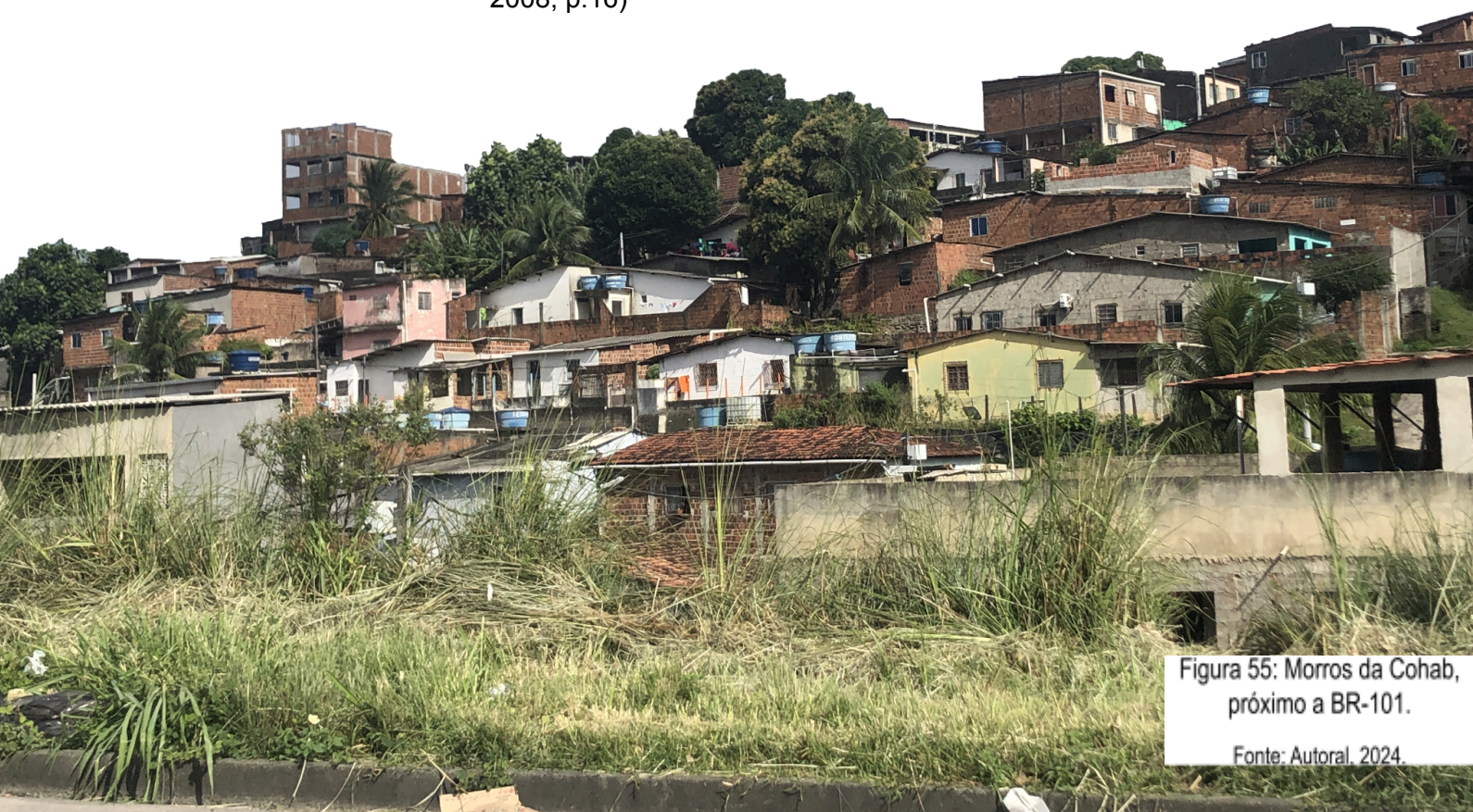


Figura 55: Morros da Cohab, próximo a BR-101.

Fonte: Autoral, 2024.



“Dimensionar a violência no Ibura é um problema que começa ao se tentar fixar os limites do bairro. Enquanto para a Prefeitura de Recife o bairro fica entre a BR-101 e a Avenida Recife, ao longo da Avenida Dois Rios, para a polícia, o Ibura está do lado oposto da BR-101, até a linha férrea. Exatamente no lugar que nos registros da prefeitura é chamado de Cohab. Além disso, as localidades existentes no limite da capital pernambucana com Jaboatão dos Guararapes situam-se numa área de litígio entre as duas cidades.” (Tavares, 2007, p. 557)

Desta forma, é comum que moradores do bairro da Cohab, localizada mais a oeste, identifiquem-se como residentes do Ibura, evidenciando a forte relação entre esses territórios e a percepção coletiva da população em relação à delimitação do bairro. Esse entendimento comum pode ser atribuído a uma série de fatores, como laços históricos, culturais e sociais compartilhados entre os residentes das duas áreas. Além disso, as semelhanças nas condições de vida, nos desafios enfrentados e nas experiências compartilhadas reforçam os vínculos de pertencimento que não se referenciam por limites políticos-administrativos.



Figura 56: Morros do Ibura.

Fonte: Autoral, 2024.



Ambos os bairros sofrem com a realidade de vulnerabilidade socioambiental histórica (Figura 57). O estudo desenvolvido pela Prefeitura do Recife em 2019: “Análise de riscos e vulnerabilidade climáticas e estratégias de adaptação do município do Recife”, apresenta os impactos de risco de inundação, seca meteorológica, ondas de calor, doenças transmissíveis, deslizamentos e aumento do nível do mar, considerando as condições de vulnerabilidade da população. Como resultado deste mapeamento, é possível enfatizar que as áreas sujeitas e com maior risco de deslizamentos se encontram nas RPA's 2 e 6, respectivamente nos morros da Zona Norte (bairro de Casa Amarela) e Zona Sul (bairros do Ibura e Cohab). O estudo mostra que os riscos resultam da relação entre a vulnerabilidade e a exposição às ameaças climáticas (Prefeitura do Recife, 2019), algo que está muito presente nesses espaços. O estudo demonstra ainda que essas áreas apresentam índices de alto a muito alto em relação às doenças transmissíveis, ondas de calor e seca meteorológica. Fatores como falta de saneamento básico, habitações precárias e omissão do poder público em relação à oferta de serviços urbanos contribuem para o aumento do índice de vulnerabilidade socioespacial em áreas de morros.

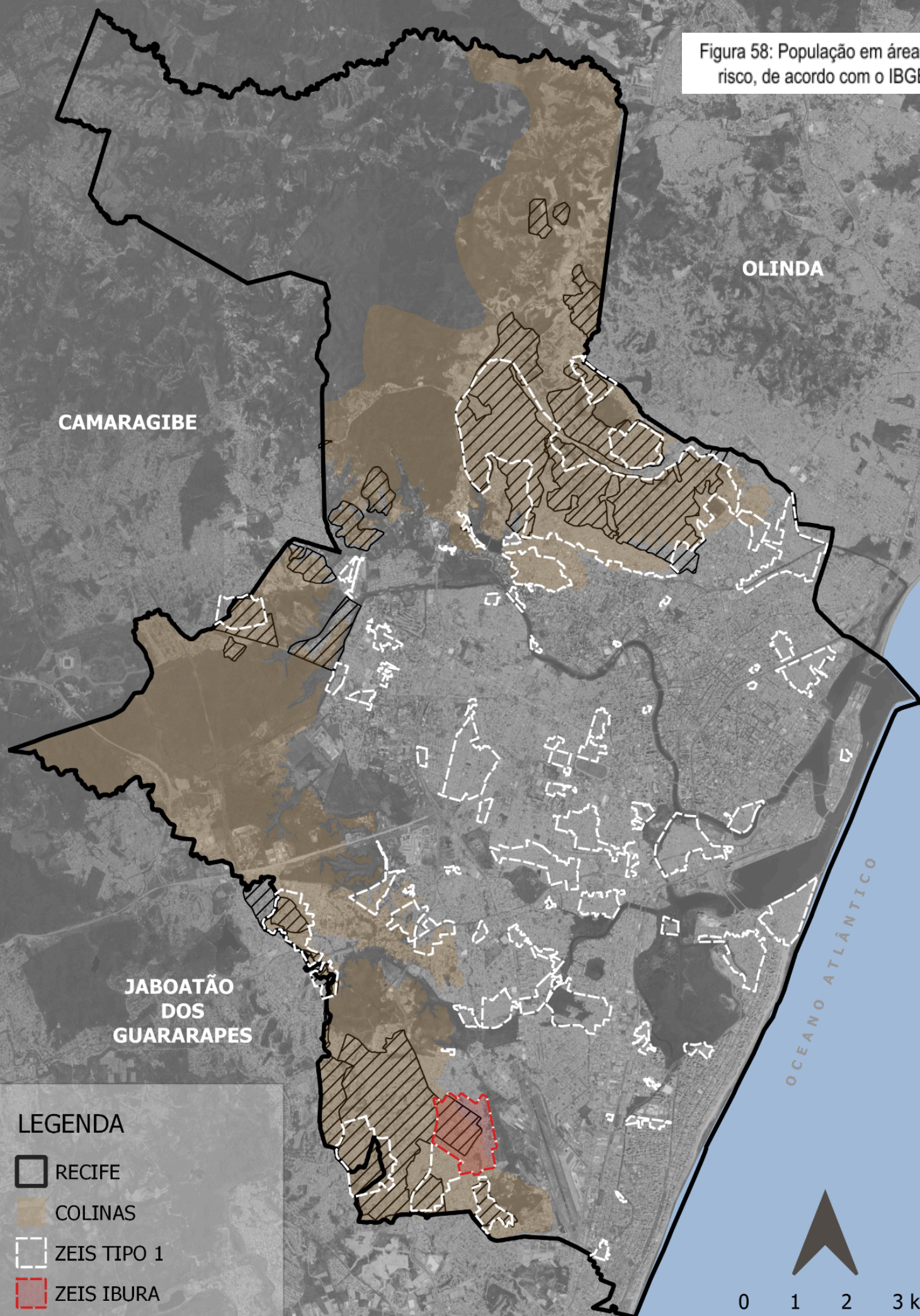
De acordo com o Censo do IBGE (2010), as áreas de morros concentram a maior população residente em zonas de risco no Recife. Esse cenário é particularmente evidente nos bairros do Ibura e Cohab, onde a vulnerabilidade socioambiental é acentuada. Observa-se que grande parte da Zona Sul do Recife se enquadra nessa classificação, destacando a ZEIS Ibura, cujo território, em sua maioria, está inserido em áreas de risco (Figura 58).

Figura 57: Lonas na ZEIS Ibura, na margem da BR-101.  
Fonte: Autoral, 2025.





Figura 58: População em áreas de risco, de acordo com o IBGE.



Fonte: Elaborado pela autora (2024), com base de dados do Censo do IBGE 2010.



Dados disponibilizados pela Defesa Civil (2024), referentes à ocorrência de deslizamentos de morros na cidade de Recife indicam a procedência e os impactos negativos recorrentes do evento pluviométrico extremo acontecido neste período entre os anos de 2019 e 2023. Em 2022 foram registrados 213 pontos de deslizamentos de barreiras no bairro da Cohab (Figura 59), com a maior concentração de ocorrências em Jardim Monte Verde, Lagoa Encantada e UR 03. Esses eventos sublinham a vulnerabilidade das comunidades que habitam áreas de risco e a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a contenção, mitigação desses riscos e a proteção das populações afetadas.

“Viver do lado do perigo é você deitar e não ter a certeza de que no outro dia você vai estar viva. Não é por opção. É por não ter condições de morar num espaço que dê segurança para esse povo aqui. (...). Ninguém vive aqui porque quer, dentro da lama. Todo mundo sonha em ter uma moradia digna e em poder deitar e ter a certeza de que no outro dia vai acordar” (Cavalcante *et al* apud Josileide Lins, 2024).



Figura 59: Morros em situação de vulnerabilidade ambiental no bairro do Ibura de cima (Cohab).  
Fonte: Autoral, 2024.

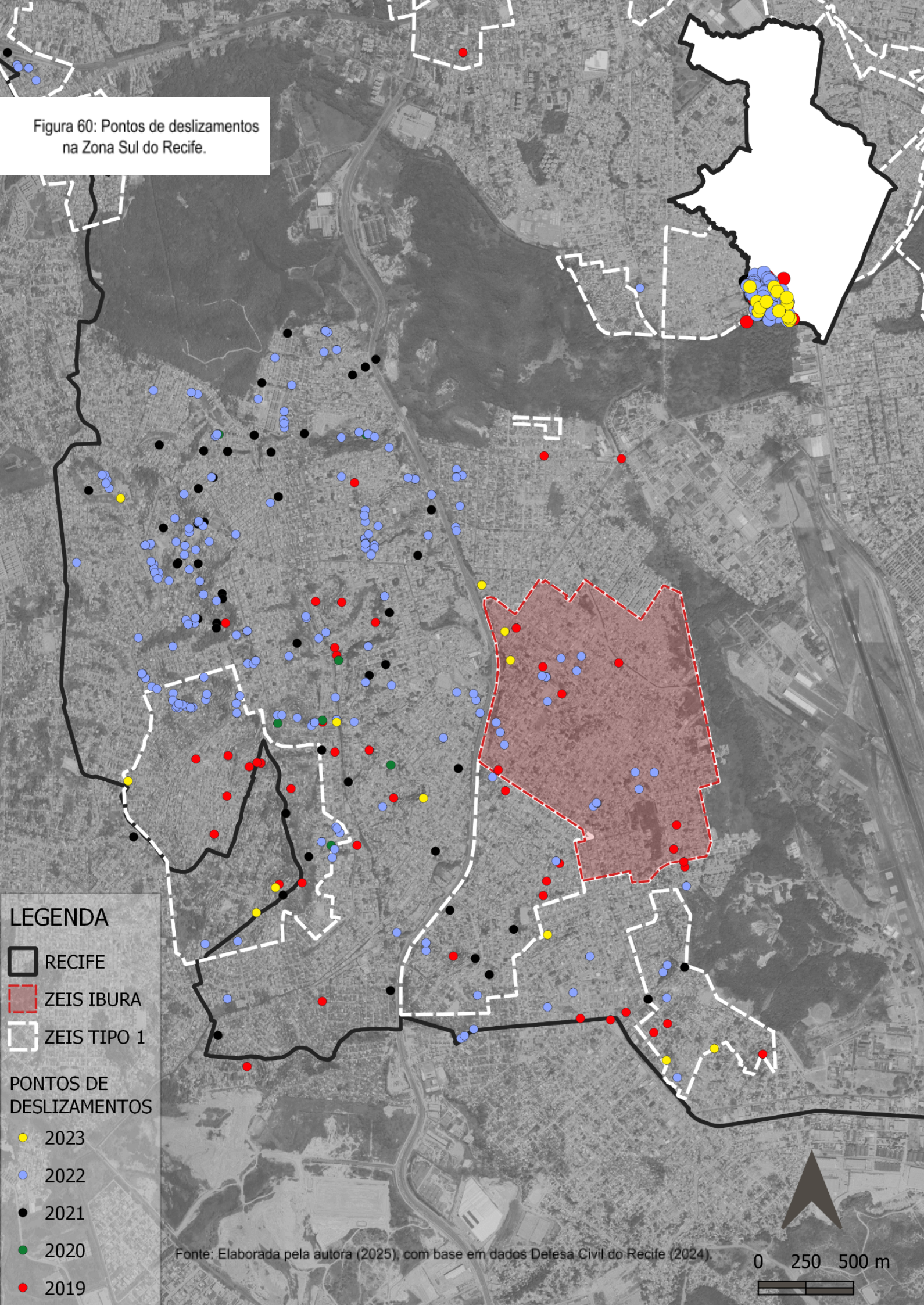
Apesar de 2022 ter sido considerado como um ano traumático para os pobres urbanos em decorrência da vulnerabilidade climática a que os mesmos estão sujeitos, esses eventos não foram isolados apenas no ano em questão. No mesmo relatório disponibilizado pela Defesa Civil, consta que em 2019, 23 ocorrências de deslizamentos foram realizadas, em 2021 o número aumenta para 59 e em 2023 há uma queda para apenas 7 ocorrências (Figura 60). Todas elas, com exceção do ano de 2023, possuem inúmeros pontos na Comunidade Jardim Monte Verde, localizada no bairro do Ibura.

Na Figura 60, observa-se que deslizamentos de terra ocorrem com maior frequência na região da Cohab (Ibura de Cima), concentrando-se, principalmente, nas bordas ou fora dos limites das ZEIS. A partir dessa constatação, pode-se levantar a hipótese de que áreas sujeitas a limitações urbanísticas em que o Estado atua, mesmo que minimamente, apresentam menor incidência de desastres ambientais em comparação com aquelas onde a atuação do poder público é menos efetiva na promoção de melhores condições de habitabilidade e resiliência socioambiental. Dessa maneira, considera-se que as ZEIS desempenham um papel fundamental na regularização fundiária e na melhoria da qualidade de vida dos moradores, ao viabilizar ações voltadas à infraestrutura, ao ordenamento territorial e à mitigação de riscos ambientais. No entanto, em áreas de morros, a efetividade dessas intervenções tende a ser menor em comparação com as ZEIS localizadas em áreas planas. Enquanto nas ZEIS de áreas planas a principal preocupação está relacionada à permanência dos moradores, muitas vezes devido a conflitos fundiários, **nas ZEIS situadas em morros, as demandas prioritárias estão voltadas para questões de sobrevivência**, em razão dos riscos ambientais e da vulnerabilidade estrutural desses territórios.

Intensificando assim, a necessidade do planejamento urbano de qualidade e contínuo para áreas de riscos, além da importância de instrumentos urbanísticos e políticas públicas na contenção de acidentes. Outro ponto importante relatado na Figura 60 é a quantidade de pontos de deslizamentos nos anos de 2019 e 2022, anos com mais incidências de vítimas fatais devido aos desastres.



Figura 60: Pontos de deslizamentos na Zona Sul do Recife.



Fonte: Elaborada pela autora (2025), com base em dados Defesa Civil do Recife (2024).



A frequente ocorrência de desastres ambientais na região está diretamente relacionada a um modelo urbano historicamente desigual, no qual as áreas periféricas são mais vulneráveis a riscos ambientais devido à ocupação desordenada e à ausência de infraestrutura adequada. Em muitos casos, as ações implementadas para lidar com esses desafios são meramente paliativas, como a instalação de lonas plásticas (Figuras 57 e 59) para contenção de encostas, em vez de medidas preventivas e estruturais eficazes.

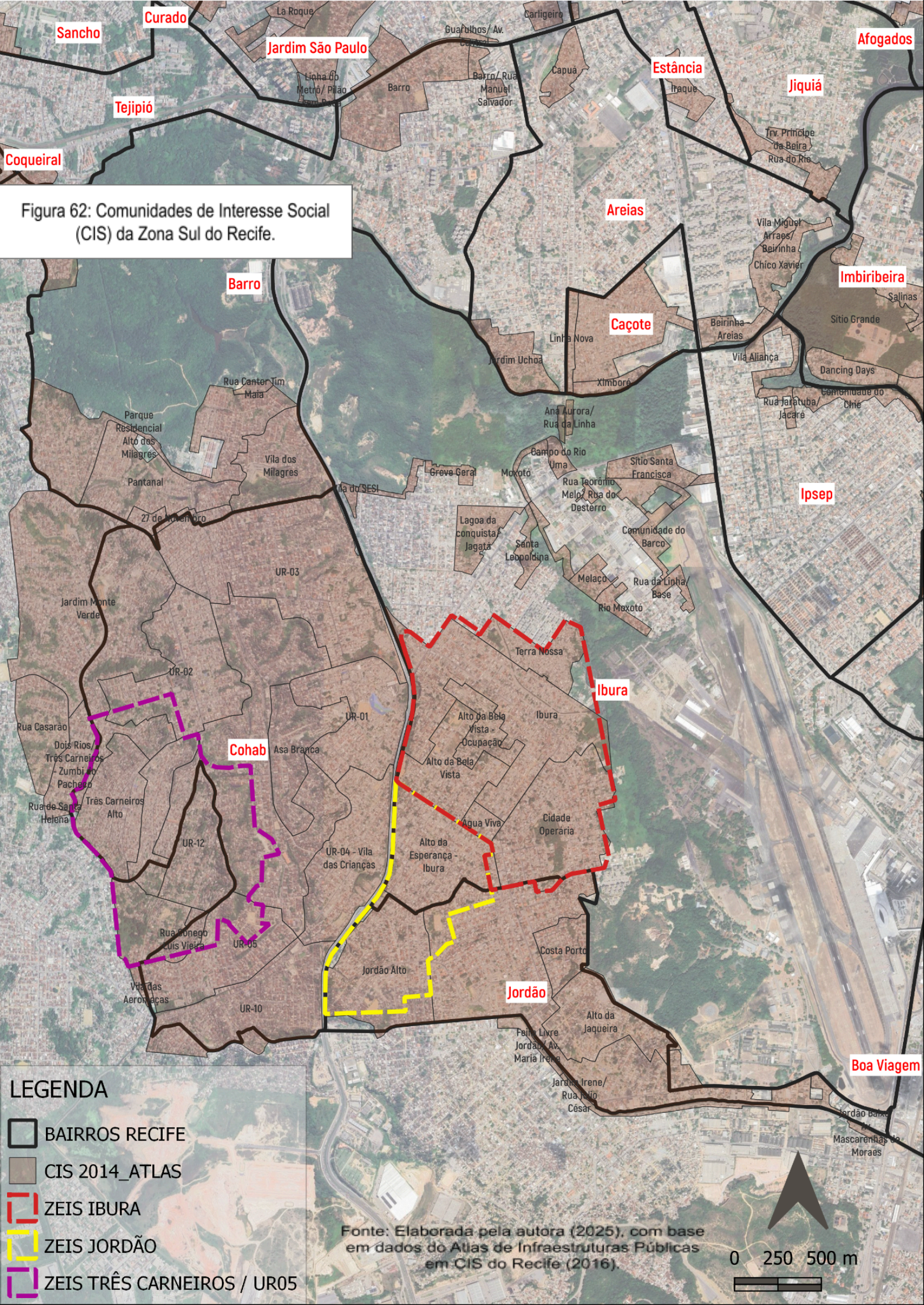
O Atlas de Infraestrutura Pública em Comunidades de Interesse Social (CIS) do Recife (2016) identificou diversos agrupamentos urbanos com diferentes níveis de precariedade, conforme já mencionado no Capítulo 1. O Atlas teve o objetivo de mapear as áreas críticas da cidade em 545 comunidades. Na Zona Sul do Recife, observa-se uma significativa concentração de Comunidades de Interesse Social (CIS) em áreas de morros, destacando-se o bairro do Ibura, que apresenta o maior número dessas comunidades, totalizando 24. Em seguida, a Cohab (região conhecida como Ibura de Cima) contabiliza 15 CIS, enquanto o bairro do Jordão reúne 7 CIS (Figura 62). Chama atenção, ainda, a elevada concentração de CIS no interior de uma única ZEIS, como é o caso da ZEIS Ibura (Figura 61), que abriga integralmente 7 CIS em seu território (Figura 62). Essa configuração revela que praticamente toda a área da ZEIS é formada por comunidades de interesse social com graus de vulnerabilidade social, o que reforça a urgência de investimentos públicos voltados à melhoria da infraestrutura urbana e à regularização fundiária na região.



Figura 61: ZEIS Ibura.

Fonte: Damião Costa, 05 Ago. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fICNI5K9KJM>.







É importante reforçar a importância do papel das ZEIS nos assentamentos precários e, principalmente, nas áreas de morros. A maior ZEIS da região é a Ibura (Figura 63), situada no bairro de mesmo nome, sancionada em 1988 pela Lei Municipal 15.168/88, apenas cinco anos depois da institucionalização das 27 primeiras ZEIS, na LUOS 14.511/1983 e foi a primeira ZEIS situada nos morros na Zona Sul do Recife. A ZEIS é constituída por cinco vilas: Alto da Bela Vista, Ibura de Baixo e parte de Jardim Primavera, sendo o Alto da Bela Vista como maior parte da ZEIS (Figura 63)<sup>26</sup>.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo bairro do Ibura como um todo, especialmente em relação aos desastres ambientais, a localidade apresenta contribuições socioespaciais importantes que merecem destaque. Essa dualidade é bem representada na música "Ibura City", do artista recifense Newerth, na qual ele expressa: "Nem tudo são flores, mas nem tudo é crime, no Ibura City (...)". Com base na experiência pessoal do autor e nas análises realizadas, observa-se que um dos principais aspectos positivos é a presença de fortes laços comunitários, os quais contribuem significativamente para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos moradores em relação ao território. Além disso, a acessibilidade em relação ao custo de vida torna a região mais viável para a população de baixa renda. O espírito de resistência e inovação também se sobressai, evidenciando a capacidade dos moradores de se organizarem e criarem soluções para os desafios cotidianos (Tavares, 2007).

Embora o Ibura seja frequentemente tratado como um bairro-dormitório<sup>27</sup> e muitas vezes negligenciado pelo poder público, a vida em suas comunidades é extremamente ativa e marcada por uma dinâmica social rica, repleta de cultura, comércio local e iniciativas comunitárias que promovem a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

---

<sup>26</sup> A figura foi elaborada com base em mapas de navegação por GPS e nos limites disponíveis no site da Prefeitura do Recife. Ressalta-se, contudo, que podem haver imprecisões, uma vez que não há delimitações oficiais e exatas para as Vilas e Unidades Residenciais (URs).

<sup>27</sup> Adaptado do termo "cidade-dormitório", refere-se a localidades em que a maior parte dos moradores realiza atividades laborais ou cotidianas em bairros ou municípios vizinhos, utilizando o local predominantemente como espaço residencial. (Campos, 2017).



Figura 63: ZEIS Ibura e sua divisão de vilas.





### 3.2 Da ZEIS Ibura - Jordão para ZEIS Ibura

A Zona Especial de Interesse Social Ibura (Figura 63), inicialmente promulgada como ZEIS Ibura - Jordão, foi instituída pela Lei Municipal 15.168/88, como já citado anteriormente. A priori, a ZEIS abrangia uma área com uma delimitação geográfica maior (Figura 64), incluindo tanto o bairro do Ibura quanto o bairro do Jordão e sendo, no momento de sua institucionalização, a segunda maior ZEIS do Recife, ficando atrás apenas da ZEIS de Casa Amarela. A expansão da malha urbana dentro dela, apesar de grande parte apresentar um ordenamento territorial marcado, também acompanhou o crescimento irregular dos bairros como um todo, além de uma expansão vertical devido à busca habitacional. Esse processo foi marcado por intervenções no terreno, como cortes e modificações no relevo, que acabaram por descaracterizar a paisagem natural. Essas transformações refletem a falta de um planejamento urbano adequado e muito pontual, impactando diretamente na infraestrutura e nas condições de habitabilidade da região.

Estima-se que a ocupação dos morros localizados nos bairros do Ibura e Jordão, mais precisamente na delimitação da ZEIS, existe desde 1918 com a ocupação da população mais pobre nessas regiões. De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Recife do Observatório das Metrópoles (s.d.), a área em que a ZEIS está localizada era anteriormente conhecida como Segundo Loteamento da Cidade Operária e pertencia a um proprietário que iniciou a venda de terrenos em lotes. No entanto, a região já estava sendo ocupada irregularmente, o que resultou na interrupção das vendas devido à resistência dos ocupantes, que acabaram resistindo e permanecendo no local. O crescimento populacional na ZEIS foi intensificado ao longo das décadas, impulsionado por fatores locais de proximidade a equipamentos metropolitanos âncora, tais como: centros comerciais, centros de saúde, além da construção do Aeroporto Internacional dos Guararapes, localizado na extremidade direita da ZEIS, e pelo desenvolvimento econômico do bairro de Boa Viagem.

Ademais, na década de 1960, após as enchentes que atingiram o Recife, muitos moradores passaram a se estabelecer na região da Cohab (Ibura de Cima), onde atualmente está situada a ZEIS Três Carneiros/UR-05. Esses fatores resultaram no aumento significativo da população residente nos morros da Zona Sul



da cidade, intensificando a densidade e a necessidade de instalação de infraestruturas e organização da malha urbana.

Em 1989, foi implantada a Comissão de Urbanização e Legalização Comissões de Urbanização e Legalização<sup>28</sup> (COMUL), fortalecendo a relação da ZEIS Ibura - Jordão (Figura 64) com o Programa de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS). Durante a década de 1990, diversas intervenções urbanas foram realizadas, especialmente no que diz respeito ao sistema viário e de drenagem, sendo viabilizadas por meio da participação popular, tanto no âmbito do PREZEIS quanto no Orçamento Participativo (Perfil das ZEIS do Recife – Acervo do Observatório da Metrópoles - Núcleo Recife, s.d.).

---

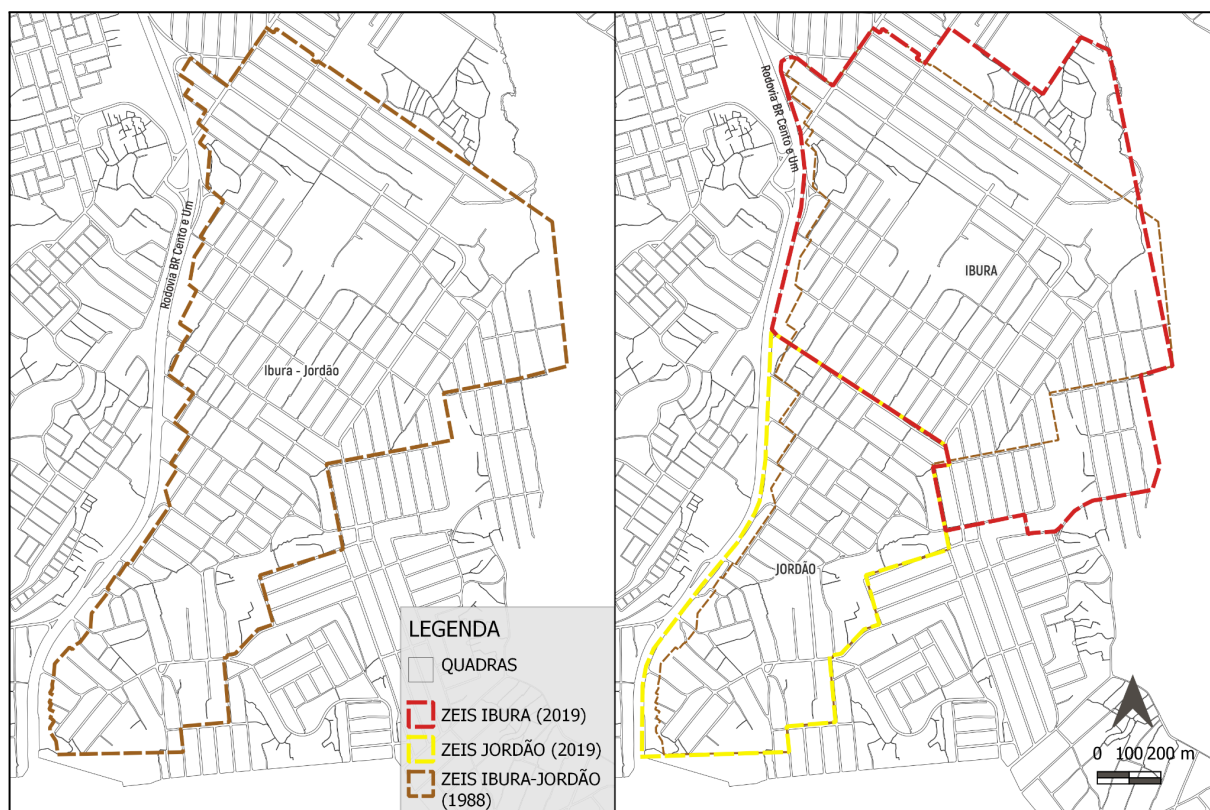
<sup>28</sup> DECRETO Nº 17.596/97: COMULs são espaços institucionais de caráter deliberativo no que se refere aos projetos de urbanização e regularização jurídica a serem desenvolvidos pelo Poder Executivo Municipal na respectiva Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.





A Zona Especial de Interesse Social Ibura atualmente continua apresentando um dos maiores territórios, dentre as ZEIS do Recife, com cerca de 143,55 ha, situando-se em extensão entre a ZEIS de Casa Amarela com 977,23 ha e a ZEIS Campo Grande com 107,44 ha (ESIG, 2020), ocupando assim uma posição considerável na configuração territorial da cidade. Em 2019, esta mesma ZEIS passou por uma mudança significativa em seu perímetro na Lei municipal nº 2, Abril de 2021 (Plano Diretor do Recife, 2021), tendo sua delimitação dividida e ampliada (Figura 65) em resposta a reivindicações das lideranças locais que não se identificavam com a junção de dois bairros diferentes na mesma ZEIS e demandavam um olhar mais detalhado para suas especificidades por parte do poder público, além do anseio de possuírem COMUL distintas. Esse processo resultou na reconfiguração do espaço anteriormente delimitado como ZEIS Ibura - Jordão, levando à sua subdivisão em duas Zonas Especiais de Interesse Social distintas: ZEIS Ibura e ZEIS Jordão.

Figura 65: ZEIS Ibura e Jordão antes e após desmembramento e ampliação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A dimensão territorial da ZEIS Ibura (Figura 65), limitava o trabalho de urbanização da área que possui diversos percalços e necessita de uma atenção maior. Como já citado anteriormente, o bairro da Cohab (especificamente o Ibura de Cima, mais a oeste) também é sede da ZEIS Ur 05 / Três Carneiros, apresentando uma diferença de relevo considerável em comparação ao “Ibura de Baixo”, mais a leste (Tavares, 2007). O fato dessas áreas terem uma diferença em relação ao relevo abrupto, além de outros fatores, separam a área por questões morfológicas. Por essa mesma razão, o desmembramento da ZEIS Ibura - Jordão foi justificado pelo questionamento: como planejar e investir em localidades de interesse social com tamanha diferença de relevo, acidentes de deslizamentos e alagamentos da mesma maneira?

“O desmembramento da Zeis Ibura/Jordão (em duas ZEIS), ZEIS Ibura e Jordão, objetivando um melhor acompanhamento de forma mais efetiva, em decorrência da extensão territorial de uma área hoje de 149,00 ha, além da solicitação de ampliação com inclusão de CIS, bem como da diferença de condições geográficas e morfológicas, que foram novamente detectada na visita (...)” (Ofício nº 052/2019 - Coordenação do Fórum do PREZEIS, 2019).

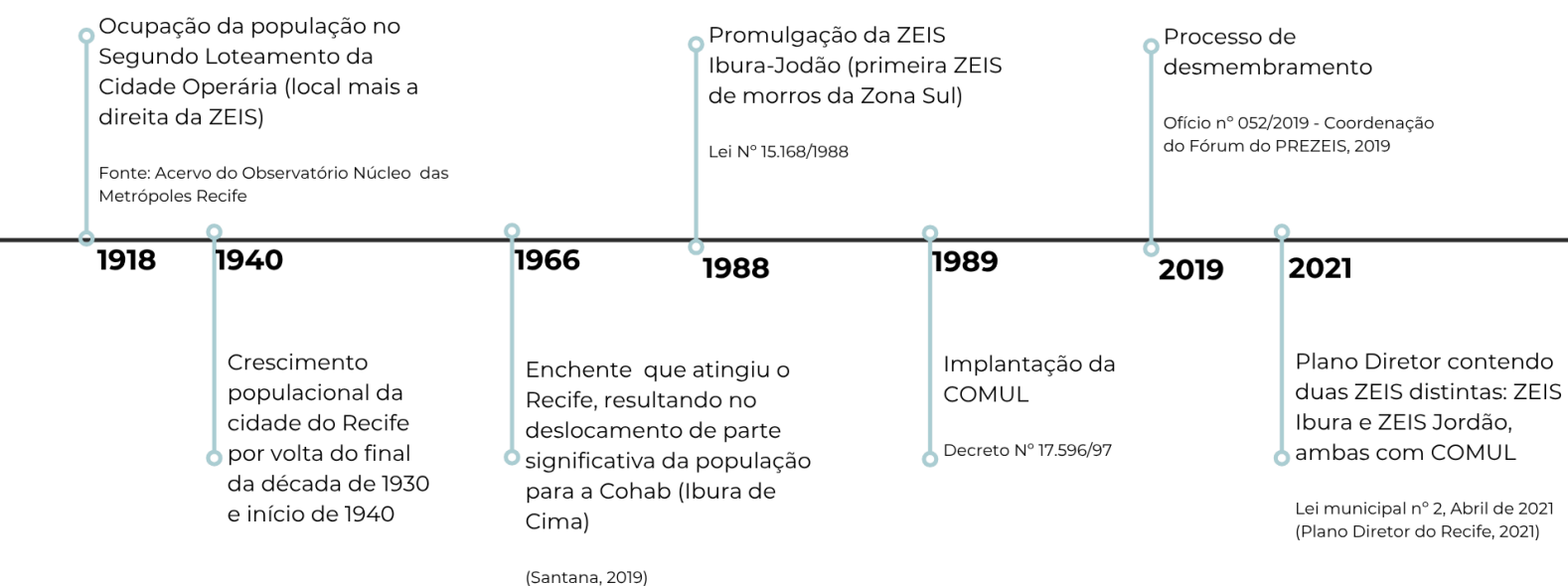
Reconhecendo as diferenças entre o Ibura e o Jordão, essa mudança visou garantir uma abordagem mais precisa e direcionada para o desenvolvimento urbano sustentável e a inclusão social em ambas as comunidades. Além disso, o desmembramento trouxe outro benefício para as ZEIS em questão, ambas atualmente apresentam Comissões de Urbanização e Legalização (COMULs) únicas. As COMULs tem sua composição formada por líderes comunitários, representantes de Órgãos públicos e representantes das comunidades locais, com o intuito de ordenar e fiscalizar planos de urbanização e regularização fundiária das ZEIS. Porém, das 43 ZEIS com COMULs do Recife, cerca de 33% do tipo 1, apenas seis se localizam em áreas de morros (Monteiro *et al*, 2024) , são elas: Dois Unidos, Rosa Selvagem, Planeta dos Macacos, UR 05/ Três Carneiros, Ibura, Jordão e Alto da Jaqueira. Nesse contexto, levanta-se uma hipótese de que as áreas planas se envolvem mais com a validação do PREZEIS devido aos constantes conflitos diretos com o mercado imobiliário e lutas pela permanência. A maioria das ZEIS com COMUL se localizam em áreas planas e predominantemente nas centralidades do Recife, evidenciando as ameaças de pressão imobiliária sobre espaços valorizados



no decorrer do tempo, em contrapartida as ZEIS de morros direcionam seus esforços e apreensões nas vulnerabilidades e desastres ambientais que acometem seus espaços.

Diante do exposto, o desmembramento da ZEIS Ibura - Jordão diminui a vasta dimensão territorial, possibilitando uma facilidade maior em selecionar lideranças representativas. Levando em consideração que o bairro do Ibura e a ZEIS Ibura (Figura 67) tem sua formação delimitada por vilas e URs, que apesar de não terem uma delimitação oficial de bairros, é de suma importante reconhecer os vínculos comunitários e relações de pertencimento ao analisar sua configuração socioespacial, considerando as necessidades e interesses, respeitando as subdivisões geográficas específicas estabelecidas ao longo da história (Figura 66), sejam elas oficiais ou culturais.

Figura 66: Linha do tempo da ZEIS Ibura.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.





Figura 67: ZEIS Ibura.

Fonte: Autoral, 2024.



### 3.3 Expansão territorial

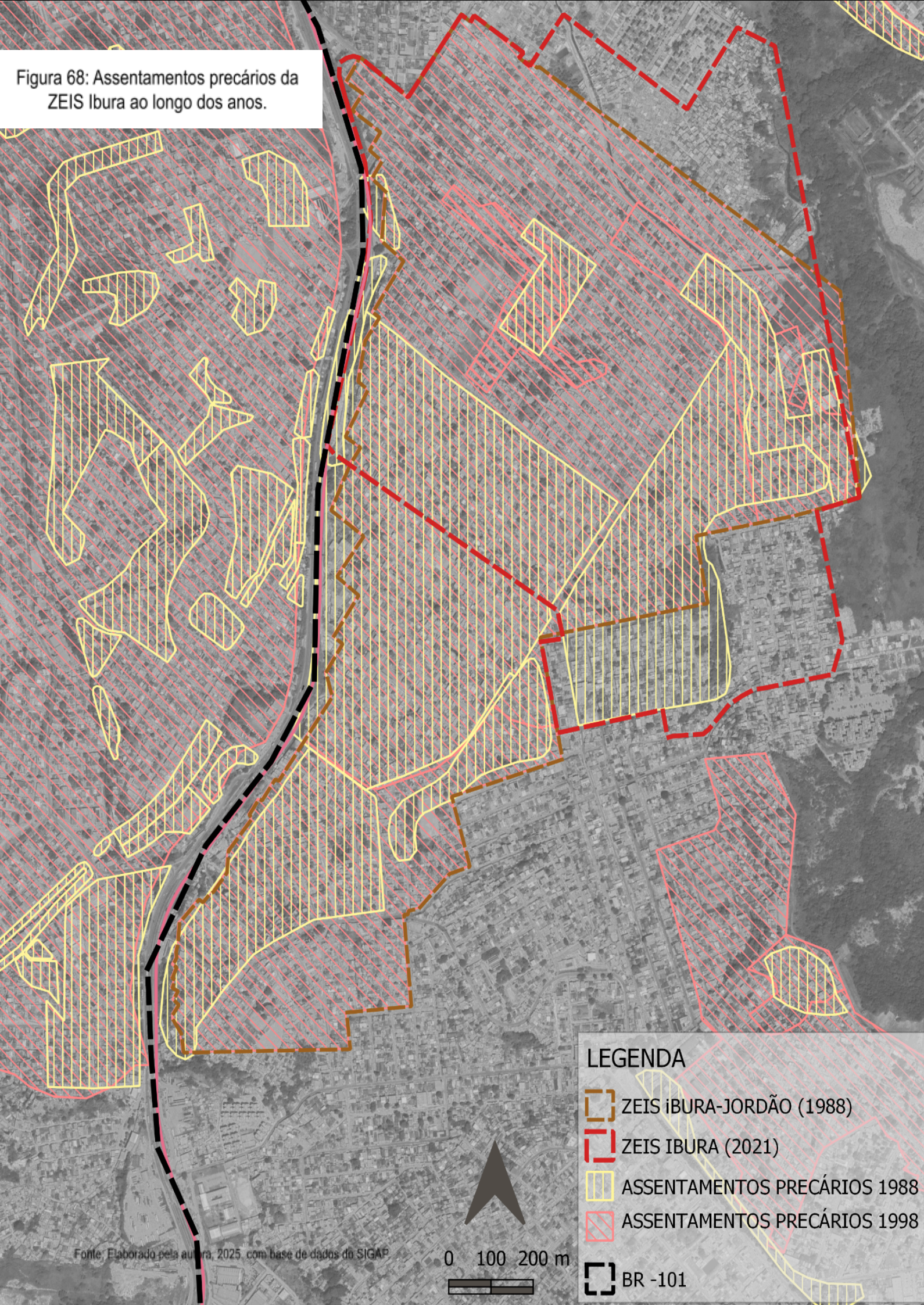
A ZEIS Ibura, como todas outras, surgiram como assentamentos precários criados espontaneamente. O Sistema de Informações Geográficas dos Assentamentos Precários da Região Metropolitana do Recife (SIGAP- RMR), desenvolvido pelo Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife entre 2004 e 2007, reúne informações dessas áreas na RMR contando com uma base de dados resultante de levantamentos realizados nos assentamentos em 1978, 1988, 1998 e 2011.

Assentamentos precários são áreas: “que estão localizadas em terrenos de particulares, públicos ou em áreas *non aedificandi*; que contenham padrão construtivo majoritariamente de baixa qualidade ou precário; cujo padrão urbanístico, em desacordo com a legislação vigente, resulte em espaços insalubres, promíscuos e descontextualizados; que se constitua em um espaço impermeável da cidade” (Souza *et al*, 2016).

Na Figura 68, é possível observar que, no ano da institucionalização da ZEIS, em 1988, grande parte de seu território já era classificado como um assentamento precário, abrangendo tanto o bairro do Ibura quanto o do Jordão. Em 1998, uma década após sua criação, verifica-se um aumento significativo dessas áreas dentro da ZEIS, ocupando praticamente toda a sua delimitação. Esse crescimento evidencia o processo contínuo de expansão dos assentamentos ao longo do tempo, reforçando o fato de que o território da ZEIS Ibura apresenta, historicamente, condições de precariedade urbana e habitacional.



Figura 68: Assentamentos precários da ZEIS Ibura ao longo dos anos.





Em relação à expansão urbana da ZEIS, com o auxílio de ortofotos disponibilizadas pela CONDEPE/FIDEM, observa-se que na década de 1970 a ZEIS já apresentavam uma configuração urbana de vias, ruas e quadras nítidas (Figura 69), levando em consideração que o ano oficial de institucionalização da ZEIS Ibura - Jordão foi apenas em 1988. Já em 1984 (Figura 70) é possível observar que essa malha urbana evoluiu, com centro da ZEIS e a parte onde hoje é localizada a ZEIS Jordão também obteve uma expansão de sua malha urbana, no entanto o adensamento por meio da presença de habitações ainda não era tão nítido. Por outro lado, comparando as ortofotos da década de 1980 com as imagens de satélite do PE3D<sup>29</sup>, do ano de 2015 (Figura 71), nota-se uma crescente ocupação da área, especialmente no centro da ZEIS Ibura e em suas margens, onde o adensamento se espalhou de forma espraçada, do centro para fora.

Além disso, é possível observar que em cerca de uma década (1975 a 1984) nas margens das duas ZEIS, principalmente próximo onde hoje é localizado o Aeroporto Internacional dos Guararapes e próximo a BR-101, à esquerda dos mapas, houve a densificação da ocupação (Figuras 69, 70 e 71). Esse fenômeno reflete a dinâmica de ocupação do território e a pressão habitacional, indicando assim autoconstruções que surgiram espontaneamente para atender à busca por moradia, resultando no adensamento populacional da área.

Figuras 69, 70 e 71: Expansão urbana da ZEIS Ibura.

---

<sup>29</sup> O Programa Pernambuco Tridimensional – PE3D é o mapeamento aerofotogramétrico de todo território do Estado. Disponível em: [www.pe3d.pe.gov.br](http://www.pe3d.pe.gov.br).



PROJEÇÃO ORTOGONAL DA(S)  
FOTOGRAFIA(S) N°(s) 1944/1942 (Esc. 1:30.000)  
TIRADA(S) NO(S) DIA(S) 11/4/75 às 14h 46m 24s e 14h 4

1944  
1942

ESCALA 1:10.000

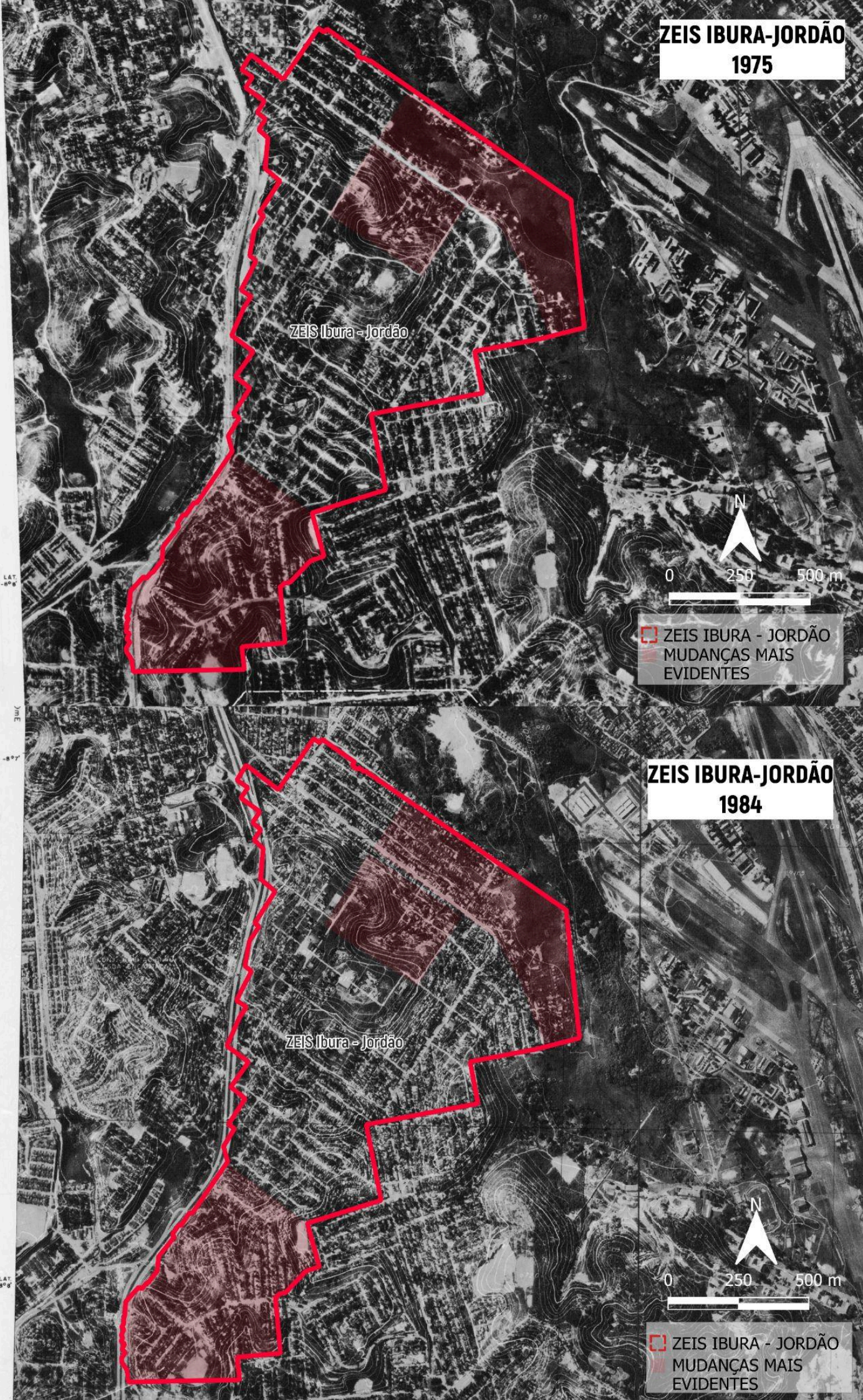
Nº DA FOLHA NO ARQUIVO  
**80-50**

PROJEÇÃO ORTOGONAL DA(S)  
FOTOGRAFIA(S) N°(s) 120038 (Esc. 1:30.000)  
TIRADA(S) NO(S) DIA(S) 17/6/84 às 15h 00m 52s

120038  
FX-12

ESCALA 1:10.000

Nº DA FOLHA NO ARQUIVO  
**80-50**



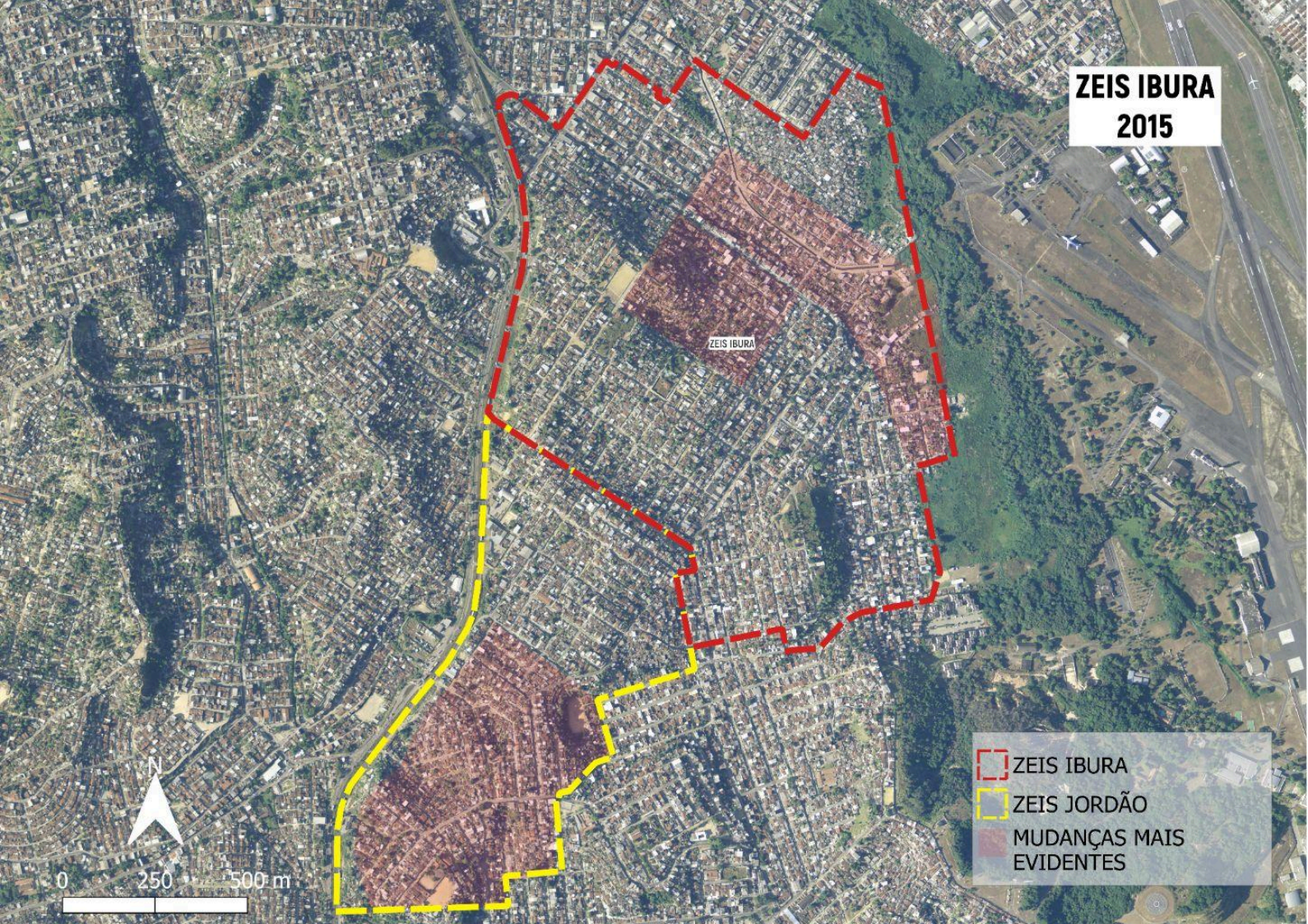
**ZEIS IBURA-JORDÃO**  
**1975**

ZEIS IBURA - JORDÃO  
 MUDANÇAS MAIS EVIDENTES

**ZEIS IBURA-JORDÃO**  
**1984**

ZEIS IBURA - JORDÃO  
 MUDANÇAS MAIS EVIDENTES





Fonte: Editado pela autora com base de dados do Acervo Condepe/FIDEM e PE 3D, 2025.

Em relação aos indicadores populacionais e habitacionais da ZEIS Ibura, o perfil sociodemográfico de uma localidade desempenha um papel fundamental na análise da evolução urbana, pois influencia diretamente aspectos como a ocupação do solo, a distribuição de renda, o crescimento ou declínio populacional e a infraestrutura disponível. A expansão urbana, por exemplo, está intrinsecamente relacionada à densidade demográfica e ao aumento da população, que, por sua vez, são impactados por fatores econômicos, sociais e de habitabilidade.

Nesse contexto, os censos demográficos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constituem uma importante fonte de dados sobre a população e o território brasileiro. Esses levantamentos são organizados em uma malha de setores censitários, que segmentam o espaço geográfico e reúnem informações detalhadas sobre suas características. Os setores



censitários apresentam uma ampla gama de dados que, quando analisados em conjunto com outros fatores, possibilitam estudos aprofundados sobre diversas temáticas, incluindo a expansão urbana e a evolução das características socioeconômicas da população a partir de indicadores de renda, escolaridade, empregabilidade, entre outros. Dessa forma, a integração dessas informações auxilia na compreensão das dinâmicas territoriais e no planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável das cidades.

O Censo de 2022 divulgou dados detalhados sobre a população e os domicílios no território brasileiro. Na Figura 72, é possível visualizar a distribuição dos setores censitários dentro da ZEIS Ibura, evidenciando o alto adensamento populacional da área. Observa-se que praticamente toda a ZEIS apresenta uma ocupação densa, incluindo regiões mais críticas, como suas extremidades próximas à BR-101 e ao Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes.

Além disso, ao comparar os setores censitários, percebe-se que a população total é significativamente maior em relação ao número de domicílios (Figura 73). Esse descompasso reflete um padrão de alta densidade populacional, indicando a presença de moradias com múltiplas famílias ou um grande número de

Imagem 72: População por setor censitário.

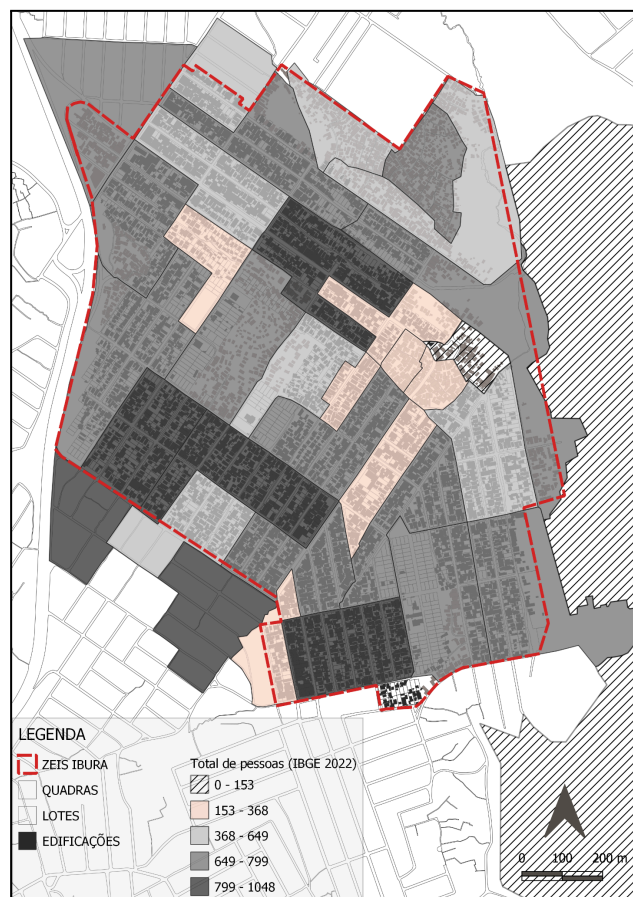
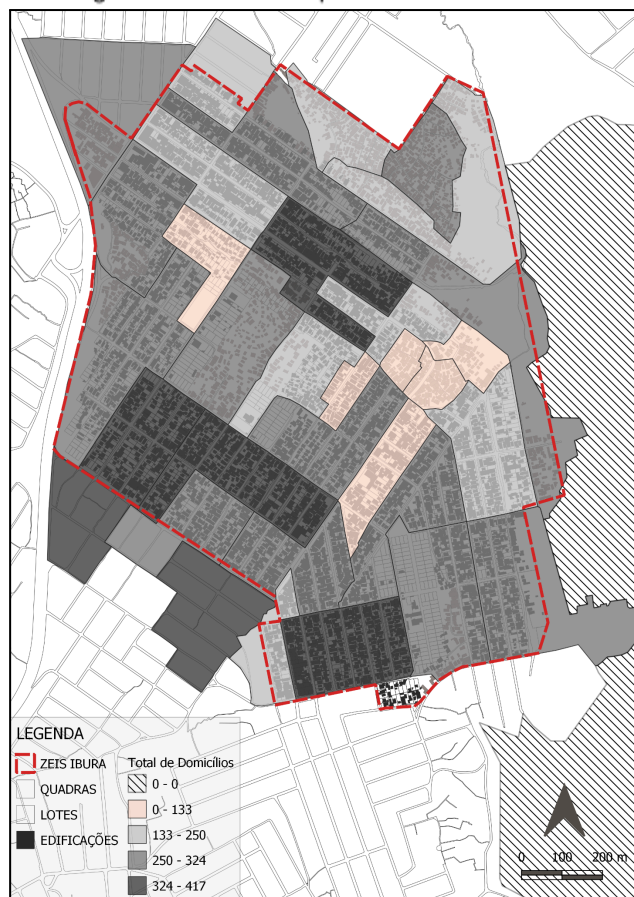


Imagem 73: Domicílios por setor censitário.



Fonte: Elaborado pela autora, com base de dados do censo do IBGE de 2022.



moradores por residência, o que pode ser um reflexo das condições socioeconômicas da população e das dificuldades de acesso à moradia formal. É comum, em áreas periféricas e de baixa renda, que filhos, ao constituírem suas próprias famílias, permaneçam residindo com os pais ou construam extensões improvisadas das moradias existentes, conhecidas popularmente como “puxadinhos”. Esse processo resulta em um adensamento populacional significativo, muitas vezes não acompanhado por uma adequada infraestrutura urbana, o que contribui para o surgimento de construções precárias e para a ocupação de um mesmo imóvel por um número excessivo de pessoas.

Os setores censitários mais densos situam-se em áreas que já haviam sido ocupadas antes da promulgação inicial da ZEIS, desde as décadas de 1970 e 1980. Destaca-se, ainda, que tais setores não se localizam nas regiões mais planas das ZEIS, geralmente situadas nas margens, mas predominam em áreas de relevo acidentado, caracterizadas por maior vulnerabilidade socioambiental.

Com o objetivo de realizar uma comparação entre o crescimento populacional ao longo dos anos, foram consideradas as informações da população de cada setor censitário (dos censos de 2010 e 2022)<sup>30</sup> dentro da delimitação das ZEIS. Os valores gerais foram somados e comparados com o Cadastro de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) com Comul instalada<sup>31</sup>, realizada pela URB-Recife em 1999.

Ao comparar a quantidade de população residente entre os anos de 2010 e 2022, observa-se um aumento discreto (Tabela 7). No entanto, ao confrontar os dados de 2022 com os de 1999, considerando que as informações populacionais referiam-se conjuntamente às ZEIS Ibura e Jordão, nota-se que a ZEIS Ibura tenha registrado um crescimento populacional significativo ao longo dos anos. Esse crescimento pode ter resultado na concentração de uma população equivalente à soma das duas ZEIS antes de seu desmembramento (Tabela 7). Em relação aos domicílios, ao comparar os valores obtidos pela soma dos totais de cada setor censitário dos censos de 2010 e 2022, observa-se um aumento das residências ao longo de mais de uma década. Esse crescimento acompanha, proporcionalmente, a

---

<sup>30</sup> Foram utilizados as informações apenas dos censos de 2010 e 2022, pois tais apresentavam os indicadores de população mais claros. Os valores gerais de cada setor foram somados, podendo assim conter pequenas variações devido a delimitação de alguns setores censitários não estarem exatamente correspondentes à delimitação da ZEIS. Nesses casos, os valores foram inseridos na tabela acompanhado pelo símbolo de aproximadamente: ≈.

<sup>31</sup> Realizado pela URB-Recife em 2019, conta com uma série de informações sobre as ZEIS do Recife. Fonte: Acervo do Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife.

elevação da população residente no mesmo período, evidenciando a continuidade do processo de adensamento na ZEIS Ibura (Tabela 7).

Tabela 7: Comparação populacional e de domicílios da ZEIS Ibura entre 1999 a 2022.

| <b>CRESCIMENTO POPULACIONAL E DE DOMICÍLIOS (1999 - 2010 E 2022)</b> |                                                 |                                           |                                           |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------------|
|                                                                      | <b>1999 URB-Recife</b><br>(ZEIS Ibura - Jordão) | <b>CENSO DO IBGE 2010</b><br>(ZEIS Ibura) | <b>CENSO DO IBGE 2022</b><br>(ZEIS Ibura) |
| <b>POPULAÇÃO</b>                                                     | 20.000                                          | ≈ 18.026                                  | ≈ 18.910                                  |
| <b>DOMICÍLIOS</b>                                                    | -                                               | ≈ 5.568                                   | ≈ 6.711                                   |

Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base nos censos do IBGE (2010 e 2022) e URB-Recife (1999).

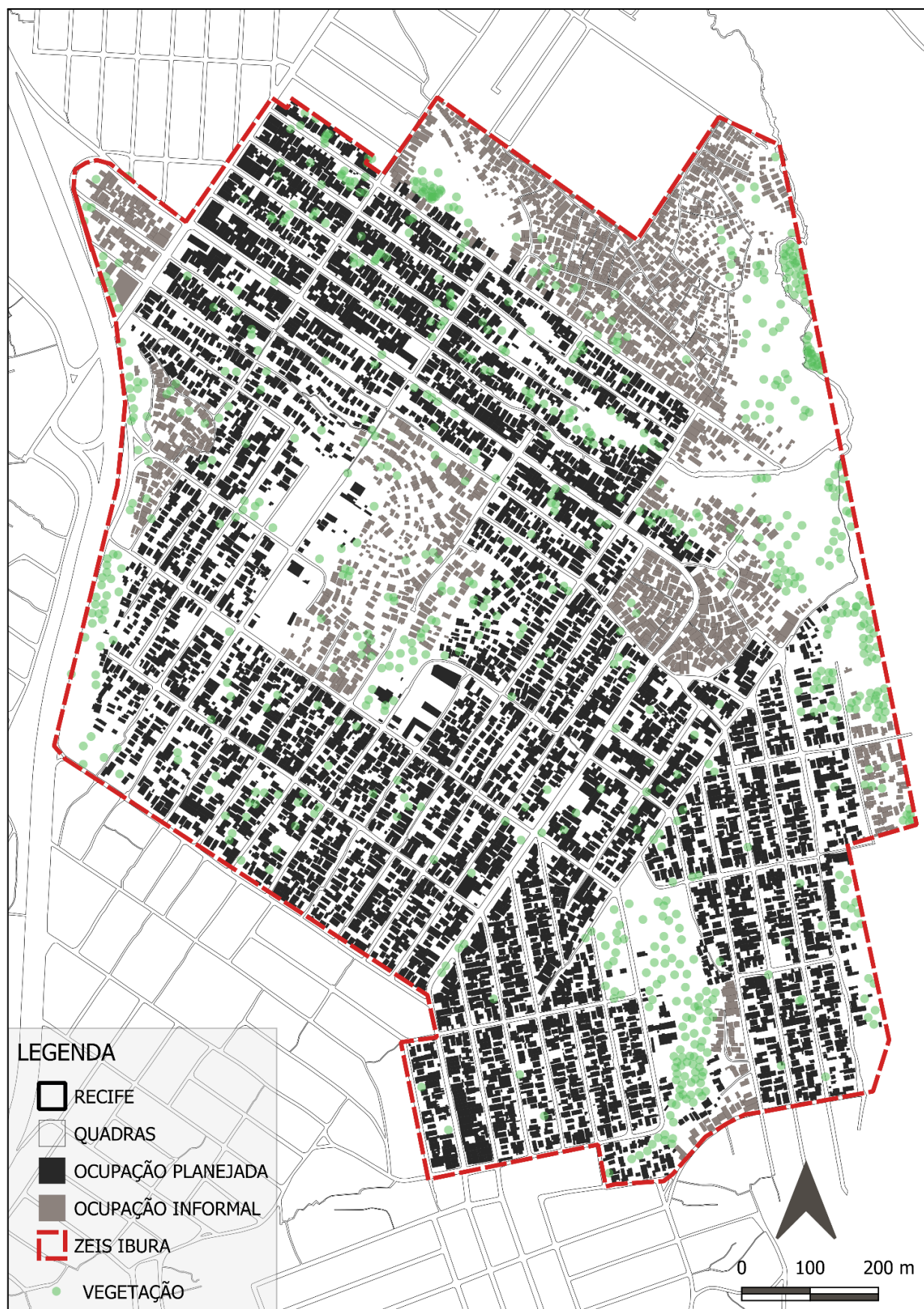
### 3.4 Caracterização físico-territorial

De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2022), a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Ibura possui uma população residente de, aproximadamente, 18.026 habitantes, distribuídos em uma área de 143,55 hectares. A maior parte do território da ZEIS mostra um traçado urbano relativamente regular, com predominância de quadras e lotes bem definidos, transmitindo que a ZEIS Ibura possui uma tipologia mais planejada (Figura 74). Entretanto, em determinadas áreas, como partes centrais, próximo à BR-101 e as regiões superiores à direita da ZEIS, observa-se a presença de mais ocupações informais, resultado de processos de ocupação espontânea. Estas, estão localizadas no Alto da Bela Vista (no centro da ZEIS), parte do Ibura de Baixo, Jardim Primavera e algumas margeando a BR-101 na Vila do Sesi (Figura 63).

A Figura 74, traz uma representação cartográfica que evidencia a relação entre espaços edificados (fechados) e espaços livres (abertos), proporcionando uma leitura da organização espacial e da estrutura urbana da ZEIS. Observa-se, na porção sul, uma maior concentração de edificações, com um traçado urbano regular e quadras bem definidas. Por outro lado, as extremidades norte e nordeste demonstram maior fragmentação urbana e ausência de padronização no traçado, o que reforça a hipótese de crescimento desordenado ou posterior ao plano original.



Figura 74: Cheios e vazios da ZEIS Ibura.



Fonte: Elaborado pela autora, com base de dados da Prefeitura do Recife (2025).



Em relação à cobertura vegetal, nota-se uma distribuição dispersa e irregular ao longo do território. A vegetação se concentra, em sua maioria, nas áreas de encosta, onde sua presença é mais significativa (Figura 74).

A configuração das quadras evidencia um padrão morfológico regular, sugerindo a presença de diretrizes prévias de ordenamento urbano. Apesar disso, observa-se que a maioria das vias da ZEIS permanece não pavimentada, e a mobilidade interna ocorre predominantemente por escadarias e ladeiras (Figura 75), resultando em acessibilidade limitada. A circulação de ônibus é comprometida, sobretudo pelas vias estreitas e pela ausência de infraestrutura adequada. Nesse contexto, as ruas do Xingu e Emílio Monteiro Fonseca configuram-se como eixos estruturadores do sistema de transporte local, concentrando os principais pontos de ônibus da região (Figuras 76 e 77). Complementarmente, a Avenida Dois Rios, situada na parte superior da ZEIS, exerce função articuladora ao conectar o território aos bairros vizinhos, especialmente à Imbiribeira e à Avenida Recife.



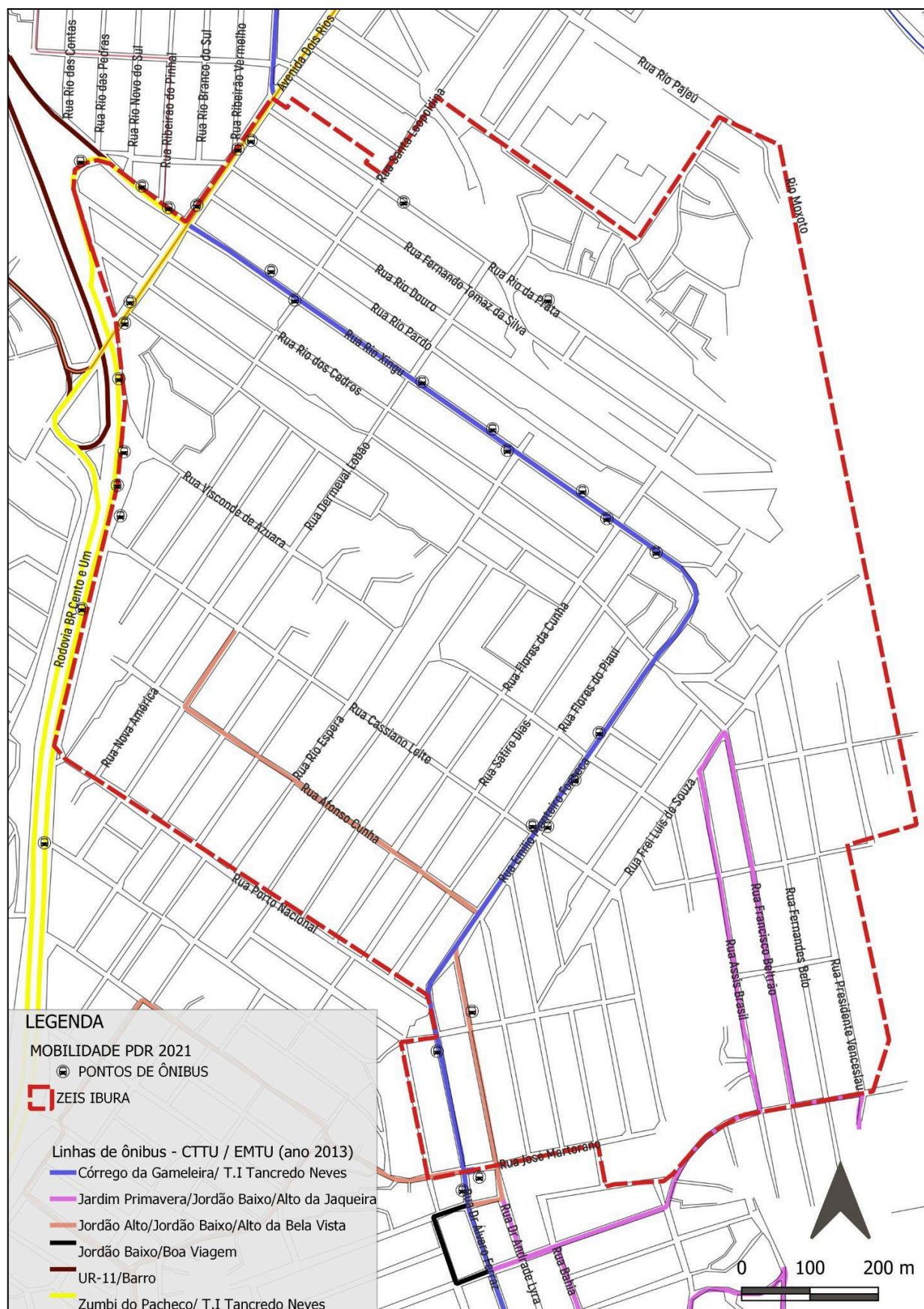
Figura 75: Escadaria e ladeira da ZEIS Ibura.  
Vista da Avenida Dois Rios.  
Fonte: Damião Costa, 2024, Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=fICNI5K9KJM>







Figura 77: Conexões urbanas e eixos modais na ZEIS Ibura.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.



O uso do solo (Figura 79) na ZEIS Ibura é majoritariamente voltado à função habitacional, com a presença pontual de áreas destinadas ao comércio e ao uso misto. As principais concentrações comerciais estão localizadas ao longo das vias de maior fluxo e importância no território, destacando-se, entre elas, a Rua do Xingu, a Rua Emílio Monteiro Fonseca e a Avenida Dois Rios.

Em relação aos equipamentos urbanos, verifica-se a presença de unidades educacionais distribuídas por diferentes setores da ZEIS, sendo parte delas de gestão pública e outras de caráter privado (aproximadamente 04 públicas/municipais e 08 privadas). No entanto, observa-se uma notável deficiência na oferta de equipamentos de saúde na ZEIS Ibura, o que compromete o acesso da população a serviços básicos e especializados nesta área. Atualmente, o território conta apenas com uma Unidade de Saúde da Família (USF), localizada no Alto da Bela Vista, a qual foi inaugurada recentemente, no ano de 2024.

Embora existam alguns vazios urbanos no território, observa-se uma escassez significativa de espaços dedicados ao lazer e à recreação, o que evidencia a necessidade de maior atenção por parte do poder público à infraestrutura socioespacial da comunidade. Apesar disso, alguns campos de futebol informais (Figura 78) são utilizados pela população como alternativa de lazer e socialização, suprimindo parcialmente a carência de equipamentos adequados para essa finalidade.



Figura 78: Campo do Alto da Bela Vista, centro da ZEIS.  
Fonte: Damião Costa, 2024. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=fICN5K9KJM>







Em relação ao gabarito (Figura 80)<sup>33</sup> das edificações na ZEIS Ibura, a maioria das construções é composta por apenas um pavimento. Essa característica está diretamente relacionada à precariedade estrutural das construções e às dificuldades impostas pela topografia do local, predominantemente formada por terrenos de encostas. Apenas em algumas áreas específicas é possível observar edificações com dois ou três pavimentos, destacando-se como exceções dentro do padrão predominante da região.

Uma característica relevante da ZEIS Ibura é a sua vulnerabilidade ambiental, determinada principalmente pelas condições geográficas do território. Embora grande parte da área esteja localizada em morros e encostas, que apresentam elevado risco de deslizamentos de barreiras, há também uma preocupação significativa em relação à extremidade superior direita da ZEIS. Essa região, situada em áreas mais baixas, é particularmente suscetível a inundações e alagamentos durante períodos de fortes chuvas (Figura 21), revelando a complexidade dos desafios vivenciados pela comunidade, especialmente no que se refere à estabilidade habitacional e à capacidade de enfrentamento dos eventos climáticos.

---

<sup>33</sup> A figura foi elaborada com base em dados disponibilizados pela Prefeitura do Recife, imagens do Google Maps e observações obtidas por meio de conhecimento prévio do local. Nesse sentido, é possível que existam algumas inconsistências quanto ao uso atual de alguns lotes.





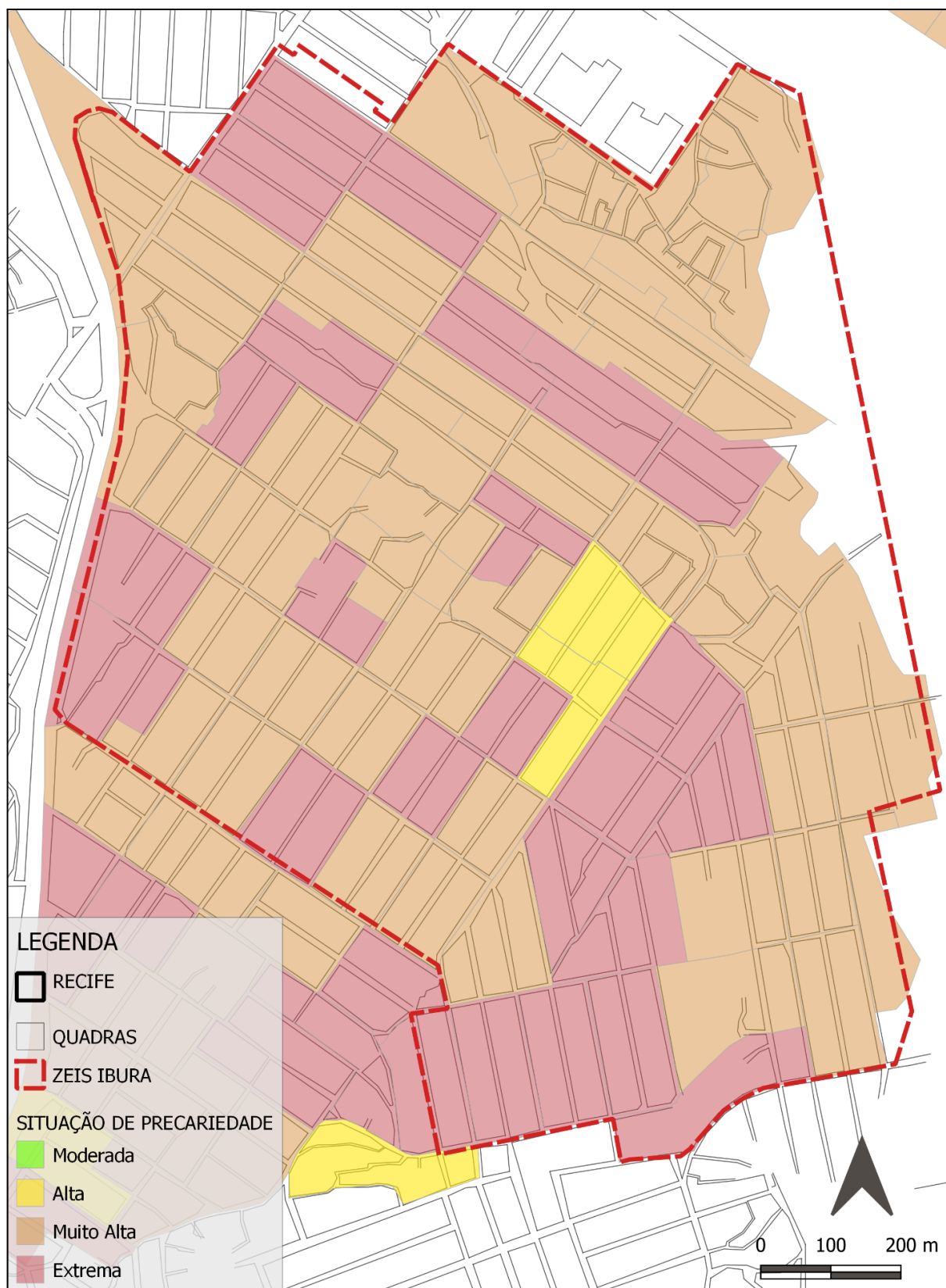
Os problemas relacionados ao esgotamento sanitário e ao abastecimento de água são recorrentes tanto na ZEIS quanto em grande parte do bairro do Ibura. A região enfrenta históricos de racionamento, com o fornecimento de água ocorrendo, em média, a cada 15 dias ou, em alguns casos, apenas uma vez por mês. Diante dessa situação, a população busca alternativas para suprir suas necessidades, recorrendo ao uso de poços artesianos, cisternas e outros recursos hídricos. A topografia elevada do bairro também representa um obstáculo para o abastecimento regular de água, uma vez que o fornecimento para áreas de altas cotas altimétricas demanda maior infraestrutura e investimento, diferentemente das áreas planas, onde o acesso à rede de distribuição é facilitado.

Quanto ao esgotamento sanitário, a precariedade da infraestrutura (Figura 81) é um reflexo da ocupação desordenada da região, muitas vezes desprovida de planejamento urbano adequado. Como consequência, a ausência de saneamento básico adequado compromete a qualidade de vida dos moradores e agrava os problemas ambientais e de saúde pública na comunidade.

Os dados divulgados pelo Atlas de Infraestrutura Públicas em CIS do Recife (2016), revelam que nas CIS presentes nas ZEIS Ibura, o nível de precariedade é maior nas áreas mais altas. Apontando a forte dinâmica construtiva que resultam na expansão e adensamento dificultando as intervenções públicas.

“Nas comunidades do Ibura e Jordão, situadas nas colinas do sul recifense, as condições de precariedade do esgotamento sanitário são diversas. As áreas mais altas concentram maior número de Unidades de Coleta em situação moderada ou extrema e nas áreas mais baixas, concentram-se as melhores condições. Os registros desse assentamento nos cadastros demonstram uma crescente expansão e adensamento. Na perspectiva da provisão das condições de saneamento, essa área configura um desafio constante, uma vez que apresenta uma forte dinâmica construtiva exigindo um planejamento mais preventivo.” (Atlas em CIS do Recife, 2016, p. 84).

Figura 81: Situação de abastecimento d'água e esgotamento sanitário.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025, com base no Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife, 2016.



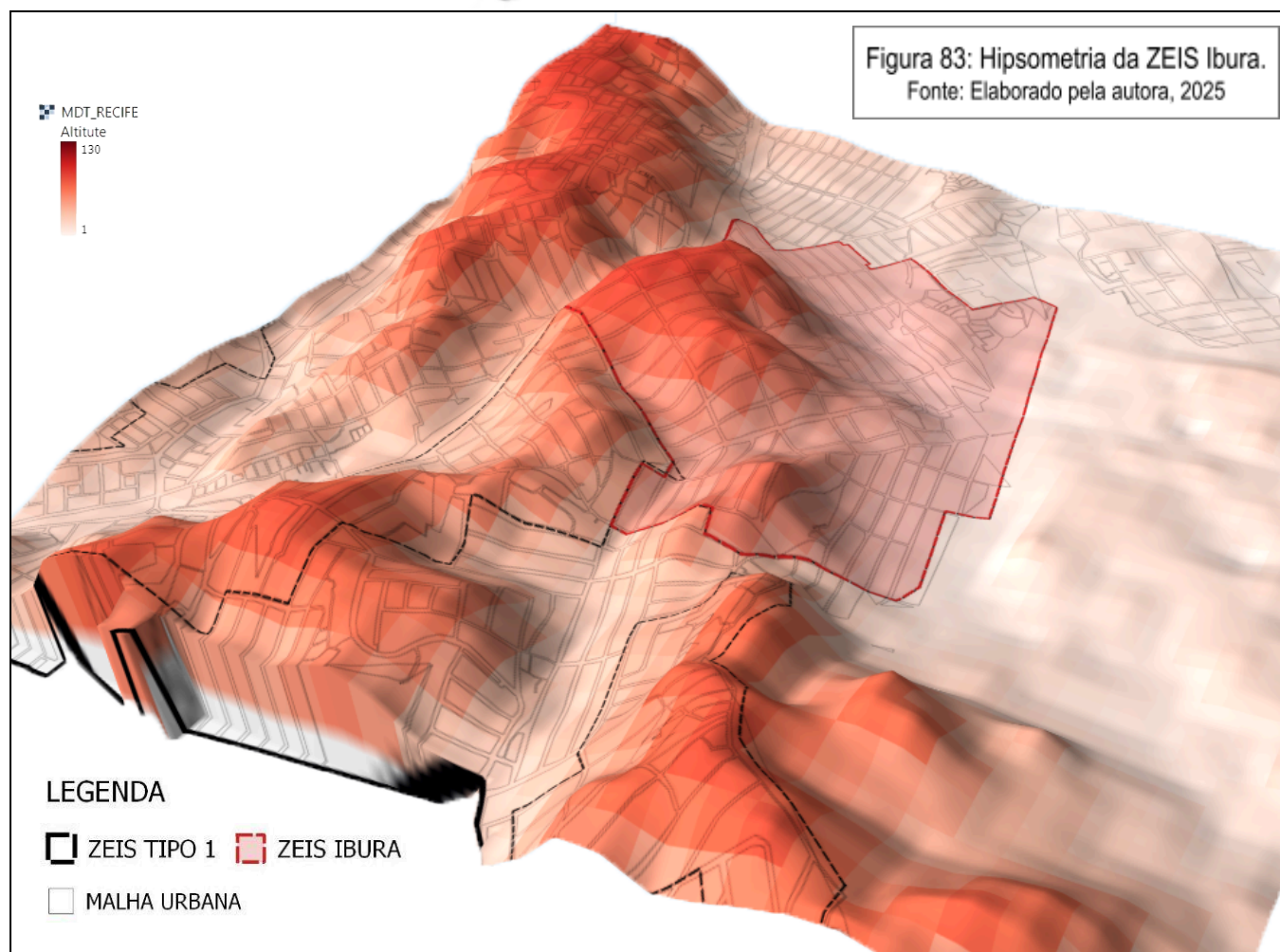
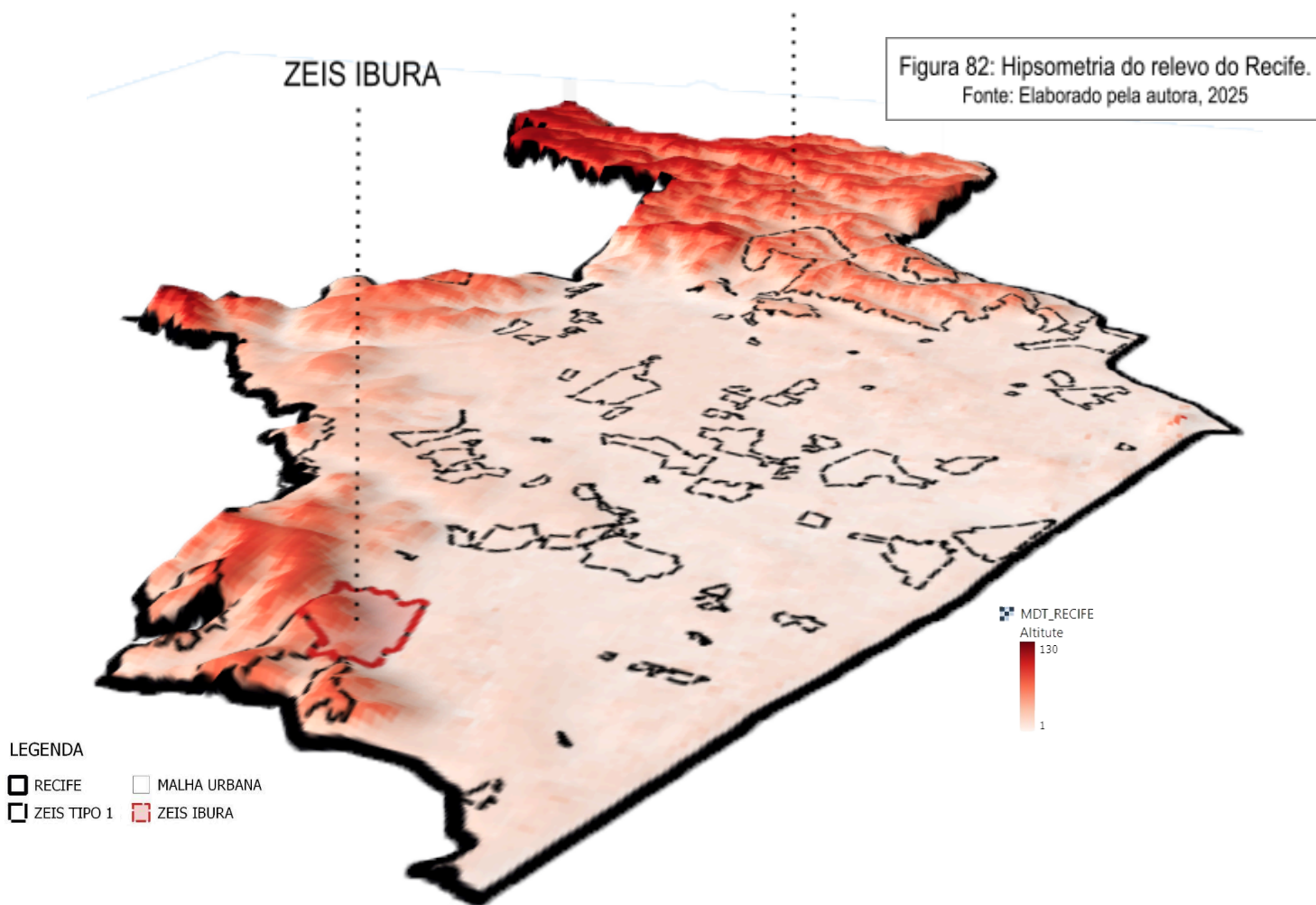
Dessa forma, observa-se que a caracterização espacial e infraestrutural da ZEIS Ibura evidencia aspectos de vulnerabilidade e precariedade urbana. Embora o território apresente quadras e lotes com delimitação definida (Figura 74), demonstrando certo grau de organização morfológica, sua localização em uma área periférica e com relevo acidentado impõe diversos desafios. Entre eles, destacam-se as dificuldades de mobilidade, as limitações no saneamento básico e o acesso restrito a serviços públicos essenciais, características comumente associadas a assentamentos situados em áreas de morro.

Ainda que a ZEIS Ibura possua menor altitude e um relevo menos acentuado em comparação a outras ZEIS localizadas em áreas mais elevadas da cidade, como a ZEIS Casa Amarela (Figura 82)<sup>34</sup>, observa-se que as fragilidades estruturais são recorrentes em ambas. Isso indica que tais problemas não são exclusivos do território em estudo, mas revelam uma condição típica das áreas de morro no contexto urbano do Recife

Uma característica marcante da ZEIS Ibura é sua elevada vulnerabilidade socioambiental, resultante, principalmente, das condições geográficas do território (Figura 83). Embora grande parte da área esteja situada em morros e encostas, que concentram alto risco de deslizamentos de barreiras, observa-se também uma preocupação relevante quanto à porção superior direita da ZEIS. Essa região, localizada em áreas mais planas e de menor altitude (Figura 83), mostra-se especialmente suscetível a inundações e alagamentos durante períodos de chuvas intensas (Figura 21). Essa dualidade de riscos, deslizamentos em terrenos íngremes e alagamentos em áreas planas, evidencia a complexidade dos desafios enfrentados pelos moradores da ZEIS Ibura, especialmente no que se refere à segurança e à resiliência diante de eventos climáticos extremos. É possível observar que as áreas onde as curvas de nível apresentam maiores altitudes, localizadas próximas à BR-101, verifica-se uma concentração significativa de casos de deslizamentos de barreiras, evidenciando a relação direta entre a declividade acentuada do terreno e a ocorrência desses eventos (Figura 83).

---

<sup>34</sup> A figura hipsométrica, que representa a elevação do terreno por meio de variações de cor, foi elaborada por meio de uso de softwares de geoprocessamento, utilizando dados disponibilizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/relevobr/download/pe/pe.htm>. Cabe ressaltar que a representação das altitudes na figura tem caráter esquemático para visualização geral do relevo. Portanto, as informações correspondem como uma aproximação gráfica da variação de altitude do território, podendo conter uma margem de erro.





A vulnerabilidade socioambiental tem se agravado ao longo do tempo devido ao processo contínuo de adensamento populacional, que ocorre em descompasso com a fiscalização e a intervenção do poder público. As famílias nucleares vão se ampliando, os filhos formam novas famílias, e as soluções para o acesso à moradia são buscadas por meio da ampliação das casas. Esses acréscimos são realizados sem a devida assistência técnica especializada, o que gera riscos tanto para as famílias que os constroem quanto para aquelas que vivem no entorno imediato. Tal cenário intensifica a importância do papel do Estado na elaboração e execução de um planejamento urbano voltado à expansão preventiva, com foco na promoção do desenvolvimento sustentável, na redução das desigualdades socioespaciais e na garantia do direito à moradia segura e digna.

### **3.5 Políticas Públicas na ZEIS Ibura**

A urbanização de áreas de morros teve com um dos seus percursores as políticas públicas de prevenção e mitigação de riscos. A ZEIS Ibura, por ter as características de um espaço de vulnerabilidade infraestrutural, necessita de intervenções específicas de controle dos riscos ambientais que assegure as famílias em sua integridade física e patrimonial. Proteção de encostas, melhorias no acesso, drenagem, colocação de corrimão, dentre outras intervenções foram realizadas pelo poder público municipal ao longo dos anos para garantir uma melhor qualidade de vida para a população residente. Muitas dessas obras foram realizadas por programas da Prefeitura do Recife, como é o caso do Programa Mais Vida nos Morros e do Programa Parceria, com a participação dos moradores em sua execução.

Com o auxílio do Google Street View, foram feitas associações de imagens que permitem identificar algumas intervenções urbanísticas realizadas na região. Apesar de pontuais, essas ações resultam em melhorias imediatas para a população, como pode ser observado nas Figuras 84 a 87, evidenciando a importância da implementação de políticas públicas eficazes.

Na Rua Demerval Lobão (Figura 85), por exemplo, é possível observar os impactos positivos de uma intervenção pública simples, porém eficaz. No cenário anterior à intervenção, observa-se uma escadaria em estado precário, sem a presença de corrimãos ou infraestrutura adequada de drenagem (Figura 84). A

ausência desses elementos comprometia a segurança e a acessibilidade dos moradores, especialmente daqueles com mobilidade reduzida. O ambiente também apresentava sinais de abandono, com vegetação alta, ausência de paisagismo e indícios de descarte irregular de resíduos, como se pode notar pela inscrição “Proibido Lixo” pintada no chão, uma tentativa informal de coibir a deposição inadequada de entulho. Após a intervenção (Figura 85), nota-se uma transformação significativa do espaço, a escadaria recebeu corrimãos instalados em ambos os lados, o que melhora substancialmente as condições de acessibilidade e segurança para os usuários. Além disso, a implementação de valas laterais para drenagem, um recurso frequentemente utilizado em áreas de morro, contribui para o escoamento adequado das águas pluviais e previne problemas como alagamentos e erosão. O entorno também foi reorganizado: a vegetação podada, foram incorporados pequenos jardins e o ambiente como um todo apresenta uma aparência mais cuidada e acolhedora.

Já na Rua Rio da Prata (Figura 86), foi realizada uma significativa intervenção urbana às margens do canal. Anteriormente, o local encontrava-se em estado avançado de degradação, sendo utilizado como ponto de descarte irregular de lixo, acumulando resíduos sólidos e entulho. Essa situação contribui diretamente para a poluição do canal e o aumento do risco de proliferação de doenças, além de evidenciar a ausência de infraestrutura e mobiliário urbano, fatores que reforçam a sensação de abandono da área. Com a intervenção (Figura 87), o espaço foi completamente requalificado e transformado em uma área de convivência e lazer para a comunidade local. O terreno recebeu pavimentação, equipamentos de recreação infantil e estruturas de apoio ao uso coletivo, como bancos e barras para atividades físicas. A criação desse espaço multifuncional tornou o ambiente mais seguro, limpo e acolhedor, incentivando a ocupação positiva por parte dos moradores. Além das melhorias físicas evidentes, a intervenção resultou na valorização do espaço urbano, na promoção do convívio social e na mitigação de riscos sanitários anteriormente presentes.





Figura 84: Rua Demerval Lobão, Ibura, 2015.  
Fonte: Google Street View.



Figura 85: Rua Demerval Lobão, Ibura, 2022.  
Fonte: Google Street View.





Figura 86: Rua Rio da Prata, Ibura, 2019.  
Fonte: Google Street View.



Figura 87: Rua Rio da Prata, Ibura, 2022.  
Fonte: Google Street View.



Nesse contexto de intervenções realizadas na ZEIS em questão, muitas delas são frutos dos programas Mais Vida nos Morros e Programa Parceria, como já citado anteriormente. Ambas se configuram como políticas públicas de inovação urbana com intuito de melhorar a qualidade de vida, inserindo o cidadão como agente de produção da cidade. Apesar de seus benefícios para a urbanização de assentamentos precários e de morros, é necessário entender como um todo as consequências e peculiaridades que ambas políticas trazem.

O Programa Parceria (1994 - atual) desenvolvido como uma política de autoconstrução financiada, integra a população como parte atuante da construção da cidade, porém em alguns casos é questionado a utilização de uma mão de obra não remunerada:

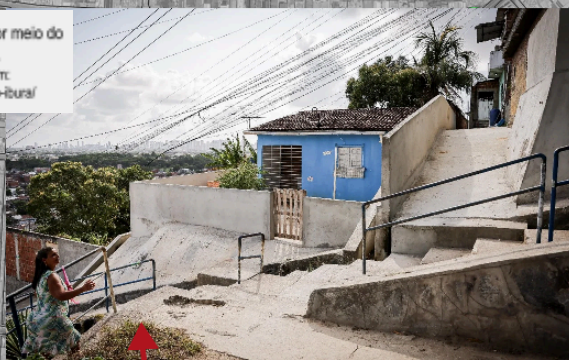
“Este Programa continua a ser na atualidade uma abrangente política urbanizadora dos morros da cidade, entretanto, põem em perspectiva aspectos ambíguos do papel do Estado, como responsável pela garantia do acesso ao Direito à Moradia para ampliar a justiça socioespacial da cidade, e da sua omissão, justificada em discursos de defesa da participação popular. Tal ambiguidade resulta na indevida transferência de responsabilidade à população pobre pela urbanização dos espaços coletivos nos morros. Ao utilizar mão de obra comunitária, não remunerada, o Programa colabora para a exploração do trabalhador.” (Lopes *et al*, 2024, p. 7).

A atuação do Programa Parceria é particularmente evidente em áreas de morros, com destaque para os bairros do Ibura e Cohab (Ibura de Cima). Na ZEIS Ibura, entre os anos de 2021 e 2024 (Figura 88), foram realizadas diversas intervenções voltadas à melhoria da infraestrutura urbana, incluindo a construção de acessos, implantação de sistemas de drenagem, obras de contenção de encostas, instalação de corrimãos e melhorias habitacionais.

As ações mais recorrentes dizem respeito ao tratamento de encostas, drenagem, escadarias e instalação de corrimãos (Figuras 89 a 91), o que reflete a demanda mais imediata da população por esse tipo de infraestrutura, essencial para a mobilidade e segurança em áreas com relevo acidentado. No entanto, apesar dos avanços promovidos pelo programa, o volume de intervenções ainda é insuficiente para suprir as necessidades de melhorias urbanas que a ZEIS acumula ao longo das décadas de expansão e adensamento contínuo.



Figura 89: Obra de drenagem, contenção de encosta e corrimão, por meio do Programa Parceria na Rua Dermeval Lobão (ZEIS Ibura).  
 Fonte: Foto: Edson Holanda/Prefeitura do Recife, 2024. Disponível em: <https://a1a1news.com.br/recife-conduziu-obras-de-contencao-e-drenagem-no-ibura/>



Figuras 90 e 91: Obra de drenagem, escadaria e corrimão, por meio do Programa Parceria no Alto da Bela Vista (ZEIS Ibura).

Fonte: Instagram do Vereador Junior Bocão, 2024. Disponível em: [https://www.instagram.com/vereador.junior.bocao/p/DQ5kUsub-W?img\\_index=3](https://www.instagram.com/vereador.junior.bocao/p/DQ5kUsub-W?img_index=3).



Figura 88: Tipos de intervenção do Programa Parceria.  
 Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da SEDEC.



## LEGENDA

ZEIS IBURA

INTERVENÇÕES DO PARCERIA 2021 A 2024

CORRIMÃO

CORRIMÃO, DRENAGEM E ACESSO

MELHORIA HABITACIONAL

ACESSO E DRENAGEM

ALVENARIA ARMADA

MURO CONFINANTE

RIP-RAP

TRATAMENTO DE ENCOSTA

MELHORIA DE INFRAESTRUTURA

ESCADARIA



Ao longo dos últimos quatro anos, a implantação do Programa Parceria na ZEIS Ibura mostrou-se presente, ainda que de forma limitada. Foram realizadas intervenções em aproximadamente 20 localidades<sup>35</sup> dentro da área delimitada como ZEIS (Figura 92). O ano de 2023 se destaca como o período com maior número de ações executadas, concentrando-se especialmente nas regiões centrais e no setor inferior direito da ZEIS. Observa-se também certa uniformidade na distribuição espacial das intervenções ao longo dos anos, com maior incidência em áreas caracterizadas por relevo acidentado, presença de morros e malha urbana pouco organizada. Esses fatores parecem influenciar diretamente na priorização das obras, como contenção de encostas, escadarias, drenagem e instalação de corrimãos. Além disso, nota-se a presença de alguns pontos de intervenção fora dos limites da ZEIS, nas proximidades da área analisada. Isso evidencia que o bairro do Ibura, como um todo, também tem sido contemplado pelas ações do Programa Parceria.

Diante do exposto, torna-se evidente que, apesar dos investimentos em políticas públicas, a região ainda enfrenta desigualdades internas de acesso às infraestruturas e serviços com necessidades permanentes de novas intervenções já que trata-se de um morro “vivo”, pulsante e que não para de crescer.

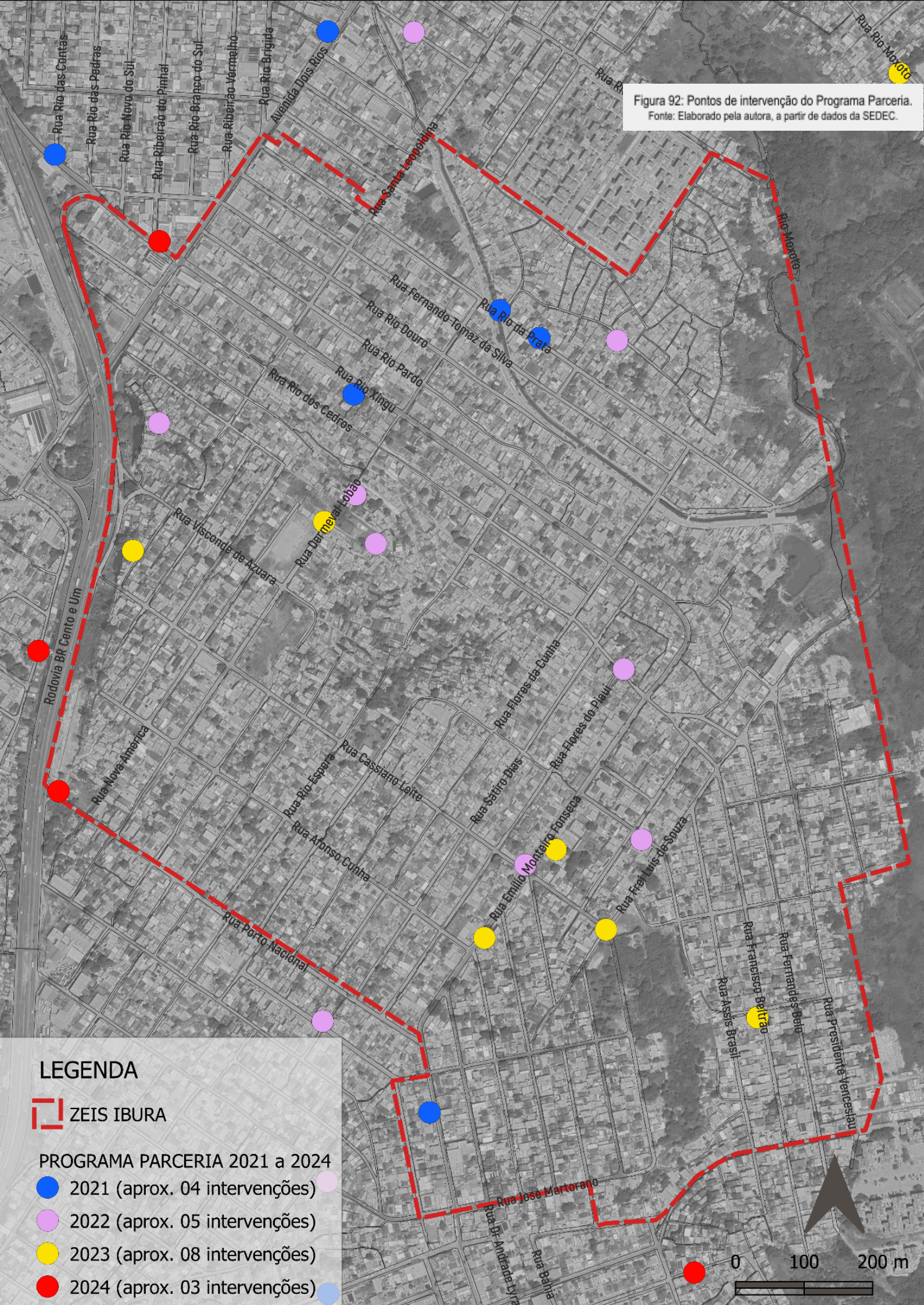
Esse fenômeno está diretamente relacionado à localização em áreas de morros, o que dificulta a integração dessas comunidades com o restante da cidade, impactando o acesso ao mercado de trabalho, áreas de lazer, praias e políticas públicas inclusivas, entre outros aspectos. Mesmo com esses investimentos, a população continua a crescer, impulsionada por diversos fatores, como o déficit habitacional, a acessibilidade econômica para permanecer na área e a forte sensação de pertencimento dos moradores com o local. Esse crescimento evidencia a necessidade de estratégias urbanísticas mais eficazes para promover a inclusão dessas comunidades no desenvolvimento urbano da cidade. Nesse contexto, fica o questionamento: como garantir uma urbanização de qualidade diante da expansão desordenada e das intervenções pontuais do Estado, realizadas sem um planejamento urbano abrangente, integral e permanente?

---

<sup>35</sup> As Figuras 88 e 92 ilustram as intervenções realizadas pelo Programa Parceria, assim como os respectivos locais onde essas ações foram executadas. A elaboração dessas representações baseou-se em dados disponibilizados pela Secretaria Executiva de Defesa Civil do Recife (SEDEC), por meio do setor de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento. Para a espacialização dos endereços informados, foram utilizados softwares de geoprocessamento, o que possibilitou a visualização geográfica das obras na área de estudo. Cabe destacar, no entanto, que podem ocorrer pequenas imprecisões na localização dos pontos, em virtude de limitações inerentes à base de dados fornecida e aos métodos de georreferenciamento aplicados.



Figura 92: Pontos de intervenção do Programa Parceria.  
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da SEDEC.





Um aspecto importante nas áreas de morros é a participação popular e lutas comunitárias, aspectos que fortalecem as comunidades. Diferente de ZEIS localizadas em áreas planas, em que o movimento popular é latente, devido a luta pela permanência em espaços que lutam frequentemente com os desafios dos conflitos fundiários voltados para permanência, a ZEIS Ibura não detém o olhar ambicioso do mercado imobiliário, mas sim em uma realidade voltada para convivência de riscos ambientais. Nesse contexto, a participação popular no Ibura se desenvolve mais na vertente de impulsionar o poder público a arcar com as consequências da falta de um planejamento urbano adequado em áreas de morros e aos desastres ambientais recorrentes em tempos chuvosos.

Movimentos sociais desempenham um papel fundamental na mobilização comunitária e na promoção da cidadania no bairro do Ibura. Um exemplo significativo é o coletivo Ibura Mais Cultura, composto por moradores locais que promovem projetos, ações culturais, eventos e, especialmente, campanhas de conscientização por meio das redes sociais. Durante os períodos chuvosos, quando os riscos de deslizamentos se intensificam, o coletivo se destaca na divulgação de informações sobre autoproteção, locais de abrigo emergencial e campanhas de arrecadação de doações, contribuindo para o fortalecimento da resiliência comunitária diante de adversidades ambientais.

Além disso, a participação popular da ZEIS Ibura, e do bairro como um todo, enfrenta o desafio constante de lidar com a estigmatização social, marcada pela percepção externa de que se trata de uma área predominantemente violenta. Tal visão redundante ignora a complexidade e a riqueza sociocultural do território, onde vive uma população diversa, marcada por expressiva produção cultural, forte presença da juventude e um sentimento coletivo de pertencimento e orgulho de ser “iburense” (Figura 93). Esses elementos reforçam os vínculos identitários da comunidade e demonstram a importância de reconhecer e valorizar as múltiplas dimensões que compõem o território e moldam a população.

Outro aspecto relevante da participação popular em todo bairro do Ibura refere-se à mobilização comunitária durante os períodos de chuvas intensas. Nessas ocasiões, observa-se a atuação conjunta de redes internas de cuidado e solidariedade por parte de coletivos, organizações não governamentais (ONGs), páginas em redes sociais, entidades de apoio e moradores da região, que formam uma rede de solidariedade. Essa articulação comunitária desempenha um papel

fundamental na disseminação de orientações sobre medidas de segurança, prevenção de riscos e procedimentos a serem adotados em situações de emergência, como alagamentos ou deslizamentos de encostas, contribuindo significativamente para a proteção da população local.



Figura 93: Geomanta do bairro do Ibura e símbolo de orgulho.  
Fonte: Instagram do Gabinete de Inovação Urbana do Recife, 2024.



# CONSIDERAÇÕES FINAIS



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização de assentamentos precários no Recife ocorreu de forma higienista e segregatória, refletindo um histórico de exclusão socioespacial que se apresenta tanto na capital pernambucana como nas demais regiões metropolitanas brasileiras. Os assentamentos precários situados em regiões de interesse para a expansão urbana das camadas mais privilegiadas da população eram frequentemente removidos ou deslocados para áreas periféricas, afastadas do centro da cidade e até para outros municípios da Região Metropolitana do Recife. Esse processo contribuiu para a consolidação de um padrão urbano marcado pela desigualdade socioespacial, dificultando o acesso da população de baixa renda à moradia em condições adequadas de habitabilidade, incluindo infraestruturas e serviços essenciais.

O déficit habitacional enfrentado pela população mais pobre, resultou na autoconstrução como alternativa para suprir a necessidade de moradia. Os morros, por não despertarem interesse do mercado imobiliário, tornaram-se uma opção viável para essa parcela da população. Ao longo dos anos, o Recife passou a concentrar grande parte de seus habitantes nessas áreas, onde construções e infraestruturas precárias se tornaram uma realidade recorrente. A ausência de um planejamento urbano adequado, somada a essas condições, intensificou as vulnerabilidades socioambientais desses espaços, aumentando os riscos para seus moradores.

Anualmente, a população residente dessas áreas enfrenta a constante ameaça de desastres ambientais, vivendo sob o risco iminente de deslizamentos de barreiras, eventos constantes nos morros do Recife, durante os períodos chuvosos. Esse cenário é agravado pela intervenção humana desordenada na natureza, pela ausência de investimentos por parte do Estado e pela segregação socioespacial. Como consequência, tais eventos não apenas resultam em perdas materiais, mas também representam uma ameaça significativa à vida dos moradores dessas regiões.

Dessa forma, a urbanização das áreas de morros e a mitigação de riscos passaram a ser pautadas com maior frequência tanto pelo Estado quanto pelos movimentos sociais. Apesar dos persistentes desastres ambientais, o Recife possui um extenso histórico de políticas públicas voltadas para o estudo e o tratamento



dessas áreas. Esses programas e projetos são fundamentais, pois não apenas dão visibilidade à população residente nesses espaços, mas também contribuem para a construção de um arcabouço de conhecimento sobre como conviver, prevenir e mitigar os riscos associados à ocupação dessas regiões. As políticas públicas são uma das principais ferramentas para a urbanização de áreas de morros. Por meio de programas e projetos que envolvem a participação da comunidade, pesquisadores, e movimentos sociais, busca-se elaborar diretrizes e propostas que promovam a melhoria do espaço urbano, a qualidade de vida e a segurança dos residentes dessas regiões.

Tratar os morros como espaços de moradia temporária é uma visão utópica diante da realidade atual. Essas áreas possuem uma dimensão territorial significativa para a cidade e abrigam grande parte da população trabalhadora. Embora sejam predominantemente ocupados por famílias de baixa renda, os morros desempenham um papel econômico fundamental para o funcionamento da cidade como um todo. Além disso, por trás dos estereótipos de violência e precariedade, existem comunidades ativas e integradas ao meio urbano.

Ao longo dos anos, os morros vêm passando por um processo de urbanização, e a ocupação dessas áreas já não se dá apenas por necessidade, mas também por laços de pertencimento, vínculos sociais e comunitários, redes de solidariedade e relações identitárias com o lugar, com a paisagem e com a forma de morar. Muitos moradores sentem orgulho de onde vivem e, por isso, impulsionam a mobilização social para reivindicar ao Estado intervenções que garantam não apenas a permanência, mas também a qualidade de vida e a segurança nessas áreas.

Essa realidade não é exclusiva da capital pernambucana, no Rio de Janeiro e em outras cidades do país, os processos de urbanização de favelas evidenciam a necessidade de considerar os desafios próprios desses territórios, sobretudo por estarem situados em áreas ambientalmente sensíveis (Cardoso *et al*, 2022). Nesse sentido, o planejamento técnico e participação popular tornam-se essenciais para a melhoria de condições de vida de seus moradores. O lugar dos morros nas cidades brasileiras associado à pobreza é uma característica marcante da realidade brasileira, resultado de um padrão histórico de segregação socioespacial.

No Recife, o lugar dos morros também é marcado por vulnerabilidades socioambientais, como já citado anteriormente, ao mesmo tempo que os fortes laços

de pertencimento criam uma resistência coletiva. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), são essenciais na promoção da inclusão socioespacial, além de reiterar a responsabilidade do poder público de implementar melhores condições de habitabilidade para população residente nessas regiões. A quantidade de ZEIS localizadas em áreas de morros é significativamente inferior àquelas situadas em áreas planas. Esse cenário se deve, em parte, ao fato de que muitas dessas delimitações foram realizadas sem a participação efetiva das comunidades locais, como é o caso de Casa Amarela, e devido a grande dimensões desses espaços. Além disso, existem diferentes demandas enfrentadas por esses territórios: enquanto as ZEIS em áreas planas concentram suas reivindicações na permanência e na consolidação urbana, as localizadas nos morros lidam prioritariamente com questões relacionadas à sobrevivência. É válido destacar que sempre houve uma preocupação do poder público com as áreas de morros, contudo, essa preocupação esteve majoritariamente voltada à preservação da vida, diante dos riscos socioambientais que caracterizam esses espaços.

A ZEIS Ibura, adotada como estudo de caso, ocupa uma posição significativa na configuração urbana do Recife, estendendo-se majoritariamente pelos morros da Zona Sul e resultando da combinação entre processos de autoconstrução e a implementação de políticas públicas voltadas à redução do déficit habitacional. Embora apresente uma organização urbana delimitada por vias e quadras, com uma estrutura espacial relativamente definida, a área ainda enfrenta diversos desafios relacionados ao saneamento básico, à infraestrutura e à mobilidade urbana.

A urbanização da ZEIS Ibura foi fortemente impulsionada por políticas públicas, tanto no início de sua ocupação quando as vilas da Cohab conduziram a estabelecimento nos morros do Ibura, quanto atualmente com programas e projetos, como o Parceria por exemplo, que vem realizando obras relacionados à contenção de encostas, drenagem, mobilidade e melhoria habitacional, gerando uma melhoria na qualidade de vida para os moradores, além de mais segurança. Apesar do avanço, ainda há muitos desafios a serem enfrentados.

Nesses aspectos, com o objetivo geral de analisar o processo de urbanização dos assentamentos precários localizados nos morros da Zona Sul do Recife, com foco na atuação de políticas públicas, tomando como estudo de caso a ZEIS Ibura, o presente trabalho problematizou a produção do espaço urbano por meio da construção de cartografias, que revelaram as diferentes tipologias habitacionais



dentro de um mesmo território. A análise da implementação das políticas públicas ao longo das últimas décadas, aliada ao estudo da ZEIS Ibura como área de referência, permitiu alcançar os objetivos propostos. Conclui-se que o processo de urbanização desses assentamentos foi fortemente influenciado pela ação do poder público, como evidenciado nas tipologias construídas pela Cohab, ao mesmo tempo em que a atuação direta dos moradores também desempenhou papel fundamental na expansão urbana da área.

Diante do exposto, o trabalho trouxe reflexões sobre o lugar dos morros no processo de urbanização de assentamentos precários do Recife. Espaços ricos em diversidade, cultura e engajamento comunitário, porém caracterizado como um local de pobreza, onde as vulnerabilidades socioambientais estão bem presentes. Apesar do avanço das políticas públicas voltadas à urbanização, mitigação de riscos e resiliência urbana, os morros ainda enfrentam uma série de desafios.

Dessa forma, o planejamento urbano é imprescindível para uma urbanização mais eficaz que garanta o Direito à Cidade, proteja os moradores e respeite os morros. O Recife dispõe de um arcabouço técnico robusto para a construção nessas áreas, contando com profissionais qualificados que estudam profundamente essa temática. Além disso, deve-se levar em consideração a preservação do meio ambiente, o aumento de serviços para que a população não se restrinja a necessidade de locomoção para o centro da cidade, ampliação dos modais de transporte que atuem melhor em áreas de morros, lazer, promoção de educação, além do constante trabalho de mitigação de riscos de desastres naturais. Com base nisso, emergem alguns questionamentos relevantes:

- Por que tantos programas de intervenção urbana são implementados de maneira pontual e fragmentada, em vez de adotarem um planejamento urbano abrangente, integrado, multiescalar e de caráter permanente?
- O engajamento das famílias, para além da simples execução de obras, envolvendo um processo de conscientização política, urbanística e ambiental, teria espaço nas agendas urbanas atuais?

Fatores como a setorialização e fragmentação do planejamento, aliados ao próprio processo de periferização, resultado de um modelo de desenvolvimento urbano desigual e excludente, influenciando diretamente na forma como ocorre a

urbanização em áreas de morros, refletindo-se nas múltiplas vulnerabilidades que esses territórios apresentam.

Com base no exposto, o presente trabalho buscou contribuir para a compreensão do processo de urbanização de assentamentos precários do Recife ao longo dos anos, com ênfase nos morros. Utilizando como ferramenta analítica da representação gráfica por meio de mapas, buscou gerar uma análise no processo produção de seu espaço urbano, demonstrando sua evolução e caracterização desses espaços. Além disso, o estudo examina a influência das políticas públicas nesse processo de urbanização, destacando o papel do Estado na implementação de programas e projetos voltados para a mitigação de riscos em áreas de morros. Também se investigou a incidência dessas políticas sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) localizadas em terrenos de relevo acidentado, bem como a atuação governamental em regiões que, apesar de não sofrerem pressão do mercado imobiliário, apresentam elevada vulnerabilidade socioeconômica e ambiental.

Ao tratar da participação popular na construção do espaço urbano, o trabalho destaca ainda que, em áreas periféricas e de morros, o protagonismo comunitário é elemento essencial. Nessas localidades, a favela é vista como símbolo de resistência, resiliência e orgulho. Portanto, investigar esses espaços, sobretudo aqueles que integram a trajetória de vida pessoal, é reconhecer a importância social, cultural e histórica, pois os morros do Recife são parte do legado da cidade. São espaços vivos, cheios de memórias e pertencimento, história e orgulho.

O desenvolvimento deste trabalho representou um importante aprendizado, permitindo-me olhar para o Ibura não apenas sob a perspectiva de moradora do bairro, mas também à luz das reflexões e conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, espero que esta pesquisa contribua para o fortalecimento dos debates sobre os territórios de morros, especialmente na Zona Sul do Recife, e que possa abrir caminhos para futuros estudos que aprofundem a compreensão sobre a urbanização e as dinâmicas socioespaciais dos morros da Zona Sul do Recife e, mais especificamente, no bairro do Ibura.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. **O PROGRAMA VIVA O MORRO - experiência aplicada na Região Metropolitana de Recife.** [s.d.]. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Programa\\_Viva\\_Morro\\_Recife.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Programa_Viva_Morro_Recife.pdf). Acesso em: 20 set. 2024.

ALBUQUERQUE, J. **A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife: criação e manutenção do PREZEIS.** [s.d.]. Disponível em em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/julienetenoriodealbuquerque.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ALHEIROS, M.M. (coord.). **Diagnóstico ambiental, urbanístico e social das áreas de morros urbanos da Região Metropolitana do Recife.** Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal, 2003.

ALHEIROS, Margareth *et al.* **Manual de Ocupação de Morros na Região Metropolitana de Recife.** [S. l.: s. n.], 2003.

BARBOSA, M. **Com nome tupi, Ibura tem história ligada aos engenhos e campos militares.** Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/21/com-nome-tupi-ibura-tem-historia-ligada-aos-engenhos-e-campos-militares/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BASTOS. **Proceso urbanos informales.** Issuu, [s.d.]. Disponível em: [https://issuu.com/sem\\_proceso\\_urbanos\\_informales/docs/05\\_i-a\\_experi\\_ncia\\_da\\_urbaniza\\_\\_o\\_de\\_favelas\\_na\\_ci](https://issuu.com/sem_proceso_urbanos_informales/docs/05_i-a_experi_ncia_da_urbaniza__o_de_favelas_na_ci). Acesso em: 26 jun 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CAMBOIM, Jackeline; GOMES, Edvânia. **Produção desigual do espaço urbano: O Coque fragmentado da cidade do Recife-PE.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 05, N. 01, 2016. Disponível em:



<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistamseu/article/view/229900/24105>.

Acesso em: Acesso em: 18 maio 2024.

CAMPOS, Ana Cristina. **Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios>. Acesso em: 23 set. 2024.

CAMPOS, Haroldo de. Nomadismo. In: PLATAFORMA ENDICI – **Enciclopédia de Direito e Comunicação Intercultural**. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos (LABEORB/UNICAMP), 2017. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=242>. Acesso em: 17 maio 2025.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas**. 2007. In: Cadernos metrópole 17, pp. 219-240. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8771/6496>. Acesso em: 24 set. 2024.

CARDOSO, A. L.; XIMENES, L. A.; LUFT, R. (org.) **Trajetória da urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro**. Condicionantes institucionais, aspectos normativos e a regularização fundiária. pp. 201-234 In: SILVA, M. N.; CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. **Urbanização de Favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais**. RJ, Letra Capital, 2022.

CAVALCANTE, J.; CASTRO, B.; RANGEL, C. **Pernambuco tem um milhão de pessoas vivendo em áreas vulneráveis a eventos climáticos extremos, diz estudo**. G1 PE, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/05/23/pernambuco-tem-um-milhao-de-pessoas-vivendo-em-areas-vulneraveis-a-eventos-climaticos-extremos-diz-estudo.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

Censo Demográfico do IBGE. **Apêndice 3 – Municípios Analisados no Estudo.** 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacaoareasderisco/pdf/Ap%C3%AAndice%203%20-%20Munic%C3%ADpios%20analisados%20no%20estudo.pdf>. Acesso em: 22 maio 2024.

CIDADES VIVAS. **A vez do morro.** Recife, 2004. P. 47 - 49. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2020/10/DOC\\_0021.pdf](https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2020/10/DOC_0021.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

CODECIR. **Experiência da Cidade do Recife na Gestão de Risco de Deslizamentos de Encostas através da Coordenadoria de Defesa Civil - Programa Guarda Chuva.** 2011. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Gest\\_Riscos\\_Recife\\_Programa\\_Guarda\\_Chuva.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Gest_Riscos_Recife_Programa_Guarda_Chuva.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

CONDEPE/FIDEM. **Experiência da Cidade do Recife na Gestão de Risco de Deslizamentos de Encostas através da Coordenadoria de Defesa Civil - Programa Guarda Chuva.** [s.d.]. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Gest\\_Riscos\\_Recife\\_Programa\\_Guarda\\_Chuva.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Gest_Riscos_Recife_Programa_Guarda_Chuva.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

CONDEPE/FIDEM. **Guia de Ocupação nos Morros da Região Metropolitana do Recife.** 2003. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/institucional/136-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/prevencao-e-erradicacao-de-riscos/1854-manual-de-ocupacao-de-morros-na-regiao-metropolitana-de-recife>. Acesso em: 20 set. 2024.

CONDEPE/FIDEM. **Programa Guarda Chuva.** (s.d.). Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Gest\\_Riscos\\_Recife\\_Programa\\_Guarda\\_Chuva.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoErradicaao/Gest_Riscos_Recife_Programa_Guarda_Chuva.pdf). Acesso em: 20 set. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.



DIÁRIO DA MANHÃ. Edição 0704, 1966. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262\\_05&Pesq=ibura&pagfis=759](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093262_05&Pesq=ibura&pagfis=759). Acesso em: 15 jun. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Edição 00002, 1980. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_16&pesq=%22morros%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=65](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22morros%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=65). Acesso em: 10 fev. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Edição 00130, 1966. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_14&pagfis=43361](https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_14&pagfis=43361). Acesso em: 15 jun. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Edição 00268, 1986. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_16&pesq=%22o bras%20de%20conten%C3%A7%C3%A3o%20nos%20morros%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=107729](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22o bras%20de%20conten%C3%A7%C3%A3o%20nos%20morros%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=107729). Acesso em: 10 fev. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Ibura, zona sul distante de Boa Viagem**. Recife, 25 mar. 2015. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/03/ibura-zona-sul-distante-de-boa-viagem.html>. Acesso em: 22 maio 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Saneamento do Recife S/S**. Recife, 25 abr. 1973. Edição 00109. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033\\_15&pesq=%22projeto%20morros%20da%20zona%20norte%20do%20recife%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=41432](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22projeto%20morros%20da%20zona%20norte%20do%20recife%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=41432). Acesso em: 17 maio 2025.

DIAS, L.. **Programa Parceria: Prefeito do Recife João Campos entrega a milésima obra este ano**. Foco Pernambuco, 2023. Disponível em: <https://focope.com.br/prefeito-do-recife-joao-campos-entrega-a-milesima-obra-do-programa-parceria-este-ano/>. Acesso em: 27 maio 2025.

DINIZ, F.R. **"Eau-urbanisation", une utopie à la brésilienne. Drainage et aménagement dans la région métropolitaine de Recife**. 2010. Tese (Doutorado em Géographie et Aménagement) - Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, IHEAL, França, 2010.

ESIG. **Informações Geográficas do Recife (ESIG)**. 2020. Disponível em: <https://esigportal2.recife.pe.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=7f6ee791d4d94be4bcf1d0bb93a162a9>. Acesso em: 14 jan. 2025.

FUNDAÇÃO JOAQUIM PINHEIRO. **Cartilha do déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil**. S.D. Minas Gerais. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1ITXVvGuAs43gyQAVcwb\\_Z-P6XKGjtL1o/view](https://drive.google.com/file/d/1ITXVvGuAs43gyQAVcwb_Z-P6XKGjtL1o/view). Acesso em: 04 mar. de 2025.

GOOGLE. **Google Street View**. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 22 jun. 2025.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Alexandre Martins. São Paulo: Boitempo, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em Área de Risco no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/6d4743b1a7387a2f8ede699273970d77.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6d4743b1a7387a2f8ede699273970d77.pdf). Acesso em: 04 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico - 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 21 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico - 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em 21 jul. 2024.



IPEA. **Atlas de Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/biblioteca>. Acesso em: 25 maio 2024.

JUNIOR, C. **Parque Residencial do Curado IV - Conjuntos habitacionais do Grande Recife**. Blog Mobilidade e Transporte, 2021. Disponível em: <https://www.transportes-daniel.blog.br/2021/09/parque-residencial-do-curado-iv.html>. Acesso em: 27 maio 2024.

LEAL, S. **Fetiche da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife** (Brasil), Ed. do Autor, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Raquel Rolnik. São Paulo: Centauro, 1991.

Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 10 fev. 2025.

LEIS MUNICIPAIS. **Lei complementar Nº 2, de 23 de Abril de 2021**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-complementar/2021/0/2/lei-complementar-n-2-2021-institui-o-plano-diretor-do-municipio-do-recife-revogando-a-lei-municipal-n-17511-de-29-de-dezembro-de-2008>. Acesso em: 08 ago. 2024.

LEIS MUNICIPAIS. **Plano Diretor da Cidade do Recife**. 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2020/1877/18770/lei-ordinaria-n-18770-2020-institui-o-plano-diretor-do-municipio-do-recife-revogando-a-lei-municipal-n-17511-de-29-de-dezembro-de-2008>. Acesso em: 05 maio 2024.

LÉON, Lucas. **Brasil tem 1.942 cidades com risco de desastre ambiental**. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/brasil-tem-1942-cidades-com-risco-de-desastre-ambiental>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LIMA, R.M.C. **A cidade autoconstruída**. Recife, Ed. Universitária UFPE, 2005.

LOPES, R. S. M.; SILVA, R. A. M.; ROCHA, D. M. URBANIZAÇÃO POR MEIO DA AUTOCONSTRUÇÃO FINANCIADA: **O Programa Parceria nos morros no RECIFE – PE**. In: Anais do Quarto URBfavelas: Seminário Internacional de Urbanização de Favelas. Anais...Sao Paulo(SP) USP, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ivurbfavelas/904055-URBANIZACAO-POR-MEIO-DA-AUTOCONSTRUCAO-FINANCIADA--O-PROGRAMA-PARceria-NOS-MORROS-NO-RECIFE--PE>. Acesso em: 21 jun. 2025.

LOPES, Riviane. **O que nos dizem os morros do Recife? Políticas públicas de urbanização e construção comunitária na ZEIS Casa Amarela** (Monografia) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE. Recife, 2022.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Guia do Plano de Ação Periferia Viva – Urbanização de Favelas**. Brasília: Ministério das Cidades, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/periferias/copy\\_of\\_guiadoplanodeacaoperiferiavivasnpministeriodascidadesurbanizacaodefavelas.pdf](https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/periferias/copy_of_guiadoplanodeacaoperiferiavivasnpministeriodascidadesurbanizacaodefavelas.pdf). Acesso em: 25 jun. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MID). **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres S2iD**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/sistema-integrado-de-informacoes-sobre-desastres>>. Acesso em 23 jul. 2024.

MONTEIRO, R. S. ; ROCHA, D. M. ; SILVA, R. A. M. ; SILVA, J. V. P. . **A participação popular nos processos de urbanização por autoconstrução financiada: O Programa Parceria nos morros na ZEIS Casa Amarela (Recife)**. In: Anais Encontro Nacional do INCT - Observatório das Metrôpoles, Natal (2024), p. 217-234. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2025/02/Anais-do-evento\\_Volume-II.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2025/02/Anais-do-evento_Volume-II.pdf). Acesso em: 30 nov. 2024.



MORAES, D.A. **Entre a subcidadania e o direito à cidade. Estudos críticos sobre a urbanização de favelas no Brasil e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Recife-PE.** Tese (Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo). João Pessoa, UFPB, 2019).

NASCIMENTO, Fabiana de Melo; SILVA, Zenaide Souza da; VERARDI, Cláudia Albuquerque. **Ibura Revisitado (Bairro, Recife).** In: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2017. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/ibura-revisitado-bairro-recife/#:~:text=Na%20parte%20alta%20do%20Ibura,Foram%20denominadas%20%E2%80%9Cem bri%C3%B5es%E2%80%9D>. Acesso em: 14 jan. 2025.

NASCIMENTO, L.M.A. **A importância das políticas públicas no combate aos desastres na cidade do Recife** (Monografia). Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE. Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/55041/1/TCC%20%281%29%20%281%29.pdf>. Acesso em: 05 Jan. 2025.

NÓBREGA, Juliana; GALERA, Izabella. **Morar entre trilhos: caminhos alternativos para o conflito urbano da Comunidade da Linha Resiste, Recife-PE.** In: ENAMPUR, 2023, Belém. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st05-42.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Perfil das ZEIS do Recife.** s.l.: s.n., s.d. Acervo físico do Observatório das Metrópoles - Núcleo Recife.

PLHIS RECIFE. **Plano Local de Habitação de Interesse Social – Estratégias de Ação: Produto 3.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2018. Disponível em: <https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2021-09/PLHIS%20-%20PRODUTO%203%20-%20ESTRAT%C3%89GIAS%20DE%20A%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. **Análise de riscos e vulnerabilidades climáticas e estratégia de adaptação do município do Recife – PE**. 2019. Disponível em: [https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/sumario\\_clima\\_recife\\_portugues.pdf](https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/sumario_clima_recife_portugues.pdf). Acesso em: 14 jan. 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. **Caderno de propostas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo**. Recife, 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. **Caracterização do território**. Recife: Prefeitura do Recife, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/pagina/caracterizacao-do-territorio>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. **Censo 2022**. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2022. Disponível em: [https://desenvolvimentoeconomico.recife.pe.gov.br/censo-2022#:~:text=O%20Recife%20%C3%A9%20a%20nona,quarta%2Dfeira%20\(28\)](https://desenvolvimentoeconomico.recife.pe.gov.br/censo-2022#:~:text=O%20Recife%20%C3%A9%20a%20nona,quarta%2Dfeira%20(28)). Acesso em: 23 set. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Mais Vida nos Morros Reinvenção Urbana Passo a Passo**. Recife, 2020.

PREFEITURA DO RECIFE. **Mais Vida nos Morros transforma vida de moradores de Lagoa Encantada**. 2019. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/node/290286>. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. **Prefeitura do Recife conquista prêmio mundial da ONU para habitação sustentável**. 2022. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/14/09/2022/prefeitura-do-recife-conquista-premio-mundial-da-onu-para-habitacao-sustentavel>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. **Prefeitura do Recife executa R\$ 3,5 milhões em contenção de encosta no bairro de Nova Descoberta**. Recife: Prefeitura do Recife, 15 maio 2025. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/15/05/2025/prefeitura-do-recife-executa-r-35-m>



ilhoes-em-contencao-de-encosta-no-bairro-de#:~:text=Desde%202021%2C%20a%20Prefeitura%20do,R%24%20237%20milh%C3%B5es%20em%20investimentos. Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. Secretaria Executiva de Defesa Civil. **Plano de Contingência: 2024**. Recife: Prefeitura do Recife, 2024. Disponível em: <https://acaoinverno.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/002-PLANO-DE-CO NTINGE%CC%82NCIA-2024.pdf> Acesso em: 17 maio 2025.

PREFEITURA DO RECIFE. **Serviços para o cidadão**. [s.d.]. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/patrimonio-ambiental?op=NTI5Mg==>). Acesso em: 23 set. 2024.

PREZEIS. **Ofício nº 052/2019 - Coordenação do Fórum do PREZEIS**. Recife, 2019.

RECIFE (Município). Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento; ICPS. **Minuta de Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Recife: proposta de revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 16.176/1996 e da Lei de Parcelamento do Solo nº 16.286/1997**. Recife, 2025. Disponível em: <https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/camara-tecnica-de-planejamento-controle-urbano-e-meio-ambiente>. Acesso em: 24 maio 2025.

RECIFE, Prefeitura da Cidade. **Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife**. Recife, PCR, 2016.

ROCHA, D. M. **PREZEIS: instrumento de política pública e de luta social**. In: Nabil Bonduki. (Org.). Habitat: Políticas Bem Sucedidas em Habitação, Meio Ambiente e Gestão Urbana em Cidades Brasileiras. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996, p. 175-186.

ROCHA, D. M.; LIMA, A. F. **As ZEIS do Recife são um instrumento de resistência da população pobre pelo Direito à Cidade**. MarcoZero Conteúdo, 2024. Disponível

em:<https://marcozero.org/as-zeis-do-recife-sao-um-instrumento-de-resistencia-da-pulacao-pobre-pelo-direito-a-cidade/>. Acesso: 26 jun. 2024.

ROCHA, D. M.; LIMA, R. M. C.; SOUZA, M. A. A.; NEVES, N. H. S.(org.) **Trajetória das Políticas de Urbanização de Favelas no Recife**. A persistência das ZEIS e do PREZEIS. pp. 133-164 In: SILVA, M. N.; CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. Urbanização de Favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais. RJ, Letra Capital, 2022, p133-164.

ROCHA, Danielle de Melo; DINIZ, Fabiano Rocha; SOUZA, Maria Ângela de Almeida (org.). **Caderno de propostas - Recife. Observatório das metrópole nas eleições. Um outro futuro é possível**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital e INCT Observatório das metrópoles, 2024. p.63 Disponível em: [https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Recife\\_OM\\_Eleicoes\\_2024.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2024/09/Recife_OM_Eleicoes_2024.pdf). Acesso em: 16 jul. 2025.

ROCHA, D. M.; SOUZA, M.A.A.; DINIZ, F.R; NEVES, N. H. S. Trajetória das Políticas de Urbanização de Favelas no Recife. A persistência das ZEIS e do PREZEIS. pp. 133-164. In: SILVA, M. N.; CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. **Urbanização de Favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais**. RJ, Letra Capital, 2022.

SANTANA, John Kennedy Ribeiro de. **Análise evolutiva da ocupação dos morros da cidade do Recife**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26767/19905>. Acesso em: Acesso em 21 jul. 2024.

SANTOS, C. R. A.; NASCIMENTO, D. M. **A construção coletiva: possibilidades contra-hegemônicas na produção do espaço urbano**. 2014. Disponível em: [https://praxis.arq.ufmg.br/textos/alteridade\\_santos.pdf](https://praxis.arq.ufmg.br/textos/alteridade_santos.pdf). Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo**. Revista Projeto, São Paulo, n. 59, p. 59-63, 1986. Disponível em: [https://www.academia.edu/34601447/Preservar\\_n%C3%A3o\\_%C3%A9\\_tombar\\_renovar\\_n%C3%A3o\\_%C3%A9\\_por\\_tudo\\_abaixo](https://www.academia.edu/34601447/Preservar_n%C3%A3o_%C3%A9_tombar_renovar_n%C3%A3o_%C3%A9_por_tudo_abaixo). Acesso em: 24 jun. 2025.



SANTOS, M. C. **Para evitar novas tragédias no futuro, Recife precisa reaprender com seu passado.** MarcoZero Conteúdo, 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/para-evitar-novas-tragedias-no-futuro-recife-precisa-reaprende-r-com-seu-passado/>. Acesso em: 17 maio 2025.

SAQUET, Marcos Aurélio; *et al.* **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território.** 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1389>. Acesso em: 18 maio 2024.

SCOTT, P.; QUADROS, M. T. **A diversidade do Ibura: gênero, geração e saúde num bairro popular do Recife.** Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários.** Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: [https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/mapeamento\\_ass\\_precarios.pdf](https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/mapeamento_ass_precarios.pdf). Acesso em: 06 mar. 2025.

SETE, A. **Jaboatão dos Guararapes foi o Município com mais mortes por causa dos deslizamentos de barreiras.** MarcoZero Conteúdo, 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/jaboatao-dos-guararapes-foi-o-municipio-com-mais-mortes-por-causa-dos-deslizamentos-de-barreiras/>. Acesso: 27 maio 2024.

SOUZA, M. A.; CAVALCANTE, H.; NEVES, N. **Tipologia e caracterização dos assentamentos precários : região metropolitana do Recife.** Brasília : Ipea, 2016. Cap. 10, p. 307- 376. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9616>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SOUZA, M.A.A. (2021). Políticas Públicas de Habitação Popular no Recife: uma trajetória de oito décadas. In ROCHA, D.M.; LIMA, R,M,C.; SOUZA, M.A.A. **Moradia Popular no Recife. Políticas Públicas.** Recife, Cepe, 2022, p. 29-66.

TAVARES, D. K. **Cotidiano, Morte e Sociabilidade numa Localidade de Periferia de Recife**. 2007. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/rbse/KiermesArt.pdf>. Acesso: 25 maio 2024.

URB-RECIFE. **Cadastro das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) com COMUL instalada**. Recife: URB, 1999.



